

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

FACULDADE DE ECONOMIA

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NAS FASES ADIANTADAS DA VIDA

GRAÇA MARIA SOARES DA CRUZ COELHO

Dissertação

Mestrado em Sociologia – Mobilidades e Identidades

Trabalho efetuado sob orientação de:

Professor Doutor José Manuel Sousa de São José

Professora Doutora Eugénia Maria Dores Maia Ferreira Castela

2014



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

FACULDADE DE ECONOMIA

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NAS FASES ADIANTADAS DA VIDA

GRAÇA MARIA SOARES DA CRUZ COELHO

Dissertação

Mestrado em Sociologia – Mobilidades e Identidades

Trabalho efetuado sob orientação de:

Professor Doutor José Manuel Sousa de São José

Professora Doutora Eugénia Maria Dores Maia Ferreira Castela

2014

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NAS FASES ADIANTADAS DA VIDA

Declaração de Autoria do Trabalho

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

Graça Maria Soares da Cruz Coelho

(assinatura)

Direitos de cópia ou Copyright

© Copyright: Graça Maria Soares da Cruz Coelho.

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Aos meus Pais

Maria João Soares Coelho

Mário da Graça Cruz Coelho

AGRADECIMENTO

Agradeço a todos os que comigo se envolveram nesta etapa académica e que nos diversos momentos e circunstâncias contribuíram, com o seu apoio e amizade, me ajudaram a realizar este trabalho, o que, sozinha, jamais teria conseguido.

-Aos Professores, Doutor José de São José e Doutora Eugénia Castela, meus orientadores, pela confiança depositada em mim e pela ajuda que, sob a forma de sugestões e de contribuições, permitiram um apreciável enriquecimento deste trabalho;

-Ao Diretor da FEUAlg, Professor Doutor Efigénio Rebelo, por me ter incentivado a entrar no mundo académico e, em particular, pela tolerância que revelou em relação ao cumprimento do meu horário de trabalho, por forma a criar condições à conclusão deste projeto;

- À ARPI, que me assistiu no processo de condução dos questionários junto de alguns associados da organização;

- À minha colega de curso e amiga, Dra. Patrícia Marina Paulo Correia C. Severino Correia que me assistiu no processo de condução dos questionários levados a cabo junto de alguns residentes na zona histórica da cidade de Faro;

- À minha colega Rute Sofia Ferreiro Cristina, que me assistiu na formatação deste trabalho;

- Ao Professor Manuel Carmo Gomes, pela ajuda que me concedeu numa fase crucial deste trabalho;

- A todos os que colaboraram neste estudo, prontificando-se com simpatia e gentileza a conceder entrevistas e a responder aos questionários;

- À minha querida Mãe, pelo estímulo e apoio inestimáveis e incondicionais, partilhando das minhas angústias e alegrias nos diversos momentos e circunstâncias;

- Aos meus filhos Filipe e Gonçalo e netos, que sofreram a minha ausência e que demonstraram sempre compreensão;

- Um agradecimento especial ao Rui, meu marido, pelo apoio e pelas imprescindíveis correções, conselhos e contributos essenciais para a prossecução e concretização deste trabalho;

- Finalmente, agradeço à Faculdade de Economia o apoio financeiro prestado, traduzido na atribuição de uma bolsa de mérito.

RESUMO

A nova conjuntura demográfica associada à atual crise política e económico-social na grande maioria dos países Europeus, e em particular Portugal, põe em evidência o mal-estar que decorre da inadequação da atividade política face às expectativas e interesses das respetivas populações, bem como da necessidade da assunção de novos papéis por parte dos diferentes atores sociais. No cerne deste processo, a participação política tornou-se de suma importância, além de ter adquirido novos significados e sentidos à medida que os cidadãos a incorporam nas suas estratégias e práticas sociais. Esta nova realidade política e demográfica, com uma dimensão e importância nunca antes verificada, coloca o desafio de se investigar a participação política de um grupo que tem vindo a assumir um peso crescente nas sociedades ocidentais contemporâneas: o grupo dos indivíduos com 65 ou mais anos de idade. Num universo eleitoral crescentemente dominado pelos escalões etários superiores, em resultado direto do processo de envelhecimento que tem vindo a caracterizar a Demografia das últimas décadas, seria interessante investigar eventuais inflexões no comportamento participativo daqueles escalões face às políticas neoliberais que, independentemente do discurso, têm produzido efeitos de empobrecimento severos e aparentemente duradouros no segmento idoso da população que, dadas as tendências atuais, virá a ter um peso eleitoral capaz de determinar o futuro dos sistemas democráticos, caso estes venham a resistir às crises que o assolam. A investigação exploratória foi sustentada numa metodologia mista com preponderância das técnicas quantitativas, utilizando o programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) e a técnica de Análise de Correlação Canónica Não Linear (*OVERALS*). Dos resultados obtidos o mais surpreendente revela que a participação política dos inquiridos se concretiza sobretudo no exercício do voto, atingindo esta prática, em geral, valores próximos dos 90%. Contudo, esta prática é conjugada por mais de três quartos dos inquiridos com diferentes modalidades de participação política, fundamentalmente não institucionalizada, atingindo estas, nalguns casos, valores significativos. Esta observação levou a se se pudesse afirmar que a participação política dos inquiridos idosos assenta essencialmente num Modelo Misto de participação política. Por outro lado, verificou-se que as modalidades de participação não institucionalizada mais mobilizadas assentam em valores Pós-materialistas, afastando-se deste modo, da participação política dita Tradicional.

Palavras-chave: Democracia, Envelhecimento, Participação política.

ABSTRACT

The coincidence of a new demographic reality and the political, economic and social crisis currently affecting the majority of the European countries, among which stands Portugal, emphasizes the high degree of dissatisfaction resulting from the inability of the professional political agents to match the expectations and interests of the populations. It also makes a case for new roles to be undertaken by different social agents.

Political participation has become an element of most importance for the political process. Moreover, political participation has gained new significance following its incorporation in the social practice of many citizens. This unprecedented reality, both political and demographic, given its importance and dimension, represents a new challenge for those aiming to investigate the political participation of the over 65 year's old individuals, given the growing importance of this population group in the so-called western societies.

One implication of the rapid ageing process that has been taking place in Europe in the course of the last few decades is the increasing weight of the group of the elderly. Consequently, it would be interesting to investigate the existence of possible inflections in the participatory behavior of the elderly *vis a vis* the implementation of neoliberal policies that, regardless of the public discourse, have produced effects of severe and apparently durable impoverishment with particular emphasis among the elderly.

An exploratory research based upon a combination of quantitative and qualitative techniques has been carried out. In particular, a technique named as Nonlinear Canonical Correlation Analysis (OVERALS) has been implemented. For such purpose, the 21th version of the Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) has been used. A remarkable result of this research is that electoral participation is the main form of Political Participation among the 139 sampled individuals. The turnout rate for most electoral acts reaches 90%. However, another relevant result, perhaps somewhat surprising, is that electoral participation is quite often combined with some non-institutional forms of Political Participation. This happens for three quarters of respondents. Some of these forms reach significant values within the sample. The resulting conclusion is that political participation among the analyzed individuals is based on a mixed model in which institutionalized forms coexist with non- institutionalized ones. On the other hand, it can also be concluded that most forms of non-institutional participation are based on post materialist values thus moving away from traditional forms of participation.

Key words; Democracy, Ageing, Political Participation

ÍNDICE GERAL

Página

ÍNDICE DE QUADROS	x
ÍNDICE DE GRÁFICOS	xi
ÍNDICE DE TABELAS.....	xii
ÍNDICE DE TABELAS DE CONTIGÊNCIA.....	xiii
ÍNDICE DE ABREVIATURAS.....	xiv
INTRODUÇÃO	1
Parte I – REVISÃO DA LITERATURA.....	7
CAPÍTULO I – DEMOCRACIA E GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL.....	7
1. A Democracia.....	7
2. Democracia e participação política no contexto da Globalização Neoliberal.....	13
2.1. Globalização	13
2.2. Globalização Neoliberal e Individualização do Risco.....	14
2.3. Neoliberalismo, Democracia e participação política	18
CAPÍTULO II – PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: ASPETOS TEÓRICOS E CONCEPTUAIS	25
1. De que falamos quando falamos em participação política?	25
2. Aspectos Teóricos	26
2.1. Participação política em Democracia Representativa.....	26
2.2. Perspetivas teóricas sobre a participação política.....	29
2.3. Modos de participação política	37
2.4. Fatores determinantes da participação política.....	45
2.5. Constrangimentos culturais e sociais	52
2.6. Recursos políticos	57
3. A participação política enquanto dimensão da participação social	60
3.1. Participação política e Envelhecimento Ativo.....	66
CAPÍTULO III.....	71
1. A participação política em Portugal	71
1.1. O contexto sociopolítico português e a participação política desde o Estado Novo à atualidade	71
1.2. O contexto político português e a participação política na atualidade	75
CAPÍTULO IV – ENVELHECIMENTO: MÚLTIPLAS PERSPETIVAS.....	88
1. O envelhecimento individual.....	88

2. A construção social da velhice e do idoso.....	88
3. Terceira Idade e Quarta Idade	95
CAPÍTULO V – PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS PESSOAS ‘IDOSAS’	104
1. O ‘Estado da arte’	104
2. Evidência dos Grandes Questionários	112
Parte II – ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS INDIVÍDUOS COM 65 OU MAIS ANOS DE IDADE NA CIDADE DE FARO	114
1. A cidade de Faro.....	114
2. Enquadramento histórico-político da população em estudo.....	116
2.1. A seleção da amostra	118
3. Metodologia.....	118
3.1. Esquema metodológico	119
3.2. O método OVERALS	122
3.3. Análise de <i>clusters</i>	127
4. Análise e discussão dos resultados	128
4.1. Análise descritiva dos dados da fase 1 - Entrevistas	128
4.2. Análise descritiva dos dados da fase 2.....	135
4.3. Análise multivariada dos dados	149
CONCLUSÕES	165
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	171
APÊNDICES	181
APÊNDICE 1 - Guião da Entrevista exploratória.....	183
APÊNDICE 2 – Grelha de análise das entrevistas.....	187
APÊNDICE 3 – Questionário (Participação política nas fases adiantadas da vida). 190	
APÊNDICE 4 – Outputs SPSS 21 - Questionário	200
APÊNDICE 5 – Overals e Perfis	260
APÊNDICE 6 – Envelhecimento ativo	275
ANEXOS	276
ANEXO 1 - Legislação	278
ANEXO 2 – Estatísticas da População - INE	292

Quadro 1 - Opinião dos europeus sobre a democracia como a melhor forma de governo	81
Quadro 2 - Adesão aos valores Democráticos, sentido da eficácia política e avaliação da classe política.....	81
Quadro 3 - Perceções sobre igualdade de oportunidades na participação política	83
Quadro 4 - Evolução do Índice de Expectativa	86
Quadro 5 - Imagem da Velhice e do Envelhecimento	91
Quadro 6 - Instrumentos e técnicas utilizados na recolha, tratamento e análise da informação	120
Quadro 7 - Conjuntos a analisar e as variáveis que os formam.....	126
Quadro 8 - Outras formas de participação política que conhece	130
Quadro 9 - Outras formas de participação política que exerce atualmente	130
Quadro 10 - Fatores que dificultam a participação política.....	131
Quadro 11 - Fatores facilitadores da participação política	132
Quadro 12 - Motivo de opção da forma de participação	133
Quadro 13 - Voto: Direito ou Dever?	134
Quadro 14 - Formas de participação política (N=139).....	140
Quadro 15 - Formas de participação política por Sexo e Idade.....	142
Quadro 16 - Modelos de participação política adotados.....	144
Quadro 17 - Combinações de modos de participação dentro do Modelo Misto.....	145
Quadro 18 - Combinações de modos de participação dentro do Modelo Institucionalizado.....	149
Quadro 19 - Summary of Analysis	149
Quadro 20 - Indicadores para o Grupo 1 de variáveis	151
Quadro 21 - Indicadores para o Grupo 2 de variáveis	152
Quadro 22 - Indicadores para o Grupo 3 de variáveis	152
Quadro 23 - Indicadores para o Grupo 4 de variáveis	153
Quadro 24 - Variáveis extremamente relevantes	154
Quadro 25 - Posicionamento das variáveis relevantes, no espaço bidimensional	155
Quadro 26 - Formação de clusters	156
Quadro 27 - Projeção dos clusters no espaço	156

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Página

Gráfico 1 - Idosos – Um fardo para a Sociedade	93
Gráfico 2 - Sentimento dos idosos face ao adiamento da idade de reforma	93
Gráfico 3 - Idade subjetiva.....	94
Gráfico 4 - Evolução da População Portuguesa por grupos etários.....	102
Gráfico 5 - Evolução do envelhecimento da População Portuguesa idosa ⁶²	103
Gráfico 6 - Contribuição de diferentes indicadores para o domínio da participação na sociedade.....	113
Gráfico 7 - Evolução dos grupos etários, no concelho de Faro, no período 1981- 2011	114

ÍNDICE DE TABELAS

Página

Tabela 1 - Grau de confiança - Sistema de Justiça / Tribunais.....	157
Tabela 2 - Grau de confiança - Polícia	157
Tabela 3 - Grau de confiança – Partidos Políticos.....	157
Tabela 4 - Grau de confiança – Nações Unidas.....	157
Tabela 5 - Fatores que poderão dificultar a participação política de pessoas com 65 ou mais anos – Saúde frágil	158
Tabela 6 - Fatores que poderão dificultar a participação política de pessoas com 65 ou mais anos – Acesso à informação	158
Tabela 7 - Fatores que poderão dificultar a participação política de pessoas com 65 ou mais anos – Acesso às Instituições e aos Órgãos políticos.....	158
Tabela 8 - Votou nas últimas eleições? – Parlamento Europeu.....	159
Tabela 9 - Votou nas últimas eleições? – Presidência da República	159
Tabela 10 - Votou nas últimas eleições? – Legislativas	159
Tabela 11 - Contributo no último ano para a cidadania política e social – Filiou-se num partido político	160
Tabela 12 - Contributo no último ano para a cidadania política e social – Comprou um produto por razões políticas, éticas ou ambientais	160
Tabela 13 - Contributo no último ano para a cidadania política e social – Recusou um produto por razões políticas, éticas ou ambientais	160
Tabela 14 - Contributo no último ano para a cidadania política e social – Participou numa manifestação legal.....	161
Tabela 15 - Contributo no último ano para a cidadania política e social – Fez um donativo para uma organização humanitária ou de proteção dos direitos humanos.....	161

ÍNDICE DE TABELAS DE CONTIGÊNCIA

Página

Tabela de contigência 1 - Modo individual não institucionalizado versus modo de contacto.....	147
Tabela de contigência 2 - Modo individual não institucionalizado versus modo coletivo	147
Tabela de contigência 3 - Modo coletivo versus modo de contacto	148

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

ALS – *Alternating Least Squares*

ARPI – Associação dos Reformados, Pensionistas e Idosos

BB – *Baby Boomers*

BCE – Banco Central Europeu

BM – Banco Mundial

BE – Bloco de Esquerda

CDS – Centro Democrático Social

CEPCEP – Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa

CIVIS – Associação para o Aprofundamento da Cidadania

EA – Envelhecimento Ativo

EU – União Europeia

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

IEUL – Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

INE – Instituto Nacional de Estatística

MDP/CDE – Movimento Democrático Português

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONG – Organização não-governamental

OVERALS – Análise de Correlações Canónicas não Lineares

PCP – Partido Comunista Português

PD – Países Desenvolvidos

PED – Países em Desenvolvimento

PPD/PSD – Partido Social Democrático

QI – Quarta Idade

RGP – Recenseamento Geral da População

SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences

TI – Terceira Idade

EU – União Europeia

INTRODUÇÃO

A escolha do tema da presente Dissertação prende-se com os contextos político, demográfico e socioeconómico da Sociedade portuguesa, nomeadamente a reconfiguração do modelo de democracia representativa, principalmente nas formas mais convencionais de participação política (Freire, 2002; Cabral, 2003; Main, 2013), e a insatisfação generalizada dos portugueses face à qualidade da democracia (Freire, 2003; Pinto *et al.* 2012), o envelhecimento demográfico e a crise económico-financeira iniciada em 2008 e as políticas de austeridade que lhes estão associadas.

No modelo de democracia representativa os cidadãos escolhem os seus representantes no pressuposto destes defenderem os seus interesses. Contudo, é cada vez mais evidente a crescente deterioração deste modelo, sobretudo a partir dos anos 90 do século XX. A crescente fragilização da adesão dos cidadãos ao modelo de democracia representativa, que se tem manifestado através de um decréscimo da participação, nomeadamente no que se refere à participação eleitoral que exhibe um gradual aumento da abstenção, no declínio da identidade partidária, na desconfiança nas instituições políticas tradicionais, na falta de sintonia ideológica entre os cidadãos e os eleitos para os governar, factos estes que põem em evidência a crise que a democracia representativa atravessa na atualidade (Silva in Viegas *et al.*, 2010:29; SEDES,2009). Por outro lado, assiste-se a um crescente empobrecimento do debate político que bastas vezes se reduz a uma mera troca de argumentos sem verdadeira substância política, protagonizada pelos partidos do designado arco da governação.

A insatisfação resultante da circunstância da atividade política partidária não ser entendida pelos cidadãos comuns como uma resposta eficaz às suas expectativas e aspirações, deveria determinar uma reação vigorosa dos cidadãos traduzida em modalidades de participação alternativas e/ou complementares aquelas que podem ser enquadradas no modelo puro de democracia representativa (participação eleitoral): manifestações, protestos, entre outras. É, pois, surpreendente verificar que, no caso português, tais reações se tenham revelado de uma escala extremamente reduzida e abrangendo apenas uma pequena fração do conjunto dos cidadãos. É certo que os protestos são bem audíveis na vida quotidiana das pessoas. Mas não é menos certo que tais protestos não constituem formas organizadas de participação política, antes

funcionam como desabafos individuais inconsequentes o que, naturalmente, destrói qualquer possibilidade de se transformarem em instrumentos eficazes de participação.

Por seu lado, o envelhecimento demográfico, que coloca desafios e oportunidades, tem sido perspetivado sobretudo como uma “ameaça” para as sociedades contemporâneas devido aos impactos negativos previstos nos sistemas de segurança social e de saúde e na produtividade económica. O envelhecimento ativo, enquanto retórica no domínio das políticas públicas, tem sido defendido como sendo uma resposta adequada para combater as consequências mais ameaçadoras do envelhecimento demográfico e para potenciar os seus aspetos positivos. Por último, as políticas de austeridade desenvolvidas em Portugal como resposta à crise económica e financeira colocam diversas dimensões estruturantes do Estado-providência em risco, levando a que segmentos sociais mais vulneráveis e com menos poder reivindicativo, nos quais se inclui a população idosa, se confrontem com o drama da exclusão social.

É neste contexto macrossocial que a participação política dos idosos surge como relevante. Passemos a explicar melhor. Considerando que a participação política é uma dimensão muito importante da vida social e um dos indicadores mais importantes da saúde de uma democracia, a constatação de que a investigação sobre a participação política dos idosos é escassa, particularmente em Portugal (sendo também de sublinhar a ausência de participação política nos estudos sobre a exclusão social da população idosa), é, por si só, uma justificação para se realizar uma pesquisa que possa contribuir para colmatar esta lacuna. Em segundo lugar, o atual contexto socioeconómico é particularmente propício para a participação política dos grupos da população mais afetados pelas políticas de austeridade, nos quais se inclui o grupo dos que têm 65 ou mais anos de idade (Campbell, 2003; Goerres, 2009). No entanto, o envelhecimento ativo, que é hoje propalado pela União Europeia e por outras organizações internacionais (ex.: a Organização Mundial da Saúde) como sendo a abordagem mais adequada para fazer face ao envelhecimento demográfico, só muito recentemente tornou explícito, através da construção do Índice de Envelhecimento Ativo¹, que a participação política é uma das

¹ O Índice de Envelhecimento Ativo é um instrumento, criado no âmbito da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (UNECE), que pretende medir até que ponto as pessoas idosas têm vidas independentes, participam no mercado de trabalho e em atividades sociais, e têm capacidade para envelhecer ativamente. (<http://www1.unece.org/stat/platform/display/AAI/I.+AAI+in+brief>).

dimensões da participação social ². Assim, por um lado temos um contexto socioeconómico propício para a participação política do segmento mais velho da população, mas por outro lado temos a retórica do envelhecimento ativo que ainda não é suficientemente encorajador da participação política, visto só muito recentemente ter assumido explicitamente que a participação política é uma das formas de participação social. Em terceiro lugar, o segmento etário dos indivíduos com 65 ou mais anos assumir um nível de relevância cada vez maior na Sociedade Portuguesa, pois já é (e será ainda mais no futuro) uma considerável massa de eleitores com direito a opinião e a interferir e a defender os seus interesses, como aliás, consagra a Constituição Portuguesa. A este respeito, um estudo do Eurobarómetro indica que a maioria dos portugueses inquiridos (56%) concorda com a afirmação de que os decisores políticos prestarão, futuramente, menor atenção às necessidades dos jovens devido a um aumento do número de eleitores idosos (EUROBAROMETER, 2009). Parece estar implícito de que estes mesmos inquiridos esperarão que os decisores políticos venham a prestar uma maior atenção às necessidades dos idosos. Portanto, estudar a participação dos idosos de hoje dar-nos-á indicações sobre como é que será a participação política dos idosos nas próximas décadas, embora num futuro mais distante esta participação dependerá das características das coortes de nascimento que entrarão no grupo etário dos 65 e mais anos de idade. A este respeito, importa sublinhar que a inclusão social das pessoas idosas depende, em grande parte, da forma como conseguem exercer e reivindicar os seus direitos cívicos. Logo, investigar o nível e a forma de participação política das pessoas idosas permitirá identificar eventuais domínios que carecem da intervenção das políticas públicas no sentido de promover uma maior inclusão social deste segmento da população.

Não obstante o que acaba de se referir, a criação e o reajustamento das estruturas de suporte social e político a esta nova realidade demográfica em Portugal, designadamente a formulação de políticas específicas dirigidas a este segmento populacional, tais como a criação de infra estruturas de apoio nas áreas da saúde e do lazer, a criação de esquemas flexíveis que permitam a compatibilização do lazer com o trabalho, políticas de discriminação positiva a favor dos idosos, entre outras, não parecem ter evoluído em conformidade com a visibilidade e a importância pública dos idosos, bem como com o surgimento e o aumento dos movimentos e das associações representativas

² A participação social é uma das dimensões do envelhecimento ativo

destes. Nem mesmo o facto das manifestações públicas contarem cada vez mais, com a presença de “cabelos brancos” parece ter induzido uma alteração mental por parte dos detentores do poder político no sentido de acomodar esta nova realidade no quadro da formulação e execução das suas políticas.

Sendo hoje o idoso um elemento relevante do cenário sociopolítico português espera-se que exerça influência sobre o processo de decisão política, reforçando os níveis de democraticidade e de justiça social. Por conseguinte, urge saber como se manifesta, no cenário político, económico e social, a sua participação, quer através das formas convencionais tais como a participação eleitoral, a filiação partidária, a participação em organizações e movimentos orgânicos; quer ainda nas formas não convencionais tais como a participação em movimentos inorgânicos, a realização de bloqueios eleitorais, a participação em *fora* políticos informais, entre outras.

Assim sendo, o objetivo geral desta investigação é captar os perfis de participação política dos idosos, os seus fundamentos, bem como os fatores sociais que, na perspetiva das pessoas idosas, facilitam ou dificultam a sua participação política.

De modo mais específico, procurar-se-á responder às seguintes perguntas de investigação:

1. Será que a participação política dos idosos se processa sobretudo de uma forma Tradicional?
2. Que combinações entre formas de participação Institucionalizada e Não-institucionalizada se conseguem descortinar?
3. Que fatores dificultam a participação política?
4. Em que medida os perfis de participação política são determinados pelo género e a idade?

Estrutura formal

Este trabalho foi organizado em duas partes fundamentais. A Parte I, composta por cinco capítulos, inicia-se com a revisão da literatura em torno dos conceitos que

estruturam esta investigação, bem como da sua evolução histórica. Não obstante, e dada a natureza deste trabalho, não se irá aprofundar a discussão teórica em torno dos mesmos.

No que concerne aos conceitos de Democracia e de Envelhecimento Populacional, optou-se por realizar uma breve digressão sobre o impacto das diferentes sequências históricas na evolução da democracia e do modelo demográfico, as suas características gerais e a sua relação com o processo de participação política em particular da participação política dos idosos. Considera-se que as singularidades de cada momento histórico do processo democrático e demográfico, em conjugação, têm impacto na participação política, sendo umas mais favoráveis do que outras à mobilização política dos idosos.

No final da Parte I, no Capítulo V, apresenta-se uma súpula de algumas das mais recentes investigações realizadas sobre a temática em apreço.

Este enquadramento teórico revelou-se de suma importância, na medida em que facilitou a abordagem das questões em estudo e a interpretação dos dados empíricos que vieram a ganhar significado quando confrontados com os referenciais teóricos. Igualmente este enquadramento teórico constituiu-se como fornecedor de uma base de reflexão crítica sobre a investigação.

Na Parte II, composta por quatro pontos, são definidas as escolhas Epistemológicas que orientam a componente empírica deste trabalho exploratório.

O ´caminho metodológico` adotado privilegiou uma abordagem mista, cujas técnicas (qualitativa e quantitativa) foram utilizadas sequencialmente com preponderância das técnicas quantitativas.

As técnicas de recolha, tratamento e análise da informação empírica fundamentaram-se, numa primeira etapa, em entrevistas exploratórias efetuadas a 13 indivíduos de ambos os sexos, com 65 ou mais anos de idade com vista a complementar o questionário principal extraído do “*European Social Survey 5*, apêndice 6, edição 3.0”.

Numa segunda etapa, o questionário principal (contendo já este os *out puts* das entrevistas) foi aplicado 141 indivíduos, de ambos os sexos, com 65 ou mais anos de idade, residentes na cidade de Faro e selecionados por conveniência.

Seguidamente, foram tratados e analisados os dados através do programa informático SPSS, versão 21, recorrendo a técnicas de, análise descritiva, análise de correlações canónicas não lineares e análise de *clusters* através do método *K-means*.

Esta análise permitiu encontrar dois perfis de participação política e responder às questões colocadas que incitaram à realização do estudo em apreço.

No final desta parte do trabalho (Parte II) procedeu-se à discussão dos resultados e realizada uma síntese conclusiva.

Parte I – REVISÃO DA LITERATURA

CAPÍTULO I – DEMOCRACIA E GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

1. A Democracia

O processo de formação, de distribuição e de exercício do poder político é central na diferenciação dos sistemas de governo de qualquer sociedade. Em democracia o poder tem origem na sociedade sendo esta simultaneamente o seu pilar e o espaço do seu exercício “Poder do Povo, pelo Povo e para o Povo”, baseado na velha máxima de liberdade e igualdade humana. Assim, em Democracia, o poder ascende da base, contrariamente às autocracias, em que o poder político descende do topo.

Para Alain Touraine “ *a força principal da democracia reside na vontade dos cidadãos de agirem de maneira responsável na vida pública. O espírito democrático forma uma consciência coletiva, ao passo que os regimes autoritários assentam na identificação de cada um com um «leader», com um símbolo, com um ser social coletivo, em particular com a nação*” (Touraine 1994:105).

Neste sentido, Carole Pateman defende igualmente que “*para que exista uma forma de governo democrático é necessária a existência de uma sociedade participativa, isto é, uma sociedade onde todos os sistemas políticos tenham sido democratizados e onde a socialização por meio da participação pode ocorrer em todas as áreas.*” (Pateman 1992:61).

Por conseguinte, em Democracia o poder do Povo, prevê dois aspetos fundamentais: a capacidade que os cidadãos dispõem em promover os seus interesses através da criação de sindicatos, associações e organizações sociais diversas, e a capacidade dos mesmos em resistir às atividades e interesses de terceiros que lhes são adversas, através de formas de protesto como greves, manifestações, boicotes etc..

A efetivação deste poder dos cidadãos, passa por uma participação política responsável na vida pública, conscientes estes, dos seus deveres e obrigações. É participando que os cidadãos concedem legitimidade ao seu governo democrático.

Consequentemente, a ideia de democracia surge naturalmente vinculada à ideia de participação sendo esta fundamental tanto para o desenvolvimento social como para o próprio desenvolvimento da prática democrática.

A propósito da ideia de legitimidade do poder político, esta apresenta-se como uma questão controversa e tem sido, ao longo dos séculos, objeto de análises e motivo de construção de concepções de Estado baseadas em diferentes visões da Sociedade e, quiçá, de diferentes visões sobre o ser humano.

A legitimidade do poder materializa-se na formulação de um padrão normativo que serve para avaliar o poder político vigente. Deste modo, de acordo com Norberto Bobbio, no decurso da História foi-se verificando a formulação de princípios normativos de justificação do poder em concordância com as ideologias predominantes: legitimidade divina (Deus)³, legitimidade democrática (Povo), legitimidade dinástica (Tradição), legitimidade revolucionária (Progresso), ou legitimidade da natureza (Força ou Razão). (Bobbio1989: 239-242).

Neste contexto, é útil salientar a diferença entre um poder legitimado e um poder legítimo. A legitimidade democrática pressupõe dois requisitos fundamentais: a observância dos procedimentos normativos democráticos e a submissão e o respeito pelos direitos dos cidadãos. No que respeita à legitimação, esta parece emanar apenas de processos formais de escolha e manutenção dos titulares do poder. Assim sendo, pode existir um governo legitimado formalmente, sem contudo ser legítimo à luz dos princípios democráticos, como por exemplo, aquele governo que apesar de ter sido eleito pelo povo não respeita os direitos dos cidadãos, atuando em contradição com o sistema de crenças. A legitimidade é assegurada pelo consenso, de maneira a que seja reconhecido como legítimo.

É portanto através da participação política, que se cede legitimidade ao poder político e, no que concerne ao modelo de democracia representativa, a legitimação do poder é feita através da participação eleitoral através do sufrágio, universal. O voto manifesta a vontade dos cidadãos relativamente a quem deve caber o exercício do poder

³ A legitimidade divina era extrassocial, o poder vinha de Deus, o poder era entendido como sacro.

em seu nome. Contudo, quando as taxas de abstenção eleitoral são elevadas pode discutir-se se os resultados eleitorais espelham a vontade da maioria dos cidadãos. No que respeita ao exercício das restantes formas de participação política, quer institucionalizadas quer não institucionalizadas, estas quando se manifestam indicam se esse poder fere ou não a sensibilidade social, se reproduz a vontade geral, o interesse comum, se cumpre ou não o seu manifesto eleitoral e, por conseguinte, se mantém a legitimidade democrática.

Para além destas considerações, é necessário abordar a importância do sentimento de pertença à comunidade, que está vinculada à consciência de cidadania. A este respeito, Alain Touraine afirma que “ *não há democracia sem consciência de se pertencer a uma coletividade política*”. Não é a consciência de pertença em si mesma que é a democracia, mas antes a consciência dos cidadãos de responsabilidade por essa coletividade a que se sentem pertencentes, responsabilidade que se traduz na construção da vida coletiva. Touraine, adianta ainda que se os cidadãos não partilharem este sentimento de pertença, não se sentem responsáveis pelo seu governo, porque este exerce o seu poder num conjunto territorial que lhes é estranho (Touraine 1994: 95). Desta forma, todos aqueles que não nutrem este sentimento de pertença e, por conseguinte, não se sentem responsáveis, não estarão estimulados a participar.

Dahl refere ainda que, num sistema ideal democrático “*uma característica-chave da democracia é a contínua responsividade do governo às preferências dos seus cidadãos, considerados como politicamente iguais*”. Defende que, para além da escolha dos seus representantes, os cidadãos têm uma outra função, não menos importante no processo político, que consiste em organizarem-se em grupos de interesses, com vista a processar e articular os diferentes interesses manifestados pela sociedade. Para este autor, esta forma de organização política revela uma sociedade de carácter plural onde os cidadãos têm liberdade de se associarem aos grupos (partidos políticos) que julguem melhor defender os seus interesses. Este é um dos aspetos de suma importância na democratização das sociedades atuais; pois ele “*permite o desenvolvimento de um sistema político que possibilita a oposição, rivalidade ou competição entre um governo e seus oponentes*” (Dahl, 1972 ed. 2005:25).

No que respeita à prática democrática dos regimes representativos, Robert Dahl, com base na História da Democracia e nas definições do ideal democrático, defende que

o termo poliarquia⁴ seria o mais adequado para definir esta organização democrática da sociedade. Desta forma, defende que uma democracia em grande escala, “democracia poliárquica”, de um país ou estado-nação, deverá exigir: ”1.*Funcionários eleitos*; 2.*Eleições livres, justas e frequentes*; 3.*Liberdade de expressão*; 4. *Fontes de informação diversificadas*; 5. *Autonomia para as associações*; 6. *Cidadania inclusiva*.” (Dahl 2001:99).

Estas seis instituições foram criadas para satisfazer, segundo o Autor, os seguintes critérios democráticos numa poliarquia,

...Os representantes eleitos asseguram os critérios da participação efetiva, do controlo do programa e da igualdade de voto; As eleições livres, justas e frequentes asseguram os critérios do controlo do programa e da participação efetiva; A liberdade de expressão assegura os critérios do entendimento esclarecido e do controlo do programa; A informação alternativa assegura os critérios de participação efetiva e do entendimento esclarecido; A autonomia para as associações assegura os critérios do controlo do programa e da participação efetiva; A cidadania inclusiva assegura os critérios do entendimento esclarecido, controlo do programa e apela à inclusão. (Dahl, 2001:106).

Pese embora a criação destas instituições para satisfazer os critérios democráticos propostos pelo Autor, este refere ainda que, na prática atual, a participação apenas legitima a administração de políticas já anteriormente definidas, não existe praticamente espaço para a contestação, para além do facto dos cidadãos estarem sujeitos a uma grande manipulação por parte de quem detém o poder, não sabendo como pôr em prática as suas propriedades decisórias. O cidadão apenas outorga aquilo que, direta ou indiretamente, lhe é imposto. Por conseguinte, apesar de existir inclusão não existe tolerância à contestação (Dahl, 1972 ed. 2005).

Não obstante, na atualidade, a consagração do ideal democrático como norteador de organização política das sociedades de maior influência no contexto global, aparece como sinónimo de legitimidade incontestada do exercício do poder político. Esta legitimidade fundamenta-se essencialmente na característica intemporal da Democracia, no longo caminho percorrido, desde a Antiguidade até aos nossos dias.

⁴ Poliarquia é um *conceito* criado por Robert Dahl para definir a democracia representativa moderna. ”*Democracia poliárquica é um sistema político dotado de seis instituições democráticas*” (Dahal, 2001 :104).

Igualmente David Held, reforçando a ideia de legitimidade intrínseca defende que “*la democracia parece dotar de una «aura de legitimidad» a la vida política (...) normas, leyes, políticas y decisiones parecen estar justificadas y ser apropiadas si son «democráticas»*” (Held, 1987:15).

Giddens refere, a propósito, que “*a Democracia é a ideia com maior poder de energização do séc. XX. Hoje são poucos os Estados no mundo que se não designam «democráticos»*”. Por exemplo, veja-se os casos da ex-União Soviética e da China designadas de ‘democracias populares’. Os únicos países que expressamente não se assumem como democráticos são as últimas monarquias semifeudais da península arábica e que, mesmo assim, são hoje alvo da influência das correntes democráticas (Giddens, 2007:78).

Com referência ao maior poder de energização que o regime democrático exhibe, Dahal, resume as vantagens e benefícios da democracia através dos seguintes pressupostos,

...A democracia ajuda a impedir o governo de autocratas cruéis e perversos; garante aos cidadãos uma série de direitos fundamentais que os sistemas não democráticos não proporcionam, nem podem proporcionar; assegura aos cidadãos uma liberdade individual mais ampla que qualquer alternativa viável; ajuda a proteger os interesses fundamentais das pessoas; apenas um governo democrático pode proporcionar uma oportunidade máxima para os indivíduos exercitarem a liberdade de autodeterminação – ou seja: viverem sob leis de sua própria escolha; somente um governo democrático pode proporcionar uma oportunidade máxima do exercício da responsabilidade moral; a democracia promove o desenvolvimento humano mais plenamente que qualquer alternativa viável; apenas um governo democrático pode promover um grau relativamente alto de igualdade política; as modernas democracias representativas não lutam umas com as outras; os países com governos democráticos tendem a ser mais prósperos que os países com governos não democráticos. (Dahl, 2001:73-74)

Assim, parece evidente que, não obstante a prática democrática se afigurar longe do ideal democrático concebido por Dahl, e, apesar dos seus avanços e recuos e de sofrer de muitos defeitos, apresenta vantagens e benefícios face às outras alternativas viáveis. Uma das razões plausíveis para a relativa superioridade do sistema democrático em contraste com sistemas alternativos, reside no facto de aquele se encontrar alicerçado num

sistema de poderes e de contrapoderes (que certos autores anglo-saxônicos designam de sistema de *checks and balances*⁵) e que permite assegurar o equilíbrio de poderes prevenindo a emergência de práticas não democráticas.

Por fim, numa tentativa de diferenciar Democracia dos movimentos que dela resultam, Manet (2008) refere que são muitos os autores que definem a Democracia como a igualdade de condições e o movimento democrático como a busca de reforço dessa igualdade.

São variadas as propostas para alcançar tais propósitos. A literatura disponível sobre a conceção da Democracia aponta para duas teorias clássicas fundamentais: a Teoria democrática das elites⁶ e a Teoria da democracia participativa que, por sua vez, dão origem aos dois principais modelos democráticos alternativos: o modelo de democracia representativa e o modelo de democracia participativa, respetivamente.

Ambas as teorias defendem ter como valor primeiro o bem público e a sua defesa, diferindo na definição das prioridades e na distribuição do poder político. No que respeita à teoria democrática das elites ela surge duma reconfiguração da Teoria das Elites (Pareto, Mosca e Michels), que se assumia elitista, conservadora e não democrática, uma vez que a vontade política partia das elites para o público, argumentando estas que não reconhecia ao público capacidade e competências políticas.

Porém, mais tarde, *“a crítica do elitismo monolítico terminou por dar origem a uma conceção desmitificada, realista, desencantada da democracia, que foi batizada e recentemente criticada com o nome de “elitismo democrático” e cujas principais conotações são a “concorrência das Elites políticas, o fato de que estas Elites devem dar conta de sua ação periódica junto aos eleitores e sejam diversamente acessíveis aos*

⁵ Sistema de poderes e contra poderes.

⁶ Teoria democrática das elites – Surge da reconfiguração da Teoria das elites cujos percursores foram Mosca, Pareto e Michels que defendiam a incapacidade de uma maioria de iletrados “os não elite” assumir a direção política da sociedade. Esta deveria ser entregue a uma minoria de letrados “a elite”, os únicos capazes de organizar politicamente a sociedade de uma forma eficiente e eficaz, defendendo o bem público e o equilíbrio social. Desta forma aos despojados do poder “os não elite” caberia, apesar de existirem eleições competitivas capazes de constituírem um elemento de articulação entre os cidadãos e as “elites políticas”, apenas o papel de figurantes obedientes aos que elegeram. “ (...) aos cidadãos é reservado um plano apartado da arena política. São preponderantemente as elites que influenciam o público, e não inverso, constituindo as eleições não mais do que um exercício simbólico de reafirmação da democracia com vista à legitimação do poder das elites” (Etzioni-Halevy 1993:24 in Belchior 2010:58)

pedidos que vêm das classes inferiores" (P. Bachrach⁷, 1967, 8 in Bobbio 1983: 389). A argumentação teórica de Peter Bachrach baseia-se deste modo nos princípios democráticos (igualdade e liberdade) e nos procedimentos democráticos (participação), Para o Autor, as elites deveriam competir entre si ficando a responsabilidade da escolha de uma delas aos eleitores.

No que respeita à Teoria da Democracia Participativa, esta apoiando-se "*no princípio geral da igualdade de todos, no ceticismo face às capacidades da elite em encontrar o bem de todos justifica assim a participação do público como o melhor processo para identificar o interesse público*" (Belchior, 2010:60). Deste modo, a Teoria da democracia participativa concebe "*o funcionamento do sistema político não centralizado no poder de decisão da elite política, mas na capacidade de participação dos cidadãos e das organizações sociais nos processos de tomada de decisão. A direção da influência não é já essencialmente descendente, das elites para o público, mas ascendente, do público para as elites*" (Belchior, 2010:61).

Em suma, quer a Democracia Representativa quer a Democracia Participativa, são modelos democráticos podendo-se apenas falar de maior ou menor democraticidade, e essa depende das complexas transformações históricas, de certas condições sociais e simbólicas, dos critérios perfilhados, dos arranjos constitucionais e institucionais adotados, com as numerosas possibilidades que emergem dos contextos e conjunturas das sociedades.

2. Democracia e participação política no contexto da Globalização Neoliberal

2.1. Globalização

A referência à ideia de globalização terá como ponto de partida a perspetiva sistémica que menoriza o papel dos agentes sociais, defendendo que a ação dos indivíduos e das instituições, não detendo pouca ou nenhuma autonomia, encontra-se predeterminada pela lógica do sistema "*Modern World System*". Segundo Wallerstein, o "*Modern World System*" é caracterizado por uma "economia-mundo capitalista" que parte de uma

⁷ Bachrach, Peter 1967 ed. Castelhana 1973, Crítica de la Teoria Elitista de la Democracia, Buenos Aires, Amorrortu

estrutura hierárquica, profundamente desigual e assimétrica, estrutura que divide o mundo em três zonas: um núcleo muito pequeno onde se localizam os países ou zonas muito ricas, configurando o centro do sistema; uma zona intermédia, que o autor denomina de semiperiférica, onde se situam os países moderadamente ricos; por fim, uma vasta zona periférica, âncora do sistema capitalista, suportando as outras duas zonas, constituída pelos países mais pobres e espoliados.

Com respeito à realidade atual verifica-se um processo agudo e profundo de mundialização complexo e conflituoso com múltiplas consequências multilaterais desiguais geradoras de novas desigualdades de riqueza e de poder.

Consequentemente, a interdependência entre os povos e os países que constitui a marca do atual processo de globalização capitalista, produz um desequilíbrio de forças que favorece as nações economicamente dominantes, deixando os outros países enfrentando dificuldades na afirmação da sua autonomia. Por outro lado, as ajudas das instituições financeiras como o Banco Mundial (BM), o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) têm normalmente como consequência imposições económicas e políticas que fragilizam a soberania dos Estados-nação, pondo em causa a sua natureza e a sua função enquanto entidades reguladoras e promotoras do bem-estar económico-social. As conseqüentes dificuldades económicas e a insegurança sentida pelas nações ou países mais pobres, parecem ser a melhor “sementeira” para soluções autoritárias pondo em causa certos direitos democráticos e a própria Democracia enquanto modelo civilizacional.

2.2. Globalização Neoliberal e Individualização do Risco

Não havendo intenção de abordar o processo histórico da globalização, partir-se-á do momento em que o termo ‘globalização’ surge no pensamento contemporâneo, quer no plano académico, quer no da sua expressão coloquial, o que remete para as últimas décadas do séc. XX.

A desagregação da União Soviética, tendo representado a última experiência de “socialismo real” do mundo moderno, pôs fim ao mundo bipolar (capitalismo *versus* socialismo) impulsionando a ascensão hegemónica dos Estados Unidos da América como

potência económica, política e militar, encetando-se deste modo um processo evolutivo do capitalismo, que se transformou em modelo económico único à escala planetária. Em 1989, do encontro realizado em Washington DC, que ficou conhecido pelo “Consenso de Washington”⁸, as ideias propostas ainda no decurso das décadas de 1970 e 1980 por certos países desenvolvidos (ex.:, EUA e Reino Unido) com o pretexto de acelerar o desenvolvimento económico mundial, acabaram por se consubstanciar num receituário de reformas estruturais neoliberais centradas fundamentalmente na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira e na redução da dimensão do Estado⁹.

Este receituário formulado pelas agências financeiras internacionais sediadas em Washington (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos), transformou-se num pré-requisito para a concessão de empréstimos e outro auxílio económico aos países em dificuldade. Deste modo, passou-se das “monitorizações” das ditas reformas estruturais que se impunham aos países para acelerar o seu desenvolvimento económico, a uma ingerência nos seus assuntos internos, que não se resumia apenas ao plano económico mas igualmente ao plano político e mesmo cultural (Negrão, 1998:41-43).

Posto isto, na perspetiva desta ideologia, a valorização do desenvolvimento é assente quase exclusivamente no crescimento económico e na competitividade a nível mundial, parecendo existir uma subalternização das dimensões extra económicas tais como os aspetos de natureza cultural, política, social e ambiental que são profundamente afetadas pelas políticas de cariz neoliberal.

⁸ A expressão “Consenso de Washington” foi criada por John Williamson em 1990. “Originalmente significava: “o mínimo denominador comum de recomendações de políticas económicas que estavam sendo cogitadas pelas instituições financeiras baseadas em Washington DC e que deveriam ser aplicadas nos países da América Latina, tais como eram suas economias em 1989.” Desde então a expressão “Consenso de Washington” fugiu ao controle de seu criador e vem sendo usada para abrigar todo um elenco de medidas e para justificar políticas neoliberais com as quais nem mesmo Williamson concorda” (Wikipédia, enciclopédia livre)

⁹ A perspetiva de mudança política e social que no passado foi assumida pelos partidos comunistas e socialistas, passou nas décadas de 70 e de 80 do século XX a ser protagonizada pelos partidos liberais da designada ‘nova direita’; ou seja, os defensores da doutrina neoliberal (surgida de uma redefinição do liberalismo clássico, induzido pelas teorias económicas neoclássicas) que apontava o modelo de social-democracia prevalecte como o principal responsável pelas crises vividas nas democracias ocidentais (Harvey 2007) . Este diagnóstico tinha a intenção viciosa de construir novos significados sociais sobre o Estado e a Democracia sobre a qual se legitimariam as reformas propostas pelos “salvadores” da crise como sendo as únicas possíveis, a solução natural, para salvar a Democracia e a Sociedade.

Inicialmente, estas ideias foram aceites e convictamente adotadas por alguns governos, destacando-se neste particular os de Pinochet no Chile, de Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos Estados Unidos da América do Norte.

Face a este novo ciclo do desenvolvimento capitalista, através do qual a ideologia neoliberal se afirmou e se tornou hegemónica à escala mundial, é hoje patente de acordo com Frederico Cantante, o drástico agravamento dos níveis de desequilíbrio da distribuição da riqueza mundial verificado no decurso das últimas décadas (Cantante, 2012).

Em suma, podemos afirmar, tal como Anderson (1996:22), que o processo de globalização contemporâneo nada mais é do que um instrumento de hegemonização mundial da ideologia neoliberal. Assim sendo, à medida que os países foram cedendo a este novo modelo foram transferindo grande parte do seu poder estatal (coordenador e regulador de toda a sociedade) para entidades extra nacionais a que se apõe frequentemente a denominação genérica de ‘mercados’.

Basta recordar, a propósito, que

...para o Grupo de Lisboa (1994), a globalização é uma fase posterior à internacionalização e à multinacionalização porque, ao contrário destas, anuncia o fim do sistema nacional enquanto núcleo central das atividades estratégicas humanas organizadas. (Santos, 2002:32)

Este novo modelo de produção e de acumulação de capital levou inevitavelmente a um aumento do poder do “mercado global” à custa do enfraquecimento dos estados, principalmente dos estados democráticos sociais, circunstância que, inevitavelmente, sempre acarretaria consequências muito perversas para a própria democracia enquanto modelo civilizacional.

As economias mais débeis dos países periféricos são as que mais sofrem as consequências da imposição do receituário neoliberal, ficando reféns das negociações e renegociações das suas dívidas externas através dos programas de ajustamento estrutural, levando os estados ou países a efetuar cortes drásticos nas suas despesas sociais e à privatização do setor público para diminuir despesas e arrecadar receitas.

Harvey argumenta que os estados neoliberais, ao proceder a cortes massivos na despesa pública, pretendem reduzir o que o autor apelida de “Salário Social”: os apoios (pecuniários ou em espécie) aos elementos mais desfavorecidos da sociedade (subsídios, abonos e outras prestações sociais), a provisão pública de cuidados de saúde, de serviços de educação, de alojamento, *etc.* (Harvey, 2007).

Neste quadro de mudança estrutural, a estratégia implícita conduzida pelas forças restauracionistas, apelidadas por Harvey de “*Neoliberalism as Creative Destruction*”, baseia-se no esvaziamento da ação das instituições do Estado-providência, de modo a reduzir o impacto da sua intervenção na Sociedade e a criar as condições para um plano de redistribuição massiva de valor dos beneficiários do Estado-providência a favor das classes economicamente dominantes; ou seja, os apoios, antes considerados direitos sociais, são desviados da esfera da intervenção do Estado, isto é, da esfera política, e transferidos para o setor privado (mercado) e para a sociedade civil, transmutando esses direitos em serviços privados. Ferge (1997) designa este processo por “*individualization of the social*”.

Consequentemente, os indivíduos passam à condição de consumidores e produtores de serviços, integrados individualmente no “mercado”, ficando por sua própria conta e risco, “*perante uma profusão de escolhas entre diversas maneiras de ser humano e de viver a vida*” (Bauman, 1997:233), passando o seu devir a ser de sua exclusiva responsabilidade. Como resultado, o interesse coletivo, central até então em Democracia, dará lugar ao interesse privado, designando Bauman todo este processo “*de radical privatização do destino humano*” (Bauman, 1997).

Em suma, o Neoliberalismo, ao tornar-se tão hegemónico no discurso público e económico, produziu o efeito de ser entendido por muitos como um método baseado no senso comum para a abordagem da forma como interpreta, compreende e vive o mundo de hoje; ou seja, este fenómeno que Harvey descreve como a “naturalização do Neoliberalismo”, traduziu-se na incorporação dos preceitos e da visão do mundo e da vida inerentes à doutrina neoliberal no senso comum e nos gestos quotidianos das organizações e dos cidadãos, tornando-os indisputados (Harvey, 2007).

Ainda de acordo com Harvey, a justificação política, económica e moral do neoliberalismo tem sido alicerçada na promoção de uma certa ideia de liberdade individual. A apologia da “liberdade de escolha”, da livre iniciativa empresarial, da natureza inalienável da propriedade privada, do desmantelamento das barreiras alfandegárias e do comércio livre, constituem elementos privilegiados do ideário e da terminologia neoliberal (Harvey, 2007).

Por fim, para que se possa identificar o significado político da governação neoliberal, Boaventura Sousa Santos alerta que *“temos que prestar atenção não apenas àquilo que ela diz mas também àquilo que silencia. São os seguintes os silêncios mais importantes da matriz da governação: as transformações sociais, a participação popular, o contrato social, a justiça social, as relações de poder e a conflitualidade social”* (Santos, 2005:11-12).

2.3. Neoliberalismo, Democracia e participação política

Nesta nova ordem mundial, a democracia e os direitos humanos e sociais passam a constituir vítimas inevitáveis dos efeitos das políticas supra descritas. Não obstante estes efeitos perversos, esta situação parece não apontar para a extinção do Estado nacional ou da Democracia, mas antes para a sua reconfiguração em novas bases.

Neoliberalismo e Democracia, considerados a partir dos seus conceitos fundamentais apresentam-se aparentemente como incompatíveis. Todavia, nada parece impedir que com uma reconfiguração da forma de conceber a democracia ambas possam coexistir.

Para as sociedades contemporâneas a democracia tem um valor universal, ela é vista como a melhor forma de regime político. Assim sendo, a ideologia neoliberal terá todo o interesse em se legitimar no seio da Democracia. O custo que outra alternativa poderia representar no cenário social, provavelmente seria muito maior. Adam Przeworsky sublinha que essa cumplicidade é imprescindível *“seja porque o apoio popular é exigido pelas regras da democracia ou pelo menos porque o consentimento é necessário para desarmar a omnipresente ameaça revolucionária.”* (Przeworsky,

1995:90). Outro aspeto central na democracia e bastante valorizado pela ideologia neoliberal é o facto de a democracia possibilitar a garantia da liberdade individual.

Posto isto, e de forma a facilitar-se a aplicação das políticas neoliberais cujas agendas pressupõem alterações estruturais significativas no modo de funcionamento da economia, particularmente do mercado de trabalho, mas também dos modelos de organização social dominantes, torna-se indispensável a criação de condições para o exercício forte dos poderes executivos o que, por seu turno, exige a constituição de maiorias absolutas parlamentares. Não é pois de excluir a possibilidade de alterações às leis eleitorais no sentido de se facilitar a constituição de tais maiorias (ex.: através da alteração das regras subjacentes à atribuição de mandatos pelas diferentes forças eleitorais em contenda, bem como pela redução do número global de deputados eleitos) ou ainda através da revisão dos direitos cívicos que conferem aos cidadãos diversas expressões de liberdade individual e coletiva (ex.: através do cerceamento do direito de manifestação e de outras formas de participação política).

Em última análise, a pretensão da ideologia neoliberal consubstancia-se num progressivo enfraquecimento do Estado Democrático, não só através da transferência de poder para entidades supranacionais, mas simultaneamente através da gradual transferência das suas responsabilidades sociais para a sociedade civil (Harvey, 2007).

Esta nova situação requereu uma reconfiguração das concepções de cidadania, sociedade civil e participação.

No que concerne ao conceito de cidadania, entendida como soberania, abandona a sua abrangência coletiva, empreendida fundamentalmente pelos movimentos sociais, ficando confinada ao indivíduo em permanente subordinação ao “mercado”, quer na figura de consumidor quer na figura de produtor.

Por outro lado, os direitos sociais, políticos, culturais e económicos que deviam ser universalmente garantidos, são desvalorizados, passando-se a privilegiar e a enfatizar os direitos individuais e a liberdade de escolha.

O cidadão, ao beneficiar de liberdade de escolha, passa igualmente a ser o único responsável pelas escolhas que faz e, conseqüentemente, pelas conseqüências que daí resultem. Deste modo, poder-se-á falar de uma privatização dos ônus das suas escolhas, dos fracassos ou sucessos de pobreza ou de riqueza. Esta situação retira ao Estado qualquer tipo de responsabilidade pelo devir de cada cidadão, reduzindo deste modo o ônus associado à sua função de agente de garantia dos direitos universais.

Assim sendo, o modelo de “cidadania” neoliberal pressupõe a existência de indivíduos responsáveis, empreendedores e consumidores de diversas “mercadorias” tais como a saúde, a educação e o lazer, entre muitas outras.

Por outro lado, o individualismo, ao ser fortemente estimulado, conduz à perda das referências de coletivismo e associativismo e, por conseguinte, da condição de cidadão enquanto elemento de uma comunidade ou coletividade, uma vez que deixam de existir problemas comuns, ideias convergentes, projetos comuns, anseios coletivos. Assim, com a atomização da sociedade realizada através da dissolução das estruturas coletivas e associativistas, o comportamento cívico e político de cariz individual perde eficácia comprometendo e, conseqüentemente, reduzindo a participação política.

Por outro lado, a crise do Estado-providência, que se consubstancia na retirada de direitos e regalias, a par da complexidade das exigências que são impostas aos cidadãos, representará um fator adicional para a criação de pobreza e de exclusão social que, por si mesmos, funcionam como inibidores da participação política.

Acresce ainda salientar que, com a transferência de grande parte dos poderes soberanos tradicionais para entidades supranacionais, o cidadão passa a conviver com um modelo ideológico mundializado, onde os problemas nacionais se confundem com os problemas mundiais e os centros de decisão se apresentam como difusos, não permitindo, por esse motivo, descortinar com clareza os responsáveis pelo Poder. Sem pontos de referência, e perante tal “desconcerto” social e cultural, o cidadão sente-se incapacitado para tomar decisões, tornando-se assim abúlico e potencialmente manipulável. Esta situação pode representar um fator relevante para a inibição dos cidadãos em se envolver em processos de participação política. Aliás, os níveis elevados e crescentes de abstenção

eleitoral poderão representar uma tradução desta situação de descontentamento e de desenraizamento ideológico e cultural.

No que se refere ao ativismo civil, Maria Célia Paoli refere que foi através de organizações não-governamentais profissionalizadas “*que se deslocou o ativismo político pela cidadania e justiça social para o ativismo civil voltado para a solidariedade social. Se o caminho aberto pelos movimentos sociais era fortemente politizado e implicava a demanda direta da população carente organizada por bens públicos, o caminho das ONGs opta por representar as demandas populares em negociações pragmáticas, tecnicamente formuladas, com os governos, dispensando a base ampliada da participação popular.*” (Paoli in Santos, “2002:378). Deste modo, foram retirados da cena política os movimentos sociais de resistência política, sendo estes substituídos pelas ONGs que assumiram o papel antes desempenhado pelo Estado, tornando-se executoras das políticas públicas junto dos mais carentes.

A tais restrições à participação política dos cidadãos, associam-se outros fatores inibidores, tais como: a destruição dos valores sociais e culturais e a criação de novos valores que poderão dificultar a integração social; a reinvenção da história do projeto político democrático, fazendo do Estado Social, dos sindicatos, das conquistas sociais e das leis constitucionais elementos perniciosos para a Sociedade; a ausência de cultura democrática forte que permite a receptividade destas ideias, levando os indivíduos a deixar de acreditar de que é possível inverter a situação (fatalismo), conduzindo-os à resignação. O discurso desideologizado¹⁰, defendendo que a realidade se deve sobrepor às ideologias, tem como consequência deixar as pessoas à mercê de um certo pragmatismo,

...A ideologia neoliberal, gerada nos Estados Unidos e em várias agências multinacionais, sustenta que a escolha é óbvia: há somente uma via para o desenvolvimento, e ela deve ser seguida. Os proponentes dessa ideologia argumentam como se possuíssem uma visão do mundo da perspectiva do Juízo Final, um modelo geral da dinâmica política e econômica que lhes dá acesso às consequências últimas de todas as etapas parciais. (Przeworski, 1993:210)

¹⁰ O argumento da desideologização não passa de uma falácia porque de facto ele próprio implica uma certa visão ideológica da sociedade, e a única forma de resistir a este discurso fatalista e pragmatista só pode ocorrer através da ideologia ou seja através de uma visão alternativa da Sociedade.

Parece, pois, poder inferir-se que, para o neoliberalismo, a participação política dos indivíduos não é central, desconsiderando as formas de organização que não aceitem a realidade da desigualdade social natural. A preocupação é antes com a adesão incondicional dos cidadãos a esta nova organização do Estado que pressupõe a supressão da influência dos grupos tradicionais de poder e a adesão incondicional dos indivíduos aos seus valores e ideais pragmatistas e à sua visão da Sociedade. (Santos, 2001; Przeworski, 1993)

...O estilo de formular políticas inerentes aos programas neo-liberais de reforma econômica contribui para isso da seguinte maneira. Sendo dolorosa a "cura" neoliberal, com custos sociais significativos, as reformas tendem a ser iniciadas a partir de cima e desencadeadas de surpresa, independentes da opinião pública e sem a participação de forças sociais organizadas. As reformas tendem a ser postas em vigor por atos arbitrários ou empurradas através de legislativos sem quaisquer mudanças que reflitam a divergência de interesses e opiniões. O estilo político de implementação tende no sentido do governo por decreto; os governos tentam mobilizar suas bases de apoio, ao invés de aceitar os compromissos que resultariam da consulta pública. No final, a sociedade fica sabendo que pode votar mas não escolher; legislativos são levados à impressão de que não têm papel a desempenhar na elaboração de políticas; partidos políticos, sindicatos e outras organizações nascentes aprendem que suas vozes não contam. (Przeworski, 1993a)

A comunicação social tem aqui um papel e um poder preponderantes na construção da opinião pública. Os indivíduos expostos às interpretações e às descrições que a comunicação social faz dos factos sociais e dos valores que reproduz, são potencialmente manipulados e levados a aceitar e a acreditar na nova ordem económica e social.

Manuel Villaverde Cabral defende que “ *aquilo que caracteriza a era da globalização, [...] é o fosso crescente entre a cidadania formal e a cidadania efetiva*”. A “*perda generalizada de substância política afeta a forma como a democracia é vivida ao nível da própria motivação dos cidadãos para a participação*”. Por conseguinte, acrescenta ainda o Autor, a motivação para a participação política encontra-se drasticamente reduzida e mesmo no que respeita à participação eleitoral esta apresenta-

se “*cada vez mais ritualizada e desprovida de conteúdos substantivos.*” (Cabral, 2003:40-48).

Em suma, a participação política dos cidadãos, deixará de ser estimulada dando lugar à defesa de uma participação de caráter moralista e filantrópico, incentivando-se sentimentos altruístas, humanitários, caritativos e solidários que se consubstanciarão no trabalho voluntário dos indivíduos e igualmente na responsabilidade social das empresas. Desta forma, a ideia de solidariedade tão proclamada anteriormente é desprovida do seu significado político e coletivo passando a resignificar-se no campo privado da moral.

Posto isto, em última instância, caberá ao Estado “*apenas a função de aparato social de coerção, que deve impedir que os indivíduos (ou empresas) pratiquem atos que prejudiquem a preservação e o funcionamento da economia de mercado, ao passo que a intervenção do Estado na vida dos indivíduos ou nas atividades económicas deve ser mínima, mesmo no que se refere à implementação de políticas sociais para proteger os menos favorecidos*” (Denise Gros, 2004:241).

Não obstante esta realidade, David Harvey, afirma que emergem movimentos que produzem um grande número de ideias referentes a alternativas. Os movimentos trabalhistas continuam a sua luta, mesmo nos países capitalistas avançados, pese embora as pressões continuadas de que são vítimas por parte dos neoliberais. Por outro lado, os movimentos de protesto que se espalham pelo mundo e que são uma constante nos noticiários produzem fragilidades no *status quo* e incentivam o surgimento de ideias alternativas.

...Uns buscam justiça social global e ambiental defendendo a dissolução das poderosas instituições como o FMI, OMC e o Banco Mundial; outros enfatizam o tema da recuperação dos bens comuns, de uma governança democrática com a reinvenção dos significados de igualdade económica, política e cultural, bem como de justiça adaptados às condições e potencialidades contemporâneas. (Harvey, 2007:26)

Da mesma forma, Santos sustenta que uma globalização contra-hegemónica está emergindo ao afirmar que,

... esta forma de globalização, apesar de hegemónica, não é única, e de facto tem sido crescentemente confrontada por uma outra forma de globalização, uma globalização alternativa, contra-hegemónica¹¹, constituída pelo conjunto de iniciativas, movimentos e organizações que, através de vínculos, redes e alianças locais/globais, lutam contra a globalização neoliberal mobilizados pela aspiração de um mundo melhor, mais justo e pacífico que julgam possível e ao qual sentem ter direito. (Santos, 2002: 30-31)

O mesmo Autor defende ainda a ideia de que existe a necessidade de um fortalecimento dos blocos periféricos procurando a eficiência das administrações públicas, desburocratizando-as e aumentando os mecanismos de controlo popular e da construção de democracias mais participativas (Santos 2002). Esta posição remete para uma resposta da sociedade civil que se torna assim o agente principal de mudança social. A questão aqui parece não consistir em negar o sistema democrático representativo, mas antes em propulsionar mecanismos de participação direta de forma a aperfeiçoá-lo de que é exemplo a criação de orçamentos participativos implementados no seio das administrações públicas locais.

Por fim, com base nas referências obtidas, parece incontestável que, na sua essência, a Democracia não é uma obra acabada, nem foi integralmente alcançada nas sociedades que até ao momento a implementaram; pelo contrário,

...a sua realização reclama o repensar e o aprofundar dos princípios e procedimentos que a caracterizam. (...) O aprofundamento dos valores democráticos é um dos vetores axiológicos mais marcantes, cuja tónica remete, por exemplo, para a apologia da participação política e para a defesa da melhoria do funcionamento democrático das instituições políticas, designadamente no que concerne à representatividade política. (Belchior, 2010:27-29)

¹¹ Santos refere a propósito que *“no interior das teorias contra-hegemónicas, Jurgen Habermas foi o autor que abriu espaço para que o procedimento passasse a ser pensado como prática social e não como método de constituição de governos.”* Santos 2002:52).

CAPÍTULO II – PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: ASPETOS TEÓRICOS E CONCEPTUAIS

1. De que falamos quando falamos em participação política?

Não obstante a existência de uma pluralidade de definições sobre a participação política, a literatura consultada (Verba e Nie 1972, Giacomo Sani 2004, J.Torell, M.Torcal, J.R.Monteiro 2007, Norris 2007, Gianfranco Pasquino 2010, Julian Borba 2012, entre outras) apontam todas elas para a existência de um certo consenso, embora a natureza do conceito de participação política seja ambíguo, dado o forte conteúdo simbólico e ideológico que lhe é inerente e os contextos e conjunturas em que os atos de participação operam, determinando desta forma, uma multiplicidade de sentidos e modalidades que se lhes associam.

Como reconhecem Verba e Nie (1972), os reportórios de participação política são variados, não se direcionando apenas aos governos e às suas políticas públicas, mas igualmente à defesa de valores para a sociedade que possam ou não estar ligados a decisões governamentais (Verba e Nie, 1972:2). Exemplos de tais reportórios foram já atrás referidos.

De entre as definições de participação política encontradas destaca-se a definição de Gianfranco Pasquino, que Julian Borba refere como a mais abrangente. Deste modo e segundo Pasquino,

...A participação política é o conjunto de ações e de comportamentos que aspiram influenciar, de forma mais ou menos direta e mais ou menos legal, as decisões dos detentores do poder no sistema político ou em organizações políticas particulares, bem como a própria escolha daqueles, com o propósito de manter ou modificar a estrutura (e, conseqüentemente, os valores) do sistema de interesses dominante. (Pasquino, 2010 in Borba, 2012:265)

Por outro lado, Giacomo Sani, refere que,

...na terminologia corrente da ciência política, a expressão “participação política” é geralmente usada para designar uma variada série de atividades: o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a

participação num comício ou numa reunião de secção, o apoio a um determinado candidato no decorrer da campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas e por aí além. É fácil de ver que um tal uso da expressão reflete praxe, orientações e processos típicos das democracias ocidentais. (Sani, 1998 *in* Bobbio, 1998:888)

2. Aspetos Teóricos

2.1. Participação política em Democracia Representativa

O modelo de Democracia Representativa, segundo Alain Touraine, deverá estruturar-se em torno de três eixos fundamentais que se complementam e se acham em interdependência: a ligação entre Estado e a sociedade civil através de um processo de representatividade em sintonia com estrutura social; a interiorização de um sentimento de pertença a uma sociedade política e, por conseguinte, um sentimento de cidadania que impulse os indivíduos a participar na construção da vida coletiva; a limitação do poder e o respeito pelos direitos fundamentais (Touraine, 1994: 43-44).

Este modelo democrático opera paradoxalmente entre o consenso e a rutura; Consenso no que concerne ao respeito pelos valores democráticos fundamentais, à distribuição do poder e às regras do “jogo” democrático, todas estas condições consagradas na Constituição de cada País. Rutura e, por conseguinte, no que concerne à pluralidade de opções ideológicas partidárias que competem entre si num processo simultâneo de comunicação com os cidadãos, lutando por angariar o maior número de votos (expressão das preferências partidárias dos cidadãos) que se converterão em mandatos, ou seja, na representação parlamentar e, indiretamente, em cargos executivos.

Por conseguinte e de acordo com Ana Belchior (2010), este processo organiza-se em torno de três elementos fundamentais: os eleitores, os partidos políticos e os representantes eleitos.

No que respeita ao papel dos partidos políticos neste processo, ele afigura-se de suma importância uma vez que sustentam a pluralidade democrática¹² promovendo a ideologia que professam e em que inspiram os seus programas eleitorais. Os partidos

¹² Touraine a respeito defende que, se “*a sociedade civil é feita de uma pluralidade de atores sociais, a democracia só pode ser representativa se for pluralista.*” (Touraine 1994: 43)

políticos têm como principal objetivo a obtenção do poder político, sendo para tal necessário mobilizar a sua capacidade de recrutamento do eleitorado e, assim, constituírem-se nos principais intermediários legítimos entre a vontade do povo e a respetiva representação parlamentar. Este processo efetiva-se através do sufrágio universal¹³, canal de participação política primordial no sistema de democracia representativa. É neste momento que os cidadãos, em articulação com os partidos políticos, participam escolhendo os seus representantes e simultaneamente expressando o seu grau de satisfação face ao desempenho do governo.

Contudo, o processo de participação não se esgota na escolha dos seus representantes, apesar do processo eleitoral ser um elemento essencial do sistema representativo. A participação política tem um outro papel fundamental: o controlo e a fiscalização do poder político¹⁴, que se processa diretamente pelos cidadãos através de instrumentos previstos na lei de cada país e, indiretamente, através da Assembleia de representantes.

Por outro lado, a participação política no que respeita ao grau de envolvimento político dos cidadãos, tem uma tradução muito heterogénea representando em parte a importância que subjetivamente os cidadãos atribuem à política. Por conseguinte, e de acordo com Giacomo Sani (1998), os níveis de envolvimento poderão ir de um envolvimento parcial de “simples espetador” à de um protagonista ativo. Para o Autor existem três níveis de envolvimento participativo,

...A primeira forma, que poderíamos designar com o termo de presença, é a forma menos intensa e mais marginal de participação política; trata-se de

¹³ De acordo com Nohlen citado por André Freire, o processo eleitoral para a escolha dos representantes para os órgãos do poder político por si só não garante que se trata de um processo democrático. Também se realizam eleições nos regimes autoritários (*eleições semicompetitivas*) e nos regimes totalitários (*eleições não competitivas*), “por vezes com uma regularidade quase religiosa. O que se passa é que nos regimes não democráticos as eleições não cumprem as mesmas funções que nas democracias (Nohlen, 1995: 9-18), não tendo, nomeadamente, nenhum impacto na formação e alternância dos governos. (...) Seja por motivos de fraude e/ou manipulação dos processos eleitorais, seja por limitações ao sufrágio, seja ainda por fortes restrições às liberdades públicas.” (Freire 2003:137) Nestes regimes não democráticos não está assegurado o princípio de igualdade política.

¹⁴ Com base na Constituição o controlo e fiscalização política dos cidadãos em Portugal, efetiva-se diretamente e formalmente através do direito de petição (Artigo 52.º Direito de petição e direito de ação popular), no cumprimento dos requisitos previstos na lei, para que possa ser discutida no hemiciclo. Hoje é mais fácil fazer uma petição do que no passado devido à existência dos meios de difusão eletrónica. Outras formas de controlo e fiscalização política direta são os protestos, as greves entre outras. Indiretamente o controlo e a fiscalização é realizado através dos seus representantes eleitos para a Assembleia da República (órgão fiscalizador por excelência) dispõe de instrumentos políticos de fiscalização, tais como Requerimentos, Interpelação ao Governo, Moções, Debates, apreciação de decretos-lei etc., em conformidade com a Constituição.

comportamentos essencialmente recetivos ou passivos, como a presença em reuniões, a exposição voluntária a mensagens políticas, etc., situações em que o indivíduo não põe qualquer contribuição pessoal. A segunda forma, poderemos designá-la com o termo de ativação: aqui o sujeito desenvolve, dentro ou fora de uma organização política, uma série de atividades que lhe foram confiadas por delegação permanente, de que é incumbido de vez em quando, ou que ele mesmo pode promover. Isto acontece quando se faz obra de proselitismo, quando há um envolvimento em campanhas eleitorais, quando se difunde a imprensa do partido, quando se participa em manifestações de protesto, etc. O termo participação, tomado em sentido estrito, poderia ser reservado, finalmente, para situações em que o indivíduo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política. (Sani, 1998 *in* Bobbio, 1998:888).

Esta última situação a que o Autor se refere (terceiro nível), pressupõe uma participação que culmine numa decisão política e expressa-se na eleição de um representante político, ou mesmo numa candidatura do indivíduo a um cargo executivo ou legislativo.

Em suma, os cidadãos podem participar politicamente por conta própria ou agrupando-se munidos de valores de cooperação e de comprometimento em “forças” informais tais como: manifestações, protestos, boicotes, greves, entre outros, ou através de organizações formais tais como partidos políticos, movimentos, sindicatos, entre outros, com níveis díspares de envolvimento participativo.

Mas a participação não deve limitar-se só à forma como se efetiva. Nos modelos ideais de Democracia representativa, defendidos quer por Stuart Mill (1861 ed. 1980), quer por Tocqueville (1850 ed. 2008), quer por Touraine (1994) quer por Dahal (2001) quer por outros autores, é consensual a necessidade de existência de cidadãos responsáveis, portadores de instrumentos de participação e informação política e profundamente identificados com os valores e princípios democráticos, pressupostos estes que são garantes de efetividade e eficiência da participação política e que se revelam centrais na formação do processo de representação democrática.

Todavia, tratando-se a participação de um processo social, deve igualmente ter-se em atenção os significados do mesmo e a forma como as pessoas comuns o compreendem, tal como nos alerta Henry Brady,

...O modo como nomeamos e classificamos as coisas tem muito a ver com o modo como as compreendemos. Para os cientistas sociais, essa visão é duplamente importante, porque nos devemos preocupar com as categorias naturais – com o modo como as pessoas comuns nomeiam e classificam as coisas e compreendem o mundo – além do modo como o nosso empreendimento científico nomeia e classifica as coisas. (Brady, 1999 in Borba, 2012:264)

Ainda para Brady,

...Every society has its own repertoire of allowable, marginal, and illegal acts. Although Europeans no longer engage in illuminations in which protestors light candles at night, they are far more likely to block traffic or occupy buildings than Americans who favor petitions, lawful demonstrations, and boycotts (see Brady, 1999). Europeans also turn out to vote at higher rates than Americans. In America, the standard repertoire includes giving money (e.g., campaign contributions), giving time (e.g., campaign work, protests, organizational memberships), giving a speech or organizing a meeting (e.g., campaign events, local boards), writing a letter (e.g., contacting governmental officials or the newspaper), and simply going to vote. (Brady, 2003:3)

Verifica-se deste modo que os contextos e as conjunturas são igualmente importantes nas formas como se desenvolve o processo de participação.

Importa ainda referir a tese do pós-materialismo que aponta para uma mudança de perspectivas e de valores sociopolíticos das sociedades ocidentais contemporâneas, remetendo para uma reconfiguração do conceito de cidadania com a revalorização do espaço privado e a centralidade do papel dos cidadãos no espaço político.

2.2. Perspetivas teóricas sobre a participação política

Ronald Inglehart defendeu uma teoria que remetia para uma mudança valorativa de transformação cultural como resultado do crescimento e da segurança económica,

...Inglehart's value-change thesis assumes that the economic security created by advanced industrial societies gradually changes the goal orientations of mass publics. In this process, an emphasis on economic security gradually fades, and universal but often latent needs for belonging, esteem, and the realization of individual intellectual potential become increasingly prominent. Although individuals still value economic and physical security, they increasingly emphasize the need for freedom, self-expression, and improving the quality of their lives. Economic and security needs, which we term «Materialist» goals, are still valued, but they are no longer the top priority, for a growing segment of the public gives even higher priority to «Post materialist» goals. Value change is

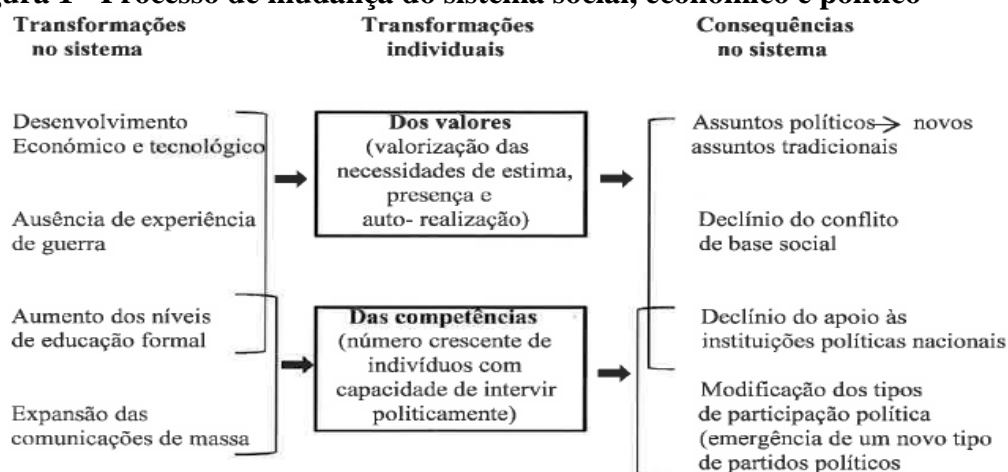
gradual, however, for the people who grew up during periods of scarcity tend to retain Materialist values. Those who grew up during the era of postwar prosperity gradually replace older groups who experienced substantial deprivation during their formative years. (Abramson e Inglehart, 1995:9)

Desta forma, a teoria de Inglehart consubstancia-se na ideia de que as preocupações de natureza materialista, centrais nas sociedades industriais, perderão tendencialmente esse estatuto e darão lugar a preocupações de carácter cultural, intelectual, de autorrealização e de qualidade de vida, tornando-se centrais nas sociedades pós-industriais. Estes valores pós-materialistas¹⁵ que Inglehart designa de “valores de autoexpressão”, fariam emergir atitudes mais críticas e de desconfiança para com as instituições políticas tradicionais que se refletiriam em níveis baixos de participação política nas modalidades tradicionais, tais como atos eleitorais e filiação em organizações políticas tradicionais. A opção passaria pela adesão a outras modalidades de participação não convencionais, expressas de forma direta, sem intervenção de representantes nem organizadas hierarquicamente, como são exemplo os protestos, as manifestações coletivas, os boicotes de vária natureza, a participação em ONG, entre outras, a que Inglehart e Welzel (2005) denominaram de “*elite-directed political action*”. Por outro lado, os cidadãos cuja estrutura valorativa é essencialmente “materialista”, portadores de uma postura política menos crítica, exibiriam um comportamento político mais tradicional baseado essencialmente na adesão aos atos eleitorais, à filiação e ao apoio partidário e ao sindicalismo.

Posto isto, o Autor remete para a influência do ambiente socioeconómico no estabelecimento das prioridades individuais; ou seja, ao passo que períodos de prosperidade aumentam as tendências pós-materialistas, períodos de escassez inerentes a crises de recessão económica tendem a potenciar o regresso das tendências materialistas. Contudo, o Autor não descarta os efeitos da socialização primária. Para Inglehart (1985) a socialização é igualmente importante na definição das prioridades. Na socialização primária (período anterior à idade adulta), formam-se e enraízam-se valores e definem-se prioridades o que implicará a existência de efeitos geracionais que podem potenciar ou mitigar os efeitos de escassez ou prosperidade no futuro. (Inglehart, 1985:103).

¹⁵ O antagonismo destes valores (materialistas e pós materialistas) remete-nos para o que Weber referia como as duas dimensões da mudança social; a mudança racional instrumental e a mudança racional centrada no valor. (Weber 1922 ed.1993, in Belchior 2010:48)

Figura 1 - Processo de mudança do sistema social, económico e político



Fonte: Baseado em Inglehart (1971-2000) in Belchior 2010:49

A Figura 1 enuncia os fatores explicativos da mudança de valores e de competências individuais e as respetivas consequências no sistema político. O desenvolvimento económico, associado a um clima de paz, surgem como variáveis explicativas da transformação dos valores o que, por sua vez, explicam a mudança de comportamento e de interesses políticos. Outra das variáveis explicativas de importância vital é o aumento dos níveis de educação formal conjugados com a expansão dos meios de comunicação social. Estes propiciam aos indivíduos a aquisição de mais informação e de competências essenciais para uma intervenção política responsável.

Assim sendo, dada a conjuntura socioeconómica atual, emergem novos movimentos sociais, novos espaços políticos de identificação e de pertença tais como os novos partidos políticos de ideário alternativo ou movimentos não partidários que procuram promover o debate público em torno das designadas ‘questões fraturantes’ de que são exemplo a interrupção voluntária da gravidez e as novas modalidades conjugais. Segundo Ana Belchior, esta multiplicidade de espaços políticos de identificação e de pertença “ *gerados pela fragmentação da sociedade pós-moderna origina uma miríade de oportunidades de participação política*” (Belchior, 2010:46).

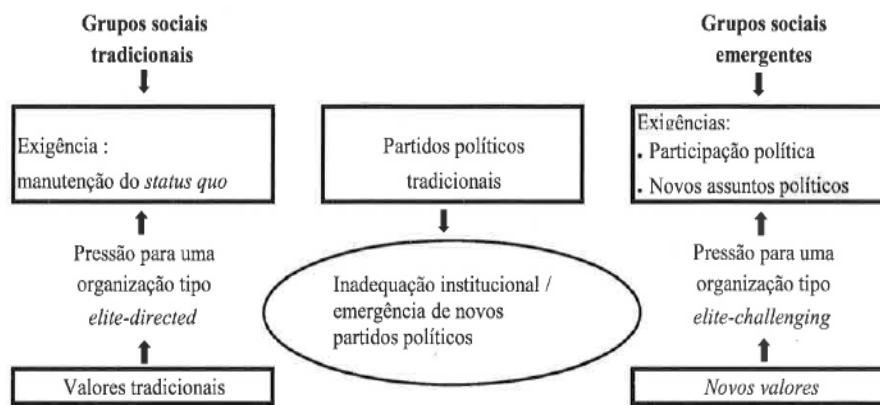
Ana Belchior refere ainda que Inglehart denominou este processo de mudança de valores nas sociedades de “*revolução silenciosa (1971-2000)* ” considerando-a intergeracional: “*isto significa que as gerações mais novas são, progressiva e*

consistentemente, mais pós-materialistas do que as mais velhas, porque socializadas em condições de maior segurança física e material” (Belchior, 2010:50).

A Autora menciona ainda com base no pensamento de Inglehart e Lijphart que,

...os pós materialistas porque têm maior disponibilidade para se debruçarem sobre os assuntos políticos e tendem a sentir maior descontentamento com a ordem social estabelecida, constituem um segmento privilegiado de potencial participação política em atividades não convencionais. O gradual afastamento da participação política vinculada à liderança das elites políticas e concomitante deslegitimar destas últimas terá incentivado a autoiniciativa política individual, que assume frequentemente formas não convencionais de intervenção. (Inglehart 1990; Lijphart 1997 *in* Belchior 2010:52)

Figura 2 - Conflito político-partidário decorrente do conflito de valores



Fonte: Baseado em Inglehart (1977) in Belchior 2010

A Figura 2 representa o conflito entre as organizações sociais tradicionais e as que estão emergindo face aos novos valores denominados de pós-materialistas.

Ana Belchior refere, a respeito desta teoria, que a pressão que os grupos sociais emergentes “*exercem sobre os partidos políticos tradicionais afronta não apenas o plano programático, ao introduzir assuntos e reivindicações tradicionalmente ausentes, mas também o esquema organizativo típico dos partidos estabelecidos, na medida em que abala o tipo de liderança centralizada convencional e faz compartilhar o intervencionismo político partidário de iniciativa cidadã*” (Belchior, 2010:52)

Por conseguinte, fica evidente que o ambiente de competição política entre partidos, bem como a organização interna dos mesmos são afetados. Assim, de acordo com Belchior, “*o conjunto destas transformações converge para um cenário político em*

que o poder político é confrontado com um público em crescente sofisticação política que, não se cingindo ao espaço privado, reivindica a instituição de mecanismos e a abertura de canais de intervenção política alternativos aos tradicionais¹⁶” (Belchior, 2010:53).

Acresce ainda referir que cidadãos com mais competências políticas tendem a exigir mais dos partidos políticos, forçando estes a ter em conta os seus interesses e as suas reivindicações para além dos momentos de sufrágio.

Contudo, a teoria do “pós materialismo” não foi aceite pacificamente. Algumas vozes críticas fizeram-se ouvir, nomeadamente no que respeita à progressão das tendências pós-materialistas nas sociedades modernas (Dahrendorf 1992; Van Deth e Scarbrough 1995; *in* Belchior 2010). Estes autores apontam para que este fenómeno seja apenas conjuntural e, por esse motivo, efémero, ao invés de estrutural e universal. Por outro lado, dizem tratar-se de uma teoria demasiado economicista. Outros críticos, como Ashford e Timms (1992:137 *in* Belchior 2010:55), defendem que “*as pessoas não aderem a um único sistema de valores, mas antes se movimentam, de acordo com as circunstâncias, entre diferentes domínios de valor, cada um com as suas prioridades morais*”.

É também de salientar a teoria da “nova” sociedade civil de Arato e Cohen (1992),

...O ponto de partida de tal teoria é a visão tripartida da estrutura social formulada por Jurgen Habermas. As componentes de tal estrutura seriam o Estado, o mercado e o «mundo da vida». As duas primeiras esferas seriam guiadas pelas lógicas sistémicas do dinheiro e do poder, enquanto a terceira deveria ser guiada pela lógica do «entendimento». Cada uma dessas estruturas desenvolve instituições próprias destinadas à sua reprodução. No caso do «mundo da vida», Habermas percebe as organizações da sociedade civil como uma das suas expressões organizacionais, em especial os «novos movimentos sociais». Tais instituições teriam como tarefa a defesa do «mundo da vida» contra os «ataques» colonizadores feitos pelas instituições do sistema no intuito de mercantilizar ou estatizar a estrutura social. Por outro lado, tais instituições também teriam uma função ofensiva no sentido de colocar novas questões ou problemas para a esfera pública, atuando de forma a gerar mudanças culturais. (Borba, 2012:125-126).

¹⁶ “ Estudos empíricos têm apontado para o declínio ou estabilização das formas convencionais de participação (Dalton e Wattenberg 2001; Putnam 2003; e para ampliação das não convencionais (Della Porta 2003; Inglehart e Catterberg 2002; Norris 2007; Welzel, Inglehart e Deutsch 2003; Catterberg 2003” *in* Borba 2012:124

Esta teoria dará origem a uma nova teoria da participação política que pressupõe a delimitação da ação dos cidadãos ao espaço por eles ocupado na estrutura social; por conseguinte, seria orientada por uma lógica autolimitada não desenvolvendo, por esse motivo, ligações com as modalidades de participação orientadas por uma lógica do poder administrativo e corporativo como são os partidos e os sindicatos.

Opondo-se de certa forma à divergência entre as modalidades de participação, defendidas pela teoria da “nova sociedade civil, Barnes e Kase (1979) defendem uma teoria de convergência entre as modalidades de participação. Num estudo realizado em cinco países sobre as diferentes modalidades de participação, “*os autores identificaram que aqueles cidadãos que se alistam em modalidades não convencionais não seriam opositores ortodoxos da participação política convencional*” (Barnes e Kase 1979, in Borba, 2012:126). Por conseguinte, esta teoria sustenta que os participantes ativos conjugariam várias modalidades de participação para se fazerem ouvir.” *O que determinaria o nível de ativismo seria a competência política subjetiva. Já a mobilização dos diferentes reportórios seria produto do contexto*” (Borba, 2012:127). Acresce ainda referir que esta questão da convergência já tinha sido defendida em 1963 por Almond e Verba na sua obra “*The civic culture*”.

Não obstante estas e outras críticas à teoria do Pós-materialismo, esta assumiu-se de suma importância para os estudos do comportamento político nas sociedades modernas. É indiscutível a alteração de valores, a definição de prioridades, as preferências políticas e a mudança de estratégias de defesa de interesses que, por sua vez, afetam profundamente o cenário político. A forma e a intervenção política têm vindo a adaptar-se a estas novas exigências valorativas.

Consequentemente, a definição de participação política tem sido alvo de grandes debates e sofrido de redefinições significativas, uma vez que os contextos onde operam são culturalmente diferentes.

Segundo Braga da Cruz,

...A participação política foi, nos primórdios da instauração dos governos representativos e constitucionais nas sociedades industriais, uma participação muito limitada e controlada, quase um privilégio de minorias. O sufrágio era restrito, as liberdades reduzidas, a participação esporádica e condicionada. A cultura política dominante na maioria dos países europeus do séc. XIX era ainda muito uma cultura política de subordinação, e só a custo e lentamente se foi convertendo numa cultura política de participação. (Almond e Verba, 1963 *in* Cruz, 1995:120)

Na década de 60, por exemplo, a definição de participação política era demasiado restritiva, limitando-se os reportórios apenas aos atos eleitorais cujo único destinatário era o governo. Na atualidade, a ação política já se expressa através de múltiplas formas e com múltiplos sentidos, já não se restringindo a modalidades com fins exclusivamente eleitorais. São exemplo de tal tendência os boicotes de variadíssima natureza, as manifestações e os movimentos pró-ambientais, *etc.* que, para além do terem como alvo os governos e outros órgãos de poder, pretendem projetar “*alocações de valores para a sociedade*” (Verba e Nie, 1972 *in* Borba, 2012:265)¹⁷.

Braga da Cruz acrescenta que esta evolução se deveu essencialmente ao surgimento de movimentos que lutaram pela universalização do voto, independentemente da cor, do sexo, da raça, do nível de escolaridade ou do nível económico. Lutaram igualmente pela representação política e por uma participação organizativa alargada a todas as massas sociais, não apenas com objetivos eleitorais mas essencialmente promovendo a integração das mesmas, quer socialmente quer politicamente, observando o respeito e o cumprimento dos direitos e deveres da pessoa humana. (Cruz, 1995:120).

Atualmente, a democracia e a participação política, princípios consignados nas leis fundamentais de qualquer Estado Europeu, são enfaticamente defendidos nos programas partidários de governo. Todavia, apesar da permanente invocação de tais princípios no discurso político, muitas das democracias na atualidade, principalmente nos países do sul da Europa, exibem um desfasamento relativamente aos pressupostos, defendidos principalmente nas teorias de Mill e de Tocqueville, designadamente no que concerne à criação das condições necessárias à promoção de culturas políticas e cívicas.

¹⁷ Um exemplo desta nova tendência consiste na crítica aos valores do consumismo e das sociedades do desperdício e à preocupação com a salvaguarda dos valores ambientais através da prática da reciclagem de materiais.

Acresce ainda salientar que o modelo de democracia representativa atual evidencia sérias dificuldades em conviver, segundo Nogueira, “*com sociedades sempre mais pluralistas, complexas, fragmentadas e solicitantes*” (Nogueira, 2011:138).

A propósito do tema da desadequação entre a realidade e o ideal democrático, Nelson Dias (2006) refere que Norberto Bobbio (2002) identificou cinco promessas, do ideal democrático, não cumpridas pelas democracias representativas. Deste modo, a primeira proposta que se refere à soberania popular foi posta em causa uma vez que “*os sujeitos politicamente relevantes são os grupos organizados (...) o povo como unidade de indivíduos, com direito a participar direta ou indiretamente na vida política, perdeu lugar para o povo representado por diversos grupos de interesse. Esta promessa não cumprida remete, claramente, para a desigual distribuição de poder (...).*”; A segunda promessa não cumprida, que resulta da anterior, refere-se à representação política que está vinculada a um mandato e a um programa. “*O papel do Estado resume-se à mediação dos múltiplos interesses organizados na sociedade, negligenciando aquilo que são os interesses nacionais.*”; A terceira promessa não cumprida remete para o princípio da liberdade como autonomia “*a democracia resume-se a um procedimento de legitimação política de determinados grupos*”; No que se refere à quarta promessa não cumprida, Bobbio aponta o secretismo associado à Democracia, que se materializa nas “*agendas*” escondidas do governo, “*resumindo a relação com a população aos atos publicitários das ações governativas, esses próprios controlados e manipulados*”, comportamento este que se contrapõe à promessa de eliminação do poder invisível; Por último, a quinta promessa não cumprida e de suma importância para a participação política responsável, que se consubstanciava na educação para a cidadania com vista a uma participação ativa, ficou por realizar uma vez que a realidade mostra haver “*um fenómeno generalizado de apatia política*” (Dias, 2006:22-23).

Em síntese, é indispensável no modelo de democracia representativa, o envolvimento dos cidadãos na prática política, condição que não prescinde da assunção de responsabilidade por parte destes. Paralelamente tem que existir responsabilidade social coletiva que, educando através da discussão, do debate, etc., promova a criação de uma consciência política responsável. Deverá igualmente garantir os estímulos, as condições que facilitem a prática política dos cidadãos considerados individualmente e/ou

em grupo. A falta desta consciência política poderá fragilizar a legitimidade dos governos que se assumem como democráticos.

2.3. Modos de participação política

Nas décadas de 60 e 70 a participação política cingia-se praticamente a dois modelos: participação convencional que se referia, por exemplo, a votar ou a participar em campanhas partidárias e a participação não convencional que se referia, por exemplo, a manifestações de protesto político e pouco mais.

Contudo e de acordo com Julian Borba (2012:124), recentemente têm tido lugar algumas investigações empíricas que apontam para o declínio ou estabilização das formas convencionais de participação (Dalton e Wattenberg, 2001; Putnam 2003) e para ampliação das não convencionais (Della Porta, 2003; Inglehart e Catterberg, 2002; Norris, 2007; Welzel, Inglehart e Deutsch 2005; Catterberg 2003; Julian Borba, 2012:124).

Julian Borba refere a tal respeito, que “ *se nos anos de 1960, a definição se estruturava, sobretudo, em função das modalidades eleitorais, os novos repertórios que começam a fazer parte da ação coletiva, desde então, (protestos, boicotes, etc.) obrigam que sejam, de alguma maneira, incorporados pelas definições de participação.*” (Borba 2012:264)

Acresce referir, a propósito destes dois modelos de participação, aparentemente opostos, que a tipologia proposta em “*Political Action*” entende a relação entre participação convencional e não convencional não como mutuamente exclusivos, mas como “repertórios” mobilizados pelos ativistas, dependendo do contexto,

...A participação aqui, volta a ser vista como um fenómeno unidimensional, cujas modalidades fazem parte de repertórios, que são mobilizados pelos indivíduos num continuum que envolve custos e complexidade crescentes. Tal continuum foi sistematizado pelos autores numa escala, a “tipologia do repertório de ação política”, a qual classifica os indivíduos, entre inativos, conformistas, reformistas, ativistas e «protesters»” (Borba, 2012:271).

Goerres (2009) acrescenta que para uma melhor compreensão do processo participativo torna-se ainda necessário, diferenciar e definir os modelos de participação

institucionalizada e não institucionalizada. Assim, para o Autor, o modelo de participação institucionalizada refere-se às formas organizadas e formais de participação e o modelo de participação não institucionalizada às formas espontâneas e informais de participação. “ *Institutionalised participation requires some form of organisational effort on a regular basis. Non-institutionalised participation can be done more spontaneously and does not require long-term preparations by an organisation.*” (Goerres, 2009:6). Deste modo e ainda de acordo com Goerres (2009), poderemos considerar como formas de participação institucionalizada: o voto, os referendos, a filiação num partido, a filiação num sindicato ou qualquer filiação política numa organização; como formas não institucionalizadas Goerres considera a participação numa manifestação quer legalizada ou não, o boicote a um produto por razões políticas, éticas ou ambientais, ostentação de um emblema entre outras formas espontâneas que possam surgir com objetivos políticos.

É pertinente ainda referir que o hábito de votar acabou, de certa forma para muitos cidadãos, particularmente para os mais velhos, por ser interiorizado não só como um direito, mas igualmente, como uma obrigação. Ao voto foi conferido um cunho valorativo ético e moral tornando-o consensual e naturalizado¹⁸. O voto nas democracias ocidentais representa, em *grosso modo*, por um lado, uma escolha individual intencional com vista a atingir objetivos precisos (voto instrumental volátil), normalmente sem fidelidade a um partido¹⁹, orientado por fatores contextuais. Por outro lado, pode representar um mero hábito ou uma adesão afetiva²⁰ a um partido ou ainda um posicionamento social ideológico, tornando-se por isso normalmente estável, funcionando como expressão identitária vinculado normalmente a um partido. Seja qual for a motivação que está na base deste tipo de voto, ele não depende do contexto eleitoral particular onde esteja operando, mas sim de uma orientação psicológica para um determinado partido.

Ainda acerca do voto, André Freire, sustenta que,

¹⁸ É, aliás, curioso constatar o lugar de grande relevo e até um tratamento de exaltação, quase sobrenatural, dado, em particular pelos cidadãos mais velhos, ao voto como modalidade de participação política, em contraste com a menorização ou mesmo ostracização a que são frequentemente votadas outras formas de participação (ex.: protestos ou manifestações de rua, discussões e debates públicos em torno de temas políticos e sociais relevantes), como é referido no estudo de Goerres (2009).

¹⁹ Manin (2013) defende que os eleitores desvinculados, usam os partidos políticos só como portadores de mensagens visando provocar um efeito. A motivação vem do efeito previsto do voto, não da realização do ato de votar.

²⁰ Adesão “*afetiva consiste em sentimentos positivos em relação ao partido preferido, e não em conhecimento, ou avaliação fundamentada dele*” (Manin 2013:116)

...A universalidade de acesso ao voto, a igual influência que dá a todos os cidadãos e o seu caráter privado tornam o voto na mais eficaz forma de igualização política nas sociedades democráticas. Este aspeto é crucial, tendo em conta que o voto permanece a forma de participação que mais diretamente determina quem assume o poder e que afeta de forma mais abrangente o conjunto da sociedade. (Freire *et al*, 2002:16)

Por outro lado, Marco Nogueira, defende que a participação através do voto está “*muito condicionada por atos e escolhas individuais, particulares, operando de modo muitas vezes episódico, flutuante, despojado de estratégias ou de cálculos a longo prazo*”(Nogueira ,2011:136)²¹. Acrescenta ainda este Autor que,

... o voto é inadequado como veículo de expressão das convicções cívicas mais exacerbadas, acabando por levar à invenção de «outras formas de manifestar aquelas convicções e exercer influência. Por mais que os rumos políticos de um país democrático resultem do voto, tal «método de combinar preferências» termina por limitar o envolvimento do cidadão. Trata-se de uma limitação inerente ao processo democrático; na medida em que constrange o «exercício da paixão política. (Nogueira, 2011:136).

No que respeita ao processo de participação através da filiação política, quer em partidos, quer em sindicatos, grupos de interesse, ou outras associações cívicas, este processo de filiação surge da necessidade de mediação entre os cidadãos e os governos de forma a conferir eficácia à participação política. Trata-se, “em tese”, de instituições com capacidade de pressão política, que reúnem cidadãos ideologicamente próximos e que pretendem a difusão e defesa dos seus valores e ideais contemplados nos respetivos programas. No que se refere aos partidos políticos, estes propõem-se ir além da defesa e difusão dos seus programas, e de formarem eles próprios opiniões (*opinion makers*). Pretendem, em última análise, a conquista do poder, formar governo, com vista a executar os compromissos políticos assumidos com os seus eleitores (filiados e não filiados). A capacidade de mobilização eleitoral do partido relaciona-se com a capacidade de pressão política conseguida.

A este propósito, André Freire sublinha o pensamento de Campbell, mencionando esta autora que “*a «identificação partidária» tem um impacte mobilizador, pois quanto*

²¹ Na mesma linha de argumentação Manin refere que “(...) vários estudos documentaram a importância crescente da “votação intermitente”, particularmente entre os grupos de idade mais jovens. Ver Heran, François. “Voter toujours, parfois... ou jamais”. In: Cautres, Bruno e Mayer, Nonna (orgs.). *Le nouveau désordre électoral*. Paris: Presses de Sciences-Po, 2004, pp. 351-66.” In Manin 2013:117

*mais forte é essa identificação maior é o «envolvimento político» dos cidadãos e maior a sua propensão para votar (Campbell et al., 1960, pp.96-101, 125-126 e 142-145 in Freire 2002:136). Este Autor refere também o impacto positivo da identificação partidária sobre a participação eleitoral por aquela representar uma “economia de custo” no processo de decisão eleitoral: o facto de um eleitor possuir uma identificação ideológica, ou afetiva com uma determinada força partidária exime-o do esforço de se informar e de confrontar os manifestos eleitorais e os programas de governo em disputa. Não obstante, Freire, citando Dalton (2000) e Schmitt e Holmberg (1995) refere a tendência praticamente generalizada para o declínio da identificação com os partidos²² “*pelo que este será provavelmente um dos fatores determinantes para explicar o decréscimo da participação eleitoral*” (Freire, 2002:139).*

Efetivamente, os partidos já não conseguem atrair, como antes, fidelidades duradoras dos eleitores. Manin refere mesmo que,

...uma das mudanças mais notáveis das últimas décadas diz respeito aos partidos políticos. Ao que parece, os partidos não estão em grande forma. A «insatisfação com os partidos» tornou-se expressão corrente. Pesquisadores dedicaram inúmeros estudos ao enfraquecimento dos vínculos partidários ou ao declínio dos partidos políticos, avaliando a extensão e as implicações desses fenómenos. (Manin, 2013:116).

Manin (2013) refere ainda que, para além do decréscimo das fidelidades partidárias, o número de partidos que competem hoje por votos, em geral, decresceu nas democracias contemporâneas.

Não obstante os partidos na atualidade já não reunirem as fidelidades de outrora e de serem em menor número, não quer isto dizer que os mesmos se tenham tornado obsoletos. A fidelização é apenas um dos tipos de relação com os partidos e vários estudos, tal como o estudo de Goerres (2009) mostram que nas camadas mais velhas da população ela ainda persiste. Por outro lado, os partidos continuam a ser centrais e fortes

²² Vêr Dalton, R.J., Martin P. Wattenberg (2002), “Parties Without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies”. Estes autores defendem que a erosão dos vínculos partidários não significou desinteresse político nem diminuição do apoio à democracia, frisando que esta desvinculação partidária se encontra mais nas camadas mais jovens da população e nas mais instruídas.

na política parlamentar e nas campanhas eleitorais. A natureza do seu papel é que sofreu alterações.

Com efeito, Manin defende que a natureza do papel desempenhado pelos partidos na atualidade é bem diverso do que já foi no passado referindo a diferença entre a «democracia de partido» a que se desenvolveu há umas décadas atrás, e a «democracia do público» vigente na atualidade. Para o Autor a «democracia de partido» consiste numa forma de governo representativo onde os partidos são considerados a unidade fundamental da vida política,

...Imbuídos dessa natureza, os partidos refletem clivagens socioeconômicas e culturais duradouras na sociedade. Os grupos sociais gerados por tais clivagens são unidos pelas fidelidades duradouras de seus membros. Cada partido pode contar com a fidelidade política desses membros. Assim, cada partido constitui uma espécie de agência coletiva unificada dotada de identidade duradoura. Nessas condições, os partidos podem ser vistos como os sujeitos políticos fundamentais no funcionamento da democracia representativa. Eles alternam-se no governo ou compartilham o poder (dependendo da natureza do sistema político) segundo os resultados das eleições. (Manin, 2013:123)

Por outro lado, a «democracia do público», patente na contemporaneidade, concebe os partidos ainda como decisivos. Porém,

...têm de buscar ativamente o apoio dos eleitores a cada votação, ajustando seus temas de campanha a interesses variáveis dos eleitores, e reconfigurando, conseqüentemente, a composição de seu público-alvo. Ademais, mesmo que dado partido continue a visar o mesmo público-alvo durante varias eleições, a composição de seu apoio real está fadada a mudar, já que é improvável que as reações dos diversos segmentos que formam esse público-alvo variem exatamente da mesma maneira de uma eleição para a seguinte. Portanto, os partidos já não podem ser vistos como sujeitos políticos no sentido de que não têm identidade bem definida e duradoura. Eleições sucessivas sempre alteram a composição de seu apoio. (Manin, 2013:123-124)

Manin (2013) acrescenta ainda que os partidos políticos deixaram de ser sujeitos políticos num outro sentido, com bastante relevância no processo participativo de uma faixa importante de eleitores, que o usa como um instrumento a ser mobilizado em determinadas circunstâncias. Assim na «democracia do público» os cidadãos participam nas eleições dependendo do contexto e a *“composição do apoio a cada partido também varia de acordo com as circunstâncias. Esse padrão de envolvimento dos cidadãos na*

política específica do contexto se estende, todavia, para além do voto” (Manin 2013:123-124).

Com efeito, as modalidades de participação institucionalizada, excluindo o voto e o referendo (onde a participação é diretamente assumida pelo cidadão), dado o seu funcionamento estrutural, limitam a influência direta que o cidadão pode exercer junto do poder político. Em tais casos, o cidadão endossa a efetivação desse direito à organização (numa lógica puramente parlamentar²³). Salienta-se ainda que, de acordo com Goerres (2009), os cidadãos ativistas filiados tendem a comprometer-se em atividades regulares para o seu partido sendo por isso as suas estruturas motivacionais diferentes das estruturas motivacionais voluntárias. Por esse motivo, Goerres (2009), fazendo alusão a Max Webber e a Verba diferencia a participação política voluntária da participação política como profissão, considerando esta última como composta por ações políticas impostas (Goerres, 2009:5-6).

Para além da participação política convencional e institucionalizada, nas últimas décadas tem-se assistido a uma evolução significativa de outras formas de ação política reportadas por estudos do Eurobarometro e do *World Values Survey* que exibem um número crescente de cidadãos que declaram ter optado por outras formas de participação política tais como: participação em movimentos sociais, ações variadas de boicote, manifestações não oficiais, ocupação de edifícios oficiais e não oficiais, assinatura de petições, entre outras formas²⁴ que são consideradas na literatura como formas não institucionalizadas de participação.

No que se refere às formas de participação política não institucionalizada, Goerres define-as como “*political actions that are reasonably easy to carry out and do not require intense commitment*” (Goerres, 2009:6).

Com efeito, e de acordo com Manin, a participação política não institucionalizada exhibe três características que lhes são inerentes,

²³ Nas democracias representativas ocidentais os partidos políticos são fundamentais na organização democrática dos Estados. É neles que os cidadãos votam para os representar no Parlamento e no Governo onde se processa a tomada de decisões.

²⁴ Ver igualmente, no que respeita aos países Europeus, Topf, R. (1995^a), *Beyond Electoral Participation*, in H.D. Klingemann and D. Fuchs (eds.), *Citizens and the State*, Oxford University Press, pg. 52-92

...Primeiro, ocorrem episodicamente, dependendo das oportunidades geradas por contextos particulares. Manifestações, ocupações e greves não oficiais são normalmente provocadas por acontecimentos e circunstâncias específicos. Cidadãos e ativistas participam dessas ações não por fidelidade, nem por predisposição, mas primariamente porque uma oportunidade de fazê-lo se lhes apresenta²⁵. Segundo, esses episódios de ação coletiva relacionam-se com questões específicas. Os cidadãos mobilizam-se em torno de uma questão que é de interesse particular deles, não de uma gama de questões e decisões públicas. Ademais, as coligações em que se envolvem variam dependendo da questão em jogo. Cada questão envolve diferentes públicos e diferentes ativistas.²⁶ Finalmente, ao participar dessas ações coletivas, os cidadãos pressionam por suas reivindicações diretamente os tomadores de decisão. Nisso, a participação política não institucionalizada parece desviar-se dos princípios da democracia representativa, e talvez pô-los em risco. Na verdade alguns analistas interpretaram o aumento desse tipo de participação como um sinal de crise na representação política. (Manin, 2013:125)

Contrariando de certa forma o pensamento de que a participação política não institucionalizada é um sinal de crise do modelo de representação política, Norris argumenta que “*os órgãos tradicionais que ligam os cidadãos e o Estado estão longe de mortos. É, como uma fênix, a reinvenção do ativismo cívico permite que energias fluam não apenas através de canais convencionais, mas também de diversas vias alternativas*” (Norris, 2002 in Manin, 2013).

Reafirmando esta ideia e sustentando-se em estudos comparativos realizados nesta última década, Manin sustenta que a democracia representativa não está sendo posta em causa pela participação política não institucionalizada, antes sofreu de um rejuvenescimento (Manin, 2013:125). O sistema político representativo não é um sistema simples. Embora as eleições periódicas sejam um mecanismo que lhe é central, este não é o único, principalmente porque o direito à liberdade de expressão, que lhe é intrínseco, permite a existência criativa de outros mecanismos de participação política sem grande comprometimento com as instituições criadas para o efeito.

Não obstante não exigirem grande compromisso por parte dos cidadãos, muitas destas formas de participação política não institucionalizada são de suma importância e

²⁵ Ver igualmente, no que respeita aos países Europeus, Topf, R. (1995^a), *Beyond Electoral Participation*, in H.D. Klingemann and D. Fuchs (eds.), *Citizens and the State*, Oxford University Press, pg. 52-92

²⁶ “Ver, em particular, Tarrow, *op.cit.*, p. 289” in Manin 2013.

de grande eficácia independentemente da dimensão do grupo de protesto quando estes controlam setores económicos vitais tais como as ações de bloqueio de estradas, pontes, fábricas, meios de comunicação, etc. Além disso, os grupos de maior peso eleitoral detêm igualmente uma maior capacidade de pressão política. Refira-se, a título de exemplo, o grupo dos idosos que, sendo um grupo com grande peso eleitoral, poderá vir a possuir²⁷ grande capacidade de pressão.

Sintetizando, e de acordo com Marco Nogueira,

...Os que participam são partes que desejam ser parte ou tomar parte de algo. A rigor, ainda que nem toda a participação seja imediatamente política, não há participação que não se oriente por algum tipo de relação com o poder (...). Quem participa procura projetar-se como sujeito que porta valores, interesses, aspirações e direitos: constrói assim uma identidade, formula uma «teoria» para si e traça um plano de ação. (Nogueira, 2011:133)

Independentemente do debate continuado sobre as várias modalidades de participação política, verifica-se um recuo significativo das formas tradicionais de participação, particularmente e segundo André Freire, no que se refere à participação eleitoral nas democracias ocidentais “longamente consolidadas e nas democracias recentes do Sul da Europa (Portugal Espanha e Grécia)” (Freire, 2002:24-32).

Estudos recentes (ex.: SEDES 2009, Pinto *et al* 2013, EUROBARÓMETRO 2013) põem em evidência a perda de confiança generalizada nas instituições políticas levando os cidadãos a demitir-se do exercício dos seus direitos políticos, principalmente nas suas formas mais tradicionais. No que se refere aos partidos políticos, Freire citando Dalton (2000) e Schmitt e Holmberg (1995) refere a tendência praticamente generalizada para o declínio da identificação com os partidos “*pelo que este será provavelmente um dos fatores determinantes para explicar o decréscimo da participação eleitoral*” (Freire, 2002:139).

Por conseguinte, e ainda de acordo com André Freire, “ as variações nas taxas de participação podem ser parcialmente explicáveis pela própria variabilidade dos

²⁷ Neste momento parece não existir neste grupo a consciência do poder que detêm, por esse facto ainda não o utilizam

fenómenos políticos (candidatos, temas políticos, campanha eleitoral) e a forma como estes vão sendo percebidos pelos eleitores” (Freire, 2002:136)

2.4. Fatores determinantes da participação política

Vários estudos empíricos realizados nos diversos sistemas democráticos ocidentais evidenciaram o peso de determinados fatores na evolução da participação política dos cidadãos, tais como, características individuais, psicológicas e sociológicas²⁸.

Giacomo Sani, refere que os resultados obtidos em diversas investigações indicam que,

...os níveis de participação política são mais elevados entre os homens, nas classes altas, nas pessoas de mais elevado grau de instrução, nos centros urbanos mais que nas zonas agrícolas, entre pessoas educadas em famílias onde a política ocupa um lugar de relevo, entre os membros de organizações ligadas mesmo indiretamente à política, entre os que estão mais facilmente expostos a contatos com pessoas ou ambientes politizados, etc. (Sani, 1998:890)

Por outro lado, Norris e Perea, mencionados por Freire *et al.*, defendem que o grau de,

...satisfação e confiança dos indivíduos para com o sistema democrático e as suas instituições podem ter diferentes impactes sobre a participação eleitoral. Por um lado os indivíduos mais insatisfeitos e desconfiados poderão ser também os mais alienados em relação ao sistema, não só participando menos nas eleições, como recorrendo a outras formas de participação política, eventualmente até violentas, para influenciar o poder” (Norris, 1999; Perea, 1999, *in* Freire *et al.*, 2002:137)

Porém, Freire *et al.*, referindo-se às teorias elitistas da democracia, defende que “os indivíduos que estão satisfeitos com o funcionamento da democracia e das respetivas instituições são os que votam menos porque confiam no sistema (...) (Freire *et al.*, 2002:137).

²⁸ Entende-se aqui como fatores sociológicos da participação política não os que se confinam à esfera institucional, ou à esfera individual consideradas isoladamente, mas sim no encadeamento de ambas num permanente relacionamento recíproco e construtivo entre a cultura das instituições políticas e sociais e a cultura política do indivíduo considerado isoladamente num determinado contexto e conjuntura.

Por conseguinte, o comportamento objetivo dos indivíduos perante a política não é por si só, suficiente para se discernir acerca do grau de adesão dos indivíduos aos valores democráticos, das suas motivações e/ou do seu grau de satisfação face à política e/ou aos políticos profissionais. Na verdade, uma atitude geral de indiferença dos cidadãos pelo devir político tanto poderá significar um sentimento de profundo desapontamento face aos resultados das ações protagonizadas pelos agentes políticos, como poderá constituir uma expressão de confortável desvalorização da política como elemento da vida dos cidadãos, na qual aquela se tornou irrelevante ou, pelo menos, meramente acessória ou decorativa, na medida em que as motivações individuais para o empenhamento no processo político (uma certa procura difusa de um nível de bem estar superior) terão já desaparecido.

Em suma, o processo participativo não é harmonioso nem linear; é antes complexo e conflituoso, dependendo de características individuais, da condição social, da consciência crítica, de estímulos e obstáculos sociais, onde se combinam diferentes graus de cultura, envolvimento político, satisfação, confiança e atuação prática.

Uma análise à participação política dos cidadãos tem necessariamente que levar em consideração estes quatro efeitos pois estão, direta ou indiretamente, ligados às escolhas das modalidades de participação.

Efeitos de idade

É consensual que a idade é uma variável central na explicação das atitudes e comportamentos políticos dos indivíduos, estando associada a processos biológicos e psicológicos e à mudança de papéis sociais (ex. se está em idade ativa ou se é reformado). À idade está também associada a experiência, motivo pelo qual se constitui um *apport* individual.

Achim Goerres refere, a propósito, que “*as a final age effect on political behavior, «individual ageing» entails two universal human mechanisms that affect the likelihood of political participation: accumulation of experience and growing adherence to social norms*”(Goerres, 2009:14).

De acordo com o Autor, a vivência de experiências no decurso do ciclo de vida de um indivíduo influenciará a participação futura, na medida em que os custos investidos no passado em experiências que se verificaram gratificantes (ou traumatizantes) induzem o indivíduo a repeti-las (ou a evitá-las). Os reportórios de experiências que vai acumulando permitem-lhe uma compreensão mais abrangente, tornando-se esse acumular de experiências *“one type of cognitive short-cut. An older person can fall back, for instance, on many more elections than a younger one and can use that experience to cast his or her vote again. Issues, candidates and the procedure of voting are more familiar to the former than to the latter, entailing lower costs in performing that political action”* (Goerres, 2009:14).

No que respeita à aderência às normas sociais, o mesmo Autor defende que, à medida que os indivíduos envelhecem, a percepção que têm da norma social altera-se e torna-se familiar o que não acontece com os indivíduos mais jovens uma vez que estes ainda não protagonizaram todos os papéis sociais esperados ao longo do ciclo de vida. *“The older person has held many social roles in his or her life – such as parent, employee, grandparent, retiree – and has been subjected to many social expectations. The social norms of that society have increasingly become part of the older person’s personal, subjective norm because of the growing expectations to behave according to social norms”* (Goerres, 2009:15). O referido Autor apresenta como exemplo desta evidência o facto da adesão ao voto ser visto pelos idosos como uma obrigação uma vez que o voto constitui uma norma social das democracias liberais, percepção esta que os jovens ainda não detêm. O Autor acrescenta ainda que este efeito etário tem apenas uma natureza psicológica sendo independente dos contextos sociais.

É igualmente de referir, como um efeito de idade, a forma como os indivíduos selecionam e processam a informação para a tomada de decisões políticas. Num estudo experimental, levado a cabo por Riggle *et al.*, sobre as estratégias encetadas pelos indivíduos na avaliação dos candidatos a eleições nacionais e locais, foi percecionado pelos Autores que *“Older adults accessed less information but took longer to examine information and make choices. Differences in strategic processing suggest that young adults were more likely to organize their information searches by issues and to eliminate candidates based on issue stances. In contrast, older adults were more likely to organize*

their information searches by candidates and to engage in satisficing” (Riggle e Johnson, 1996:99).

Contudo, e ainda segundo os mesmos Autores, é preciso não negligenciar, nas estratégias de avaliação que os mais velhos encetam, o fator experiência de vida acumulada e o *habitus* que lhes pode permitir o uso de menor quantidade de informação, ou seja usam todo o tipo de atalhos para avaliar uma situação (atalhos cognitivos) ²⁹. Esta evidência é igualmente partilhada por Goerres (2009:168). Por outro lado, ainda segundo Riggle *et al*, a natureza da informação pretendida também é diferente entre os cidadãos mais velhos e os mais jovens,

...This clear distinction in information search patterns has implications for analysis of voter evaluations. (...) older adults may be more likely to be persuaded by “personal” characterizations of candidates, and less influenced by candidates stances on single issues, whereas young adults are more likely to be influenced by issues – either single or a small number of issues. (Riggle e Johnson, 1996:114)

Esta tese, de certa forma, contrasta com a ideia de que os cidadãos mais velhos privilegiam os candidatos que defendem nos seus programas políticos sobre a Segurança Social e os Cuidados de Saúde que beneficiem o seu estatuto de cidadãos mais velhos.

Efeitos de período

Os efeitos de período captam a influência de variáveis associadas a condições conjunturais que variam no tempo, por exemplo crises sociais e/ou económicas, mudanças políticas ou legislativas, epidemias, que afetam todo um grupo social num determinado ponto do tempo etc..

De acordo com Pippa Norris,

...Lastly period effects can be attributed to a particular major historical event which had a decisive impact upon all citizens in a society at one point in time, exemplified by experience of the Great Depression during the 1920s and 1930s, the end of the World War II, the 1960s student protests, or the dramatic transition to democracy in post-Communist Europe. These events may alter political

²⁹ Mecanismos cognitivos menos exigentes

activism in many different ways; most dramatically, the consolidation of democracy in Central Europe, the experience of free and air competitive elections, and the expansion of civil society, transformed the opportunities for political expression and mobilization in these nations.

The end of the Cold War, and the redrawing of European boundaries, altered foreign and defense policy, which had been one of the most important cleavages traditionally dividing European parties of the left and right. Europeans have also experienced major structural changes in the working of their democracies through the impact of EU membership, which has constrained the autonomy of the nation-state and therefore reduced the importance of national parliamentary elections. (Norris, 2004:9)

Efeitos geracionais

Estes efeitos ligados diretamente à socialização primária pressupõem que é na juventude que os indivíduos são “moldados” para a vida. Nesta linha de argumentação encontra-se entre muitos outros Frederick Lynch que defende que *“The drama of youth shapes each generation`s perspective differently. The salience and distinctiveness of generational consciousness varies, and subgroups, or generational units, may interpret the same historical process differently”* (Lynch, 2010:89).

Karl Mannheim (1964), define “geração” como a partilha, por um grupo de indivíduos, de uma localização temporal, histórica e sociocultural. Porém, o grupo de nascimento (coorte ³⁰ etária) é, por conseguinte, condição necessária, porém não suficiente. O facto de se ter a mesma idade não significa obrigatoriamente que se tenha partilhado experiências específicas. O efeito de geração tem que ser combinado com os fatores específicos de cada país.

É da comunhão e partilha de um conjunto determinado de experiências, objetos, valores a que são atribuídos significados específicos, com a consciência de pertença a um determinado nicho geracional particular que se constitui a base para a experiência geracional. Os indivíduos que não pertencem a esse nicho geracional dificilmente se identificam com esses elementos.

³⁰ Coorte é um conjunto de indivíduos que se agrupam por idade ou segundo características que lhe são comuns.

Os indivíduos nascidos entre 1945 e 1960³¹ que compõem uma geração específica, chamada geração BB, resultante da explosão demográfica ocorrida após a Segunda Guerra Mundial, vivenciam ou estão prestes a vivenciar a experiência contemporânea da chamada terceira idade.

Esta geração protagonizou uma revolução cultural, que lhe possibilitou melhores recursos financeiros, educacionais e melhor assistência na saúde e ainda, a criação de uma identidade própria. Estas circunstâncias geracionais irão seguramente influenciar o seu processo de envelhecimento e o seu modo de integração e de participação na Sociedade.

Frederick Lynch no que se refere aos EUA, afirma que,

...Boomer`s shared history and collective identity have been chronicled by numerous authors (see Jones 1980; Light 1988; Strauss and Howe 1991; Dychtwald 1999; Gross 2000; Macunovich 2002; Gillon 2004; Steinhorn 2006; Stewart and Torges 2007). They identify the following set of shared generational experiences: childhood and family culture shaped by a «procreation ethic» that idealized marriage and children; A large and ethically homogeneous cohort; a relatively affluent and competitive childhood and adolescence; optimism, idealism and great expectations heavily nourished by television; an increasingly mobile, automobile-centered lifestyle; rock music culture; competitive adult job markets; a decline in male wages (relative to those of their fathers); womens liberation and changing family structures; and a series of galvanizing events and passages: the civil rights movements, the Vietnam War, the two Kennedy and King assassinations, and the Watergate scandal. (Lynch, 2010:97)

Efeitos de Ciclo de Vida

De acordo com Goerres (2009), os efeitos de ciclo de vida dependem da percepção cultural do curso de vida (ex. transição para a reforma). Desta forma, exigências sociais e expectativas, identidades e recursos variam da mesma forma entre ciclos de vida. Estes fatores, segundo o Autor, desempenham um papel importante na participação política.

Como refere Goerres,

³¹ Em Portugal, particularmente, o fenómeno *Baby Boomers* não se manifestou na década de 50 como fenómeno demográfico, antes foi assimilada a cultura que lhe é inerente e que se tornou hegemónica (modernismo, liberdade, culto do prazer, libertação sexual, libertação da mulher, cultura do Rock e Rool, etc). Este fenómeno cultural despontou em Portugal principalmente na década de 60 com o surgimento de “uma nova classe social” os adolescentes hippies, irreverentes, quase na sua totalidade, filhos de uma classe média endinheirada e urbana.

...life-cycle and individual ageing effects make the differences between age groups independent of generations and thus stable across time. For example, as I will demonstrate, retirement has a positive impact on political protest because retirees have the time to engage in protest and are no longer concerned about any repercussions their protests might have for employment. This effect is independent in its nature from specific generations. (Goerres, 2009:17)

Pensamento similar tem Ellen Quintelier (2007) defendendo que, ao comparar-se os níveis de participação política eleitoral dos jovens, que segundo a Autora são baixos, com os níveis de participação dos entrevistados mais velhos, cuja participação eleitoral é mais elevada, as diferenças verificadas devem-se em primeira instância aos efeitos de ciclo de vida argumentando que os mais velhos detêm mais experiência do processo eleitoral e político possuindo por este motivo mais recursos políticos que acumularam ao longo da sua vida.

Por conseguinte, a diferença entre os efeitos de geração e os efeitos de ciclo de vida parece evidente; se os efeitos de geração tendem a desaparecer com o desaparecimento da própria geração, como é exemplo “ The Beatle`s generation”, os efeitos de ciclo de vida têm tendência a permanecer independentemente da geração, as pessoas ao envelhecer adquirem mais experiência, mais recursos têm tendência a ser mais passivas e conservadoras independentemente de outros fatores que as caracterizem, este é um efeito de ciclo de vida que se mantém estável ao longo do tempo afetando da mesma forma várias gerações. Acresce ainda salientar que cada grupo etário ocupa um papel social diferente.

Por outro lado, simultaneamente ao envelhecimento do indivíduo dá-se a construção do “Habitus”, ou seja, repetição de certos padrões de comportamento (Bourdieu 1977). Por exemplo, se o indivíduo na sua juventude foi induzido a votar ele tenderá a naturalizar o ato de votar e aspirará a votar sempre.

A nível macro poder-se-á, segundo Goerres, encontrar outros fatores de ciclo de vida importantes. Por exemplo,

...in societies that favour older people more (more positive public opinion of old age and relatively many older people dependent on few working people), older people are less likely to be active, compared to younger people, across various

modes of political participation. Thus, ageing societies of that kind are less likely to see a disproportional participatory impact of older people. (Goerres, 2009:18).

2.5. Constrangimentos culturais e sociais

A atividade de participação política é estruturada por duas ordens de fatores que num *continuum* se conjugam e se influenciam mutuamente: fatores intrínsecos ao indivíduo dos quais se destaca o capital social e fatores extrínsecos ao indivíduo, que se consubstanciam nas “*condições sociais que constituem o contexto no qual as instituições, as práticas, as ideologias e os objetivos políticos se formam e atuam.*” e cujas “*(...) principais variáveis são as socioeconómicas, as demográficas e as ocupacionais.*” (Borba, 2005:156)

O capital social é um dos principais fatores intrínsecos ao indivíduo, possuindo este a capacidade de o converter em capital político³²; ou seja, em recursos políticos³³. Se por um lado a posse de recursos materiais ou culturais facilita a aquisição de recursos políticos indispensáveis à participação, por outro a posse de menos recursos materiais, tais como rendimento escasso, pode aumentar a motivação para participar com vista a melhorar a sua condição económica através da reivindicação de políticas mais redistributivas³⁴; ou pelo contrário, pode dificultar a participação reduzindo os meios para a efetivação da participação, tal como é referido por Henry Brady,

...Increasing income inequality might operate in contradictory ways by reducing the wherewithal for lower income people to participate but simultaneously increasing their motivation to become engaged. The net result can only be determined by sorting out the possible paths by which income and income inequality might operate. (Brady, 2003:24)

³² Para Bourdieu (1980) as três formas de capital – capital económico, capital cultural e capital social – podem ser convertidas, em certas circunstâncias, umas nas outras, num processo que chama de “transubstanciação” (Bourdieu 1980).

³³ SineyVerba e Norma Nie (1972), Verba, Schlozman e Brady (1995) identificaram através de pesquisas comparadas uma correspondência entre *status* social e a participação.

³⁴ Segundo Henry E. Brady a desigualdade de rendimento pode produzir atividade política. O autor afirma a respeito que “*Tocqueville worried that democratic participation would allow the lower classes to use their political power to level society, erasing all differences (including income inequality) and creating uninspired homogeneity*” e que “*Marx predicted capitalism’s extreme income inequality would eventually generate working class consciousness that would lead to the revolution of the proletariat and communism*”. Desta forma parece implícito que para ambos os autores referidos a desigualdade económica iria gerar participação política que por sua vez iria transformar a sociedade.(Brady 2003:2)

Ainda considerando o capital social, evidencia-se o fator ideológico, seu integrante, corporalizado nas ideias, concepções, convicções enraizadas que se vinculam às aspirações políticas do indivíduo enformando as suas práticas e a sua atuação política.

Acresce ainda evidenciar a cultura política³⁵ de que cada indivíduo dispõe. A este respeito Gabriel Almond e Sidney Verba, acreditando que os conhecimentos, as crenças, os sentimentos e valores eram de suma importância para explicar a conduta política dos cidadãos, definiram a Cultura política com base nestas variáveis subjetivas. Assim, para os supracitados Autores, a Cultura política dos indivíduos consubstanciava-se no conjunto de tendências psicológicas dos membros de uma sociedade em relação à política e identificando deste modo três tipos de tendências, isto é,

...três posições que o indivíduo pode assumir ou três modos segundo os quais, ele pode encarar os factos e as relações sociais. A tendência cognitiva que se revela no conjunto dos conhecimentos e crenças relativos ao sistema político, aos papéis que o compõem e aos seus titulares; a tendência afetiva que se revela nos sentimentos nutridos em relação ao sistema, às suas estruturas, etc.; finalmente, a tendência valorativa que compreende juízos e opiniões sobre fenômenos políticos e exige a combinação de informações, sentimentos e critérios de avaliação. (Sani, 1988 *in* Bobbio,1988:306)

Com efeito, na cena política de uma sociedade combinam-se várias tendências culturais podendo coexistir indivíduos com uma cultura política mais participativa e outros com uma cultura política de sujeição, menos participativa. Indivíduos que foram grandemente socializados em regimes autoritários, num sistema democrático poderão exibir valores e atitudes não consonantes com os fundamentos político-sociais próprios do regime democrático; ou seja, a força da presença e difusão dos valores democráticos, assim como, as características das instituições e as condições sociais prevaletentes nos sistemas democráticos, poderão não ser suficientes para influenciar ou mesmo alterar a cultura política dos indivíduos nestas circunstâncias.

Estas tendências culturais individuais são fatores intrínsecos ao indivíduo, fruto de certos agentes e mecanismos de socialização. Nesta esteira de pensamento,

³⁵ “A expressão foi criada na década de 60 por Almond e Verba a partir da combinação das perspectivas sociológica, antropológica e psicológica no estudo dos fenômenos políticos”. [Kuschnir, Karina, Carneiro, Leandro P. (1999), *As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política*, Revista Estudos Históricos, Vol.13, nº 24, p.227]

argumentam alguns teóricos como Almond e Verba (1963)³⁶, Ingleart (1985), Norris (2004), Verba (2005), Campbell (2006) Goerres (2009), que defendem a socialização como um fator condicionante de suma importância na formação de um perfil político dos indivíduos. Estes autores baseiam-se na teoria da socialização e na existência de evidências empíricas que demonstram que a estrutura familiar, bem como todos os processos que se desenvolvem em ambiente familiar e escolar nos primeiros anos de vida do indivíduo, acabarão por condicionar os comportamentos e atitudes políticas deste, no futuro.

Pippa Norris argumenta a tal respeito que,

...Traditional theories of socialization suggest that habitual patterns of political behavior are generally acquired during an individual's formative years in the family, school, workplace, and local community (...) and these habits gradually rigidify over time, creating persistent differences among successive generations. If the repertoires and agencies for political activism have evolved over time, and if people acquired patterns of activism in their youth which prove fairly stable during their lifetimes, then, compared with their parents and grandparents, young people will display different patterns of activism which persist as they age. (Norris, 2004:8)

Achim Goerres, sublinha igualmente que.

...the early period of our adulthood is so decisive in terms of political socialization. We are much more open to political influences between about 15 and 30 (the impressionable Years) than between 50 and 65. This early political socialization leaves an imprint in citizens' heads as it shapes their early political preferences. (Goerres, 2009:13)

Adicionalmente, é sabido que os indivíduos e grupos orientam igualmente a sua atividade política em função dos valores nacionais; ou seja em função da cultura política da “nação e dos aparelhos, rituais e símbolos ideológicos do Estado”³⁷. A forma como se estrutura e organiza uma sociedade e a cultura que lhe subjaz influencia o comportamento

³⁶ Almond e Verba, referidos por Kuschner e Carneiro (1999:228), enfatizam o fator socialização na definição de comportamento político “A suposição que permite estabelecer a relação entre o processo de socialização e o comportamento político nos modelos de cultura política exige o reconhecimento de que as respostas dos atores a situações sociais objetivas não ocorrem em um estágio único, onde nenhum componente subjetivo intervém. Ao contrário do que propõem os modelos básicos da teoria da escolha racional, hoje dominantes na ciência política, as respostas se dão através de orientações mediadas pela avaliação subjetiva que o ator realiza destas situações sociais”

³⁷ Instrumentos institucionais de disseminação das ideias do grupo dominante.

político da sociedade civil. A existência de canais, quer institucionais quer não institucionais de participação, afeta o grau de aproximação da sociedade civil à sociedade política e ao Estado. Por outro lado, as políticas públicas e os valores que lhes são inerentes, quer em prol dos jovens ou em prol dos idosos, afetam o grau e a natureza da mobilização política destes grupos.

Almond e Verba (1963, ed. 1989:20) a partir das atitudes e motivações subjetivas dos indivíduos sobre a política estabeleceram um elo entre aquelas e os seus efeitos sobre o funcionamento das instituições políticas formais. Estes autores referem-se à existência de três sistemas. O Sistema primitivo simples no qual as instituições de caráter político se encontram ausentes, ou se existem não exibem elementos de diferenciação face a outras instituições de natureza económica ou religiosa. Neste caso, prevalecerá a chamada 'Cultura paroquial' na qual os indivíduos se revelam politicamente indiferentes.

O Sistema tradicional autoritário, caracterizado pela existência de um poder centralizado, e de uma 'Cultura súbdita', no contexto da qual os indivíduos exibem uma atitude de sujeição e de passividade confinando as suas preocupações aos resultados obtidos pelas instituições políticas.

O Sistema moderno democrático, fundado numa 'Cultura de participação', na qual os indivíduos nutrem um sentimento de total inclusão no âmbito da esfera pública traduzida numa postura ativa perante a política.

Além disso, Almond e Verba (1963 ed.1989) procuravam aferir de que forma as grandes transformações socioeconómicas verificadas no Pós-Guerra, iriam ter impacto no sistema político; isto é, como iria ser absorvida a cultura política democrática, ou por outras palavras, a adesão dos indivíduos às normas e valores democráticos. Com efeito, para que tal acontecesse seria necessário adotar um tipo de Cultura Política que se adequasse ao desenvolvimento democrático capaz de provocar uma explosão da participação dos membros das sociedades e, paralelamente, uma provável mudança nos modelos tradicionais de participação. As instituições teriam que se adaptar a este movimento de integração na política, do homem comum. Esta cultura política requereria mais do que as instituições formais, tais como o sufrágio universal, o partido político entre

outras. *“Uma forma democrática de um sistema político participativo requer de igual modo uma cultura política consistente com ele”* (Almond e Verba, 1963 ed. 1989:3).

Assim sendo, com o objetivo de criar estabilidade democrática e as condições culturais para o estabelecimento da democracia, operam na cena política as estruturas políticas e sociais que, pela sua natureza e pelo papel que lhes é socialmente atribuível, veiculam uma cultura política de cariz normativo, que funciona como dispositivo “pedagógico” na internalização de normas (direitos e deveres) e valores políticos. Por outro lado, essas mesmas estruturas políticas e sociais funcionam como elementos facilitadores da livre competição política oferecendo, deste modo, oportunidades e incentivos à participação política dos indivíduos. Entre as suprarreferidas estruturas políticas, encontram-se os movimentos sociais organizados, os partidos políticos, os sindicatos, as associações e instituições não partidárias tais como igrejas, ONGs e as redes sociais.

Por outro lado, perante o desenvolvimento económico e tecnológico, que se fez sentir em particular nos países do Ocidente a partir do século XX, produzindo mudanças socioculturais e políticas profundas, Ronaldo Inglehart defendeu que estas mudanças alteraram profundamente as prioridades valorativas dos indivíduos³⁸ dando origem a novos reportórios de participação política. Assim para o Autor, este novo contexto socioeconómico fez emergir uma valorização da liberdade, da autorrealização, da autonomia individual, da autoexpressão que, por sua vez, foram indutores de novos valores políticos.

“Rich countries are much likelier to be democracies than poor countries”. (Inglehart, 2010: 1), porque *“the postindustrial phase of modernization brings increasing emphasis on individual autonomy and self-expression values, which erode the legitimacy of authoritarian regimes and make effective democracy increasingly likely to emerge”.* (Inglehart, 2010:3).

As sociedades atuais, onde foi implementado um sistema de democracia representativa exibem, por um lado, grande diferenciação e estratificação social produtoras quer de desigual distribuição de recursos, quer de desigual acesso às estruturas de promoção política e, por outro, uma pluralidade de opções ideológicas partidárias que

³⁸ Ver Teoria da Pós modernidade de Inglehart

competem entre si. Deste modo, temos em “jogo” uma Cultura política assente nos valores e normas democráticas, constituída por um conjunto de subculturas que correspondem às correntes de pensamento partidárias, tais como as correntes socialistas, correntes da democracia cristã, às correntes comunistas, sociais-democratas e às correntes neoliberais, entre outras. Por outro lado, dada a desigualdade de distribuição de recursos políticos bem como a desigualdade de experiências políticas vivenciadas pelos membros da sociedade, existe uma diversidade de tendências culturais dos seus membros, podendo coexistir indivíduos com uma cultura política mais participativa e reivindicativa e outros com uma cultura política mais de sujeição e menos participativa.

Pese embora a importância do que atrás foi referido acerca dos fatores que contribuem para a ação política dos indivíduos, deverá notar-se que as experiências históricas e as conjunturas vivenciadas pelo indivíduo em determinado ponto do tempo, podem forçá-lo a rever o sentido tático da sua ação política. Embora possa existir uma adesão “afetiva” ou mesmo ideológica a determinados princípios orientadores da sua ação política, poderão os indivíduos, em determinadas conjunturas, rever as suas condutas de ação política inscrevendo-as somente em princípios de escolha racional.

2.6. Recursos políticos

O processo de participação política requer um certo nível de competência política por parte dos cidadãos estando esta condicionada à posse de determinados recursos políticos. De acordo com Dahl recursos políticos compreendem,

...tudo o que uma pessoa ou um grupo tem acesso, que pode utilizar para influenciar direta ou indiretamente a conduta de outras pessoas. Variando com o tempo e o lugar, um número imenso de aspetos da sociedade humana pode ser transformado em recursos políticos: força física, armas, dinheiro, riquezas, bens e serviços, recursos produtivos, rendimentos, *status*, honra, respeito, afeição, carisma, prestígio, informação, conhecimento, educação, comunicação, meios de comunicação, organizações, posição, voto (...), entre muitos outros. (Dahal, 2001:195)

No debate sobre a adaptação de uma sociedade aos valores e procedimentos democráticos, Schlozman, Verba e Brady (2012) destacam-se na análise das desigualdades na distribuição dos recursos políticos numa sociedade democrática. Os

autores argumentam que a distribuição dos recursos cívicos em democracia é central para se compreender os processos de participação política,

...In a true democracy, the preferences and needs of all citizens deserve equal consideration. Yet equal consideration is only possible with equal citizen voice.(...) . Citizens are not equally likely to undertake actions to let public officials know what they want or need, political activists are not representative of the citizenry at large, and a particularly acute form of participatory distortion results from the fact that those who are disadvantaged by low levels of income and education are less likely to participate in politics. (Schlozman et al, 2012:2).

Partindo do pressuposto que o requisito básico, o direito à participação, está garantido em democracia, estes autores argumentam que as desigualdades entre os grupos no que concerne à eficácia em termos de se fazerem ouvir na praça pública são determinadas por diversos fatores, como sejam a motivação para a participação, a abundância de recursos, tais como o conhecimento, a habilidade, o dinheiro disponível, o tempo disponível e as ligações em rede envolvendo esses grupos etc.. Tal desigualdade de recursos dificultará a comunicação que, por sua vez, irá produzir mais desigualdades de recursos e, por sua vez, menos capacidade em se fazer ouvir e de influenciar politicamente,

...the motivation to take part and the resources so to do, as well as the connection to networks that foster activity - are unequally distributed and contribute to inequalities of political voice. The more unequal the distribution of the factors that foster participation across politically relevant groups, the more unequal is political voice. (Schlozman et al, 2012:16)

Um dos recursos basilares da participação política é a consciência política que, de acordo com Ana Belchior está diretamente ligado ao recurso educação: “o aumento do nível de educação está na origem do desenvolvimento da consciência política e das capacidades cognitivas individuais, aumentando o interesse e a participação políticos (...)” (Belchior, 2010:50).

Com efeito, nas sociedades economicamente mais abastadas, nas quais os cidadãos beneficiam de níveis de escolaridade elevados, melhores condições de saúde e mais acesso à informação serão, em princípio, reforçados os valores e princípios

democráticos que promoverão o desenvolvimento nos cidadãos de uma cultura política que lhes conferirá uma maior consciência crítica dando sentido à sua ação política.

A este respeito, Andrea Campbell, fazendo especial referência ao grupo dos idosos nos EUA, que por muito tempo fora marginalizado, defende que o comportamento político deste grupo na atualidade, está em certa medida influenciado pelas políticas públicas, em particular pelas medidas implementadas nos setores da Saúde e da Segurança Social fornecedores de recursos, tais como pensões de reforma e, por conseguinte, tempo livre e, por outro lado, acesso à saúde, recursos estes que podem ser transformados em relevantes recursos políticos. Deste modo, é a combinação destes recursos que parece estar na base do estímulo à participação. “*Social Security and Medicare transfer 40 percent of the federal budget to seniors, with significant effects on their political behavior*” (Campbell, 2003:3).

Como reforço da sua argumentação, a Autora refere ainda que os idosos nos EUA não tiveram sempre o mesmo nível de atividade política. “*Seniors were not always so politically active. In the 1950s, when Social Security benefits were modest and covered only a fraction of seniors, the elderly participated at lower rates than younger people.*” (Campbell 2003: 3).

Já antes, no estudo de Almond e Verba (1963, ed.1989), é igualmente referido que a adesão a valores democráticos era mais saliente nos grupos de maior escolaridade, sendo especialmente esses que demonstraram alto grau de competência política subjetiva. É de mencionar ainda outros recursos de suma importância que se consubstanciam no acesso à comunicação e à informação, quer seja através das redes sociais onde o cidadão está imerso, quer seja através dos *media* na sua forma de imprensa escrita ou visual, desempenhando todos eles um papel de enorme relevo como formadores de opiniões e vontades, atribuindo sentidos e significados aos processos e aos factos sociais.

No que respeita ao acesso à informação, particularmente dos cidadãos mais velhos relativamente aos mais jovens, alguns autores (Johnson, 1990,1993; Streufert *et al*, 1990; Hershey *et al*, 1990), defendem que os cidadãos mais velhos têm menos acesso à informação, devido não só ao facto de não disporem da tecnologia de que usufruem os mais novos, mas igualmente pelo facto de necessitarem de dispor de mais tempo para

processar a informação bem como, de níveis de concentração que os cansam deixando muitas vezes a tarefa a meio. Contudo, recentes investigações, quer qualitativas, quer quantitativas não confirmam esta explicação e defendem que as estratégias usadas pelos mais velhos efetivamente não carecem de muita informação nova pois utilizam a que já detêm do passado (Riggle e Johnson, 1996:114).

No que respeita às redes sociais em particular, é a sua estrutura que irá determinar o conteúdo e o resultado dessas relações, podendo tornar-se um importante recurso político na medida em que, da sua estrutura, emerge interação indutora de partilha de ideias, opiniões, propostas, informações e motivações afetando e influenciando a ação social de cada cidadão (Castells e Cardoso, 2005:23).

De igual modo, a experiência de vida, o sentimento de pertença à comunidade, a autoestima, o interesse e a motivação pelos assuntos políticos, a capacidade física e psíquica para a mobilização, são outros dos exemplos de recursos que condicionam igualmente as suas atitudes e comportamentos políticos (Goerres, 2009).

Todavia, a grande maioria destes recursos políticos encontra-se distribuída de forma desigual mesmo nas sociedades democráticas atuais. Dada esta desigualdade na distribuição dos recursos políticos, existem cidadãos que possuem mais influência que outros na formulação das políticas, nas decisões e nas ações do governo, exibindo naturalmente comportamentos e atitudes políticas diferentes. Desta forma, a igualdade política dos cidadãos, fundamento moral da democracia, não é na íntegra observada, mesmo nos dias de hoje.

3. A participação política enquanto dimensão da participação social

A participação política é normalmente concebida como uma forma de participação social, estando esta conceção plasmada no Índice de Envelhecimento Ativo. Não obstante, a literatura sobre a inclusão/exclusão social nas fases adiantadas da vida, que emergiu muito recentemente (Phillips *et al*, 2010), tem operacionalizado a participação política de uma forma restrita e como uma das dimensões das atividades cívicas. Por exemplo, o estudo desenvolvido por Barnes *et al* (2006), o Estudo Longitudinal Inglês

sobre o Envelhecimento, definiu os seguintes indicadores para a atividade política: ser membro de um partido político, sindicato ou grupo ambiental, e ter votado nas últimas eleições gerais. Apesar de contemplar os modos mais convencionais de participação política, e de incluir a participação política no conjunto mais das atividades cívicas (incluindo o voluntariado, a participação em organizações religiosas, entre outras), este estudo revela que 12% dos inquiridos estavam excluídos da realização de atividades cívicas e que os fatores associados à exclusão da realização de atividades cívicas são não possuir transporte privado, estar desempregado, e sentimentos de depressão.

A Sociedade tem necessidade de criar mecanismos integradores que impeçam os menos favorecidos de serem objeto de marginalização pela ou de automarginalização em relação à própria Sociedade. Com efeito, a diferente afetação de recursos (no sentido amplo do termo) pelos indivíduos determina que a contribuição de cada um para o bem-estar coletivo seja muito diferente, circunstância que tende a gerar comportamentos discriminatórios e/ou potencialmente marginalizadores por parte dos que se consideram ser os vencedores da contenda pela afirmação do 'valor social' dos indivíduos. Um dos efeitos mais graves de tal marginalização consiste na redução do desejo de participação cívica, ou seja no não usufruto dos direitos e deveres de cidadania por parte do grupo dos marginalizados pelo processo de afirmação individual suprarreferido, uma vez que esses indivíduos cessam de se sentir como parte integrante de uma Sociedade que os despreza. Deste modo, tais indivíduos tendem a deixar de seguir as normas e os princípios com base nos quais a própria Sociedade se encontra estruturada.

Embora exista a evidência de impactos positivos resultantes de uma sucessão de políticas destinadas a combater a situação de exclusão social³⁹ e a minimizar os riscos acrescidos de vulnerabilidade surgida nas fases mais adiantadas da vida, são hoje ainda bastante visíveis situações de exclusão vivenciadas por alguns grupos de idosos em situação de pobreza⁴⁰ e de isolamento, privados do contacto social e, conseqüentemente,

³⁹ Exclusão social entendida como “Sentimentos ou situações objetivas pelas quais os indivíduos se consideram progressivamente separados ou marginalizados em relação à Sociedade” (Judith Phillips et al. 2010:190)

⁴⁰ “A pobreza nas suas dimensões múltiplas, inclui a falta de rendimento e de recursos materiais suficientes para viver com dignidade; acesso inadequado a serviços básicos, como cuidados de saúde, habitação e educação; exclusão do mercado de trabalho e a fraca qualidade do trabalho. Estes elementos são as principais causas da pobreza e explicam como os indivíduos e as famílias se tornam socialmente excluídos” (Europa 20, 2011:10).

excluídos de atividades comunitárias e de acesso aos serviços públicos, circunstâncias que agridem a letra e o conteúdo da atual Constituição da República Portuguesa⁴¹

As origens do fenómeno da exclusão social são variadas e de grande complexidade. Contudo, de acordo com algumas investigações, parece existir características próprias do grupo dos idosos que obstam a que tal grupo resista eficazmente à instalação da tendência para a sua exclusão face ao resto da Sociedade que deveriam integrar de forma plena. A situação de pobreza é um dos exemplos primeiramente apontados,

...Os idosos estão expostos a um risco maior de pobreza (19%) comparativamente com o resto da população e, em alguns países, são particularmente afetados por situações de privação material. A envergadura do desafio demográfico com que a EU se depara só virá intensificar o problema. Até 2030, o número de reformados na EU terá aumentado mais de 25 milhões, colocando maiores pressões nos sistemas de pensões no que respeita à sua adequação e sustentabilidade a longo prazo e nos sistemas de saúde e de cuidados na velhice. A longo prazo, o risco de pobreza dos idosos será ainda mais acentuado se os percursos profissionais se tornaram mais fragmentados. (Europa 2011, **20** :8)

Todavia, de acordo com Judith Phillips (2010), se originalmente o conceito de Exclusão social era associado quase exclusivamente à pobreza, modernamente este conceito evoluiu, tendo hoje um cariz multidimensional incorporando aspetos afetos ao ciclo de vida, ao nível de rendimento, ao estado de saúde, à solidão, ao alojamento, entre outros, surgindo deste modo não só associado aos recursos económicos que se possui, mas igualmente ao que é permitido, ou não, fazer no quadro de uma existência em cidadania.

A exclusão e a discriminação social baseada na característica da idade (idadismo), e em particular no que se refere a pessoas idosas (gerontismo), como preferem alguns autores denominar, consubstancia-se em atitudes e práticas negativas generalizadas para com os idosos. Segundo Sibila Marques,

⁴¹ “1. As pessoas idosas têm direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou a marginalização social.
2. A política de terceira idade engloba medidas de caráter económico, social e cultural tendentes a proporcionar às pessoas idosas oportunidades de realização pessoal, através de uma participação ativa na vida da comunidade”
Constituição da República Portuguesa – Artigo 72º. – (Terceira idade).

...as atitudes idadistas em relação às pessoas mais velhas assumem três componentes essenciais. Em primeiro lugar, o idadismo está associado às crenças ou aos estereótipos que temos relativamente ao grupo das pessoas idosas. Refere-se à tendência para percebermos todas as pessoas de uma determinada idade como um grupo homogéneo, que se caracteriza muito frequentemente por determinados traços negativos, como por exemplo, a incapacidade e a doença. (Marques, 2011:18)

Em segundo lugar, refere a Autora, atitudes relacionadas com sentimentos de desdém, embora muitas vezes se manifestem disfarçadas em atitudes de piedade ou de paternalismo. Por fim, o último componente refere-se ao comportamento que se relaciona com os atos explícitos de discriminação.

É de referir que o idadismo ou gerontismo espelham valores culturais e as práticas institucionais das sociedades onde se fazem sentir.

Ainda de acordo com Sibila Marques, o idadismo foi influenciado por três aspetos primários: “*o processo de categorização por idades, a inatividade das pessoas idosas e a perceção de ameaçados gastos com o envelhecimento e o predomínio da cultura da juventude*” (Marques, 2011:36).

Por outro lado, as situações objetivas vivenciadas pelos idosos no decurso das suas vidas precedentes à sua situação de idoso serão, na maior parte dos casos, condicionadoras do seu estatuto social nesta fase tardia da vida. As diferentes formas de viver resultarão assim em diferentes formas de envelhecer. Por exemplo, limitadas oportunidades educacionais, profissionais e económicas ao longo da vida far-se-ão frequentemente sentir presentes e acentuadas na fase idosa. Peter Townsend (1979) defende que o acumular de um conjunto, de riscos, de dificuldades ou de falta de recursos ao longo da vida de um indivíduo podem levar à rutura social, à estigmatização podendo mesmo levar à perda de laços identitários. Por conseguinte, as consequências daí advindas, poderão passar por: limitação no acesso ao conhecimento e à informação de forma a poder tomar decisões informadas e a exercer escolhas de forma livre, nomeadamente no que concerne à atividade política; dificuldades em aceder a atividades cívicas e aos espaços públicos, culturais e políticos; construção e manutenção de redes sociais fracas; dificuldade em aceder aos serviços de saúde e de lazer, *etc.* As limitações, a cima descritas, por carência de recursos e ausência de direitos fundamentais de cidadania, poderão transformam-se

progressivamente, de acordo com Fernandes (1991) em mecanismos determinantes de exclusão, dos idosos face à vida social e política.

Algo semelhante ocorre com o declínio físico que atinge a população idosa e que impede, ou dificulta, a sua mobilidade. Como consequência, os idosos veem-se impedidos de extrair plena vantagem das facilidades proporcionadas pelas estruturas e equipamentos sociais eventualmente disponíveis no contexto das respetivas comunidades.

Neste grupo de idosos a situação de vulnerabilidade e, por conseguinte, de risco de exclusão e discriminação, de acordo com o Relatório (2010) da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, é agravada no segmento feminino, não só por as mulheres exibirem uma esperança média de vida maior, mas igualmente pelo carácter cultural do género e pela condição social em que viveram e vivem.

No que se refere ao maior tempo de vida, este acarreta consigo uma maior probabilidade de exposição ao risco de contração de doenças, de perda de autonomia, de transtornos emocionais provocados pela viuvez, de alterações fisiológicas, de solidão e de isolamento. Por outro lado, a sua condição sócio económica é igualmente desvantajosa, dado que as mulheres idosas de hoje ainda sofreram no passado, segundo Deolinda Adão (2013) a influência da divisão sexual do trabalho organizada com base nas diferenças sexuais, acarretando a sua exclusão de certas atividades produtivas e a exposição a certas práticas remuneratórias de natureza discriminatória face aos homens. Por outro lado, estas práticas e representações sociais, fruto da cultura, geram relações de poder pelas quais a mulher se acha por via de regra em desvantagem face ao sexo masculino. O modelo padrão de relação entre géneros que vigorou durante grande parte da vida destas mulheres consubstanciou-se no patriarcalismo⁴² (Adão 2013, Wall *et al.* 2010).

Por fim, de acordo Scharf *et al.* (2004) citado por Judith Phillips, um traço característico específico dos idosos, quando comparados com indivíduos pertencentes a outros segmentos etários, consiste no facto de, uma vez excluídos, os idosos dificilmente

⁴²«Antes do 25 de Abril a lei legitimava a desigualdade entre sexos e codificava os papéis que caberiam a homens e mulheres, sendo que só após a Revolução o texto legal vem legitimar a igualdade sexual de direitos e deveres. Veja-se por exemplo as disposições referentes às relações conjugais: enquanto que no código Civil promulgado durante o Estado Novo se pode ler «O marido é o chefe da família competindo-lhe nessa qualidade representá-la e decidir em todos os atos da vida conjugal comum...» (artigo n.º 1671º)” (Wall *et al.* 2010:17).

recuperarão de tal situação. Tal ocorre por que, na velhice, a inflexão observada nos fatores objetivos que codeterminam a Exclusão Social é muito menos provável; designadamente, o nível de rendimento e a pobreza em geral, para além das próprias limitações de índole física (Phillips, 2010: 192).

A situação referida por Judith Phillips (2010) apela à prevenção da exclusão começando desde logo na afirmação de necessidade de uma mudança cultural, na rejeição de alguns dos mitos que persistem relativamente às pessoas idosas e da imagem estereotipada da velhice que muitas vezes as pessoas idosas, por si próprias, são induzidas a ter. De outro modo, os progressos feitos com vista a aumentar a longevidade deixarão de possuir o sentido que lhes é normalmente atribuído.

...A adequação e a sustentabilidade dos sistemas de pensões a longo prazo são cruciais para prevenir e combater a pobreza dos idosos.]....]. A chave para assegurar pensões adequadas e sustentáveis no futuro está no «envelhecimento ativo», que implica, em particular, a criação de condições que permitam aos trabalhadores mais velhos permanecerem no mercado de trabalho por mais tempo. A reforma dos sistemas de pensões tem de ter em conta a conceção global da proteção social. À luz das atuais tendências na provisão de pensões, é provável que os grupos vulneráveis e as pessoas com carreiras profissionais curtas e descontínuas se tornem cada vez mais dependentes de pensões mínimas e de disposições de rendimento mínimo para os idosos.” (Europa 20, 2011:13).

Parece evidente que as estratégias para a inclusão terão que ter como finalidade a criação de uma sociedade para todas as idades (plurietária), onde todos se sintam integrados e participantes, em cidadania plena, exigindo, por conseguinte, novos valores e comportamentos sociais e o reconhecimento da importância dos idosos para a comunidade.

Foi com este propósito que no final do século XX a OMS adotou o paradigma do “Envelhecimento Ativo”. Este processo de cidadania plena consagra a otimização de oportunidades de participação, o melhoramento da qualidade de vida, particularmente nas fases tardias da vida.

...Sai-se de uma visão reativa, centrada nas necessidades básicas e na qual a pessoa é um agente passivo, para uma outra, pró-ativa que reconhece a pessoa como um elemento capaz e atuante no processo político e na mudança positiva das sociedades. Neste sentido, o envelhecimento ativo exige uma abordagem

multidimensional e constitui um desafio para toda a sociedade, implicando a responsabilização e a participação de todos e de todas, no combate à exclusão social e à discriminação e na promoção da igualdade entre homens e mulheres e da solidariedade entre as gerações. (Programa de ação do AEEASG`2012 | Portugal, 2012:3).

3.1. Participação política e Envelhecimento Ativo

Embora o envelhecimento o se apresente como uma conquista do desenvolvimento, a sua repercussão nas sociedades não deixa de ser preocupante. O rápido crescimento da população idosa, superior a qualquer outra faixa etária, e o aumento da esperança média de vida, têm vindo a gerar uma enorme apreensão sobre a capacidade de resposta das sociedades face a esta nova realidade. O impacto social, económico e político do envelhecimento, nomeadamente no que se refere à inserção social dos idosos e à sustentabilidade dos sistemas de segurança social, tem-se mostrado um propulsor de reavaliação das estratégias de planeamento a nível económico, social, político e cultural. As políticas públicas⁴³ (sociais) daí advindas, promotoras de um *empowerment* das pessoas mais velhas, têm vindo a construir socialmente um novo conceito de velhice e de pessoa idosa, assente essencialmente na manutenção da saúde e na capacidade laboral restituindo ao individuo idoso o estatuto de cidadão ativo e participante no processo de desenvolvimento social.

No final dos anos 90 do século passado, a OMS adotou,

... o paradigma “Envelhecimento Ativo”, entendido como processo de cidadania plena, em que se otimizam oportunidades de participação, segurança e uma maior qualidade de vida à medida que as pessoas vão envelhecendo. Sai-se de uma visão reativa, centrada nas necessidades básicas e na qual a pessoa é um agente passivo, para uma outra, pró-ativa que reconhece a pessoa como um elemento capaz e atuante no processo político e na mudança positiva das sociedades”. (Governo de Portugal, 2012:3)

⁴³ “As políticas públicas podem ser vistas como «quadros de referência», constituídos por determinadas tipificações /modelos que estruturam as organizações e as práticas organizacionais, bem como as experiências individuais e os significados que lhes são atribuídos (Grenier, 2012). Nesta ordem de ideias, o discurso do EA e as políticas concretas em que se materializa também podem ser concebidas como «quadros de referência» que influenciam a estrutura e o modo de funcionamento da rede de serviços e equipamentos sociais que dão respostas à população idosa, as práticas profissionais e ainda as experiências das próprias pessoas idosas”. (São José e Teixeira. 2014:32)

Na visão de José de São José e Ana Rita Teixeira, o discurso do Envelhecimento Ativo (EA) surgiu impulsionado não só pela emergência do envelhecimento demográfico, mas igualmente por outras mudanças macrossociais tais como a

... substituição progressiva do modelo de Estado-Providência europeu por um novo modelo, designado por «Estado Social Ativo» (Cassieers,2005) ” e “pelo advento do paradigma do «envelhecimento positivo», apoiado parcialmente numa cultura de «anti envelhecimento» (Katz e Laliberte-Rudman, 2009), que substituiu o antigo paradigma do «declínio e da perda» (Holstein e Minkler, 2007)”⁴⁴ (São José e Teixeira, 2014:30).

É de realçar a confirmação de que as imagens e representações que se possuem da velhice e do envelhecimento não assentam inevitável e exclusivamente nas transformações físicas e na idade cronológica, antes, como construções sociais que são, refletem em grande parte necessidades sociopolíticas e económicas induzindo a sociedade e, particularmente as pessoas idosas, a adotar novos comportamentos, atitudes e valores.

Neste contexto, a ideia de EA tem vindo a ser promovida pelos estados democráticos, pelas organizações supranacionais, tais como a OMS, a UE, e a OCDE, não obstante o diferente enfoque que estas ensaiam refletindo preocupações, posturas politico-ideológicas e soluções muitas vezes não coincidentes, reflexo provavelmente do âmbito de intervenção e das lógicas ou propósitos que as caracterizam. São José e Teixeira (2014), em consonância com outros autores (Bowling 2008; Walquer e Maltby, 2012; Lloyd, 2012), destacam esse facto quando afirmam não existir consenso sobre a definição EA. Por outro lado, os mesmos Autores acrescentam ainda a não existência de uma diferenciação clara entre o termo EA e a de outros termos similares tais como “envelhecimento saudável” e “envelhecimento produtivo”.

Assim, de uma forma muito sucinta e baseada na ótica deste Autor, mencionam-se algumas das semelhanças e dissemelhanças entre as conceções da OMS, OCDE e UE que se afiguram da maior pertinência. Com este propósito, destaca-se que, relativamente a estas três conceções, o facto de que:

⁴⁴ “A cultura do “anti envelhecimento” é apoiada pelos mercados e tem estimulado o consumo de uma gama variada de bens e serviços relacionados com a manutenção e a promoção da saúde e do bem-estar”. (São José e Teixeira, 2014:30)

...«envelhecer ativamente» decorre de uma responsabilidade individual, (embora também de uma responsabilidade coletiva nas perspetivas da OMS e UE) e no que respeita aos comportamentos individuais, também todas entendem que «envelhecer ativamente» implica a realização de «atividades produtivas» quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista social (e também de atividades não produtivas na ótica da OMS). (São José e Teixeira, 2014:43)

É ainda de salientar a abordagem multidimensional que a OMS detém sobre o ser “ativo” considerando as atividades não produtivas, tais como a atividade política, a atividade voluntária filantrópica e, como referem ainda São José e Teixeira (2014) “*as atividades espirituais,] ...[, reforçando o potencial de inclusão das pessoas mais velhas*”. Por outro lado, a OMS ao valorizar os interesses, necessidades e capacidades individuais deste grupo (“abordagem de baixo para cima”), contribui por esta via para a emancipação e *empowerment* das pessoas mais velhas tal como defende Almeida (2007). Refere-se, por último, que “*ao eleger a qualidade de vida como o fim último das políticas de EA e ao enfatizar os direitos das pessoas idosas, está-se, no entender dos Autores, a advogar que o EA deverá ser entendido mais como um direito do que como um dever*” (São José e Teixeira, 2014:44-45).

Do ponto de vista da Sociedade, os benefícios que a EA lhe acrescenta, segundo São José e Teixeira,

...poderão advir do círculo virtuoso entre atividade e saúde (Holstein e Minkler,2003):as pessoas ativas, por exemplo em termos laborais, contribuem para a produtividade económica e para as receitas dos sistemas de proteção social e, além disto, tenderão a ser mais saudáveis. Por seu lado, as pessoas mais saudáveis, além de poderem ser mais ativas, tenderão a recorrer menos aos serviços de saúde, contribuindo desta forma para a contenção das despesas públicas com estes serviços. (São José e Teixeira, 2014:44-45).

Em suma, quer as conceções de EA da OCDE e da EU, com uma ênfase mais economicista, incitando à participação produtiva dos idosos, quer a conceção de EA da OMS, com uma maior ênfase na qualidade de vida e na participação cívica, tendo em atenção os contextos de vida de cada indivíduo, todas elas têm por base a otimização das possibilidades de saúde. Contudo, as motivações subjacentes aos dois tipos de abordagem no que concerne à otimização das possibilidades de saúde, são diferentes: enquanto para a OCDE e EU a saúde é imprescindível para que o indivíduo possa continuar produtivo e seja menos dependente dos recursos do Estado, a da OMS considera a saúde

imprescindível ao bem-estar e à felicidade do indivíduo fornecendo-lhe a possibilidade de permanecer como elemento civicamente integrado.

Parece assim claro que, enquanto a abordagem OCDE/EU possui do EA uma visão utilitária subordinada a objetivos de carácter predominantemente economicista, a abordagem OMS parece ter no centro da sua preocupação o próprio idoso enquanto ser humano.

Acresce ainda referir que a relevância da distinção estabelecida entre os conceitos de TI e de QI, no contexto da discussão acerca do EA, para o tema da participação política dos idosos. Decorrente das definições fornecidas por Laslett, constata-se que no período da TI os indivíduos mantêm as suas capacidades funcionais preservadas, circunstância que os habilita a exercitarem a liberdade de escolher um curso de participação na vida política e cívica, ao passo que no período da QI tal opção é dificultada em resultado do declínio físico e ou mental características deste período.

Como nota final, é importante sublinhar como o novo Paradigma do EA parece ajustar-se ao modelo de desenvolvimento social e político preconizado pela Ideologia Neoliberal, centrado na preocupação do crescimento económico, que apela fortemente à atividade através do trabalho, do desporto e do lazer e que descarta a vertente da participação política. Tal posição da ideologia neoliberal aparece como paradoxal, uma vez que o contingente humano potencialmente apto a participar politicamente é justamente composto, na sua maioria, por indivíduos idosos e que, além disso, e de acordo com investigações já realizadas, são os idosos que revelam uma propensão à participação política, na vertente eleitoral, relativamente elevada. Tais factos permitem concluir com facilidade que, com grande probabilidade, serão os idosos e não os jovens, aqueles que, em última instância, determinarão as decisões fundamentais que a Sociedade será chamada a tomar em futuro próximo.

Uma hipótese explicativa para o paradoxo supra descrito reside nos próprios fundamentos em que assenta a ideologia neoliberal. Um de tais fundamentos consiste no argumento que tende a negar ou, pelo menos a menosprezar, o papel que as ideologias, em geral, possuem nas sociedades contemporâneas (Fukuyama 1999). Na verdade, uma das bases argumentativas do movimento neoliberal é a de que a realidade se sobrepõe às

ideologias reduzindo estas a um conjunto de ideias otimistas e/ou altruístas mas que, infelizmente, não possuem aplicabilidade sendo por isso, ilusórias.

Deste raciocínio decorre ainda uma certa ideia de fatalismo, no sentido em que, independentemente das ideias, opções e tendências particulares, há algo de inescapável naquilo que fazemos, designadamente no plano da atividade política. Ora, tais posições revelam uma clara contraposição com os objetivos e a fundamentação da participação política, uma vez que, destinando-se esta a clarificar as opções a considerar pelas sociedades humanas, acabará por perder significado em resultado da ação de um certo determinismo natural a partir do qual não existem verdadeiramente opções (Freire 2007). Poderá até implicar uma certa ideia de irrelevância associada ao processo participativo em democracia, uma vez que, sendo a democracia um método político e social destinado à escolha entre diferentes opções, dificilmente poderá levar a cabo a sua tarefa num quadro em que a exequibilidade das alternativas é posta em causa (Freire, 2007).

... Num contexto de desestruturação das estruturas económicas, sociais, políticas e epistemológicas, em que se assiste à fragmentação das grandes metanarrativas da modernidade e ao esgotamento de modelos polarizados de inteligibilidade e legibilidade do mundo, escutamos repetidamente discursos apologistas do individualismo, do fatalismo e do fim da História⁴⁵. (Romão, 2000 in Mendes, 2009).

Em suma, na ótica de Felismina Mendes (2013), seja qual for o modelo de EA adotado, todos eles requerem pessoas responsáveis pelos estilos de vida que adotam, comunidades que suportem as escolhas individuais e governos que criem as condições para a implementação das dessas escolhas. Contudo, e dada a conjuntura atual, o que a realidade nos mostra é que esses modelos não serão de fácil implementação.

“As Asquith (2009) says, although this approach offers the elderly and communities more Independence in their choices and hopes for the future, it is no more than an unattainable ideal. Not because they are unable to make decisions about their ageing process, but because they do not have the necessary resources to implement these choices” (Asquith, 2009 in Mendes, 2013:175)

⁴⁵ Ver Fukuyama (1999). O Autor defende o facto de se ter atingido o fim da história pela inexistência de alternativas ao capitalismo e à democracia liberal.

CAPÍTULO III

1. A participação política em Portugal

Desde o início do período do Estado Novo (1932-1974), até à atualidade, a Sociedade Portuguesa sofreu algumas mudanças políticas que afetaram as condições económicas e sociais dos portugueses, em particular as populações alvo deste estudo.

O nascimento dos *Baby Boomers* (BB) em Portugal (1945-1960), coincidiu com a ditadura salazarista. Os BB portugueses são hoje os pré- reformados ou reformados. Viveram a sua infância e/ou adolescência numa sociedade onde uma grande parcela da população era analfabeta e muitos dos alfabetizados eram iletrados. Quer os recursos económicos quer culturais eram poucos para a grande maioria da população. Segundo Eduardo Cintra Torres (2011)

...a televisão foi uma ferramenta de unificação e de conformação da população à ideologia dominante. O que estava fora da TV era marginal. Ela mantinha as pessoas em casa, em família, ligava gerações e pessoas. (...) Encorajou novos comportamentos nacionais, para com as pessoas em redor, e convidou-as a ficar em casa domesticando-as. (Torres, 2011:29-30)

A televisão era assim, um aparelho ideológico do Estado, uma via de doutrinação das políticas fascistas, funcionou como “um poderoso instrumento de aculturação, isto é de transferência de influência cultural e social de um grupo para outro” (Torres, 2011:48)

Por conseguinte, esta doutrinação faz parte, embora em níveis variados, da memória coletiva dos indivíduos que terão agora idade superior a 65 anos.

1.1. O contexto sociopolítico português e a participação política desde o Estado Novo à atualidade

O período de governação da designada 1ª República (1910-1926) foi caracterizado por grande instabilidade política e pela criação de desequilíbrios financeiros e orçamentais que, por seu turno, alimentaram e agravaram a própria instabilidade política. É neste quadro de instabilidade que em 1928 é eleito para Presidente da República o General Óscar Fragoso Carmona que convida para ministro da Fazenda António Oliveira

Salazar, conseguindo este estabilizar a situação financeira do País, principalmente através da redução das despesas na Educação e na Saúde e na redução do número de funcionários públicos⁴⁶, sendo visto por esse feito como o “Salvador da Nação”. Em 1932, Salazar é nomeado Presidente do Conselho e dá início à redação de uma nova Constituição (promulgada em 1933), terminando deste modo o período da ditadura militar e iniciando-se uma nova ditadura a que Salazar denominou de Estado Novo. (Paço, 2008)

O Estado Novo baseou-se num regime de ideologia conservadora, com um Estado autoritário e corporativo que promoveu laços estreitos entre as instituições económicas e as instituições políticas. Os objetivos centrais do regime consistiam no estabelecimento da coesão social, da ordem e da estabilidade política e económica.

Deste modo, Portugal foi organizado com base em unidades geográficas dispostas hierarquicamente, sendo a unidade política mais pequena a freguesia. Aparentava, desta forma, ser um sistema político descentralizado. Contudo, na realidade era um sistema político altamente centralizado pois todos os dirigentes destas unidades geográficas eram nomeados direta ou indiretamente pelo governo central.

Quanto ao sistema económico, quase na sua totalidade encontrava-se organizado em grupos, tais como, sindicatos, grémios entre outros, que se baseavam em interesses de carácter industrial, comercial ou agrícola. No campo, surgiram as “Casas do Povo” que eram corporações que integravam proprietários e trabalhadores rurais, nas quais, segundo Riegelhaupt (1979), os trabalhadores rurais nunca se sentiram representados, vendo-as como agências de cobrança de impostos.

O sistema político não possuía uma estrutura partidária e, de acordo com Riegelhaupt, o Estado Novo

... institucionalizou a União Nacional (inicialmente União Nacional, mais tarde designada de Ação Nacional Popular), que funcionaria como um agrupamento corporativo de diversos pontos de vista, oferecendo uma plataforma de conformidade. A organização partidária era fraca e, pelo menos ao nível local, pouco distinta da estrutura governamental. A União funcionava apenas em tempo de eleições, apresentando uma lista de candidatos ao eleitorado e encaminhando

⁴⁶ É curiosa a semelhança das políticas públicas encetadas neste período com as defendidas pelo governo democrático atual.

os votantes para as urnas ou para os raros comícios. Embora as listas de oposição fossem teoricamente possíveis, durante o período de Salazar apenas surgiam listas únicas para as eleições das juntas. Para a população, os candidatos às eleições para a junta não passavam de elementos já nomeados. Os candidatos da oposição apareciam esporadicamente nas eleições para a Assembleia Nacional. Durante o Estado Novo, o termo oposição compreendia um leque de adversários do regime que incluía monárquicos inconformados, democratas-cristãos, socialistas, comunistas e, nos últimos anos, a extrema-esquerda. A oposição era ainda mais problemática porque, de uma maneira geral, os seus candidatos retiravam-se antes da votação, protestando contra a censura e o controlo da sua atividade política. Além disso, calculava-se que os resultados das eleições eram falsificados” (Riegelhaupt, 1979:508).

A sociedade do Estado Novo assentava em duas dimensões fundamentais: a família e a comunidade. O bem-estar da comunidade sobrepunha-se ao bem-estar individual, uma vez que neste sistema político o indivíduo não era considerado a unidade básica da sociedade.

A cultura política ⁴⁷ dominante em Portugal era uma cultura política de subordinação aos fins políticos do regime, anticomunista, antiliberal e anti-individualista, inspirada na Doutrina Social da Igreja Católica e que se impunha através das instituições de «propaganda» da igreja, do ensino público, da censura e da polícia política. Tratava-se de uma sociedade que não podia exprimir-se livremente. A Instituição Censura era das mais centrais e relevantes do Estado Novo, impedindo à grande maioria dos portugueses o acesso a qualquer debate e discussão pública livre, cortando assim qualquer expressão pública de conflito. A participação era esporádica, muito limitada e controlada.

Convictamente católico, Salazar tentou inculcar e preservar na sociedade portuguesa os valores tradicionais que assentavam em três pilares fundamentais: Deus, Pátria e Família.

A consagração do trabalho, da tradição e da ruralidade, era a imagem de todas as virtudes. À mulher era destinado o papel de mãe, dona de casa e submissa ao marido sendo este o provedor da família. Todos estes valores foram inculcados, assimilados e internalizados na consciência de grande parte da população.

⁴⁷ A «cultura política» é definida como o «pensamento social» referido à esfera do político ou seja, como a «dimensão subjetiva» desta esfera. Distinguem-se três dimensões da cultura política: a cognitiva (crenças, explicações), a avaliativa/afetiva (atitudes, valores) e a conativa (esquemas de ação). (Heimer at all 1990:32)

Até abril de 1974, o regime manteve-se beneficiando da passividade de uma larga parte da população (apenas com a exceção do período das eleições presidenciais de 1958 nas quais participou o candidato oposicionista Humberto Delgado), pese embora a esporádica ocorrência de tentativas de golpes de estado nos quais o envolvimento popular se revelou muitíssimo limitado. Esta tranquilidade era conseguida pelo controlo da informação, da educação e de um policiamento político à escala nacional e, por fim, acrescenta Riegelhaupt, “*a natureza eleitoral não competitiva do sistema político*”.

A Autora refere ainda que:

...As eleições que foram realizadas serviram mais para pôr a nu o descontentamento das elites do que para mobilizar a população. Nunca houve a necessidade de mobilizar um eleitor, quer a favor quer contra, ou de fazer, ainda que sem sinceridade, a promessa a dada comunidade de que seria construída uma estrada ou aberta uma escola. A única maneira de conseguir a execução de qualquer coisa era por meio de um conhecimento ou do suborno. Tornou-se extremamente difícil atingir quaisquer objetivos públicos; em vez disso, conseguia-se a concretização de objetivos privados. (...) O Estado Novo, virtualmente, aperfeiçoou um sistema que encorajava ativamente a apatia política da população. Praticava-se uma mobilização mínima. Os dirigentes políticos raramente apareciam em público. Sob muitos aspetos, a propensão de Salazar para o isolamento impunha-se ao povo como um modelo de atividade política. Riegelhaupt, 1979:518-519)

Desta forma, apesar de existir um regular processo eleitoral, este processava-se através de um sufrágio com variadíssimas limitações e fortes restrições às liberdades públicas não sendo por isso um processo livre e competitivo de formação do poder político.

A transição para o sistema político democrático⁴⁸ efetivou-se a 25 de abril 1974 pela via de uma revolta militar, à qual respondeu o povo com uma ampla participação de apoio. Do ponto de vista institucional a transição deu-se de forma abrupta, não tendo

⁴⁸ No contexto do golpe de estado de 1974, foi abolido o regime de censura e foram instauradas as liberdades de associação, reunião e expressão. A polícia política foi extinta. Foram abolidas as restrições à formação de sindicatos livres e de partidos políticos. Foi instaurado o sufrágio universal para os cidadãos portugueses com 18 e mais anos. Na sequência da eleição da Assembleia Constituinte (1975), foi elaborada a Constituição da República Portuguesa (1976), que consagrou definitivamente todas essas liberdades e assegurou os requisitos mínimos de uma democracia representativa. As operações de fiscalização do processo eleitoral têm sido asseguradas pela representação de todos os candidatos nas assembleias de voto e de todos os partidos representados no Parlamento, neste caso ao nível da Comissão Nacional de Eleições (ver Freire, 2003c, e literatura aí citada). Nesta matéria, é sintomático que, em quase 30 anos de democracia, não tenham sido levantadas quaisquer dúvidas significativas sobre a lisura dos processos eleitorais e que se tenha verificado uma efetiva alternância das forças políticas. (André Freire 2003:137)

havido lugar a uma adaptação gradual e controlada do sistema, como aliás aconteceu noutros países da Europa Ocidental. Esta revolta militar teve a sua origem no descontentamento de grande parte das Forças Armadas, pela falta de soluções para o problema das guerras em África. Nesta linha de pensamento encontra-se Braga da Cruz, que refere:

...A razão dessa intervenção militar, que é também a do fracasso da tentativa de descompressão política do regime autoritário, empreendida ainda pelo consulado de Marcelo Caetano, reside fundamentalmente, embora não exclusivamente, na existência das guerras de África, e na incapacidade de obtenção de soluções políticas de paz.]...] O problema ultramarino fez a diferença de fundo e de forma da transição democrática portuguesa, que foi, ao contrário da espanhola, uma transição revolucionária por um lado, e militar, por outro. (Braga da Cruz, 1995:107).

1.2. O contexto político português e a participação política na atualidade

Foi com a Constituição de 1976, que define o Estado como “*Estado de direito democrático, baseado na soberania popular*”⁴⁹, que se estabeleceu a estrutura do Estado e se definiram as competências dos órgãos de soberania que se consubstanciaram em quatro elementos: Presidente da República, Assembleia da República, Governo e Tribunais.

A Constituição é assim a lei suprema, fonte de legitimidade e de legalidade tendo todas as outras leis de se submeter a ela. Ela consagra os direitos fundamentais dos cidadãos, os princípios fundamentais que devem reger o país, as grandes orientações políticas a que os órgãos se devem submeter e as regras de organização do poder político.

Um ano após a revolução de 25 de abril de 1974, realizaram-se as primeiras eleições livres para a Assembleia Constituinte assentes no sufrágio universal e no ano seguinte realizaram-se as primeiras eleições para a Assembleia da República.

A distribuição dos votos expressos em ambos os atos eleitorais não conferiram qualquer maioria parlamentar baseada num único partido. Com efeito, no caso da eleição para a Assembleia Constituinte, o Partido Socialista recolheu 38% dos votos seguida a larga distância pelo Partido Popular Democrático (PPD e futuro PSD) que obteve 26%, seguido do PCP com 12,5%, do CDS com 7.5% e do MDPCDE com 4%. Os restantes

⁴⁹ Artigo 2º da Constituição da República Portuguesa

partidos obtiveram cifras próximas ou inferiores a 1%. A afluência às urnas foi superior a 91%. O sistema eleitoral adotado enquadra-se na família dos sistemas proporcionais, se bem que a aplicação do método de Hondt, no qual se baseia o sistema eleitoral português, não produza uma distribuição dos deputados pelos diferentes partidos políticos de forma estritamente proporcional à distribuição do número de votos.

Miguel Lobo Antunes refere que as primeiras eleições

...desenharam o quadro partidário, que, no fundamental, se tem mantido até hoje. O sistema caracterizado pela existência de dois grandes partidos vizinhos, alternando no poder, sozinhos ou em coligação, por sua vez ladeados, um à direita e outro à esquerda, por partidos de menor dimensão, mostrou uma notável estabilidade (...). (Antunes, 1988:79).

O espectro partidário português referido por Lobo Antunes, polariza-se em torno de cinco partidos políticos eleitoralmente relevantes, PSD (centro/direita), PS (centro/esquerda), Partido PCP (esquerda), CDS/PP (direita cristã) e BE (esquerda socialista), constituindo-se o PSD e o PS os partidos nucleares do sistema.

Não obstante todos eles professarem do ideário democrático, exibem *nuances* nos seus programas e nas suas estratégias comunicacionais no que respeita ao funcionamento da democracia, ainda que os partidos do arco do poder que dominam o cenário da representação parlamentar, apresentem visões muito semelhantes, havendo dificuldade em distinguir o seu carácter ideológico, situação esta que se prende muito provavelmente com a competição eleitoral.

Após o 25 de abril, a sociedade portuguesa assistiu a uma alteração da sua estrutura social, com uma diminuição da diferenciação entre classes sociais e a uma ampliação das classes médias, principalmente devido à grande mobilidade social fruto em grande parte da adoção do modelo de Estado “Providência” e das políticas públicas que dele resultaram. Por conseguinte, considerando que as condições do sistema social influenciam a dinâmica partidária, esta nova estrutura da sociedade refletiu-se na estrutura, no discurso e na prática dos partidos políticos, que inicialmente se constituíram como expressão de identidades sociais afetivas, funcionando como organizações de integração de massas para grupos sociais bem definidos (partidos dos operários, partido

dos agricultores, partidos dos cristãos), passando posteriormente a manifestar um carácter interclassista; ou seja, passaram a reunir nas suas “fileiras” várias classes sociais e grupos sociais de cariz diverso, embora a matriz ideológica continue presente na escolha do partido por parte da maioria dos cidadãos.

É no entanto pertinente referir a propósito de ideologia, os significados atribuídos pelos portugueses a cada um dos campos ideológicos designados de esquerda e de direita. Segundo Freire e Belchior, os portugueses não demonstram um discurso global muito claro e congruente, embora “*se consigam localizar relativamente bem no quadro das famílias ideológicas e posicionar-se à esquerda ou à direita*” (Freire e Belchior in Viegas e Faria 2010:110). Os autores realçam que, em duas das questões colocadas, os significados obtidos foram mais claros consubstanciando-se no seguinte:

... a direita está associada à concentração de riqueza e ao patronato, a esquerda está associada aos sindicatos. A falta de consistência das posições sobre a esquerda e sobre a direita diminui com a exposição aos media e, em menor grau, com a educação e o interesse pela política.” O estudo revelou ainda que “existem de facto níveis mais baixos de ancoragem (ao nível social, valorativo e partidário) das atitudes esquerda-direita em Portugal, do que nas democracias da Europa Ocidental.”, pese embora “a identidade ideológica ser reconhecida como um ponto de ancoragem para a participação política, em particular eleitoral.. (Freire e Belchior in Viegas e Farias, 2010:4-5)

No que se refere à participação política no início da implantação do regime democrático, os portugueses exibiam determinação em participar na construção da Democracia, afluindo massivamente às urnas, manifestando-se permanentemente nas ruas e realizando greves. Contudo, este facto não era garante de uma sociedade plenamente democrática. A rutura realizou-se fundamentalmente ao nível da superestrutura. A cultura de “castração” política a que foram submetidos durante os 48 anos que durou o período ditatorial, deixou marcas profundas nos portugueses. A grande maioria dos portugueses encontrava-se pouco ou nada politizados e pouco conhecedores dos processos de participação política.

Braga da Cruz refere a propósito que:

... a cultura social e política dominantes, ao longo de décadas⁵⁰, tivesse sido a cultura da autoridade e da subordinação, e só depois do 25 de Abril tenha começado a emergir, e de forma abrupta, uma cultura de participação na vida social e política.” Contudo, *“a explosão da participação que se verificou ao longo da transição revolucionária, entre 1974 e 1976, traduziu porém mais uma súbita descompressão social e política do que uma profunda e consistente mudança de atitudes e comportamentos.* (Braga da Cruz, 1995:299-300)

O Autor afirma mesmo que, ainda hoje, uma considerável parcela dos portugueses não manifesta uma alteração dos quadros mentais e sociais no que se refere a uma cultura cívica democrática (Braga da Cruz 1995:300); em particular as gerações mais velhas doutrinadas numa cultura de submissão.

Na mesma linha de preocupação, Manuel Villaverde Cabral, tenta explicar esta situação através de um efeito de longo prazo, o chamado familismo amoral⁵¹ presente, particularmente nos grupos mais desfavorecidos da população com pouco capital escolar e simbólico, onde se enquadram grande parte dos idosos. Este efeito funcionaria como uma matriz estruturante das práticas e das representações políticas deste grupo exercendo uma influência nas dinâmicas de relacionamento destes com o poder político (Cabral, 2006: 3).

Independentemente do que está na origem do comportamento político, é um facto que atualmente, embora a situação socioeconómica se tenha vindo a degradar pelo enfraquecimento abrupto do Estado Social, os portugueses em geral têm vindo a exibir um certo alheamento político que se tem materializado num decréscimo de exaltação e de participação política, quer a nível eleitoral, quer na vinculação aos partidos, quer a nível de contestação nas suas formas convencionais e não convencionais, sentindo-se cada vez mais distanciados do poder político (Estanque 2003, Cabral *et al.* 2003, Magalhães 2009, Pinto *et al.* 2012).

Assim, contrariamente às expectativas geradas no período pós 25 de abril, o modelo de democracia representativa não deu origem a cidadãos interessados, críticos e participativos. Pelo contrário, os estudos efetuados até ao momento revelam uma sociedade que não acompanhou esta mudança de regime, manifestando *inclusive* uma

⁵⁰ Braga da Cruz refere-se ao tempo do salazarismo

⁵¹ “Bases morais de uma sociedade atrasada”

mentalidade, atitude e comportamento dos cidadãos denotando uma certa iliteracia política, circunstância que compromete a qualidade da democracia (Magalhães, 2009).

No entender de Braga da Cruz, uma das explicações possíveis para esta situação de alheamento e de distância dos cidadãos face ao poder prende-se com a adoção de uma postura individualista. Assim, para este Autor “*a sociedade portuguesa parece acompanhar a evolução das demais sociedades europeias mais desenvolvidas, na manifestação de crescentes tendências comportamentais, entre as quais a de um cada vez mais acentuado **individualismo**, que explicará em boa parte o declínio da participação social e política*” (Braga da Cruz, 1995:300).

Por outro lado, o mesmo Autor acrescenta, baseando-se num estudo realizado em Portugal pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, que em Portugal

...a tradição latina e conservadora bloqueou, mais do que nas sociedades anglo-saxónicas, o surto de participação social organizada a que a emergência do civismo liberal deu lugar na maioria das sociedades europeias. O associativismo e o ativismo sociais conhecem em Portugal níveis manifestamente inferiores aos demais países europeus. (...) este baixo associativismo tende a ser menor ainda entre as mulheres e nas zonas rurais, e cresce com o rendimento, o nível de instrução e o **status** social. (Braga da Cruz, 1995: 301-302)

Relativamente ao débil associativismo e ativismo dos portugueses, Freire (2003) defende que não parecem estar associados a “*efeitos de normalização da democracia*”. As explicações possíveis para este comportamento e atitude, poderão passar por: assunção de valores dominantes que não parecem incentivar a participação política, antes apontam para a existência de resistência na adoção dos valores sociopolíticos pós-materialistas⁵²; uma desconfiança nas instituições políticas e na classe política; uma consciência generalizada de impotência perante estas instituições e seus representantes e decisores políticos, independentemente da adesão dos cidadãos aos valores básicos da Democracia (liberdade de expressão e de protesto, participação, respeito pelos direitos consagrados na constituição e direitos legais).

Quanto à abstenção eleitoral, que tem vindo a sofrer um crescimento muito acentuado em todos os atos eleitorais (Assembleia da República; Câmaras Municipais,

⁵² Ver Ingleart (1985:103)

Assembleias Municipais e Juntas de Freguesia; Presidência da República; Parlamento Europeu), tendo nas últimas eleições legislativas (2011) atingido a cifra de 41,08%, Freire refere que se afigura uma situação peculiar relativamente à abstenção verificada nos restantes países da Europa Ocidental e cujas explicações não têm lugar neste quadro analítico. Segundo o Autor, a abstenção eleitoral apenas poderá ser explicada por vis de fatores comportamentais a nível individual. (André Freire, 2003:150).

Para Freire, ao nível individual existem três tipos de fatores explicativos da propensão dos indivíduos para a “*abstenção versus participação*”:

... O nível de recursos (rendimento, instrução, profissão, etc.). Quanto maior o nível de recursos, maior tenderá a ser a propensão para os indivíduos participarem na política, seja porque esses mesmos recursos tornam mais fácil/menos custosa a obtenção e processamento de informação política (Downs, 1957), seja porque os indivíduos com maiores recursos gozam de maior estatuto e maior integração social e política, logo são mais propensos a participar na política (Lipset, 1987).- O nível de integração social e a interiorização de normas e papéis (idade, sexo, habitat, estado civil, etc.) levam a que quanto maior a integração social (indivíduos mais velhos, residentes em habitat urbano, casados ou em união de facto, etc.) e/ou a interiorização de normas e papéis pró-ativos (sexo masculino) maior a propensão para participar na política (Lipset, 1987).
- As atitudes políticas. Quanto maior o interesse pela política, o sentido de eficácia política, a simpatia pelos partidos, etc., maior a integração no universo da política e, logo, maior a propensão para votar Campbell e outros, 1980). (Freire,2003:150-151)

Não obstante um certo este alheamento em relação à política, parece que, para os portugueses o que está em causa não é o regime e a sua legitimidade, mas sim a forma como está sendo conduzido. A este respeito, Freire (2003) começa por apresentar um quadro comparativo e bastante elucidativo sobre a opinião dos europeus acerca da democracia como a melhor forma de governo. Os portugueses, a par dos restantes países europeus, apresentam uma forte e inequívoca adesão a esta forma de governo, embora exibindo percentagens relativamente mais baixas (92%).

Quadro 1 - Opinião dos europeus sobre a democracia como a melhor forma de governo⁵³

Países	Indivíduos que concordam com a afirmação ("concordam" ou "concordam totalmente")	
	%	N
Dinamarca	98,6	983
Austria	96,8	1474
Grécia	96,7	1130
Holanda	96,3	991
Alemanha	95,3	1904
Itália	94,3	1898
Suécia	94,3	998
Espanha	93,8	1089
França	93,3	1500
Irlanda	93,3	932
Portugal	92,6	935
Bélgica	92,0	1803
Grã-Bretanha	77,7	937

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir do *European Value Study*, 1999. Sobre este estudo, ver Vala, Cabral e Ramos, 2003.

Nota: 1) as respostas "não sabe" e "não responde" foram excluídas da análise tendo em conta o seu reduzido valor: França, 7,1%; Grã Bretanha, 6,3%; Alemanha, 6 5%; Austria, 3,2%; Itália, 5,1%; Espanha, 9,3%; Portugal, 6,5%; Holanda, 1,2%; Bélgica, 5,7%; Dinamarca, 3,9%; Suécia, 1,7%; Irlanda, 7,9%; Grécia, 1,1%; 2); em cada subgrupo, os países estão ordenados por ordem decrescente dos níveis de concordância.

No que respeita à adesão aos valores democráticos, à eficácia política e à avaliação da classe política Freire, com base nos resultados obtidos no seu estudo, realça que os portugueses dão grande importância ao voto e à liberdade de expressão e de protesto. No que respeita à eficácia política da sua atuação, tendem a ter uma apreciação negativa e, por fim, exibem uma imagem muito negativa da classe política e da sua capacidade em dar resposta aos seus anseios.

Quadro 2 - Adesão aos valores Democráticos, sentido da eficácia política e avaliação da classe política

Indicadores	Concordância				
	Discorda totalmente	Discorda	Neutro	Concorda	Concorda totalmente
Q201a. O voto é um dever dos cidadãos	0,4	3,3	5,9	28,9	61,5
Q201b. Existe corrupção generalizada entre as elites políticas	3,4	14,2	25,9	42,0	14,5
Q201c. As pessoas como eu não têm voz/influência no governo	9,2	28,0	17,8	33,0	11,9
Q201d. A política e a governação são por vezes tão complicadas que eu não consigo entendê-las	5,1	14,5	14,4	41,4	24,5
Q201e. Como tanta gente vota não faz realmente grande importância se eu não votar	29,1	39,8	11,3	17,0	2,7
Q201f. Uma vez eleitos os deputados deixam de pensar no interesse público	2,2	18,5	29,6	37,9	11,8
Q201g. Os governantes não se preocupam muito com o que pensam as pessoas como eu	4,1	16,6	30,4	40,1	8,9
Q201h. O sentido em que as pessoas votam é o principal factor do rumo da governação	1,4	9,0	17,3	47,1	25,3
Q208b. Toda a gente deveria ter direito a expressar a sua opinião	0,2	0,1	5,0	36,7	58,0
Q208c. As pessoas devem ser autorizadas a organizar protestos contra o governo	0,2	2,3	10,8	43,5	43,1

Fonte: Freire, Magalhães e Santo, 2003, segundo dados da *Asia-Europe Survey* para Portugal (ver nota 6).

Nota: as categorias "não sabe", "não responde" e "recusa responder" foram excluídas porque têm valores bastante reduzidos, geralmente residuais, e não são, por isso, relevantes para a análise em causa. Os valores das "não respostas" e "recusas" são os seguintes: 0,0% (q201a), 12,2% (q201b), 1,6% (q201c), 0,9% (q201d), 1,2% (q201e), 4,8% (q201f), 4,2% (q201g), 4,0% (q201h), 1,8% (q208b) e 1,9% (q208c).

⁵³ É curioso, sendo a Grã-Bretanha um dos berços da democracia parlamentar, exibir o valor de adesão mais baixo.

No último estudo da SEDES (2009), sobre a perspectiva dos cidadãos no que se refere à qualidade da Democracia em Portugal, conclui-se que

...Hoje em dia, há claramente mais portugueses a avaliar o funcionamento do regime democrático de forma negativa do que aqueles que o fazem positivamente. 51% dos portugueses diz-se “pouco” ou “nada” satisfeito com esse funcionamento, e as opiniões claramente positivas são quase residuais (11 por cento). (Magalhães, 2009:38-39).

Concluiu igualmente que:

... Maiores níveis de instrução estão associados a uma avaliação menos positiva das liberdades cívicas e do funcionamento das eleições como mecanismo de responsabilização política. No sentido contrário, é entre os menos instruídos que mais prevalece a ideia de que os eleitos não se sentem condicionados pelos interesses e preferências dos cidadãos; Entre as mulheres, a noção de que existem desigualdades nas oportunidades de participação no processo político é mais prevalente que entre os homens⁵⁴; Os indivíduos que se posicionam ideologicamente mais à esquerda têm uma visão mais cética sobre o funcionamento dos mecanismos de responsabilização política em Portugal, sejam eles verticais (eleitorais) ou horizontais (pesos e contrapesos); Os indivíduos que se identificam com o Partido Socialista fazem uma avaliação mais positiva do funcionamento do regime dos pontos de vista do gozo de liberdades políticas e cívicas e da “responsividade” do poder político; Os indivíduos que se identificam com o Partido Social-Democrata partilham com os que se identificam com o PS uma visão tendencialmente mais favorável sobre as liberdades cívicas e políticas, mas são, pelo contrário, os mais céticos sobre o funcionamento dos mecanismos de controlo de potenciais abusos de poder por parte do governo; Indivíduos que se identificam com a Coligação Democrática Unitária (ou com um dos partidos que a compõem) têm uma visão mais positiva sobre os mecanismos de responsabilização horizontal, mas são mais céticos sobre o acesso à justiça e à igualdade perante a lei em Portugal. (Magalhães, 2009:31-32).

Ainda no que respeita à igualdade de oportunidades para a participação política dos portugueses, Magalhães refere que

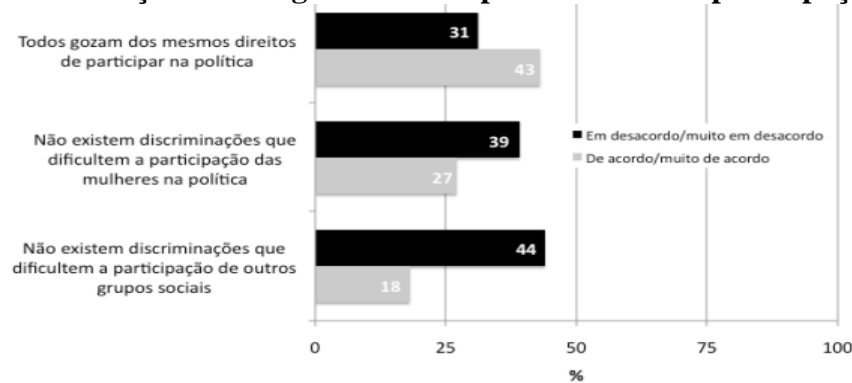
... mesmo achando que as eleições em Portugal se processam de forma regular e que podem exercer o seu direito de voto sem pressões, os cidadãos podem detetar desigualdades reais na forma como estão distribuídas as oportunidades de participar no processo político (...) colocados perante estímulos adicionais – a percepção de discriminações que dificultem a participação das mulheres e de outros

⁵⁴ “Este resultado pode ser visto em conjugação com investigação existente sobre Portugal onde se revela uma menor propensão das mulheres para o exercício de formas de participação política extraeleitorais (Baum e Espírito-Santo 2007)” (in Magalhães 2009:31)

grupos sociais na política – as opiniões negativas tornam-se maioritárias: há mais inquiridos que detetam a existência dessas discriminações do que aqueles que não o fazem. (Magalhães, 2009:18).

Acresce aqui referir que os portugueses neste estudo fazem a distinção entre igualdade de oportunidades para participar na política e existência de discriminações que dificultam essa mesma participação política. Para os portugueses são fatores distintos. Assim, apesar de reconhecerem que efetivamente a democracia trouxe aos portugueses direitos iguais nomeadamente para participar, foi ineficiente em acabar com a discriminação das classes mais desfavorecidas, tais como contra os idosos e mulheres, encontrando estes, em alguns casos, dificuldades em efetivar essa mesma participação.

Quadro 3 - Perceções sobre igualdade de oportunidades na participação política



Fonte: Magalhães (2009:18)

Esta situação de descontentamento geral tenderá a manter-se ou a agravar-se dado o contexto de crise financeira internacional iniciada em 2007 e cujo desenvolvimento posterior levou à denominada “crise da dívida soberana” que acarretou uma reconfiguração do modelo subjacente à organização do Estado social com uma maior desresponsabilização do Estado na prossecução de políticas de natureza social, transferindo esta responsabilidade para o terceiro setor e para a sociedade civil (Ferreira 2008, Ferreira *in* Filipe Carreira da Silva, 2013).

O modelo “neoliberal” tem acentuado a exclusão social mediante o recrudescimento dos problemas estruturais que se têm refletido num desemprego persistente, na diminuição do nível médio do rendimento das famílias e no aumento da desigualdade na distribuição do mesmo, nos entraves ao acesso à saúde, no aumento da insegurança relativamente ao futuro, e segundo Magalhães (2009) no aumento da

desconfiança relativamente às instituições políticas e aos políticos, na percepção da existência de agendas secretas, no enfraquecimento das entidades partidárias etc.

A adaptação ao modelo neoliberal terá certamente um efeito significativo na sociedade e, conseqüentemente, na atuação política dos cidadãos. Segundo Pedro Magalhães (2009) o agravamento dos problemas sociais parece estar relacionado com o baixo envolvimento político dos cidadãos e com o enfraquecimento da participação política. Os portugueses põem hoje em causa a legitimidade democrática das regras e processos de tomada de decisão (Magalhães 2009, Fernandes, 2014).

A forma como o processo de neoliberalização tem decorrido e a postura política dos cidadãos face ao mesmo, tem constituído o rastilho para acentuar os debates e os estudos sobre o modelo democrático adotado, bem como a percepção que os portugueses têm, do desempenho e da qualidade do mesmo.

Recentemente, Pinto *et al.*, realizaram um estudo com vista a medir as avaliações subjetivas feitas pelos portugueses sobre a qualidade da nossa democracia em nove dimensões: Direitos e liberdades civis; Estado de direito; Participação; Representação; Responsabilização horizontal; Responsabilização vertical; Responsividade (responsiveness); Igualdade e autonomia do poder político / governação. Assim, os autores face ao atual contexto sociopolítico e económico, verificaram que:

...uma maioria clara dos cidadãos sentem-se insatisfeitos com a qualidade da sua vida, e concordam que a crise económica afetou significativamente a sua qualidade de vida; No que toca à maneira como os portugueses avaliam a qualidade da sua democracia numa forma geral, confirma-se que (1) os portugueses avaliam a qualidade da democracia de uma forma multidimensional, e (2) consideram todas as dimensões quase igualmente importantes. É importante sublinhar, que, nesta avaliação geral da importância da democracia, embora a maioria dos inquiridos afirmem preferir a democracia a qualquer outra forma de governo, uma parte da população bastante significativa está a favor de existência de um governo autoritário, nalgumas circunstâncias; Confirmando os dados de estudos anteriores, em 2011 os portugueses avaliaram o desempenho real do regime democrático no país de forma bastante negativa: a maioria dos inqueridos sentem-se pouco ou nada satisfeitos com a maneira como funciona a democracia em Portugal hoje em dia. Além disso, quase metade da população adulta está convencida que atualmente a democracia em Portugal funciona pior ou muito pior do que há cinco anos atrás; Em particular, na opinião dos portugueses, a falta de confiança nos políticos e no governo constitui o maior defeito da democracia no

país. Seguem-se a falta de eficácia da governação, a corrupção e as desigualdades sociais. O que conduz a uma série de problemas sociais, políticos e económicos, dos quais o desemprego é o problema mais importante para os portugueses; Medidas as percepções dos portugueses sobre a qualidade da democracia em nove dimensões, confirma-se que nem todas essas dimensões suscitam avaliações negativas por parte de uma maioria dos cidadãos. Em particular, maiorias claras avaliam o regime positivamente do ponto de vista do exercício dos direitos e liberdades individuais: a maioria dos cidadãos afirma que uma série de direitos e liberdades, nomeadamente os direitos ao voto, à religião e à associação, são “totalmente” ou “bastante” garantidos pelo Estado (embora em relação a outros direitos e liberdades individuais, os resultados sejam menos positivos. (Pinto et al., 2012: 4-6).

O estudo revela ainda que um em cada três portugueses não consegue identificar nenhuma instituição que represente os seus interesses. *“Em geral, predomina o ceticismo quanto às capacidades de representação política das várias instituições (como movimentos sociais, partidos políticos, autarcas, sindicatos ou a Igreja) e agentes individuais (como o Presidente da República)”* (Pinto et al., 2012:7).

Sublinhe-se ainda, no respeitante às conclusões deste estudo, o facto de uma maioria bastante expressiva achar que os políticos apenas se preocupam com os seus interesses pessoais e que as decisões políticas favorecem sobretudo os grandes interesses económicos. É ainda de salientar o facto de os portugueses considerarem a saúde o direito mais importante seguindo-se o direito à educação e o direito à habitação,

...Embora entre os inquiridos predomine a tendência de achar que os direitos mais importantes são mais garantidos no país, geralmente a opinião é bastante negativa: apenas um em cinco ou um em três inquiridos, respetivamente, acha que os direitos à saúde e à educação são totalmente ou muito garantidos em Portugal. (Pinto et al., 2012:7).

Um estudo da Marktest, realizado em outubro de 2013, com a intenção de procurar aferir da resposta dos portugueses à atual conjuntura política e económica do país, revelou um aguçar do clima de pessimismo acentuado entre os portugueses relativamente à sua situação económica e à do País.

...Observando os dados por estrutura etária, verifica-se que os jovens (entre os 18 e os 34 anos) se mantêm menos pessimistas comparativamente às restantes faixas etárias, com um índice de 28.5%. Seguiu-se o grupo dos inquiridos entre os 35 e

os 54 anos com 21.5%. Os indivíduos com mais de 55 anos foram os mais pessimistas, registando um índice de expectativa de 18.9%.(Marktext 2013).

Quadro 4 - Evolução do Índice de Expectativa



“Valor do Índice Expectativa⁵⁵: 0-25 - Pessimismo acentuado; 25-50 – Pessimismo moderado; 50-75 – Otimismo moderado; 75-100 – Otimismo acentuado”.

Sobre a imagem que os portugueses possuem dos políticos, este estudo revela que nenhum dos líderes dos grandes partidos beneficiam de uma imagem positiva, evidenciando ainda uma descida generalizada no saldo de imagem dos líderes dos cinco partidos mais votados, assim como do saldo de imagem do Presidente da Republica. Este facto é elucidativo do descontentamento por parte dos inquiridos no que respeita à atuação dos líderes políticos.

Em suma, parece confirmar-se a avaliação negativa do desempenho da democracia em Portugal já evidenciada, tanto pelo estudo da SEDES em 2009, como pelo estudo realizado por André Freire em 2003, o qual concluía

⁵⁵ “O Índice de Expectativa face à situação económica resulta da conjugação das respostas obtidas a duas questões:” - Pensa que daqui a um ano a sua situação económica e pessoal e a do seu agregado familiar será Melhor, Igual ou Pior?- E em relação à situação económica do país, pensa que daqui a um ano ela será Melhor, Igual ou Pior? ”Para a construção do índice é atribuído um valor de :100 às respostas MELHOR; 50 às respostas IGUAL; 0 às respostas PIOR. Não entram na análise os indivíduos que não respondem às questões. O índice geral resulta de uma média dos índices parciais. Valores acima dos 50 pontos traduzem expectativas positivas e valores abaixo dos 50 pontos traduzem expectativas negativas.

...Primeiro há uma forte adesão dos cidadãos aos princípios básicos da democracia. Segundo, há um forte criticismo face à classe política, uma insatisfação crescente com o desempenho da democracia e um elevado afastamento face ao poder. Terceiro, o perfil evolutivo e as causas do abstencionismo eleitoral indicam que não estamos perante efeitos de normalização da democracia.

Por fim, embora o grupo dos idosos compartilhe esta avaliação negativa sobre o desempenho da democracia, no que respeita à ação política nas formas de protesto parece encontrar-se em contraciclo com o enfraquecimento generalizado da participação política por parte dos restantes cidadãos portugueses. Os idosos, dada a regressão dos níveis das suas condições de vida imposta pelo Governo atual, na forma de impostos adicionais e redução das suas pensões, aparentam começar a ter uma postura mais crítica de tipo reativo. A perda de direitos gerou pressão para o surgimento de novos movimentos (ex. APRE⁵⁶) ou de renovação de vigor de outros (ex. MURPI⁵⁷). Nesta classe de cidadãos de maior vulnerabilidade emerge novamente um sentimento de “identidade coletiva”; ou seja, o cidadão idoso sente-se como parte integrante de uma classe que está a perder direitos, e que se organiza na luta, manifestando-se na rua pela defesa desses mesmos direitos (Goerres 2009). Ora, até ao momento, o que nos revelava a evidência empírica sobre a participação política dos idosos (Goerres 2009) é que a mesma em grande parte se resumiria substancialmente aos atos eleitorais.

⁵⁶ APRE – Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados, surgiu em abril de 2013 como resposta às medidas do OE 2013. Este movimento laico surgiu como meio de protesto e reivindicação, à margem de qualquer organização política e sindical, de forma a garantir os direitos consignados na Constituição, para esta classe de cidadãos.

⁵⁷ O movimento unitário de reformados pensionistas e idosos surgiu após o 25 de Abril pela intervenção de militantes comunistas junto desta camada social, estivessem os seus membros filiados ou não em partidos, com o objetivo de criar um movimento reivindicativo em defesa dos seus direitos, em especial o direito de associação e o direito de usufruir de pensões e reformas condignas, pagas pela Segurança Social.

CAPÍTULO IV – ENVELHECIMENTO: MÚLTIPLAS PERSPETIVAS

1. O envelhecimento individual

Normalmente distingue-se o envelhecimento individual do envelhecimento populacional ou demográfico. Quanto ao envelhecimento individual, este é um processo natural, progressivo e contínuo que se inicia com o nascimento e se prolonga pelas fases da vida, não se desenvolvendo de forma uniforme para todos os indivíduos.

É comumente aceite que o envelhecimento individual tem quatro dimensões: a cronológica, a biológica, a psicológica e a social (Phillips *et al.*2010). A dimensão cronológica refere-se ao número de anos que as pessoas têm, ao passo que a dimensão biológica remete para o desgaste ou declínio das células devido à passagem do tempo. Por seu lado, o envelhecimento psicológico tem a ver com alterações no funcionamento mental e nos processos sensoriais e percetivos devido ao aumento da idade. Por último, o envelhecimento social tem a ver com alterações da relação do indivíduo com outros indivíduos e com a sociedade em geral (ex.: mercado de trabalho, lazer, etc.) à medida que vai passando por diferentes fases do percurso de vida. O envelhecimento social é ditado pela sociedade, na medida em que as estruturas sociais e culturais estabelecem expectativas acerca dos papéis, posições e comportamentos das pessoas idosas. Uma pessoa pode sentir-se jovem em termos psicológicos mas ser visto como idosos em determinados contextos sociais (ex.: ser considerado idosos para o exercício de determinada profissão ou para o desempenho de determinados papéis sociais). Segundo Pijalon e Trincaz (2000), a idade social remete para uma idade definida e reconhecida por normas societais que definem para cada idade, estatutos e papéis distintos, como por exemplo idades para estudar, para trabalhar, para criar família, para se aposentar, entre outros papéis normativamente atribuídos.

2. A construção social da velhice e do idoso

O processo de envelhecimento constitui-se numa multiplicidade de vivências, sendo aliás tal posto em evidência em vários estudos realizados, que em geral, contrariam a imagem que o senso comum detém do idoso: indivíduo necessariamente em decadência

física e psicológica. Em contraste, o indivíduo que se mantém ativo, em atividades físicas, intelectuais, de voluntariado ou outras, apresenta níveis de declínio cognitivo bastante atenuadas (Anstey *et al.* 2003; Argimmon *et al.* 2005; Stevens *et al.* 1999; West *et al.* 2005).

Acresce que para alguns autores, existe uma discrepância entre as imagens homogêneas sobre a velhice (construção social da velhice) e a heterogeneidade de imagens produzidas pelos próprios idosos individualmente, tendo muitas vezes estes, dificuldade em se assumir particularmente como idosos.

“One of the great imbalances in public discussions about older people and old age is the discrepancy between the homogenous image that ‘older people’ have in society and their own, much more varied view of old age, as well as their general unwillingness to identify themselves as older people” (Goerres 2009:4).

Por outro lado, as evoluções técnicas e tecnológicas têm permitido avanços na medicina que, por sua vez, proporcionam longevidades associadas a uma certa qualidade de vida. Esta alteração dá origem a novos significados e reposicionamentos do idoso no contexto social. Ser idoso, hoje, pode ser diferente do idoso de ontem, pode significar ser ativo, produtor de projetos e de estratégias, privilegiar-se, apesar das inevitáveis perdas.

Por esse motivo, existam hoje talvez, novas formas de definir as pessoas que entram nesta faixa etária parecendo querer desligar-se de termos tradicionais de ‘pessoa idosa’ ou ‘pessoa velha’, devido à conotação negativa que estes termos possuíam no passado recente. É comum encontrar-se escritos oficiais, em artigos científicos e até já na expressão corrente, os termos ‘Sénior’, ‘Terceira Idade’, e até o surgimento do termo ‘Quarta Idade’ surgindo a necessidade de se criar um subgrupo dentro deste grupo. Apesar do surgimento destes novos termos, Walker e Maltby citados por Goerres, defendem que os termos “ ‘The elderly’, ‘senioors’, ‘senior citizens’ (...)” no entanto não satisfazem as pessoas deste grupo etário (crivo meu), “(...) *older people rarely identify themselves as being old and do not agree on the labels given to them by others*” (Goerres, 2009:4). Esta citação sublinha, uma vez mais, a discrepância que decorre entre a objetivação do termo ‘idoso’ e a percepção que os idosos possuem acerca da sua idade concreta. Por conseguinte, o envelhecimento individual é vivenciado de forma singular por cada indivíduo.

Todavia, apesar de parecer não haver um momento específico que defina obrigatória e objetivamente uma pessoa como idosa, no sentido tradicional da palavra, este grupo etário está normativamente definido, sendo para as sociedades ocidentais a idade de 65 anos associada ao início desta fase do ciclo de vida e que, simultaneamente, sinaliza a saída do mercado de trabalho e a passagem à reforma (Gorman, 2000).

Os termos 'velhice' e 'idoso' são construções sociais, postulados pela comunidade. São um produto de uma época, da ideologia dominante e o seu significado varia de acordo com as estratificações sociais e com as crenças sociais produzidas pelo social e alteradas por este.

As representações sociais da velhice e do idoso estão ancoradas em determinados contextos histórico-culturais. As representações sociais ditam as expectativas face ao indivíduo idoso, os papéis que deve desempenhar e o lugar que deve ocupar na esfera pública.

São vários os autores (ex.: Bourdieu 1989, Guillemard 2002, Carneiro 2012, entre outros) que sustentam ser o critério da idade associado à produtividade que define quem é idoso. É através da divisão social do trabalho que a repartição de papéis entre os grupos sociais é estruturada e conseqüentemente as categorias de perceção e de avaliação desses mesmos grupos.

Deste modo, a transição 'tradicional' da vida ativa para a terceira idade é identificada pela simultaneidade da saída do mercado de trabalho, da decadência física gradual e da diminuição de papéis sociais, o que se verifica ainda nas sociedades ocidentais. O lugar que um indivíduo ocupa no sistema produtivo reflete a sua posição no sistema social, a sua identidade e o seu valor.

Maria João Rosa defende que

... um dos fatores de bloqueio das sociedades contemporâneas envelhecidas resulta do significado social atribuído à idade. Com efeito, não é socialmente indiferente ser mais jovem ou mais velho. Apesar de sermos sempre a mesma

peessoa, os outros esperam de nós uma participação social diversa consoante somos classificados como jovens, ativos ou idosos. (Rosa, 2012:15)

No relatório da CEPCEP sobre o envelhecimento da população, Carneiro disponibiliza um quadro síntese comparativo sobre as imagens da velhice e do envelhecimento identificadas por vários estudos anteriormente realizados sobre a temática e que se apresenta a baixo.

Quadro 5 - Imagem da Velhice e do Envelhecimento

	IMAGENS	DESCRIÇÃO
Positiva	Amabilidade e amizade	Caloroso; bondoso; amigo especial.
	Serenidade	Anos de ouro; prudência; tranquilidade; existência de mais tempo livre; momento feliz para aproveitar a vida
	Sabedoria	Maturidade; experiência; conselheiros; influência; inteligência; mestres.
	Felicidade e sociabilidade	Gostam de se divertir e de conversar/conviver.
	Avós	Provedores dos cuidados, educação e afetos aos netos.
	Guardiães das tradições familiares	Fazem a ligação entre o passado e presente da família; descrevem o passado de forma vivida, ultrapassando a descrição informativa.
Negativas	Solidão e tristeza	Isolados; pouco sociáveis e participativos. Abandonados e excluídos da família. Infelicidade, depressão e desânimo.
	Insegurança	Temem o futuro e têm poucas ilusões ou desejos. Muito sensíveis.
	Doença	Senil; hipocondríaco. Necessitam de muitos cuidados de saúde, tomam muita medicação e são hospitalizados com frequência. Vulneráveis; com pouca saúde e muitas dores.
	Assexualidade	Não se apaixonam, nem se interessam pela sexualidade.
	Pobreza	São na maioria pobres
	Dependência e incapacidade	Dependência dos filhos; inutilidade; inativos e improdutivos. Perda de funcionalidade.
	Aproximação da morte	Vivem a fase de espera da morte, em que já viveram o que tinham para viver.
	Homogeneidade	Os idosos são todos iguais.
	Vítimas de crime	Abuso a nível físico, sexual e psicológico. Atos de negligência e abuso, nas famílias e nas instituições de apoio.
	Aspeto físico	Rugas; despreocupados com a aparência.
	Aborrecido e antiquado	Têm muitos hábitos e rotinas; impaciência; rígidos.
	Incapacidade de aprender	Não adquirem novas informações; desorientação e confusão; mais lentos; esquecidos.
	Espirituais	Muito religiosos e praticantes
	Neutra	Fase normal da vida
Estado de espírito		Sentir-se velho

Fonte: Ribeiro 2007:57 in Carneiro *et al.* 2012:148

Por conseguinte, estas sociedades estabelecem dois fatores como indicadores do início da velhice: a idade cronológica e a saída do sistema produtivo, circunstâncias que reduzem drasticamente o valor do indivíduo.

No que respeita ao fator idade, expressa num determinado número de anos, muitos autores, tais como Aries (1988), ou Lenoir (1989), sublinham que a idade não é um dado natural, mesmo quando serve de instrumento para medir a evolução biológica dos indivíduos, tendo sempre um fundamento de natureza social que surge da comparação

entre os diversos membros de uma sociedade, pela necessidade de os classificar: ou seja, é produto de necessidades de práticas administrativas. À criação de classes de idade está sempre associada atribuição de valor social e de poder.

Um relatório sobre o idadismo⁵⁸ na Europa, diz-nos que:

... À semelhança do que se passa nos outros países, a experiência de discriminação etária na sua forma subtil é a mais frequente. Ainda assim, a percentagem de portugueses que referem já terem sido discriminados devido à idade é uma das duas mais baixas da Europa. No entanto note-se que, contrariamente à tendência europeia, em Portugal as experiências de discriminação tendem a aumentar com a idade, ou seja, os idosos são os mais discriminados.

No que concerne aos estereótipos de idade e formas hostis e benevolentes de preconceito, em consonância com a Europa, Portugal entende quer os jovens quer os idosos como mais simpáticos do que competentes. Embora ambos os grupos sejam vistos com admiração, os mais idosos são vistos também com pena. (Lima et al. 2010:4)

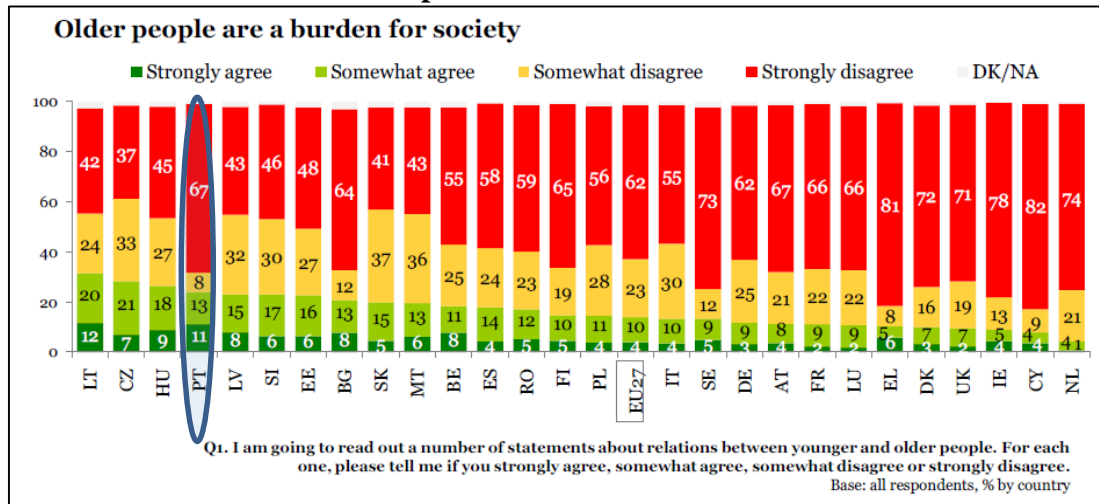
Assim, podemos afirmar que na atual fase socioeconómica portuguesa que privilegia o trabalho e valoriza a saúde, a beleza, a vitalidade, ainda persiste um pouco a perceção de que o idoso reformado, sem vitalidade, constitui um fardo para a sociedade, que o seu contributo e sabedoria não se ajustam aos tempos de hoje, de exigências criativas e empreendedoras, sendo ainda olhado por alguns, sob o ponto de vista providencial e sentindo como um problema social, praticamente destituído de valor social, ou coloquialmente falando, possuidor de um valor social negativo.

Esta perceção de ‘dependência’ e de ‘fardo social’ dos idosos afirma-se, aliás, como uma contradição com a forma como a própria Sociedade se esforça por expandir a esperança de vida dos indivíduos, interpretando-a como um símbolo de sucesso do modo de vida atual. Por outra parte, tal perspetiva choca-se com o sentimento de autonomia que um número crescente de idosos tem vindo a desenvolver, afirmando-se como elementos úteis e ativos da Sociedade. Por último, a própria opinião pública parece igualmente contraditar o suprarreferido estereótipo (um recente inquérito do Eurobarómetro apurou que dois terços dos inquiridos portugueses discordam fortemente da visão dos idosos como um ‘fardo social’ e sendo apenas 11% a proporção daqueles que partilham de tal

⁵⁸ Idadismo “refere-se às atitudes e práticas negativas generalizadas em relação aos indivíduos baseadas somente numa característica – a sua idade” (Marques, 2011:18)

ideia), circunstância que parece configurar um contexto de transição no que concerne à visão que a Sociedade Portuguesa detém acerca dos idosos e do papel que lhes reserva no futuro próximo.

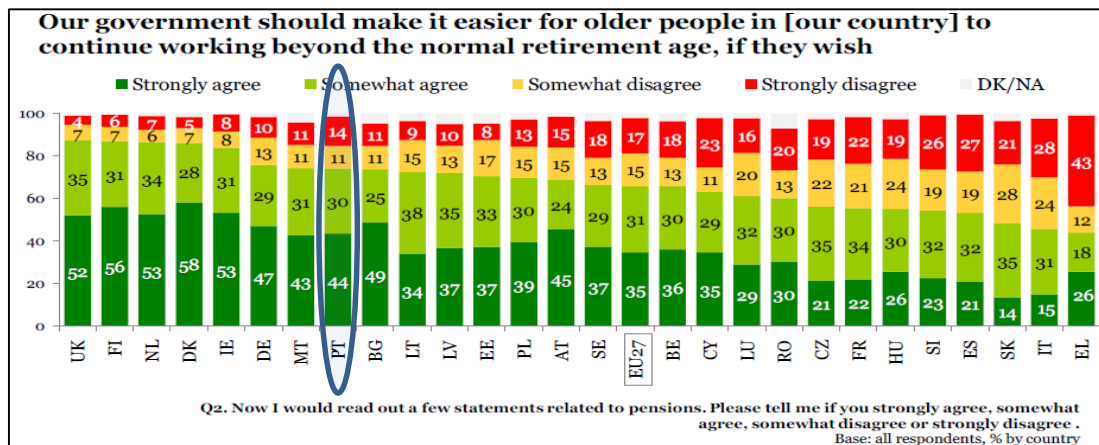
Gráfico 1 - Idosos – Um fardo para a Sociedade



Fonte: EUROBAROMETER – Intergenerational solidarity 2009:11

Por outro lado quando se inquiriu os portugueses sobre a hipótese de o Governo possibilitar que os indivíduos com 65 anos ou mais de idade pudessem continuar a trabalhar se tal fosse o seu desejo, só 14% dos inquiridos mostraram estar fortemente em desacordo e 44% dos inquiridos fortemente de acordo com essa possibilidade.

Gráfico 2 - Sentimento dos idosos face ao adiamento da idade de reforma

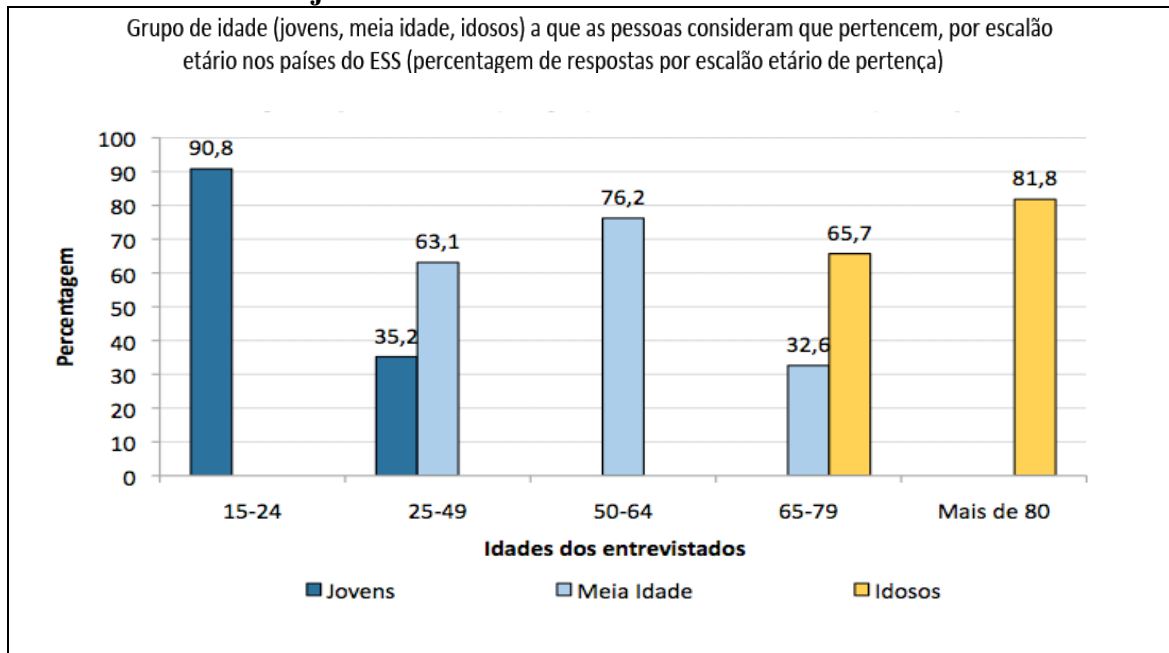


Fonte: EUROBAROMETER – Intergenerational solidarity 2009:17

Em suma, a idade é sem dúvida um fator central na construção do significado atribuído à velhice. Contudo, a literatura existente (ex.:Goerres 2009) sugere que a idade objetiva atribuída hoje à velhice não é concordante com a idade subjetiva que define

socialmente a velhice. Normativamente ter 65 anos ou mais significa deixar o mundo do trabalho. Contudo, de acordo com estudos já realizados, de entre os quais se apresenta o exemplo abaixo, os indivíduos com 65 anos ou mais sentem-se com menos idade do que a idade que objetivamente têm, e muitos dos indivíduos dos restantes grupos etários têm igual percepção.

Gráfico 3 - Idade subjetiva



Fonte: Lima, M.I. et al. (2010:19)

Provavelmente será essa aparente contradição que está impulsionando o emergir de uma segunda abordagem da situação demográfica atual. Os idosos com grande peso na sociedade, saudáveis e ativos, graças aos avanços da medicina, cultos e conscientes dos seus direitos, possuindo maior rendimento, graças à melhoria das condições de vida, representarão por certo um grupo consumidor de cultura e de lazer e, por conseguinte, geradores de riqueza tornando-se deste modo um potencial recurso estratégico do séc. XXI. Consequentemente, serão alvo privilegiado dos decisores políticos que tudo deverão fazer para os seduzir dando cada vez mais espaço a uma nova imagem da velhice, associando-lhe novos estatutos e papéis.

Em conformidade com esta visão, parecem estar os canais de comunicação responsáveis em grande parte, pela formação de uma 'opinião pública' e de um 'imaginário social' que apresentam o homem idoso, como desportista, irreverente, e até provedor dos membros mais jovens da sua família.

São estes novos discursos veiculados principalmente pelos ‘trabalhadores sociais’⁵⁹, que estão reconstituindo a identidade dos sujeitos idosos.

Deste modo, estamos a presenciar o despontar de um novo paradigma do envelhecimento que garantirá estas novas identidades reconhecendo a utilidade social dos indivíduos independentemente da sua fase no ciclo de vida, valorizando e potenciando as suas capacidades e competências.

3. Terceira Idade e Quarta Idade

De acordo com Sibila Marques, é importante compreender em primeiro lugar que:

... quando classificamos as pessoas em determinadas categorias, não o fazemos de um modo isolado, mas somos influenciados pelo modo como as sociedades em que vivemos concebem estas diferentes categorias e pelas representações que lhes estão normalmente associadas” (Marques, 2011:38).

Deste modo, a velhice, sendo uma construção social e cultural, terá um papel e um lugar de acordo com a importância que lhe é dada em determinada época e sociedade.

Foi com a Modernidade que as sociedades ocidentais se viram impelidas a encetar um processo de ordenamento social com base na segmentação do ciclo de vida. A diferenciação entre as idades fundamentadas nas imagens, nas práticas e funções que gradualmente foram atribuídas aos grupos etários gerou a atribuição de categorias etárias, passando desta forma a ser a idade a definidora do estatuto social da pessoa na organização social.

Segundo Guita Debert, neste movimento que marcou as sociedades modernas a partir da segunda metade do séc. XIX

... a velhice é tratada como uma etapa da vida caracterizada pela decadência física e ausência de papéis sociais. O avanço da idade como processo contínuo de perdas e de dependência – que daria uma identidade de condições aos idosos – é

⁵⁹ ‘Trabalhadores sociais’ entenda-se no discurso de Michel Foucault, como a imprensa, a televisão, o cinema entre outros (Foucault 1995).

responsável por um conjunto de imagens negativas associadas à velhice, mas foi também um elemento fundamental para a legitimação de direitos sociais, como a universalização da aposentadoria” (Debert, 2004:14).

No cenário contemporâneo do envelhecimento da população, com disposições diferentes para o envelhecimento que contrariam a acomodação, a inatividade e a dependência, a tradicional imagem da velhice é revista obrigando a um reordenamento do ciclo de vida. Desta forma emergem novas categorias a que se convencionou chamar de Terceira e Quarta Idades.

Baltes e Smith, referem mesmo que *“the expressions third or fourth age eliminate any direct allusion to semantically marked words like old age, senility and ageing”* (Baltes e Smith, 2003 in Mendes 2013:176).

Atualmente, atingir a quarta idade ou seja “envelhecer” o mais tarde possível é a regra subtilmente imposta. Discursos e imagens amplamente divulgadas pelos *mídia* evocando a juventude como um valor que pode ser apossado em qualquer idade através, segundo Guita Debert, de um receituário *“de técnicas de manutenção corporal, comidas saudáveis, ginásticas, medicamentos, bailes e outras formas de lazer que procuram mostrar como os que não se sentem velhos devem se comportar apesar da idade”* (Debert 1999:72). Desta forma, o idoso é incitado a procurar a satisfação pessoal através do resgate da sua juventude e atividade perdidas. Assiste-se assim a um processo de reprivatização da velhice. “Os indivíduos que negligenciarem seus corpos e forem incapazes de se envolver em atividades” serão responsabilizados pela sua velhice e farão parte mais cedo do segmento da QI.

Esta divisão do ciclo de vida quadripartida foi proposta por Peter Laslett.

“First comes an era of dependence, socialization, immaturity and education; second an era of independence, maturity and responsibility, of earning and of saving; third an era of personal fulfilment; and fourth an era of final dependence, decrepitude and death.” (Laslett, 1989:4)

Laslett profetiza que *“The emergence of the Third Age in the United States and the adoption of a fresh map of life will,[...], be one of the most important of all social developments at the turn of the twentieth to the twenty-first century”* (Laslett, 1989:viii).

Laslett defende que a TI não é nenhum mero segmento cronológico do ciclo de vida, começando e terminando em limites cronológicos precisos. Antes propõe uma segmentação menos delineada, com base nas atividades e características específicas. É com base nesta reordenação do ciclo de vida, que o Autor estabelece as características da TI, que se consubstanciam na atividade da satisfação pessoal, pela busca de atividades "voluntárias" e gratificantes após a reforma de uma carreira profissional. Conseqüentemente, o grande salto qualitativo deste período do ciclo de vida consubstancia-se no reaver da cidadania que praticamente se encontrava ausente para a grande maioria dos sujeitos que antes entravam nesta fase do ciclo de vida.

É ainda de realçar que, esta nova imagem da TI e todos os ganhos intrínsecos se deveram essencialmente aos avanços técnicos e saberes sobre a saúde do corpo humano e à institucionalização da reforma.

Laslett defende mesmo que os modelos de envelhecimento até então vigentes tornaram-se obsoletos uma vez que as mudanças demográficas e o aumento da expectativa de vida associadas a melhores condições de vida fizeram surgir esta nova identidade e, conseqüentemente, o surgimento de uma outra a Quarta idade. *“The separation of the two later phases of life, the Third from the Fourth, makes entirely obsolete the venerable appellation of “Old Age”* (Laslett, 1989:5).

Deste modo, a TI, antecede a QI que se caracteriza como um período de incapacidade física ou mental para prosseguir uma vida ativa. Todavia, a idade de início e a duração da terceira idade será variável de pessoa para pessoa, sugerindo deste modo a não existência de um limite preciso.

A teoria da Terceira Idade de Laslett inaugurou o estudo da Terceira Idade e influenciou todos os estudos subsequentes. Contudo, foi alvo de algumas críticas e reformulações, tais como as de Guita Debert (1999) e Guilleard and Higgs (2009). Estes últimos Autores introduzem o carácter geracional da experiência contemporânea da TI.

Para Gilleard e Higgs,

“the third age is a generationally defined ‘cultural field’ which emphasizes the values of choice, autonomy, self-expression and pleasure (Gilleard e Higgs, 2009). These features are captured in the later lifestyles of older people where the combination of consumerism, cultural engagement, the pursuit of leisure and an engagement with the technologies of self-care has carved out a distinctly different set of coordinates for later life than those envisaged by earlier commentators” (Gilleard e Higgs, 2013:368) .

Quanto à QI, os mesmos Autores defendem que :

“to make the difference between the third age and the fourth age clearer it is possible to posit that while the former can be understood as constituting a cultural field which can be studied in relation to the everyday practices of older people, the latter constitutes not so much a set of practices but a ‘social imaginary’ which operates as a set of often unstated but powerful assumptions concerning the dependencies and indignities of ‘real’ old age. While much has been written about the cultural practices of the third age (Gilleard e Higgs,2009) much less has been written about the fourth age and its representation as a social imaginary of old age (Gilleard e Higgs, 2013:369).

Para Mendes, referindo Castellón, o caráter funcional ou seja, a idade funcional é que definirá os limites entre a TI e a QI. Deste modo este Autor realça que:

“Castellón also points out the existence of discontinuities and qualitative differences between ages and distinguishes between a third and fourth age. He considers the former to be ages 60–80 characterized by high plasticity. The fourth age is from 80–100 and entails lower plasticity. He also says that between the third and fourth age people go from differential ageing to less inter-individual variability and points out that the fourth age is not simply a continuation of the third, but rather tests the boundaries of human adaptability. In the transition from one to the other, chronological age becomes less important and it is functional age that matters. There is no one age for moving on to the fourth age, as it all depends on a person’s degree of function (Castellón, 2003 in Mendes, 2013:176).

Independentemente do que define e delimita estes dois períodos da vida, quer as características biológicas, quer a qualidade de vida, quer a funcionalidade, é comum em todas as perspetivas revistas, que a TI exhibe características positivas, tais como saúde razoável, funcionalidade, ajustamento social com participação cívica nas suas várias dimensões e a QI exhibe características negativas tais como saúde decadente, disfunção e dependência.

Importa ainda referir que as estatísticas revelam uma feminização na QI, uma vez que o grupo das mulheres é maior relativamente ao grupo dos homens.

O envelhecimento demográfico

O envelhecimento demográfico é um assunto pertinente em todas as dimensões sociais, sendo muitas vezes apontado como um dos grandes responsáveis pelos males sociais, políticos e financeiros com que se debatem as sociedades, particularmente as ocidentais. O envelhecimento tem provocado muita ansiedade social pelo facto de se desconhecer se seremos capazes, em devido tempo, de adaptarmos as nossas estruturas sociais e mentais a tal realidade demográfica.

Para Rosa, o envelhecimento coletivo comporta o envelhecimento demográfico e societal, isto é, parte da ideia de idade, classificando os indivíduos distintamente de outros atributos pessoais, tais como, capacidades, competências, qualificações, saúde, classe social entre outros, fixando-os em categorias etárias fixas (fase jovem, fase ativa, e fase idosa) que assentam numa identificação clara das idades que as definem. Ainda segundo esta Autora, as fronteiras que demarcam estas categorias são efetivadas a partir de *“marcadores administrativos que correspondem às principais fases do ciclo de vida: até aos 15 anos, antes da entrada na idade em que é possível ser-se ativo, os jovens: entre os 15 e 64 anos, a idade ativa; com 65 e mais anos, ou seja, a partir da idade «normal» de reforma, os idosos, também referidos como «terceira idade» ”* (Rosa, 2012:23).

É por conseguinte, com base nestas categorias etárias que se formula o conceito de ‘envelhecimento demográfico’ ou de ‘envelhecimento da população’ que assenta na progressiva diminuição do peso das gerações mais jovens, em favor das gerações mais velhas ou, estatisticamente falando, a população envelhece quando o valor do quociente que relaciona o número de idosos com o número de jovens se eleva (índice de envelhecimento).

É importante sublinhar que tais definições adotadas internacionalmente com o propósito compreensível de permitir comparações entre as várias realidades de que a População mundial é composta, resultam de um procedimento de compromisso entre situações demográficas, sociais e culturais muito diferentes, como são as que envolvem as populações dos países desenvolvidos e menos desenvolvidos.

Quanto ao envelhecimento societal, refere ainda Rosa, embora este possa parecer resultar do envelhecimento populacional, a realidade pode não o confirmar. “*De facto, uma população pode estar a envelhecer e a sociedade não, o que significa que esta pode reagir à alteração do curso dos factos, encontrando uma forma adequada dos enfrentar*” (Rosa, 2012:24).

As sociedades envelhecidas serão pois aquelas que se sentem ameaçadas pelo elevado peso da população idosa, percecionando-o como uma ameaça, comprometendo o futuro e a sustentabilidade da sociedade. Esta visão parece estar intimamente ligada ao modo como as sociedades valorizam os grupos etários, o papel e a função que lhes destina. São normalmente sociedades que enaltecem a juventude e a sua destreza física desconsiderando a experiência, a sabedoria acumulada e os contributos dos idosos. Esta visão do envelhecimento é uma força conservadora poderosa e bloqueadora de mudança.

Por outro lado, considerando que as sociedades contemporâneas se baseiam mais na tríade conhecimento-habilidade-atitude, capacidades estas que podem existir independentemente da idade em qualquer indivíduo, poder-se-ia combinar a inteligência empreendedora dos mais jovens com a inteligência madura, ‘cristalizada’⁶⁰ e prudente dos mais velhos. A saída do mercado de trabalho e conseqüente mudança de papéis sociais pode representar um afastamento de estimulação cognitiva. Por outro lado, se for considerado o aumento da idade da reforma, os indivíduos mais velhos estarão em constante treino e estimulação das suas capacidades cognitivas podendo assim responder de forma satisfatória às necessidades e à sustentabilidade da sociedade.

As características de uma população desempenham um papel fundamental no desenvolvimento das formas de sociabilidade, sendo também um elemento de suma importância na formulação de políticas sociais em todas as suas dimensões. Adicionalmente, constituem um fator de estruturação social de grande significado.

⁶⁰ Inteligência cristalizada refere-se à capacidade para aplicar aprendizagens anteriores, baseia-se nas aptidões que foram aprendidas e adquiridas, de modo cumulativo, através da experiência. Trata-se de uma inteligência pragmática que compreende o corpo de conhecimentos e informações, fornecidos pela cultura, sob a forma de conhecimento factual e procedimental acerca do mundo, relações humanas, socialização e ação humana. A sabedoria é o protótipo deste fator da inteligência (Baltes,1997).

Pela primeira vez, do que se conhece da História da Humanidade, assiste-se à coexistência de dois modelos demográficos no Mundo. Um caracterizado por elevados níveis de fecundidade, de natalidade e de mortalidade, acompanhados de uma esperança média de vida baixa, correspondendo à situação vivida no grupo dos Países em desenvolvimento (PED)⁶¹ e outro, caracterizado por baixos níveis de fecundidade, de natalidade e de mortalidade e com uma esperança média de vida elevada correspondendo à situação vivida no grupo dos Países Desenvolvidos (PD), em especial as democracias do Ocidente entre as quais se enquadra Portugal.

O último Recenseamento Geral da População Portuguesa (RGP), concernente ao ano de 2011, assinala uma alteração profunda do perfil demográfico português ocorrida durante as últimas décadas. O envelhecimento da população portuguesa deixou de ser apenas uma conjectura para se constituir num facto.

...O fenómeno do duplo envelhecimento da população, caracterizado pelo aumento da população idosa e pela redução da população jovem, continua bem vincado nos resultados dos Censos 2011. Há 30 anos, em 1981, cerca de ¼ da população pertencia ao grupo etário mais jovem (0-14), e apenas 11,4% estava incluída no grupo etário dos mais idosos (com 65 ou mais anos). Em 2011, Portugal apresenta cerca de 15% da população no grupo etário mais jovem (0-14 anos) e cerca de 19% da população tem 65 ou mais anos de idade.” (INE, 2011: 11).

Ainda de acordo com o suprarreferido estudo, a intensificação do envelhecimento da população, deixou de ser um fenómeno com maior incidência nas zonas do Interior do País passando a constituir um traço caraterístico de todo o território continental português.

Parece ainda importante realçar que, de acordo com os dados disponibilizados pelo INE, do total da população portuguesa com 65 e mais anos a residir no território português 59,6% reside só.

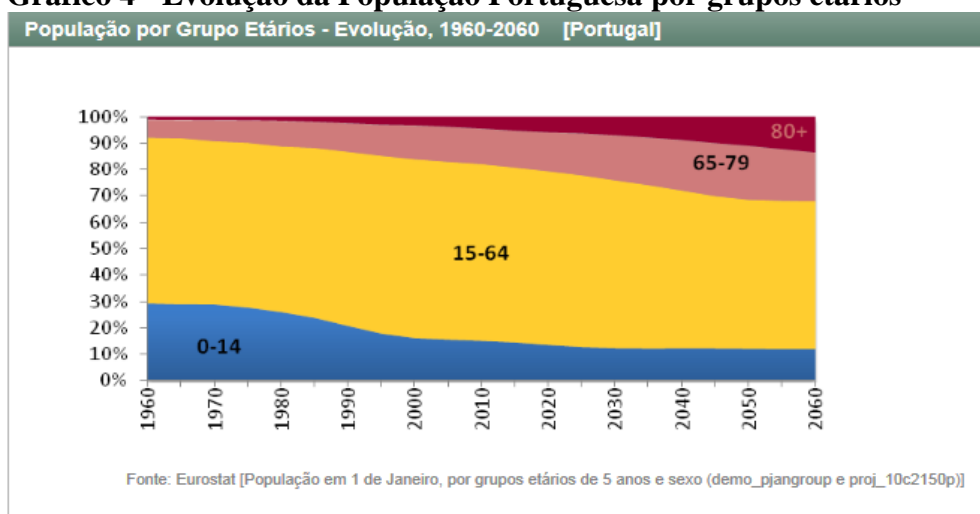
Adicionalmente, considerando as projeções para o futuro da população

⁶¹ Não obstante, já se assiste nalguns Países do PED, um regime de transição para o Modelo Demográfico Ocidental, devido essencialmente à melhoria das condições de vida

portuguesa, verifica-se o enorme desafio que irá impor-se à Sociedade, em particular aos responsáveis políticos, de assegurar a sustentabilidade da própria Sociedade na multiplicidade das suas dimensões.

Como ilustração do processo de envelhecimento em Portugal, apresentam-se os gráficos infra, disponibilizados pelo Instituto do Envelhecimento da Universidade de Lisboa, mostram as projeções para População Portuguesa até 2060.

Gráfico 4 - Evolução da População Portuguesa por grupos etários

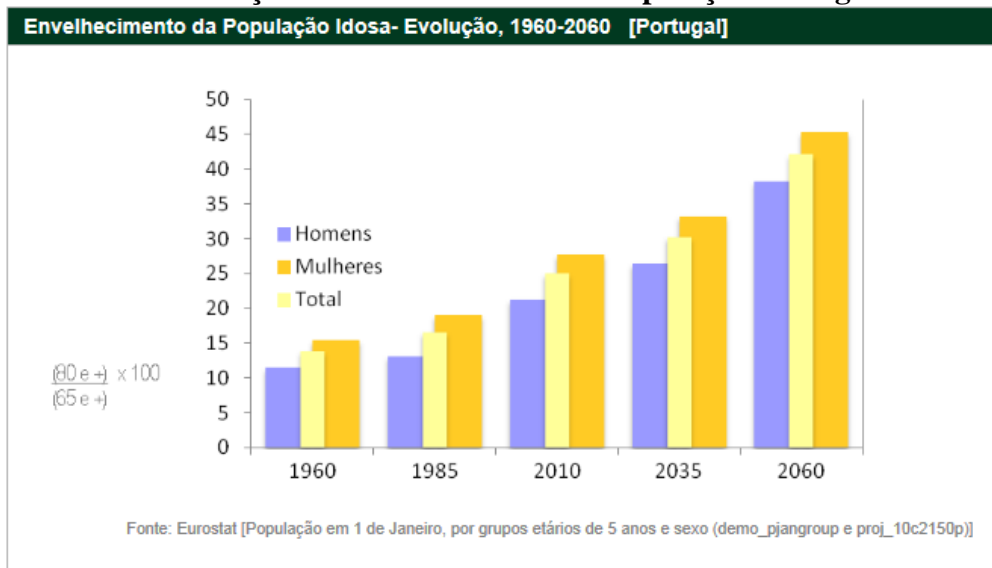


Fonte: IEUL Recursos sobre o envelhecimento

De acordo com estas projeções, a proporção de jovens continuará a reduzir-se, embora a um ritmo mais lento face ao verificado no período 1960-2000. Por outro lado, a proporção de idosos (≥ 65) mantém-se em crescimento até à entrada da quinta década do séc. XXI, altura em que se verificará uma certa estabilização.

Contudo, é de notar o envelhecimento considerável que se espera venha a ocorrer no seio do segmento idoso da população, circunstância ilustrada pelo peso acrescido do grupo dos indivíduos com idades iguais ou superiores a 80 anos.

Gráfico 5 - Evolução do envelhecimento da População Portuguesa idosa⁶²



Fonte: IEUL Recursos sobre o Envelhecimento

No que se refere ao índice de longevidade populacional, é de notar que, para além da tendência crescente do índice para a totalidade do período considerado, prevê-se uma clara aceleração do mesmo entre 2035 e 2060. Atente-se também no caráter maioritário das mulheres no grupo dos idosos.

Em suma, o gráfico confirma o envelhecimento da população idosa como uma das componentes relevantes do processo de envelhecimento geral da população portuguesa.

Igualmente, no encontro internacional “Presente no Futuro” organizado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, em Setembro de 2012, as demógrafas Maria Filomena Mendes e Maria João Valente Rosa, como resultado das suas projeções para um prazo superior a 20 anos, concluíram que o envelhecimento da População Portuguesa será crescente até 2050. Nos três cenários projetivos que apresentaram, o peso mínimo atribuível ao grupo etário dos idosos varia entre 31% e 33,4% do total da população, correspondendo aos dois cenários extremos no que respeita ao nível de fecundidade geral da população (Mendes *et al.* 2013). Se considerarmos que a importância relativa do grupo dos idosos é atualmente de 19%, conclui-se que o aumento ultrapassaria os 50%.

CAPÍTULO V – PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS PESSOAS ‘IDOSAS’

1. O ‘Estado da arte’

A literatura disponível sobre a participação política é vasta, quer do ponto de vista teórico quer do ponto de vista empírico. Muitos destes estudos baseiam-se essencialmente na afluência às urnas como instrumento para medir a participação; outros propõem-se explicar e definir o que é ser-se politicamente ativo; outros ainda avaliar de que forma os indivíduos participam. São estudos que, fundamentalmente correlacionam a educação, o rendimento, o género e a idade com a participação.

Dos trabalhos realizados sobre a participação política destacam-se: Sidney Verba (1972, 1995), Pippa Norris (2002), Henry Brady (2003) e Julian Borba (2012).

Em Portugal, as questões da participação cívica, particularmente no que respeita à vertente política, têm merecido a atenção de vários investigadores, salientando-se as pesquisas de Braga da Cruz (1985,1990), André Freire e Pedro Magalhães (2002), André Freire (2003); José Oliveira Mendes e Ana Maria Seixas (2005), Michael Baum (2007), João Cancela (2012), *etc.*

Todavia, o corpo de conhecimento existente concretamente sobre a participação política dos idosos é ainda reduzido. De entre os poucos estudos sobre esta temática, destacam-se os de Campbell (2003), E. Quintelier (2007) e mais recentemente, A. Goerres (2009), Lynch (2010), e M. Nygard. e G. Jakobsson (2013).

Já, em 1974, a American Association for the Advancement of Science demonstrava uma preocupação sobre as consequências políticas do envelhecimento populacional, promovendo um conferência que se intitulou “The 1990s and Beyond: A Gerontocracy?”. Pretendeu-se com este evento, debater questões inerentes ao facto dos Estados Unidos poderem vir a ser uma Nação dominada e governada por idosos e as possíveis implicações sociais e políticas de tal situação.

Mais tarde o economista Thurow, defendia que o envelhecimento dos Baby Boomers, constituiria uma ameaça à democracia, dado que tal se traduziria na

constituição de um bloco de eleitores, dominante em busca de benefícios, forçando os governos a secundarizar nos seus orçamentos outras prioridades nacionais (Lester Thurow, 1996:47).

A ideia implícita é de que os governos democráticos com menos recursos, oriundos de uma população ativa cada vez menor e mais envelhecida, não conseguiriam cortar os benefícios já adquiridos a um grupo de idosos votantes, cada vez maior. Esta situação, na opinião de Thurow iria muito provavelmente originar uma redefinição da luta de classes com a substituição da luta entre ricos e pobres pela luta entre jovens e velhos.

Contudo, esta predição de guerra entre idades, não se tem materializado. Desconhece-se até ao momento, que a população mais jovem se tenha manifestado contra os benefícios cedidos aos mais idosos. Esta circunstância pode dever-se em parte ao facto do envelhecimento ser uma certeza para todos, não fazendo por isso muito sentido que os jovens adultos se oponham a benefícios que poderão vir a auferir no futuro.

Não obstante o que se acaba de afirmar, dados os constrangimentos orçamentais a que os governos das democracias ocidentais têm sido forçados e a pressão que o envelhecimento populacional exerce sobre os sistemas de Segurança Social, quiçá conduzindo à sua insustentabilidade, torna inevitáveis reformas no sistema social com impacto sobre o grupo dos idosos.

Esta situação de ameaça permanente de perda de direitos, segundo Andrea Campbell (2003) e Goerres (2009), pode tornar-se um trampolim para a participação política do grupo dos idosos, até nas formas menos tradicionais no seu grupo.

No seu estudo, Campbell (2003), preocupa-se fundamentalmente com as consequências da participação tendo por base a relação recíproca entre as políticas públicas e a participação política dos idosos. A Autora defende, na sua investigação sobre os idosos nos Estados Unidos, que as políticas públicas podem moldar o conteúdo e o significado de cidadania política. Ao conceder recursos, tais como rendimentos, cuidados de saúde e tempo livre aos mais idosos, motivam maior interesse nos assuntos do governo e nas capacidades de mobilização

“Public policies can confer resources, motivate interest in government affairs by tying well-being to government action, define groups for mobilization, even shape the content and meaning of democratic citizenship. These effects are positive for some groups, like senior citizens, raising their participation levels” (Campbell, 2003:2).

A Autora refere ainda, que os idosos americanos não foram sempre politicamente ativos. Alude que na década de 50, quando os benefícios oferecidos pela Segurança Social aos idosos eram modestos e cobrindo apenas uma pequena fração deste grupo, a sua participação espelhava-se em taxas modestas, mais fracas do que as pessoas mais jovens. Defende que foi o crescimento do programa de assistência social que impulsionou, em parte, o aumento da capacidade de participação dos idosos, ao longo do tempo particularmente dos idosos marginalizados, fornecendo-lhes recursos politicamente relevantes, que lhes conferiu uma nova identidade política como beneficiários do programa.

Em suma, na visão da Autora, a Segurança Social e os Serviços de Saúde Pública forneceram aos idosos dois estímulos para a participação: por um lado, o crescimento dos benefícios que melhoram a capacidade para a participação política; por outro lado, as ameaças de redução desses benefícios adquiridos levam os mesmos a participar para os defender.

“The combination of these stimuli produces a loop in which senior welfare state programs expand: the programs enhance seniors’ participatory capacity so that when their programs are threatened they are able to defend them; thus protected, the programs continue to augment seniors’ participatory capacity (figure 1.1)” (Campbell, 2003:4).

Numa outra linha de investigação sobre os idosos e a participação política, Achim Goerres (2009) avalia as consequências políticas do envelhecimento da população em 21 países democráticos da Europa. Trata-se de um estudo empírico exaustivo e comparativo, usando essencialmente técnicas quantitativas. Parte da noção de velhice decomposta nas categorias de ciclo de vida, geração, coorte sócio económica e envelhecimento individual para estudar os seus efeitos na participação política. O modelo de análise de que fez uso para o efeito foi o *“modelo de recurso e voluntarismo cívico”* (Verba *et al.*, 1995).

Goerres começa por referir que, independentemente da definição que se adotar o conceito de idoso, o mais importante é procurar saber em que medida e de que forma o processo de envelhecimento pode alterar o processo de participação comparativamente aos restantes cidadãos.

O Autor considera como participação política “ (...) *as an individual action based on a prior decision concerning the mode and content of that action.*” (Goerres 2009:160). Na análise é considerada a motivação, os recursos e as oportunidades para a mobilização. Como modelo de participação política direta, considerou a afluência às urnas, a escolha do partido, a filiação partidária, a filiação em grupos de interesse, bem como, o envolvimento em atos não convencionais tais como, protestos, petições, contactos com entidades públicas e políticas, etc..

Inicialmente, o Autor alerta para a importância do contexto temporal e espacial onde se desenvolve o ciclo de vida do cidadão.

“Where and when an individual grows up matters for political participation in later life. In addition, countries are also the context for the social experience of the life cycle. Societies facilitate a particular type of social construction of old age and of other stages in the life cycle. Reaching ‘old age’ in one country can be a different experience from those encountered in other countries and have varying consequences for political behavior.” (Goerres, 2009:2).

Igualmente alerta para a importância e influência na participação política do grupo de idosos, da forma como as sociedades se estruturam em prol do idoso.

Como conclusão central, o Autor defende que:

“A simple message of the kind ‘demographic ageing will affect participatory politics in manner X’ is false and untenable in light of the evidence reviewed in this book. Rather the message must be: given the societal context, we can expect the participatory process in that country to develop in a specific direction” (Goerres, 2009:159).

Da análise salientam-se sucintamente alguns dos resultados extraídos dos dados: No que respeita aos efeitos de geração, o Autor concluiu que as diferenças políticas geracionais são evidentes e claras. Essas diferenças têm maior peso nos atos eleitorais:

“for one thing, older cohorts in many West European democracies are socialised more strongly into the belief that voting is a citizen`s duty. In these countries, such as Britain, older people are therefore more likely to turn out to vote. Their early socialization made them on average more politically active in the electoral sphere. Younger cohorts, in contrast, did not learn to view voting as such an important act when they were young” (Goerres, 2009:161).

As diferenças geracionais detetadas encontram-se igualmente na opção de voto, explicando o Autor que tal se deve ao facto de nas suas primeiras experiências políticas dos indivíduos foram influenciados por sistemas partidários diferentes; Quanto às novas formas de participação não institucionalizadas o fosso entre gerações já terá sido maior. Atualmente, dada a perceção de direitos ameaçados, o grupo dos idosos mobiliza-se cada vez mais em ações de protesto. Esta mudança, por outro lado, fá-los sentir ativos, não se autodefinindo como idosos. Esta nova situação é uma consequência em grande parte da construção social da velhice exibida pela sociedade onde o idoso pertence; Os dados revelaram igualmente que a duração de residência afeta a participação do idoso nos atos eleitorais, na filiação partidária e nos contactos com quem exerce o poder na sua área de residência.

“This longer residence leads to a greater extension of networks and a higher level of familiarity with problems in the area. It therefore increases an individual`s probability of being asked to join a political action and being motivated to become active with respect to politics in the area” (Goerres, 2009:165).

Também foi concluído que o contexto social é de suma importância para explicar o comportamento político individual.

”Citizens are not atomized individuals who listen only to their internal interests and motivation to engage in politics. Rather they depend on their social environment to be mobilized into participation, to have opportunities to become active and to be motivated “(Goerres, 2009:168).

Estes resultados confirmam outros resultados já extraídos de outros estudos (ex.: Campbell 2006); nos países onde a Democracia já se encontra mais madura, os indivíduos mais velhos exibem um comportamento marcadamente diferente dos indivíduos mais

jovens. “*This effect is striking with regard to voting, party membership and the contacting mode of noninstitutionalised participation*” (Goerres 2009: 162). Este efeito é explicado pelo Autor, pela forte experiência geracional da participação, das normas e dos valores. “*If a cohort goes through life in a context in which participation and participatory values are more prevalent, its members develop a stronger difference from younger cohorts in that country than do cohorts in a less participatory context*” (Goerres, 2009:162).

Numa outra perspectiva sobre o mesmo tema, Frederick Lynch propõe-se analisar a conjuntura de tensão económica e política provocada pelos 78 milhões de baby-boomers em envelhecimento que, segundo o Autor, geraram análises tais como as de “*Peter Peterson (1999, 2004), Kotlikof and Burns (2004), and Rivlin and Sawhill (2007), magnified by de news media and through the internet, launched anxious political debates over health care, Social Security, and Medicare reforms*”, provocando alarmismo no seio da comunidade social e política, mesmo antes da grande crise económica (Lynch, 2010:87).

Face a esta conjuntura era central para o Autor analisar de que forma se iriam organizar os *boomers* envelhecidos, na defesa das suas conquistas, quer em direitos quer em estatuto e, por outro lado, que fatores facilitariam o consenso, a convergência e a ação política deste grupo.

Para o Autor o grupo dos “*Boomers are not merely a demographic cohort, they are a generation with a shared history, culture, and identity*” (Lynch, 2010:88). O Autor parte, por conseguinte, do conceito de geração para avaliar, através de evidências qualitativas e quantitativas, o potencial do poder político dos *boomers* idosos.

“*By senior power, I mean increased generational consciousness and age-based political action by significant numbers of boomers through voting blocs, or through more active participation in preexisting senior advocacy networks, or through the formation of new, web-based political and social movements*” (Lynch, 2010:88).

Nas suas conclusões, o Autor para além de outras considerações, refere que o cenário de grande tensão socioeconómica provocada pelo envelhecimento de um grupo de grande peso social, quer em número quer em estatuto, provocou uma onda de

alarmismo junto da comunidade de teóricos levando estes a afirmar que, dadas as condições financeiras dos países, torna-se praticamente impossível manter reformas altas sendo necessário encetar reformas quer na Segurança Social quer nos serviço de Saúde Pública. Neste cenário, o grupo dos BB envelhecidos, beneficiários de uma razoável condição social e educacional, não têm ainda plena consciência da situação e das suas implicações, exibindo ainda expectativas otimistas para o futuro. Por outro lado, refere o Autor, a sua consciência de idade que está sendo reforçada pela publicidade e pelos Media está fazendo emergir uma consciência de dependência quer da Segurança Social quer dos serviços de cuidados de saúde.

“Aging baby boomers are beginning to realize that they will be far more dependent on Social Security and Medicare than they once assumed, and they regard those programs with a growing sense of entitlement.” (Lynch, 2010: 101).

Por conseguinte, se tais direitos e estatuto forem postos em causa, o Autor pregonha, um despertar enérgico de um *“«sleeping giant» of senior activism”*: *There are signs that a more unified boomer political response as a potential program constituency could crystallize if present or future Social Security or Medicare benefits are threatened” (Lynch, 2010:101).*

O Autor, por fim, refere que ainda está ausente uma forte liderança que será o catalisador para o poder político dos *boomers* se manifestar.

“Still, crises tend to produce leaders. And the financial crises and recession will leave permanent and widely shared psychological scars as large boomer majorities contemplate the actual or potential loss of jobs, health insurance, and retirement savings. A considerable followership base is being built among aging boomers for an individual, organization, or movement that will vigorously defend their interests and articulate their hopes and fears” (Lynch, 2010:102).

No que respeita à investigação levada a cabo por Mikael Nygard e Gunborg Jakobsson (2013), pretendeu-se analisar comparativamente a participação política entre os adultos mais velhos na Finlândia e na Suécia, assumidos como Estados-Providência consolidados. Estes investigadores partiram da necessidade de uma análise política multidisciplinar que não só examine as diferenças e forças motrizes da participação política das pessoas idosas relacionando-as com as suas condições e histórias de vida,

mas igualmente situe esses padrões e relações políticas nas configurações particulares de cada país.

Para o efeito, testaram duas hipóteses: 1ª – Os adultos idosos são leais eleitores mas pouco motivados para se envolver em política entre atos eleitorais; 2ª – O nível de recursos explica porque os cidadãos mais velhos se envolvem na política. Esta segunda hipótese foi testada recorrendo ao “*modelo de recurso e voluntarismo cívico*” (Verba *et al.*, 1995).

A pertinência deste estudo prende-se com o facto dos países analisados serem cultural e institucionalmente diferentes dos países objeto de análises similares.

“Older people in these countries are far better educated, enjoy far better health and receive more generous (income-related) pensions than any generation before them (cf. NCM 2010; Sundström 2009). Furthermore, poverty rates among retired people in Finland and Sweden are very low when compared internationally (e.g. Smeeding e Sandström 2005). Last, but not least, both countries share a legacy of stable political institutions, long-lasting majority coalitions and early adopted and widely distributed political rights that have also had a positive effect on gender equality (Anttonen 2005; Einhorn e Logue 2003).” (Nygard e Jakobsson, 2013:71)

Os Autores extraíram duas conclusões principais. Estes dois países, apresentam um comportamento político dos idosos com alta atividade em termos de participação institucionalizada e com uma atividade consideravelmente menor em termos da participação não institucionalizada, pese embora na Suécia o grupo estudado tenha exibido uma maior atividade política entre os atos eleitorais. Também foi referido a existência de uma correlação negativa entre idade e participação, no seio do grupo idoso.

Por outro lado, a participação política dos cidadãos idosos escandinavos tende a ser estruturada em torno de três dimensões: o voto, a influência e o protesto. No que respeita ao protesto foi detetado que são as mulheres de 65 anos com um bom nível educacional as que mais protestam especialmente em situações de ameaça aos direitos. No que se refere à votação esta é estruturada em função dos recursos individuais, tais como a educação, a integração política ou redes sociais.

Os autores referem ainda que os resultados têm várias implicações práticas.

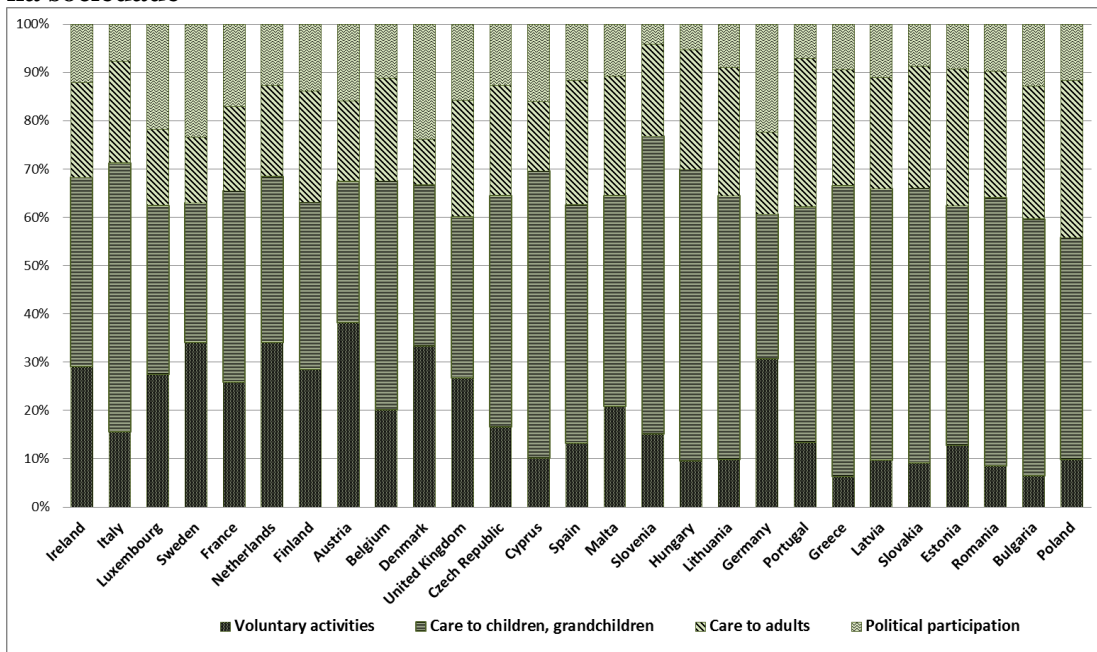
“One is the insight that older Scandinavians are indeed very active citizens and that they therefore constitute a powerful category of the electorate (cf. Myles e Pierson 2001; Schulz e Binstock 2006). Whether or not this will have an effect of the overall inter-generational power balance in Finland and Sweden remains unclear, but it is likely to play a significant role when welfare state reforms are scheduled and cuts in pensions or services to older adults are considered. Another implication is that the high activity found here may have a positive effect on the overall inclusiveness and well-being of older adults, and thus help to sustain the popular visions of active ageing (e.g. Hoskins e Mascherini 2009; Walker 2006)” (Nygard e Jakobsson, 2013:91)

2. Evidência dos Grandes Questionários

O Índice de Envelhecimento Ativo (que se foca na população idosa) inclui como indicadores de participação política a participação em atividades organizadas pelos sindicatos, partidos políticos ou grupos de ação política (participar em reuniões, em protestos ou manifestações e contactar um político ou representante de entidade pública). No conjunto dos 28 países da UE, Portugal ocupava, em 2012, o vigésimo primeiro lugar, sendo os primeiros três lugares ocupados pela Irlanda, Itália e Luxemburgo e os últimos três lugares ocupados pela Roménia, Bulgária e Polónia (Active Ageing Index, 2014). Ainda de acordo com este índice, os homens idosos portugueses têm um nível de participação política superior ao das mulheres idosas.

Importa acrescentar que Portugal é dos países em que a participação política menos conta para o índice total de participação social (participação na sociedade), estando apenas melhor do que a Eslovénia e a Hungria (ver gráfico 6)

Gráfico 6 - Contribuição de diferentes indicadores para o domínio da participação na sociedade



Parte II – ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS INDIVÍDUOS COM 65 OU MAIS ANOS DE IDADE NA CIDADE DE FARO

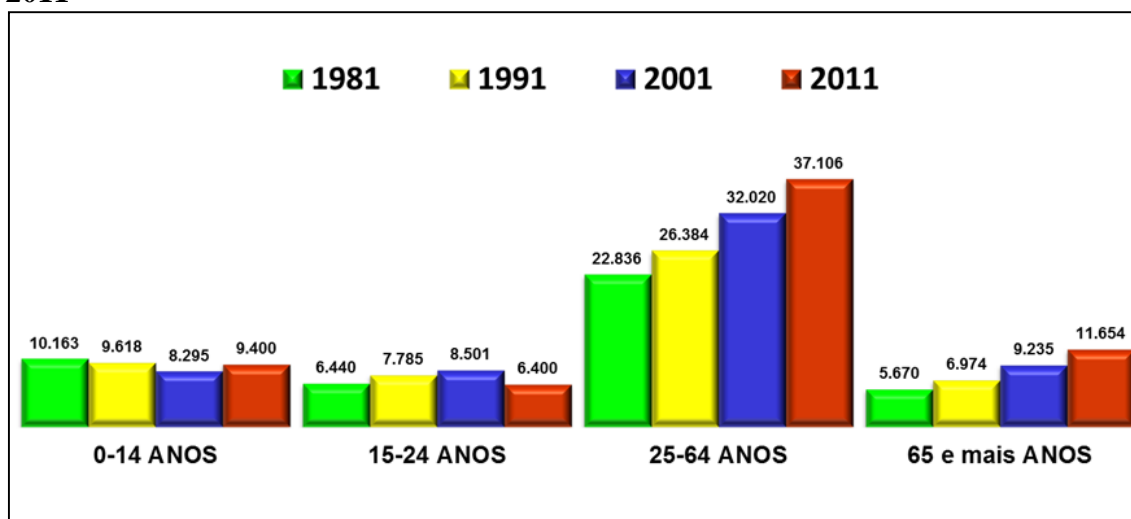
1. A cidade de Faro

A cidade de Faro foi a cidade escolhida para a realização deste estudo, por razões de natureza logística, para além de se tratar de uma cidade que comunga de características sociodemográficas com outras cidades algarvias.

Trata-se de uma cidade capital de distrito que, de acordo com o Recenseamento Geral da População (RGP) de 2011, apresentava uma população residente de 64560 habitantes, dos quais 11654 tinham 65 e mais anos.

Comparativamente aos valores apresentados no RGP de 1981, em relação ao número de indivíduos por escalão etário na cidade de Faro, verifica-se que o segmento etário dos 65 e mais anos, foi o que mais cresceu em termos percentuais. O Gráfico 7 apresenta a evolução da população de Faro, por escalão etário, ao longo dos últimos 30 anos. É de realçar que, neste período temporal, duplicou o número de residentes com 65 ou mais anos.

Gráfico 7 - Evolução dos grupos etários, no concelho de Faro, no período 1981-2011



Fonte Recenseamento Geral da População, INE 2011

Como capital política e administrativa, Faro detém a maior parte dos serviços administrativos da região, muitos destes representados na “Loja do cidadão” localizada num dos centros comerciais da cidade num grande espaço partilhado com o Mercado Municipal e próxima do Hospital Distrital. A cidade possui ainda dois hospitais particulares, várias clínicas privadas e um Centro de Saúde. Em termos de acessibilidades, a cidade, para além do Aeroporto, dispõe de uma rede ferroviária com serviços regulares de comboios (regionais, Intercidades e Alfa Pendular) que permite uma boa ligação ao resto do território nacional, uma rede de transportes rodoviários que, para além de garantir uma boa ligação às capitais de distrito, possui uma rede urbana “Próximo” que cobre toda a área do concelho de Faro funcionando com regularidade considerável. Em termos culturais e recreativos, a cidade oferece como possibilidades a Universidade da Terceira Idade, um conjunto de salas de cinema, um teatro municipal, vários museus e galerias de arte, um grande centro comercial (“Fórum Algarve”), uma piscina municipal, um parque ribeirinho e dois jardins, tendo um deles uma área considerável. Dispõe ainda de várias organizações e associações, quer culturais quer filantrópicas, entre as quais se destacam a Santa Casa da Misericórdia, a Associação dos Reformados Pensionistas e Idosos (ARPI), a Associação para o Aprofundamento da Cidadania (CIVIS), estando esta última especialmente vocacionada para a defesa e para o aprofundamento dos direitos individuais e coletivos dos cidadãos que consubstancia, através da promoção de tertúlias, debates, conferências *etc.*, abertas à população em geral.

No que respeita à representação partidária, todos os grandes partidos têm sede na cidade, nomeadamente, o Partido Socialista (PS), o Partido Social Democrata (PSD), o Partido Comunista Português (PCP), o Partido do Centro Democrático Social (CDS) e o Bloco de Esquerda (BE), todos eles tendo atualmente representação na Assembleia da República. Note-se ainda que a cidade de Faro participa no projeto “Cidade Amiga dos Idosos”⁶².

⁶² O projeto Cidade Amiga do Idoso foi lançado pela OMS no XVIII Congresso da Associação Internacional de Gerontologia e Geriatria (IAGG) no Rio de Janeiro, Brasil, em junho de 2005. Com uma verba inicial dada pelo governo do Canadá e Help the Aged, Reino Unido, a OMS e seus parceiros, em 33 cidades de 22 países, pediram a cerca de 1500 idosos que apontassem os aspetos positivos e os obstáculos que eles encontram na cidade em que vivem, em relação a oito quesitos:

1. Prédios públicos e espaços abertos; 2. Transporte; 3. Moradia; 4. participação social; 5. respeito e inclusão social; 6. participação cívica e emprego; 7. comunicação e informação; e 8. apoio comunitário e serviços de saúde.

No que respeita ao presente trabalho de investigação, incidiu apenas sobre o núcleo da zona urbana do concelho de Faro, constituído pela antiga freguesia da Sé e pela componente urbana da antiga freguesia de S. Pedro⁶³.

A freguesia de São Pedro ocupa uma área de 10,97 Km², correspondente a 5,43% do total da área do concelho. De acordo com o INE, a sua população residente atingiu, no ano de 2011, um efetivo de 14577 indivíduos, correspondente a 22,58% dos residentes do concelho, dos quais 17,32% tinham mais de 65 anos, percentagem superior à de crianças e adolescentes que correspondia apenas a 15,55% do total. Uma parte muito relevante da população (cerca de 45%), exibia um nível básico de instrução traduzido em apenas quatro anos de escolaridade.

A freguesia da Sé ocupa uma área de 61,28 Km², correspondente a 30,36% do total da área do concelho. De acordo com o INE (RGP de 2011), a sua população residente era de 29542, correspondente a 45,76% dos residentes do concelho, dos quais 18,17% tinham mais de 65 anos, percentagem esta superior à das crianças e adolescentes que totalizava 13,67%. Grande parte desta população tem apenas o ensino básico.

2. Enquadramento histórico-político da população em estudo

Para Butler e Stokes (1983), Rose e McAllister (1990), Gorres 2009 e Nygard e Jakobsson (2013), onde e quando se nasce é de suma importância para o comportamento e as atitudes políticas a assumir em fases posteriores da vida. *“Allegedly, where and when one is born matters for one’s political behaviour. The political culture and the social norm structure that was prevailing during our impregnable years of youth are likely to have a lasting impact on us as political beings”* (Nygard eJakobsson 2013:68-69). A este efeito, denomina Goerres de *“political generation effect”*, pertencentes aos efeitos de coorte (Goerres, 2009:160-161).

⁶³ A cidade de Faro foi alvo em 2013 de uma reorganização administrativa da qual resultou a fusão das antigas freguesias da Sé e de São Pedro numa única freguesia denominada por União das Freguesias de Faro.

Deste modo, considera-se importante referir em que, contexto político e socioeconómico, cresceram os idosos de hoje, nomeadamente os cidadãos idosos residentes na cidade de Faro.

A maior parte dos cidadãos que atualmente se encontram na fase idosa do seu ciclo de vida, experienciaram, em grande parte da sua infância e do seu período ativo, as condições sociais, culturais, económicas e laborais do Estado Novo. As condições socioeconómicas da grande maioria da população, nomeadamente os residentes em Faro, até ao início da década de 70, eram precárias caracterizando-se por uma elevada taxa de analfabetismo e níveis baixos de literacia e de rendimento.

O direito de voto era vedado aos analfabetos e às mulheres. No que a estas últimas diz respeito, em resultado do pensamento patriarcal de Salazar, verificou-se uma sonegação dos seus mais elementares direitos, ficando as suas funções confinadas praticamente à execução das tarefas domésticas. O acesso à capacidade eleitoral das mulheres dependia do preenchimento de certas condições que só muito raramente se verificavam.

Os inscritos nos cadernos eleitorais eram em número exíguo e a experiência de ação política da maior parte da população era paupérrima, dada a existência de uma polícia política forte e do Instituto da Censura que condicionava e proibia qualquer manifestação oposicionista ao regime. Por outro lado, estes cidadãos foram expostos no período da sua socialização primária e durante uma boa parte da sua fase adulta, aos princípios e valores inerentes ao quadro ideológico do Estado Novo. Os indivíduos que residiam em zonas geograficamente afastadas dos grandes centros urbanos, enfrentavam uma situação ainda mais agravada por comparação com os restantes.

Apenas após 1974, com a implementação da Democracia, este segmento populacional iniciou o seu processo de convivência com os valores e os princípios democráticos.

2.1. A seleção da amostra

O estudo considera apenas os indivíduos de ambos os sexos, com 65 ou mais anos de idade, residentes na União de Freguesias de Faro. Foram excluídos desta amostra os indivíduos institucionalizados em regime de internato e todos os indivíduos profissionais da política.

O critério cuja aplicação determinou que a população-alvo deste estudo ficasse confinada a uma única freguesia do concelho de Faro, é o das características urbanas da população. A União de Freguesias de Faro criada no quadro da reorganização administrativa recentemente realizada, resultou da fusão das antigas freguesias da Sé e de São Pedro. A ex-freguesia da Sé, a de maior dimensão populacional, é integralmente urbana. A ex-freguesia de São Pedro é predominantemente urbana, possuindo contudo uma componente rural com algum significado, para além de outra que poderá ser considerada suburbana. Havendo dificuldade em proceder-se à expurgação dos elementos não urbanos da ex-freguesia de São Pedro, decidiu-se considerar o conjunto das duas. Porém, na abordagem aos inquiridos, procurou-se garantir o carácter genuinamente urbano da residência dos mesmos.

Não sendo intenção deste estudo a realização de inferência estatística, dado tratar-se de um estudo exploratório, atendendo ao tempo disponível para o efeito e aos custos operacionais associados à aplicação de inquéritos, optou-se por uma amostra não probabilística e de conveniência, baseada não só nos pressupostos acima definidos, como também na diversidade de idades dos inquiridos.

3. Metodologia

Tratando-se de um estudo exploratório e de certa forma pioneiro neste grupo etário, houve a preocupação de recolher o máximo possível de elementos de informação, de forma a projetar a eventual realização de futuros estudos versando o mesmo tema. O que justifica a elevada dimensão do questionário principal elaborado com base no *European Social Survey 5, Apêndice 6, Edição 3.0*

Esta investigação tem como objetivo geral captar os perfis de participação política das pessoas com 65 ou mais anos, residentes no meio urbano de Faro, bem como os fatores sociais que, na perspetiva destas pessoas, facilitam ou dificultam a sua participação política.

Com vista a atingir tal objetivo, a metodologia adotada pressupõe a combinação de abordagens qualitativa e quantitativa, utilizadas sequencialmente.

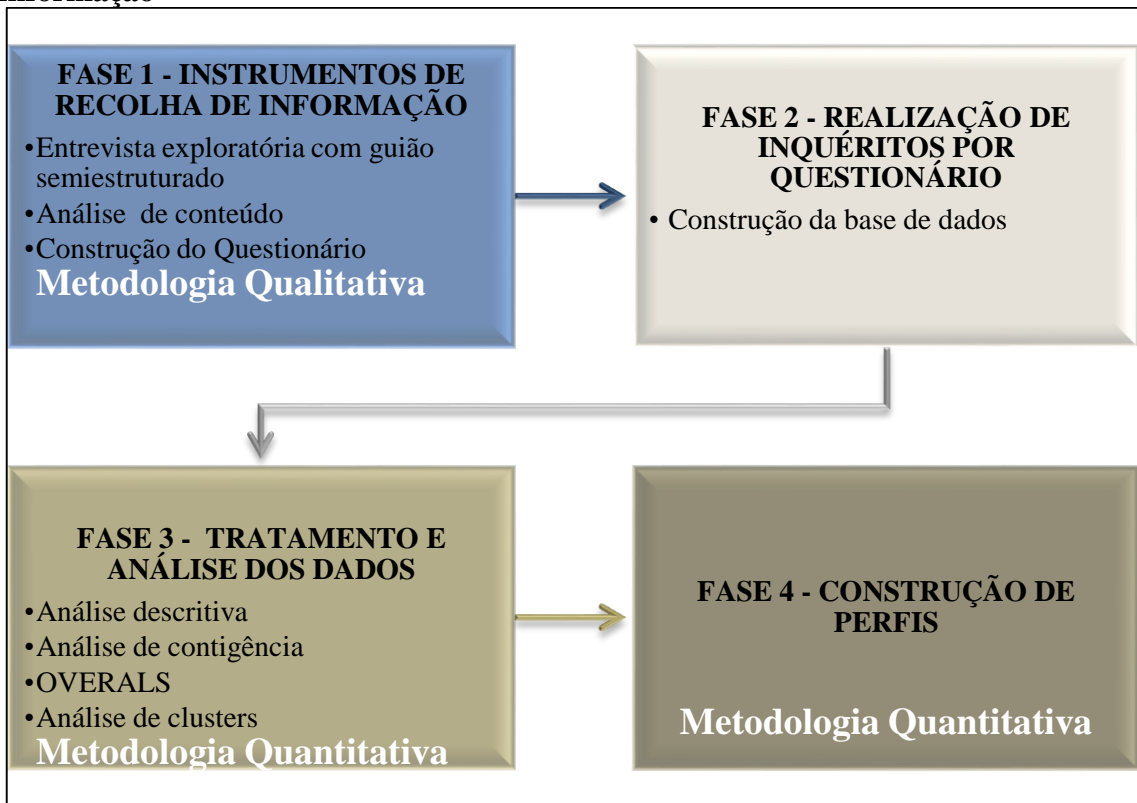
Segundo Morais e Neves (2007), a combinação das duas abordagens, apesar de cada uma delas comportar uma diferente forma de inquirição é tida atualmente como útil em função da natureza das questões de investigação que se pretendem levantar e dos resultados que se pretende obter, uma vez que permite responder a diferentes tipos de questões.

“Tashakkori e Teddlie (1998) fazem referência a estudos em que as técnicas quantitativas e qualitativas são usadas sequencialmente ou paralelamente, assumem um estatuto igual ou diferencial quando se definem as questões de investigação e são usadas na mesma fase ou em fases distintas de um único estudo. Estes investigadores descrevem como é que a análise quantitativa permite identificar sujeitos para um estudo qualitativo, como é que entrevistas qualitativas podem fornecer elementos adicionais a processos identificados através de análise quantitativa, como é que a análise qualitativa pode gerar hipóteses para estudos quantitativos e como é que se pode recolher simultaneamente dados quantitativos e qualitativos.” (Morais e Neves, 2007:77)

3.1. Esquema metodológico

Com o intuito de clarificar os procedimentos metodológicos utilizados nesta investigação, apresenta-se, no Quadro 6, a súmula em formato sequencial dos instrumentos e técnicas utilizados na recolha, tratamento e análise da informação.

Quadro 6 - Instrumentos e técnicas utilizados na recolha, tratamento e análise da informação



Fonte: Elaboração própria

Na **primeira fase** da metodologia aplicada utilizou-se uma abordagem qualitativa que assentou fundamentalmente na realização de entrevistas exploratórias através de um guião semiestruturado.

A opção pela realização de entrevistas exploratórias prendeu-se com a necessidade de identificação com o tema. É através de uma maior aproximação aos sujeitos, cada um dos quais portador de interesses, expectativas e experiências singulares, que obtemos conhecimento sobre as suas opiniões, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento político.

A abundância de detalhes que emergem deste processo preliminar pode abrir pistas preciosas para a prossecução da investigação.

De acordo com Quivy *et al.*, as entrevistas exploratórias têm, assim, como função principal “*revelar determinados aspetos do fenómeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo e, assim, completar as pistas de*

trabalho sugeridas pelas suas leituras”. Por conseguinte, “*trata-se, de certa forma, de uma primeira «volta à pista», antes de pôr em jogo meios mais importantes.*” (Quivy et al., 2008:69).

A entrevista foi conduzida através de um guião semiestruturado, aplicado a seis indivíduos selecionados por conveniência, conhecidos e familiares de amigos, com vista a recolher informação para a construção do questionário principal.

Tratando-se de entrevistas exploratórias, não se procurou assegurar uma representatividade estatística, antes conseguir-se a presença da diversidade dos sujeitos. Como defende Guerra,

... trata-se de escolher indivíduos o mais diversos possível, sendo a «amostra» constituída a partir de critérios de diversificação em função de variáveis que, por hipótese, são estratégicas, para obter a diversidade possível de opiniões face ao objeto estudado. (chamamos a isto «construção do perfil social dos informadores»). (Guerra, 2006:41).

Assim, o objetivo intrínseco a estas entrevistas teve por base, essencialmente, conhecer o comportamento político dos entrevistados, a afiliação política e cívica, as condições e as motivações para a participação quer cívica quer política.

Em seguida, procedeu-se à análise de conteúdo das entrevistas realizadas, conducente à construção do questionário principal para posterior aplicação de inquéritos.

Na **segunda fase** realizaram-se inquéritos por questionário. O Questionário apresentado foi inspirado no *European Social Survey 5, Apêndice 6, Edição 3.0* e nos *outputs* das entrevistas realizadas na primeira fase da investigação e inclui um vasto leque de questões relacionadas com a participação política, o envolvimento político e cívico, as atitudes face às instituições e órgãos políticos sociais e administrativos, bem como as questões de carácter sociodemográfico. Foram inquiridos 141 indivíduos, entre janeiro e junho de 2014, com idades compreendidas entre os 65 e os 90 anos de idade, de ambos os sexos e residentes na União de Freguesias de Faro (Sé e São Pedro). Os inquéritos foram aplicados, na sua maioria, por administração direta. No entanto, atendendo às limitações de autonomia apresentadas por alguns dos respondentes, recorreu-se à

administração indireta dos mesmos. Deste processo resultaram 139 inquéritos validados que conduziram à construção da base de dados.

A **terceira fase** da metodologia consistiu na análise estatística dos dados. Esta análise foi realizada com recurso ao programa informático SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 21.

Numa primeira abordagem, efetuou-se uma análise descritiva dos dados com o objetivo de se caracterizar em termos sociodemográficos e comportamentais o conjunto dos indivíduos que integram a amostra. Esta etapa consubstanciou-se essencialmente na ordenação, resumo e descrição dos dados através da construção de quadros de distribuição de frequências absolutas e relativas.

Seguidamente, ensaiou-se um pequeno exercício destinado a apurar-se eventuais associações envolvendo diferentes modos de participação política, tendo-se, para tal, recorrido à Análise de Contingência.

Finalmente, procedeu-se a uma análise multivariada dos dados através do método de Análise de Correlações Canónicas não Lineares (OVERALS), de forma a maximizar correlações entre grupos de variáveis, o que permite captar associações entre constructos de participação política realizados pelos respondentes. A partir destes constructos, os respondentes foram segmentados através de uma análise de *clusters* pelo método *K-Means*. A análise de *clusters* permitiu encontrar grupos de indivíduos de opinião homogénea, bem como heterogeneidade de opinião entre grupos.

A **quarta e última fase** da metodologia aplicada permitiu atingir o objetivo geral desta investigação, através da construção de perfis sobre os *clusters* encontrados, a partir de informação adicional.

3.2. O método OVERALS

A opção pelo método OVERALS, acrónimo de *Nonlinear Canonical Correlation Analysis* (Análise de Correlações Canónicas não Lineares), prendeu-se com o objetivo geral desta investigação, mas também com o facto da informação a analisar provir de um

questionário constituído essencialmente por questões de resposta categórica (nominal ou ordinal).

O método OVERALS, proposto inicialmente por Gifi (1981) e desenvolvido por Van der Burg (1988) e Van der Burg *et al* (1988), é uma forma de Análise de Correlação Canónica (CCA). O propósito desta última é o de estabelecer o máximo nível de correlação entre dois conjuntos de variáveis quantitativas (Lira, 2004). Contudo, OVERALS vai mais além do que CCA, pois além de poder analisar simultaneamente mais do que dois conjuntos de variáveis, permite também o tratamento de qualquer tipo de variáveis (quantitativas e qualitativas) através da utilização de escalas ótimas (*optimal scaling*). As escalas ótimas são procedimentos que permitem detetar associações não lineares entre variáveis. Estes procedimentos podem adotar desde formas mais simples de associação (análise de correspondência para tabela de contingência de dupla entrada) às mais complexas, isto é, para mais de duas variáveis e para variáveis com número diferente de níveis, como é o caso da metodologia OVERALS (SPSS, 1990, Manual, *Categories*, A-4). As escalas ótimas permitem a quantificação de variáveis categóricas (nominais e ordinais) e, por conseguinte, a sua utilização na mesma linha das variáveis quantitativas.

OVERALS, tal como os restantes métodos CCA, é ainda classificável como técnica estatística não paramétrica no sentido em que a sua aplicação não exige qualquer pressuposto acerca da forma da distribuição implícita nos dados (Van der Burg *et al*, 1994).

De acordo com Van der Burg *et al* (1994), OVERALS assenta numa análise de homogeneidade que é caracterizada pelo dimensionamento ideal de variáveis categóricas, e que é implementada através do algoritmo ALS (*Alternating Least Squares*). O algoritmo pretende maximizar as correlações entre os grupos de variáveis e atribuir *scores* aos objetos e às categorias das variáveis. Essas pontuações podem ser usadas para construir uma representação geométrica das dependências nos dados num espaço euclidiano de baixa dimensão. Para interpretação dos resultados obtidos, os autores indicam as seguintes medidas estatísticas:

- Ajustamento (*Fit*) - permite comparar o ajustamento obtido na análise com o ajustamento máximo possível, correspondente ao número de dimensões existentes. Numa correspondência perfeita, o valor do *Fit* seria igual ao número de dimensões retidas. Esta função diferencia ainda três componentes: *multiple fit*, *single fit*, e *single loss*, com $Single\ loss = Multiple\ fit - Single\ fit$.
- Perda (*Loss*) – indica a diferença entre o número de dimensões selecionadas e a melhor adaptação calculada a partir do algoritmo ALS.
- Pesos canónicos (*Weights*) e as cargas canónicas (*Component Loadings*) - permitem analisar a relevância das variáveis. Os pesos representam a ponderação atribuída às variáveis transformadas e as cargas canónicas correspondem à correlação entre as variáveis transformadas e os objetos transformados.
- Valores próprios (*Eigenvalues*) - são calculados com base na informação do ajustamento (*Fit*) e da perda (*Loss*) e indicam o nível de relação de cada dimensão com os conjuntos de variáveis, podendo assumir valores entre zero e um. O valor próprio por dimensão é dado por $Eigenvalue = 1 - Average\ Loss$ e indica quanto da relação é explicada por cada dimensão.

Em síntese, OVERALS é uma técnica de análise multivariada de dados, que procura elementos comuns entre vários conjuntos de variáveis medidos no mesmo objeto, permitindo desta forma explicar as semelhanças e as diferenças nas relações entre os diversos conjuntos de variáveis e, por conseguinte, encontrar as semelhanças e as diferenças nas relações entre os diversos conjuntos de variáveis, processo que conduz à criação de tipologias, mesmo nas relações mais complexas (Yazici *et al.*, 2010).

3.2.1 OVERALS – Definição dos conjuntos de variáveis

Com vista a atingir os objetivos definidos para este estudo, optou-se por formar quatro grupos (*sets*) de variáveis, para análise pelo método OVERALS.

O **primeiro grupo** de variáveis (*Set 1*) diz respeito ao grau de confiança que os inquiridos têm face aos agentes e às instituições públicas. As sete variáveis que compõem

este grupo são ordinais e encontram-se definidas numa escala de Likert de quatro níveis (Muita confiança, Confiança, Pouca confiança e Nenhuma confiança).

O **segundo grupo** de variáveis (*Set 2*) diz respeito a fatores que poderão dificultar os respondentes na sua participação política. Este grupo é formado por seis variáveis nominais dicotómicas (Sim/Não).

O **terceiro grupo** de variáveis (*Set 3*) inquire sobre a participação eleitoral nos últimos atos eleitorais realizados em Portugal. Este grupo é composto por quatro variáveis nominais dicotómicas (Sim/Não).

O **quarto grupo** de variáveis (*Set 4*) é o que tem o maior número de variáveis; mais precisamente 19 variáveis. As variáveis deste grupo dizem respeito aos vários tipos de contributos sociais e políticos efetuados no último ano pelos respondentes. Todas as variáveis deste grupo são nominais dicotómicas (Sim/Não).

Em todas as variáveis em análise foi facultada a opção “Não responde”.

O Quadro 7 apresenta a composição dos conjuntos de variáveis a analisar.

Quadro 7 - Conjuntos a analisar e as variáveis que os formam

<i>Set 1</i> Grau de Confiança	<i>Set 2</i> Fatores que dificultam a participação política	<i>Set 3</i> Participação eleitoral	<i>Set 4</i> Contributos para a cidadania política e social
Assembleia da República	Saúde Frágil	Eleições Parlamento Europeu	Membro de Partido Político
			Assinar Petição ou Abaixo-assinado
Sistema de Justiça e Tribunais	Mobilidade Dificultada	Eleições Presidência da República	Comprar um Produto por razões Políticas Éticas ou Ambientais
Polícia	Dificuldade no Acesso à Informação	Eleições Legislativas	Recusar comprar um Produto por razões Políticas, Éticas ou Ambientais
Políticos	Acesso Difícil às Instituições e aos Órgãos Políticos	Eleições Autárquicas	Ser Membro de um Sindicato
			Participar numa Manifestação Ilegal
Partidos Políticos	Isolamento Face à Família e Amigos		Participar numa Manifestação Legal
			Participar em Fóruns na TV ou na Rádio
Parlamento Europeu	Outras		Participar em Comícios de Partidos Políticos
			Participar em Referendos
Nações Unidas			Participar em Greves
			Usar ou Exibir um Crachá ou um Autocolante
			Contactar um Político ou Representante do Governo ou Autarquia
			Ser Membro de um Grupo de Proteção dos Direitos Humanos
			Ser Membro de um Grupo de Proteção do Ambiente, da Paz, ou dos Direitos dos Animais
			Fazer um Donativo para um Partido Político
			Fazer um Donativo Para uma Organização Humanitária ou de Proteção dos Direitos Humanos
			Fazer um Donativo para uma Organização de Proteção do Ambiente, da Paz ou dos Direitos dos Animais
			Outras

Fonte: SPSS 21

Estando definidos os grupos, o método OVERALS permitirá obter informação detalhada acerca da estrutura dos dados e, simultaneamente, encontrar relações entre os grupos possibilitando perceber quais as variáveis mais relevantes.

3.3 Análise de *clusters*

De acordo com Pestana e Gageiro, a análise de *clusters* “ é um procedimento multivariado para detetar grupos homogéneos nos dados, podendo os grupos ser constituídos por variáveis ou por casos” (Pestana e Gageiro, 2008:541).

Este procedimento estatístico a partir das cargas canónicas ligadas a cada indivíduo permite detetar, através das variáveis selecionadas pelo método OVERALS, grupos de indivíduos (*clusters*) com um comportamento semelhante, ou seja, homogeneidade interna no grupo e heterogeneidade externa entre grupos. A formação de grupos de indivíduos com características semelhantes, permite determinar padrões de comportamento, sobre as variáveis selecionadas para análise.

3.3.1 O método *K-Means*

A partir das cargas canónicas adstritas a cada indivíduo, pretende-se encontrar grupos de indivíduos (*clusters*) com comportamento similar, sobre as variáveis selecionadas via OVERALS. O objetivo é formar grupos em que se verifique a homogeneidade interna e a heterogeneidade externa e, desta forma, estabelecer padrões de comportamento baseados nas características em análise.

O método de formação de *clusters* a utilizar é o *K-Means* (MacQueen, 1967), atendendo às características das variáveis a analisar (cargas canónicas) e à dimensão da amostra. O método *K-Means*, também designado por método de partição, aplica-se apenas a objetos (e não a variáveis) e exige que o número de grupos seja criado à partida.

De acordo com MacQuenn (1967), o algoritmo do *K-Means* para a formação de grupos é desenvolvido de acordo com quatro iterações, que se passam a descrever:

1. Colocar k pontos no espaço, que representam os objetos sobre os quais se vão fazer os *clusters*. Estes pontos representam o número inicial de centróides;
2. Alocar cada objeto (indivíduo) ao grupo que tem o centróide mais próximo;
3. Sempre que alocar um objeto a um centróide, recalculer o valor do centróide;

4. Repetir os passos 2 e 3 até todos os objetos estarem alocados e os centróides não sofrerem alterações.

O algoritmo produz a separação dos objetos em grupos, cuja distância entre objetos é minimizada. Usualmente a distância mais utilizada é a distância euclidiana elevada ao quadrado.

4. Análise e discussão dos resultados

4.1. Análise descritiva dos dados da fase 1 - Entrevistas

As entrevistas foram efetuadas a seis indivíduos: três mulheres e três homens, de idades compreendidas entre os setenta e os noventa e dois anos.

A entrevista foi conduzida através de um guião semiestruturado, aplicado a seis indivíduos selecionados por conveniência, conhecidos e familiares de amigos, com vista a recolher informação para a construção do questionário principal.

Antes da realização de cada entrevista, informaram-se os entrevistados acerca dos objetivos do estudo que se pretendia realizar e da garantia de anonimato, o que permitiu criar um vínculo de confiança, procurando-se deste modo, não só uma maior abertura à temática por parte dos entrevistados, como uma garantia acrescida de obtenção de dados fidedignos para a investigação. Os entrevistados deram o seu consentimento informado para participar na investigação. Deste modo, foi atribuído a cada entrevistado um código formado pela letra E seguida de um número de identificação.

As entrevistas duraram, em média, uma hora e, em geral, os entrevistados reagiram de forma positiva às questões colocadas.

Após a realização das entrevistas o seu conteúdo foi analisado de forma descritiva, seguindo-se os procedimentos básicos da análise temática de conteúdo (Miles e Huberman 1994). Desta forma, procedeu-se à sinopse⁶⁴ das entrevistas através da

⁶⁴ “As sinopses são sínteses dos discursos que contêm a mensagem essencial da entrevista e são fiéis, inclusive, na linguagem, ao que disseram os entrevistados. Trata-se, portanto, de material descritivo.” (Guerra, 2006:73).

construção de uma grelha⁶⁵ na qual foram inseridos os dados com vista à posterior identificação de categorias.

Cinco dos seis entrevistados referiram pertencer à classe média, e o restante não se definiu a tal propósito. No que respeita às habilitações literárias, a amostra é muito heterógena: dois entrevistados dizem ter o ensino primário, outros dois dizem possuir uma licenciatura e os restantes possuem estudos do ensino secundário e de bacharelato.

No que respeita à participação política, ao serem questionados sobre a frequência da sua participação eleitoral, a maioria afirma votar sempre:

*“Sempre votei, mesmo no tempo do Fascismo onde era obrigada a votar, mas agora faço-o com convicção.(...) A minha participação manifesta-se essencialmente através do voto. **Sempre** votei. Na minha juventude como agora sempre votei” (E1).*

Um outro questionado diz votar regularmente:

“Voto normalmente em todas as eleições, só nas Autárquicas é que depende do candidato.” (E2).

Quando questionados sobre «que outras formas de participação política conhecem?», as manifestações são mencionadas pela grande maioria dos entrevistados. Os debates e os foruns de discussão são igualmente uma forma que afirmam conhecer. Veja-se o Quadro nº8.

⁶⁵ Ver apêndice 2.

Quadro 8 - Outras formas de participação política que conhece

Formas de PP	Nº de menções
Manifestações	5
Greves	2
Debates/Foruns de discussão	4
<i>.Debates públicos</i>	2
<i>.Tertúlias</i>	1
<i>.Democracia participativa</i>	1
Participação social	3
<i>Participação em</i>	
<i>associações/org. cívicas</i>	2
<i>voluntariado</i>	1
Aquisição de produtos nacionais	1

Fonte: Elaboração própria

Quadro 9 - Outras formas de participação política que exerce atualmente

Formas de PP	Nº de menções
Manifestações	1
Debates/Foruns de discussão	2
<i>Conversas</i>	1
<i>Seminários/Jornadas</i>	1
Participação social	2
<i>Participação cívica</i>	1
<i>Voluntariado</i>	1
Comícios	1
Aquisição de produtos nacionais	1

Fonte: Elaboração própria

Contudo, apesar das manifestações serem a outra forma de participação política mais mencionada, apenas um dos entrevistados diz exercer esta forma de participação política. Os outros entrevistados parecem rejeitar esta forma de participar politicamente:

“...Não participo porque não vejo necessidade em o fazer. Não gosto de confusões” (E5).

Parece assim, com base nos testemunhos verbais dos sujeitos entrevistados, que a forma como exercem a sua participação política se expressa essencialmente num plano individual e através do voto. Metade dos sujeitos entrevistados não pratica todas as outras formas de participação política que afirma conhecer (consultar grelha de análise, (anexo IV). A participação política fica assim praticamente restringida ao processo eleitoral.

De modo a tentar-se esclarecer um pouco melhor as razões para a prevalência do modelo de participação política suprarreferido, optou-se ainda por destacar os fatores que, no entender dos entrevistados podem dificultar ou facilitar a participação política. Deste modo, os quadros nº10 e nº11, apresentam de forma detalhada o teor das respostas obtidas.

Quadro 10 - Fatores que dificultam a participação política

Fatores	Nº de menções
Escassez de capital funcional⁶⁶	8
<i>Falta de saúde</i>	<i>4</i>
<i>Idade avançada</i>	<i>3</i>
<i>Mobilidade dificultada</i>	<i>1</i>
Escassez de capital financeiro	2
<i>Falta de dinheiro</i>	<i>2</i>
Escassez de capital cultural	2
<i>Iliteracia</i>	<i>2</i>
Inexistência de disposições	3
<i>Falta de hábito</i>	<i>1</i>
<i>Falta de interesse</i>	<i>1</i>
<i>Falta de cultura cívica</i>	<i>1</i>
Ausência de promoção por parte do Estado	1

Fonte: Elaboração própria

A escassez de capital funcional é o mais mencionado pelos entrevistados, particularmente no que se refere:

À saúde:

“Acho que as pessoas que não têm saúde, não podem sair para votar”. (E3);

“... os outros podem não ir porque já não têm saúde, já não conseguem sair de casa, não têm quem os leve.” (E5).

À idade:

“...por terem essas idades são um pouco postos à margem, normalmente é assim que se sentem e por isso se desinteressam” (E1).

⁶⁶ Capital funcional refere-se a recursos em termos de saúde física e mental, bem como a outros recursos essenciais para a manutenção de uma vida quotidiana independente (capacidade para a realização de actividades básicas da vida quotidiana).

Quadro 11 - Fatores facilitadores da participação política

Fatores	Nº de menções
Capital cultural	2
<i>Ter estudos e conhecimentos</i>	1
<i>Experiência e cultura acumulada</i>	1
Apoios públicos	3
<i>Sessões de esclarecimento</i>	1
<i>Facilitação da mobilidade</i>	2
Existência de disposições	1
<i>Gosto e interesse pela política</i>	1
Participação na Igreja	1
<i>Envolvimento nas atividades da Igreja</i>	1
Egoísmo	1
<i>Interesse a defender</i>	1
Integração Social	3
<i>Consciência de pertença à comunidade</i>	1
<i>Fazer parte da comunidade e colaborar</i>	1
<i>Convívio</i>	1

Fonte: Elaboração própria

A integração social, como fator facilitador da participação política, é dos mais mencionados:

“Para que haja participação é necessário que a pessoa se sinta integrada.” (E1);

“As pessoas sentem-se envolvidas e isso é importante.” (E4);

“A participação política, antes de mais, depende de uma coisa básica, que é a consciência de pertença à comunidade.” (E6).

É importante ainda sublinhar, que, relativamente aos apoios públicos mencionados, parece existir a ideia de que o Estado não é muito sensível às dificuldades que os idosos enfrentam para poderem exercer a participação política. Parece assim existir uma visão muito paternalista do Estado:

“Na minha opinião cabe ao Estado criar condições para essas pessoas poderem exercer um direito que é consagrado na Constituição.” (E1);

“Parece que o Estado só tem em mente políticas para a juventude, esquecendo os mais velhos. (...) Toda esta conjuntura desmotiva, digamos, dificulta os mais velhos a participar.” (E4).

Quadro 12 - Motivo de opção da forma de participação

Motivo	Nº de menções
Capital funcional	6
<i>Idade avançada</i>	3
<i>Condição económica estável</i>	1
<i>Condições de vida desfavoráveis</i>	1
<i>Maneira de ser</i>	1
Grau de eficácia	1
Condição social Sacerdócio	1

Fonte: Elaboração própria

O capital funcional parece estar na origem de determinado comportamento político e, particularmente no que se refere à idade, motivo mais mencionado, da opção por determinada forma de participação.

É interessante referir ainda que uma maioria considerável dos entrevistados pareceu reproduzir um sentimento de marginalização face à Sociedade e em particular ao processo de participação política, tendo reproduzido uma conceção política elitizada com exclusão dos mais velhos:

“Temos uma Sociedade que em parte é desfavorável aos mais velhos. Sinto que nesta Sociedade os velhos não têm lugar” (E1);

“A ideia de pôr as pessoas na prateleira, a partir de determinada idade, digamos assim, é fruto da organização da Sociedade impelida pelo Estado. As pessoas têm sempre validade.” (E4);

*“Agora estamos velhos, já não podemos fazer muito.” “Deveriam tratar melhor os velhos, **isso sim!**”* (E2).

Um outro aspeto da participação política que ressaltou das entrevistas realizadas, é o da conotação política decorrente do posicionamento dos indivíduos perante o voto. Consulte-se o Quadro nº 13, infra.

Quadro 13 - Voto: Direito ou Dever?

	Socialização Política	Posicionamento	Voto		
	Primária/Secundária	Ideológico	Direito	Dever	Ambos
1	Sim	Direita		X	
2	Não	Esquerda			X
3	Não	Direita		X	
4	_____	_____			X
5	Não	Direita		X	
6	Sim	Esquerda			X

Fonte: Elaboração própria

Há uma associação clara entre o posicionamento ideológico dos entrevistados e a forma como encaram o voto. Mesmo tendo presente o reduzido número de entrevistados, aspecto que naturalmente impede o estabelecimento de conclusões definitivas e seguras sobre a questão, não deixa de ser interessante constatar que os indivíduos posicionados à Direita encaram o voto como um dever cívico, ao passo que os que se identificam com a Esquerda perspetivam-no não apenas como um direito mas também como um dever:

“Direito porque temos o direito de decidir, dever porque se não votarmos outras pessoas irão decidir por nós.” (E2);

“Antes de mais é um dever, o dever de exercer esse direito” (E4);

“Um direito que temos e um dever de o exercer” (E5).

Já quanto à relação entre a existência/ausência de socialização política e o posicionamento perante o voto, não parece existir qualquer padrão de comportamento identificável.

Será sempre importante sublinhar a relevância que as respostas apuradas nas entrevistas assumiram na conceção e desenvolvimento do Inquérito. Não obstante o papel inspirador que o *European Social Survey* assumiu no contexto desta tarefa, algumas respostas extraídas das entrevistas efetuadas deram origem à introdução de algumas *nuances* no corpo do Inquérito.

A título de exemplo:

- A informação obtida a partir das respostas fornecidas pelos entrevistados à questão 7 (fatores que facilitam e dificultam a participação política), Quadros nº10 e 11, motivou a inserção no corpo do Questionário de algumas perguntas relacionadas com tal aspeto da participação política;

- O tema da Exclusão Social, que emergiu espontaneamente através das respostas de alguns entrevistados que sublinharam a sua importância enquanto fator de inibição da prática de certas modalidades de participação política, levou à opção de inclusão no corpo do Inquérito de uma pergunta específica versando o tema da Discriminação Social;

- Os resultados das entrevistas efetuadas sugeriram também que, ao passo que a participação eleitoral é fortíssima, o mesmo não ocorre com outras modalidades de participação política. Perante tais resultados, a opção foi a de proceder à inquirição exaustiva dos indivíduos observados acerca das diferentes formas de participação política (institucional versus não institucional; individual versus coletiva;etc.).

4.2. Análise descritiva dos dados da fase 2

4.2.1 Características sociodemográficas

- Dos 139 indivíduos inquiridos, **62,6% são mulheres e 37,4% são homens;**
- A **distribuição etária** dos inquiridos apresenta-se como assimétrica positiva, isto é, os valores observados das idades encontram-se relativamente mais concentrados no lado esquerdo da distribuição, sendo 44,6% classificados no escalão 65-74 anos, 43,2% classificados no escalão 75-84 anos e 12,2% no escalão 85 e mais anos;
- Relativamente ao **estado civil**, maioritariamente são casados (52,5%), sendo os restantes viúvos (29,5%), divorciados ou separados (14,4%) e solteiros (3,6%). Dos respondentes não casados, que representam 47,5% do total, 90,9% declaram viver sós. A grande maioria (88,5%) declara ter filhos (média de dois filhos);
- No que respeita às **habilitações académicas**, destaca-se o baixo nível de escolaridade prevalecente entre os inquiridos. A grande maioria dos inquiridos

possui um dos três níveis do ensino básico (56,9%), dos quais 51,8% têm a antiga quarta classe (nível 1 do ensino básico). Há ainda a destacar que 24,5 % têm o ensino secundário, 13,6% têm habilitações a nível superior e 4,3% não possuem qualquer nível de escolaridade;

- Quanto à **religião**, os respondentes são maioritariamente católicos (82%);
- Os inquiridos declaram ainda **não sentir qualquer tipo de discriminação** (92,1%) e consideram-se **razoavelmente ou muito saudáveis** (74,8%);
- No que respeita aos **rendimentos auferidos** pelos indivíduos que constituem esta amostra, 85,0% são pensionistas, 1,4% auferem de Rendimento Social de Inserção, 0,7% auferem o Complemento Solidário para Idosos e 0,7% de outras prestações sociais não discriminadas. Os restantes 10,1% não responderam a esta questão. Para além destas prestações sociais, 79,9% declararam não usufruir de outros rendimentos. No entanto, dos restantes, 50,2% declararam ter rendimentos de propriedades, 24,9% rendimentos de aplicações financeiras, 21,4% rendimentos de trabalho e 3,5% outros rendimentos não especificados;
- Em relação a **atividades remuneradas**, 86,3% dos respondentes declararam não ter realizado qualquer tipo de trabalho remunerado no mês anterior à realização deste Inquérito;
- Relativamente a **atividades não remuneradas** desenvolvidas no mês anterior à realização deste inquérito, 82% declararam não ter realizado qualquer atividade deste tipo. Dos que declararam ter participado nestas atividades, 56,1% realizaram atividades de voluntariado, 32,2% em empresas familiares ou afins e 12,2% outras atividades não especificadas;
- Quanto à **frequência de cursos**, 90,6% não declararam ter estado a frequentar qualquer curso no mês anterior à realização deste Inquérito;
- No que se refere à sua **situação laboral antes dos 65 anos**, 66,9% declararam ter estado empregados, 14,4% usufruíam de uma reforma antecipada, 10,8% declararam ter sido “domésticos”, 0,7% eram incapacitados permanentes para o

trabalho, 4,3% encontravam-se em situação de desemprego e 1,4% não responderam;

- Em **termos geográficos**, os inquiridos distribuem-se entre a ex-freguesia da Sé (56,1%) e a ex-freguesia de São Pedro (43,9%). É de realçar que 90% dos inquiridos residem em Faro há pelo menos 25 anos enquanto apenas 28,1% são originários do concelho de Faro;
- No que respeita à **habitação de residência**, 61,2% dos inquiridos declararam-se como seus proprietários;
- Quanto ao tempo diário de **permanência na habitação de residência**, 2,2% permanecem entre 0 e 4 horas, 22,3% entre 4 e 8 horas, 32,4% entre 8 e 12 horas, 41,7% entre 12 e 16 horas e 1,4% permanece 16 ou mais horas.

4.2.2 Condições subjetivas da participação política

- À questão colocada sobre o **interesse em assuntos de política em geral**, 44,6% dos inquiridos consideram-se razoavelmente interessados e 13,7% muito interessados. Estes dois grupos considerados em conjunto perfazem 58,3% do total dos inquiridos. Os restantes consideram-se pouco interessados (22,3%) ou nada interessados (19,4%);
- Solicitou-se aos inquiridos que **comparassem o interesse sentido hoje sobre os assuntos políticos com o interesse sentido no passado**, 54,7% consideram que é igual, 25,9% consideram ser menor que no passado e 18,7% consideram que o interesse sentido no presente é maior que no passado.

Em suma, os idosos inquiridos sentem-se maioritariamente muito interessados ou razoavelmente interessados nos assuntos políticos e o interesse manifestado hoje, parece ser na maioria dos casos, idêntico ao do passado.

- No que se refere aos **meios considerados para se sentirem informados relativamente aos assuntos políticos**, a televisão tem a preferência de 92,8% do total dos inquiridos. Os jornais e as revistas são considerados por 42,4% dos inquiridos e as conversas informais por 29,5%. A *internet* é considerada ainda por

16,5% como um meio de se manterem informados em assuntos políticos. Há ainda a considerar que um dos respondentes considera a militância partidária um meio de se manter informado nos assuntos políticos.

Em síntese, a televisão é o canal de comunicação predominante na aquisição de informação política pelos idosos, seguida a longa distância pelos jornais e revistas, sendo assim patente a preferência pelos canais de comunicação tradicionais.

- Questionados sobre o **grau de confiança depositado nas instituições e organismos políticos, sociais e administrativos**, a grande maioria dos inquiridos demonstra pouca ou nenhuma confiança em relação à generalidade das instituições e organismos especificados no Questionário. Contudo, é curioso verificar a existência de um sentimento de grande confiança na Polícia por parte de 51,8% dos inquiridos.

Assim, o **grau confiança demonstrado** é:

- **Na Assembleia da República**: 50,4% referem sentir pouca confiança e 33,1% nenhuma confiança;
 - No **Sistema de Justiça e Tribunais**: 55,4% referem sentir pouca confiança e 16,5% nenhuma confiança;
 - Nos **políticos**: 64% referem sentir nenhuma confiança e 33,1% pouca confiança;
 - Nos **partidos políticos**: 56,1% referem sentir nenhuma confiança e 42,4% pouca confiança;
 - No **Parlamento Europeu**: 44,6% referem sentir pouca confiança e 33,8% pouca confiança;
 - Nas **Nações Unidas**: 41% referem sentir pouca confiança e 18,7% nenhuma confiança;
 - Na **Polícia**: 30,9% referem sentir pouca confiança e 10,8% nenhuma confiança.
- Quando questionados sobre **a satisfação com a sua vida**, 52,5% dos inquiridos diz-se nem satisfeito nem insatisfeito com a vida, 32,4% diz-se muito satisfeito ou totalmente satisfeito e 15,1% muito insatisfeito ou totalmente insatisfeito;

- Relativamente à sua **vida futura**, 51,8% dos inquiridos consideram que a sua vida vai ser pior, 40,3% consideram que a sua vida no futuro vai ser igual e apenas 5,8% consideram que vai ser melhor;
- No que respeita às **necessidades das outras pessoas idosas** que vivem nas freguesias referidas, 74,9% consideram que as necessidades dos idosos são pouco ou nada satisfeitas.

4.2.3 Condições objetivas da participação política

- Questionados sobre a sua **identificação partidária**, 63,3% dos inquiridos dizem identificar-se com um partido político. 40,3% dizem-se razoavelmente identificados e 21,6% dizem-se pouco identificados. Refere-se ainda que 34,5% dos inquiridos não quis responder;
- Os **partidos políticos** com os quais os inquiridos se dizem **identificados** são, na sua maioria, partidos do Centro, quer do Centro Direita (20,9%), quer do Centro Esquerda (20,9%). Acresce ainda referir que 39,6% dos inquiridos não quis responder;
- Da mesma forma, quando questionados sobre o seu **posicionamento ideológico**, os inquiridos dizem-se maioritariamente do Centro, quer do Centro Direita (28,8%), quer do Centro Esquerda (28,1%). É de realçar ainda que 20,9% dos inquiridos não responde a esta questão;
- No que se refere aos **fatores que dificultam a participação política**, a maioria dos inquiridos (75,5%) refere o fator ‘saúde frágil’ como um potencial inibidor da participação política.

4.2.4 Participação política – Atitudes e Comportamentos

Quadro 14 - Formas de participação política (N=139)

	n	%
Institucionalizada		
-Votou nas últimas eleições europeias	106	76,3
-Votou nas últimas eleições presidenciais	123	88,5
-Votou nas últimas eleições legislativas	124	89,2
-Votou nas últimas eleições autárquicas	120	86,3
-Membro de um partido político	11	7,9
-Membro de um sindicato	16	11,5
-Membro de grupo de proteção dos direitos humanos, do ambiente e dos direitos dos animais ⁶⁷	17	12,2
Não-institucionalizada		
Modo individual		
-Assinar uma petição ou um abaixo-assinado	41	29,5
-Usar um crachá ou um autocolante	27	19,4
-Comprar ou recusar comprar um produto por razões políticas, éticas ou ambientais	56	40,3
-Participar em fóruns de discussão na TV ou na rádio	6	4,3
-Fazer um donativo para um partido político	4	2,9
-Fazer um donativo para uma organização humanitária, de proteção do ambiente, da paz ou dos direitos dos animais	64	46,0
Modo de Contacto		
-Contactar um político ou um representante do governo e/ou autarquia	34	24,5
Modo colectivo		
-Participar numa manifestação legal	32	23,0
-Participar numa manifestação ilegal	2	1,4

Fonte: Elaboração própria com base na definição de participação política de Goerres (2009)

⁶⁷ Inclui ser membro de um grupo de proteção dos direitos humanos ou ser membro de um grupo de proteção do ambiente, utilizando a seguinte fórmula: $X=A+B-C$, onde X = ao nº de inquiridos membros de grupos de proteção dos direitos humanos ou de inquiridos membros de grupos de proteção do ambiente e dos direitos dos animais. A= ao número de inquiridos membros do grupo de proteção dos direitos humanos, B= ao número de inquiridos membros do grupo de proteção do ambiente e dos direitos dos animais e C = ao número de inquiridos que são membros em simultâneo nos dois grupos referidos.

Pela análise do quadro anterior (quadro nº14) percebe-se que a forma de participação política mais usada pelos inquiridos é o voto em eleições. No entanto, contrariamente ao que se poderia eventualmente pensar, algumas formas não-institucionalizadas de participação política são usadas por uma proporção significativa dos inquiridos: em dois casos a cota dos 40% é superada (fazer um donativo para uma organização humanitária, de proteção do ambiente, da paz ou dos direitos dos animais; comprar ou recusar comprar um produto por razões políticas, éticas ou ambientais); em outros três casos a cota dos 20% é superada (assinar uma petição ou um abaixo-assinado; contactar um político ou um representante do governo e/ou autarquia; participar numa manifestação legal). A este respeito, é interessante constatar que o modo individual de participação não-institucionalizada é aquele em que se verificam as proporções mais elevadas de inquiridos. Não obstante, nos outros dois modos também se registam algumas proporções significativas.

O Quadro nº14, apresenta a contagem global de indivíduos que verificaram cada uma das variáveis consideradas para a participação política. Dado que o sexo e a idade, são consideradas por vários autores (Rigle *et al.*, 1996; Goerres, 2009; Comissão dos Direitos da Mulher e igualdade dos Géneros, 2010; Marques 2011, entre outros) variáveis com peso na participação política dos idosos, procedeu-se à segmentação dos inquiridos conforme se apresenta no Quadro nº15.

Quadro 15 - Formas de participação política por Sexo e Idade

FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	HOMENS N=52				MULHERES N=87			
	Total	65/74	75/84	85 ou +	Total	65/74	75/84	85 ou +
Institucionalizada								
.Votou nas últimas eleições europeias	84,6%	96,6%	77,7%	50,0%	71,3%	85,7%	64,2%	50,0%
.Votou nas últimas eleições presidenciais	90,4%	96,6%	83,3%	75,0%	87,4%	94,2%	80,9%	90,0%
-Votou nas últimas eleições legislativas	90,4%	96,6%	83,3%	75,0%	88,5%	97,1%	80,9%	90,0%
-Votou nas últimas eleições autárquicas	90,4%	96,6%	83,3%	75,0%	83,9%	94,1%	80,4%	70,0%
-Membro de um partido político	11,5%	7,4%	11,8%	25,0%	5,7%	5,7%	2,3%	22,2%
-Membro de um sindicato	17,3%	11,1%	29,4%	12,5%	8,0%	5,7%	11,6%	0,0%
-Membro de grupo de proteção dos direitos humanos	7,7%	11,1%	5,9%	0,0%	10,3%	11,4%	9,3%	11,1%
-Membro de grupo de proteção do ambiente e dos direitos dos animais	1,9%	3,7%	0,0%	0,0%	9,2%	14,3%	4,7%	11,1%
Não-Institucionalizada								
-Assinar uma petição ou um abaixo-assinado	40,4%	25,9%	64,7%	37,5%	23,0%	28,6%	18,6%	22,2%
-Usar um crachá ou um autocolante	15,4%	3,7%	29,4%	25,0%	21,8%	28,6%	18,6%	11,1%
-Comprar um produto por razões, políticas, éticas ou ambientais	17,3%	7,4%	23,5%	37,5%	20,7%	22,9%	18,6%	22,2%
-Recusou comprar um produto por razões, políticas, éticas ou ambientais	36,5%	25,9%	47,1%	50,0%	28,7%	37,1%	25,6%	11,1%
-Participar em fóruns de discussão na TV ou na rádio	3,8%	7,4%	0,0%	0,0%	4,6%	2,9%	7,0%	0,0%
-Fazer um donativo para um partido político	5,8%	3,7%	5,9%	12,5%	1,1%	0,0%	2,3%	0,0%
-Fazer um donativo para uma organização humanitária	51,9%	44,4%	52,9%	75,0%	49,4%	51,4%	46,5%	55,6%
-Fazer um donativo para uma organização de proteção do ambiente, da paz ou dos direitos dos animais	17,3%	18,5%	5,9%	37,5%	19,5%	25,7%	14,0%	22,2%
Modo de Contacto								
-Contactar um político ou um representante do governo e/ou autarquia	25,0%	18,5%	29,4%	37,5%	24,1%	28,6%	20,9%	22,2%
Modo coletivo								
-Participar numa manifestação legal	28,8%	18,5%	52,9%	12,5%	19,5%	20,0%	20,9%	11,1%
-Participar numa manifestação ilegal	3,8%	3,7%	5,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaboração própria

No que se refere à participação eleitoral, verifica-se que os homens apresentam taxas de afluência às urnas superiores às das mulheres em todos os atos eleitorais, embora a diferença seja maior no caso das Eleições Europeias que, aliás, são aquelas que concitam menor interesse entre a população inquirida em geral.

No que respeita ao comportamento por escalões etários, é facilmente detetável um padrão caracterizado por uma redução das taxas de afluência à medida que se evolui dos escalões inferiores para os superiores. A única exceção a tal regra ocorre no caso dos escalões femininos dos 75/84 e 85+ e, ainda assim, no que respeita apenas às eleições presidenciais e legislativas.

No que concerne à participação política não-institucionalizada, as taxas de participação política exibidas pelos inquiridos são, em geral, baixas para ambos os sexos. Existem algumas exceções, aparentemente em modalidades que não requerem grande investimento físico (p.e., certos tipos de donativos pecuniários, assinatura de petições). Os homens são, em geral, mais participativos do que as mulheres, embora as vias de participação sejam muito diferentes.

Os homens inquiridos parecem preferir as modalidades mais tradicionais e as formas de participação política (p.e., filiações partidária e sindical ou adesão a manifestações de rua). As mulheres inquiridas revelam uma propensão relativa mais acentuada para formas de participação menos tradicionais e que, eventualmente, não exijam a afetação de tempos de atividade muito alargados (p.e., adesão a grupos cuja criação se destina à defesa de causas políticas e ambientais mas não necessariamente partidárias, entrega de donativos a organizações não partidárias).

A distribuição das modalidades de participação política por escalões etários no seio do grupo dos idosos contém igualmente elementos interessantes. Os resultados organizados no Quadro nº15, parecem apontar para padrões distintos entre os dois sexos. Assim, a participação política dos homens inquiridos parece encontrar-se, em geral, mais polarizada nos escalões etários superiores, ao passo que com as mulheres ocorre a situação oposta. Tal traço poderá também refletir o facto, consensualmente aceite, da chegada relativamente tardia das mulheres ao universo da participação política, por comparação com o *timing* da participação masculina.

No caso dos homens inquiridos, o elevado nível de participação dos indivíduos com 85 ou mais anos de idade revelou-se determinante em diversas modalidades de participação designadamente: na filiação partidária, na concessão de donativos de diferentes naturezas e na adesão a certas iniciativas políticas, éticas e ambientais.

No caso das mulheres inquiridas, é sobretudo o escalão etário mais jovem (65-74 anos de idade) que prevalece na determinação das atitudes participativas: designadamente, na filiação em organizações não partidárias ou sindicais, na demonstração pública de preferências de índole política, ética e ambiental, entre outras modalidades de participação.

É ainda interessante realçar que é no grupo etário superior (85 ou mais anos), quer nas mulheres quer nos homens, que se verificam as proporções mais elevadas de filiação partidária: 22,2% e 25%, respetivamente.

Em síntese, os resultados supradescritos sugerem a existência de pelo menos dois modelos de participação política distintos:

- Homens idosos ‘velhos’, cujo modelo de participação é relativamente baseado em modalidades institucionalizadas;
- Mulheres idosas ‘jovens’, cujo modelo de participação é relativamente baseado em modalidades não institucionalizadas.

Uma tarefa igualmente interessante consiste em averiguar se os indivíduos optam por modelos de participação política, puros, isto é, exercendo uma participação política baseada apenas em modalidades classificadas num único grupo (p.e., individual, coletiva, etc.); ou se, pelo contrário, escolhem modelos mistos, os quais combinam o exercício de modalidades classificadas em diferentes grupos.

Quadro 16 - Modelos de participação política adotados

Modelos de participação	N=139	
	N	%
Exclusivamente participação política Institucionalizada	19	13,67%
Exclusivamente participação política Não Institucionalizada	6	4,30%
Participação política Mista	108	77,70%
Sem participação	6	4,30%

Fonte: Elaboração própria

A análise do Quadro nº 16 evidencia que os inquiridos selecionam maioritariamente modelos mistos de participação política. Este resultado afigura-se relevante, pois poder-se-ia pensar que a maioria das pessoas idosas adere a formas de participação política de natureza exclusivamente institucional.

De entre os modelos de participação política “puros”, os de natureza institucional superam claramente os de natureza não institucional.

A ausência de qualquer forma de participação política possui um caráter residual.

Dado que um maior número de indivíduos favorece claramente o modelo misto, será ainda relevante procurar esclarecer-se quais as combinações de modalidades em que assenta o exercício de tal modelo.

Quadro 17 - Combinações de modos de participação dentro do Modelo Misto

Modelo Misto de participação política N= 108				
Modo de Participação	Mulheres n=67		Homens n=41	
	n	%	n	%
Modo Inst. + Modo não Inst. Individ.	37	55,2%	17	41,4%
Modo Inst. + Modo não Inst. Colet.	1	1,4%	2	4,8%
Modo Inst. + Modo não inst.de Cont.	3	4,4%	1	2,4%
Modo Inst. + Modo não inst. Individ. + Modo não inst. Colet.	8	11,9%	11	26,8%
Modo Inst. + Modo não inst. Individ. + Modo não inst. de Cont.	11	16,4%	7	17,0%
Modo Inst. + Modo de Cont. + Modo Colet.	0	0,0%	0	0,0%
Modo Inst. + Modo não Inst. Individ. + Modo não Inst. Colet. + Modo não Inst. de Cont.	7	10,4%	3	7,3%

Fonte: Elaboração própria

No âmbito do modelo misto, constata-se que a participação política não-institucional de tipo individual, na sua forma simples ou combinada com outros modos de participação não institucional, é aquela que colhe a preferência da esmagadora maioria dos 108 inquiridos. Com efeito, o conjunto das rubricas envolvendo a participação de tipo individual, representa 93,9% e 92,5% para mulheres e homens, respetivamente. E entre estes, uma substancial maioria (55,2% e 41,4%, para mulheres e homens, respetivamente) prescinde totalmente dos modos de participação coletiva e de contacto. Por outras palavras, apenas uma franja residual de inquiridos prescinde em absoluto de alguma modalidade classificada como participação de natureza individual.

Em consonância com o que havia sido referido, entendeu-se como interessante procurar-se evidência de eventuais associações envolvendo diferentes modos de participação política.

Uma vez que a técnica analítica selecionada (análise de Contigência) carece, em geral, de um número elevado de observações, foi decidido que tal exercício se confinasse aos indivíduos inquiridos com um modelo de participação política misto, uma vez que estes constituem uma larga maioria dos inquiridos (108 de entre 139).

Assim, no seio do conjunto de indivíduos com um Modelo de participação Misto (n=108), investigámos possíveis associações entre três variáveis que constituem modos de participação não institucionalizada:

- Modo individual de participação não institucionalizada. Considerou-se que um indivíduo tem modo individual de participação quando indica ter tido participação *em pelo menos uma* das formas possíveis de participação individual;
- Modo de contacto. Considerou-se que um indivíduo teve um modo de participação por contacto quando indicou ter efetuado uma tentativa de contacto com um político ou um representante do governo e/ou autarquia;
- Modo coletivo de participação. Considerou-se que um indivíduo teve um modo de participação coletiva quando indicou ter participado numa manifestação (legal ou ilegal).

A Tabela de contigência 1 apresenta o cruzamento da variável “teve participação individual não institucionalizada?” com a variável “contactou político?”, ambas variáveis categóricas binárias. Não existe evidência estatística que permita rejeitar a hipótese de ausência de associação (teste exato de Fisher: $p=0,51$; Qui-quadrado: $p=0,53$) entre estas variáveis. A probabilidade de um indivíduo com participação individual ter tentado contactar um político relativamente a um que não teve participação é de $RR=0,58$, mas este valor também não é significativo IC95%: [0,25 1,37]. O desequilíbrio na distribuição da amostra entre participantes individuais (n=100) e não participantes (n=6) poderá explicar estes resultados, uma vez que um grande desequilíbrio na amostra diminui a potência estatística dos testes (i.e. a probabilidade de rejeitar a hipótese nula quando esta é falsa).

Tabela de contingência 1 - Modo individual não institucionalizado versus modo de contacto⁶⁸

		Contactou político?		Total
		Sim	Não	
Participação individual?	Sim	29	71	100
	Não	3	3	6
		32	74	106

Fonte: Elaboração própria

A Tabela de contingência nº2 apresenta o cruzamento da variável “teve participação individual não institucionalizada?” com a variável “teve um modo de participação coletivo?”. Não existe evidência estatística de que se possa rejeitar a hipótese nula de ausência de associação (teste exato de Fisher: $p>0,99$; Qui-quadrado: $p=0,79$). A probabilidade de um indivíduo com participação individual ter tido uma participação política coletiva, relativamente a um que não teve participação individual é de $RR=0,89$ e este valor não é significativo IC95%: [0,28 2,87]. O desequilíbrio na distribuição da amostra entre participantes individuais e não participantes (respetivamente, $n= 100$ e 6) poderá mais uma vez explicar estes resultados.

Tabela de contingência 2 - Modo individual não institucionalizado versus modo coletivo⁶⁹

		Modo coletivo de participação?		Total
		Sim	Não	
Participação individual?	Sim	30	71	101
	Não	2	4	6
		32	75	107

Fonte: Elaboração própria

Finalmente, a Tabela de contingência nº3 apresenta o cruzamento da variável “teve um modo coletivo de participação?” com a variável “contactou um político?”. Não existe evidência estatística que permita rejeitar a hipótese de ausência de associação (teste exato de Fisher: $p>0,99$; Qui-quadrado: $p=0,94$). A probabilidade de um indivíduo com um modo coletivo de participação ter contactado um político foi de 31% ($=10/32$), um valor muito parecido com a mesma probabilidade para um indivíduo sem modo coletivo de

⁶⁸ Dois indivíduos não responderam à pergunta sobre se contactaram um político, decidiu-se subtraí-los da tabela ($n=106$).

⁶⁹ Um indivíduo não respondeu à pergunta sobre se teve participação coletiva, decidiu-se subtraí-lo da tabela ($n=107$).

participação, ou seja 30% (=22/74). A confrontação entre estas duas probabilidades não é significativa: RR=1,05 e IC95%: [0,56 1,96].

Tabela de contingência 3 - Modo coletivo versus modo de contacto⁷⁰

Modo coletivo de Participação?	Contactou político?		Total
	Sim	Não	
Sim	10	22	32
Não	22	52	74
	32	74	106

Fonte: Elaboração própria

Em resumo, os dados disponíveis não fornecem evidência estatística que permita concluir que, dentro do conjunto de indivíduos com participação institucionalizada, existam associações entre os três modos de participação não institucionalizados. Em parte, estes resultados poderão ser explicados pelo escasso número de indivíduos que se identificou não terem tido *pele menos* um tipo de participação individual (por exemplo: assinar uma petição, ou usar um crachá, ou comprar um produto por razões políticas, ou participar em fóruns, etc.). Uma forma de contornar esta limitação poderia ser restringir mais a definição daquilo que constitui uma participação individual (por exemplo: apenas assinar uma petição ou usar um crachá). Tal restrição, contudo, seria algo arbitrária e difícil de justificar.

Finalmente é constatável que os indivíduos que exercem o Modelo Institucionalizado de participação política, fazem-no quase exclusivamente através do exercício do voto, sem recurso, pois, a outras modalidades.

⁷⁰ Dois indivíduos não responderam à pergunta sobre se contactaram um político, decidiu-se subtrair-los da tabela (n=106).

Quadro 18 - Combinações de modos de participação dentro do Modelo Institucionalizado

Modelo Institucionalizado de participação política N= 19		
Modo de Participação	n	%
Só voto	18	94,7%
Voto + membro de um partido político	1	5,2%
Voto + membro de grupo de proteção dos direitos humanos, do ambiente, e dos direitos dos animais	0	0,0%
outras combinações	0	0,0%

Fonte: Elaboração própria

Confirma-se, assim, a ideia de que a participação eleitoral constitui para muitos dos inquiridos a forma privilegiada de participação.

4.3. Análise multivariada dos dados

4.3.1 Resultados da aplicação do método OVERALS

A análise OVERALS reflete duas dimensões canónicas (Quadro 19). O valor do ajustamento foi de 1,157, num máximo de 2. Este não é um valor elevado, apesar de aceitável, devendo-se essencialmente à homogeneidade das respostas obtidas no *Set 2* – Fatores que dificultam a participação política e no *Set 3* – Participação eleitoral. Atendendo a que esta investigação versa sobre a participação política dos idosos, optou-se por prosseguir a análise com os quatro grupos de variáveis.

Quadro 19 - Summary of Analysis

	Dimension		Sum
	1	2	
Set 1	,295	,439	,734
Set 2	,765	,505	1,270
Loss Set 3	,275	,575	,851
Set 4	,168	,350	,518
Mean	,376	,467	,843
Eigenvalue	,624	,533	
Fit			1,157

Fonte: SPSS 21

Através da leitura do Quadro 19, bem como da **equação 1**, torna-se possível medir a quantidade total de informação dos quatro grupos de variáveis retida por função canónica, isto é, por dimensão. Considere-se:

$$\sigma_{dimensão}^2 = \frac{Eigenvalue}{Fit} \quad [1]$$

$$\sigma_1^2 = \frac{0,624}{1,157} = 0,539 \quad e \quad \sigma_2^2 = \frac{0,533}{1,157} = 0,461$$

Assim, aproximadamente 54% da informação total contida nos quatro grupos de variáveis é explicada através da primeira dimensão e 46% é explicada pela segunda dimensão.

Também a partir do Quadro 19 é possível medir a semelhança entre os quatro conjuntos de variáveis, através do cálculo do coeficiente de correlação canónica, dado pela **equação 2**.

$$\rho_d = \frac{k \times E_d - 1}{k - 1} \quad [2]$$

com:

d – dimensão

k - nº de grupos de variáveis

E_d - valor próprio da dimensão

Assim, tem-se que:

$$\rho_1 = \frac{4 \times 0,624 - 1}{4 - 1} = 0,499 \quad e \quad \rho_2 = \frac{4 \times 0,533 - 1}{4 - 1} = 0,377$$

Deste modo, pode dizer-se que relativamente à dimensão 1 há uma associação de 49,9% entre os quatro grupos de variáveis e em relação à dimensão 2 existe uma associação de 37,7%. A magnitude destes valores, reflete uma baixa relação de associação entre os quatro grupos de variáveis, especialmente devido aos *Set 2* – Fatores que dificultam a participação política e *Set 3* – Participação eleitoral (*Sets* que apresentam valores elevados de perda). Ao analisar-se as percentagens de resposta aos pontos **4.2.3** -

Condições objetivas da participação política: fatores que dificultam a participação política (*Set 2*) e **4.2.4 Participação política – Atitudes e Comportamentos:** participação eleitoral (*Set 3*) (p. 139 e p. 140) verifica-se que apesar de 75,5% dos respondentes considerar a ‘saúde frágil’ um fator inibidor da participação política, a percentagem apresentada na participação eleitoral, que é muito superior à das médias regional e nacional, não reflete essa inibição. Estes valores vão no sentido de 74,8% dos respondentes se sentirem razoavelmente ou muito saudáveis (p. xx)⁷¹.

Para se determinar a relevância das variáveis em cada grupo (*Set*) analisam-se as funções *Weight*, *Component Loading* e *Multiple Fit* referentes a cada variável. São consideradas Extremamente Relevantes, as variáveis que estejam representadas na mesma dimensão, em todas estas medidas estatísticas. Para cada medida estatística (indicador) considerada, todas as variáveis apresentam valores nas duas dimensões. Afeta-se a variável à dimensão onde se encontra o maior valor em termos absolutos. Excluem-se todas as variáveis que tenham soma de ajustamento múltiplo inferior a 0,10.

Os resultados obtidos, por grupo, encontram-se nos quadros 20, 21, 22 e 23.

Quadro 20 - Indicadores para o Grupo 1 de variáveis

Grupos de variáveis		<i>Weights</i>		<i>Component Loadings</i>		<i>Multiple Fit</i>		Sum
		<i>Dimension</i>		<i>Dimension</i>		<i>Dimension</i>		
		1	2	1	2	1	2	
1	Grau de confiança							
	Assembleia da República	0,4	0,132	0,128	0,276	0,161	0,021	0,182
	Sistema de Justiça/Tribunais	-0,194	-0,464	-0,143	-0,36	0,038	0,216	0,254
	Polícia	-0,066	0,424	-0,007	0,413	0,016	0,187	0,203
	Políticos	0,067	-0,166	-0,003	0,089	0,015	0,029	0,043
	Partidos Políticos	-0,809	0,263	-0,676	0,321	0,655	0,07	0,725
	Parlamento Europeu	-0,207	-0,264	-0,015	0,015	0,044	0,07	0,114
	Nações Unidas	0,337	0,316	0,221	0,278	0,118	0,104	0,221

Fonte: adaptação do SPSS.21

⁷¹ Este resultado não se afigura, de facto, como surpreendente. É sabido que a ‘saúde frágil’ não interfere muito com os níveis de participação eleitoral. Na verdade, os apoios de natureza logística à participação eleitoral não possuem paralelo com as restantes modalidades de participação política.

Quadro 21 - Indicadores para o Grupo 2 de variáveis

Grupos de variáveis		Weights		Component Loadings		Multiple Fit		Sum
		Dimension		Dimension		Dimension		
		1	2	1	2	1	2	
2	Fatores que poderão dificultar a participação política de pessoas com 65+ anos							
	Saúde frágil	0,143	0,58	0,236	0,438	0,02	0,336	0,356
	Mobilidade dificultada	0,223	0,063	0,324	0,21	0,05	0,004	0,054
	Acesso à informação	-0,004	0,39	0,128	0,229	0	0,152	0,152
	Acesso às Instituições e aos órgãos políticos	0,304	0,401	0,271	0,331	0,093	0,161	0,254
	Isolamento	-0,193	-0,215	-0,21	0,095	0,037	0,046	0,083
	Outros motivos	-0,027	0,186	0,168	0,092	0,001	0,035	0,035

Fonte: adaptação do SPSS.21.

Quadro 22 - Indicadores para o Grupo 3 de variáveis

Grupos de variáveis		Weights		Component Loadings		Multiple Fit		Sum
		Dimension		Dimension		Dimension		
		1	2	1	2	1	2	
3	Votou nas últimas eleições							
	Parlamento Europeu	-0,799	0,35	-0,812	0,319	0,639	0,127	0,767
	Presidência da República	0,086	0,312	0,275	0,527	0,007	0,097	0,105
	Legislativas	0,18	0,283	0,291	0,523	0,032	0,08	0,112
	Autárquicas	0,012	0,037	0,043	0,064	0	0,001	0,002

Fonte: adaptação do SPSS.21

Quadro 23 - Indicadores para o Grupo 4 de variáveis

Grupos de variáveis		Weights		Component Loadings		Multiple Fit		Sum
		Dimension		Dimension		Dimension		
		1	2	1	2	1	2	
4	Contributo no último ano para a cidadania política e social							
	Filiou-se num partido político	-0,892	0,14	-0,47	0,092	0,795	0,022	0,817
	Assinou uma petição ou abaixo assinado	0,068	0,294	0,108	0,496	0,005	0,087	0,091
	Comprou um produto por razões políticas, éticas ou ambientais	0,464	0,013	-0,242	0,157	0,215	0,002	0,218
	Recusou um produto por razões políticas, éticas ou ambientais	-0,543	0,034	-0,428	-0,023	0,295	0,001	0,297
	Sindicalizou-se	0,115	0,16	0,111	0,268	0,014	0,026	0,039
	Participou numa manifestação ilegal	-0,168	0,048	-0,032	-0,125	0,028	0,003	0,031
	Participou numa manifestação legal	0,097	0,359	0,09	0,43	0,009	0,129	0,138
	Participou em fóruns de discussão na TV ou Rádio	0,752	0,028	-0,007	0,048	0,568	0,001	0,569
	Participou em comícios de partidos políticos	-0,16	0,063	0,054	0,275	0,026	0,004	0,03
	Participou em referendos	0,097	0,215	0,077	0,418	0,009	0,046	0,056
	Participou em greves	0,115	-0,19	0,102	0,201	0,013	0,037	0,05
	Usou/exibiu um crachá ou autocolante	-0,291	0,115	0,017	0,051	0,085	0,013	0,098
	Contatou um político ou representante do Governo e/ou da autarquia	-0,147	0,236	0,009	0,064	0,022	0,056	0,078
	Tornou-se membro de um grupo de proteção dos direitos humanos	0,381	0,187	-0,042	-0,122	0,146	0,036	0,181
	Tornou-se membro de um grupo de proteção do ambiente, da paz ou dos direitos dos animais	-0,057	0,096	-0,112	-0,068	0,003	0,009	0,013
	Fez um donativo para um partido político	0,043	0,146	0,081	0,111	0,003	0,021	0,024
	Fez um donativo para uma organização humanitária ou de proteção dos direitos humanos	-0,47	0,481	-0,406	0,429	0,228	0,239	0,467
	Fez um donativo para uma organização de proteção do ambiente, da paz e dos direitos dos animais	-0,242	0,157	-0,318	0,064	0,059	0,026	0,085

Fonte: adaptação do SPSS.21

As variáveis consideradas extremamente relevantes, por grupo e dimensão, para caracterizar e diferenciar os respondentes, encontram-se no Quadro 24.

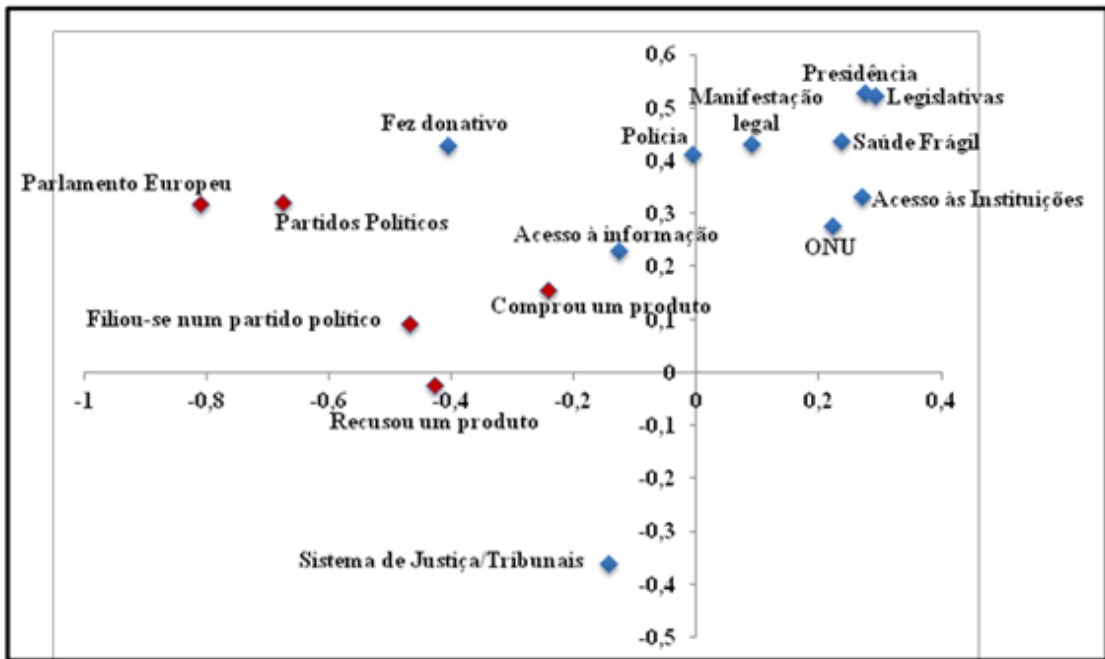
Quadro 24 - Variáveis extremamente relevantes

Grupos de variáveis		<i>Dimension</i>	
		1	2
1	Grau de confiança		
	Sistema de Justiça/Tribunais		✓
	Polícia		✓
	Partidos Políticos	✓	
	Nações Unidas		✓
2	Fatores que poderão dificultar a participação política de pessoas com 65+ anos		
	Saúde frágil		✓
	Acesso à informação		✓
	Acesso às Instituições e aos órgãos políticos		✓
3	Votou nas últimas eleições		
	Parlamento Europeu	✓	
	Presidência da República		✓
	Legislativas		✓
4	Contributo no último ano para a cidadania política e social		
	Filiou-se num partido político	✓	
	Comprou um produto por razões políticas, éticas ou ambientais	✓	
	Recusou um produto por razões políticas, éticas ou ambientais	✓	
	Participou numa manifestação legal		✓
	Fez um donativo para uma organização humanitária ou de proteção dos direitos humanos		✓

Fonte: adaptação do SPSS.21

Por forma a apreciar-se a associação entre as variáveis dos vários grupos e o seu posicionamento relativamente aos eixos canónicos (dimensões), apresenta-se o Quadro 25.

Quadro 25 - Posicionamento das variáveis relevantes, no espaço bidimensional



Fonte: SPSS.21

4.3.2 Formação e caracterização dos *clusters* através das variáveis relevantes

Através do método de formação de *clusters K-Means* e sobre os *objects scores* (coordenadas transformadas dos indivíduos) procede-se à formação de *clusters* sobre os respondentes. A distância utilizada foi a distância euclidiana elevada ao quadrado. Optou-se pela formação de dois *clusters*.

A formação de *clusters*, encontra-se representada no Quadro 26.

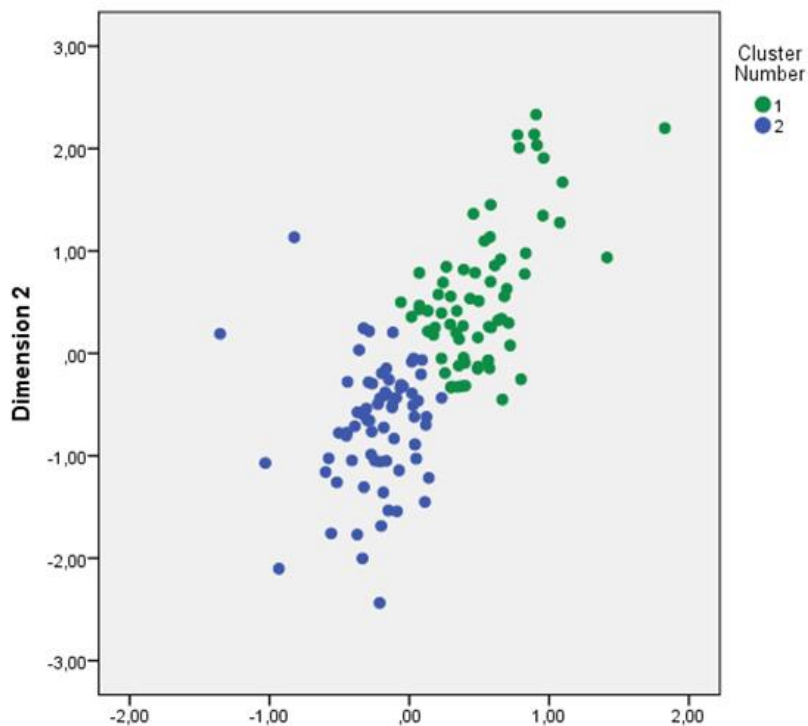
Quadro 26 - Formação de clusters

	N	% of Combined	% of Total
1	69	49,6%	49,6%
Cluster 2	70	50,4%	50,4%
Combined	139	100,0%	100,0%
Total	139		100,0%

Fonte: SPSS.21

Assim, o *cluster* 1 é formado por 69 respondentes e o *cluster* 2 por 70. Procede-se em seguida à projeção dos indivíduos de cada *cluster*, no espaço (Quadro 27).

Quadro 27 - Projeção dos clusters no espaço



Fonte: SPSS.21

Procede-se em seguida à caracterização dos clusters sobre as variáveis relevantes, através do cruzamento entre cada cluster e as variáveis relevantes, por meio das tabelas que abaixo se apresentam. Assim temos:

Grupo 1 - Grau de confiança

Tabela 1 - Grau de confiança - Sistema de Justiça / Tribunais

	Sistema de Justiça/Tribunais				Total
	Muita confiança	Pouca confiança	Nenhuma confiança	Não responde	
<i>Cluster</i> 1	29 42,0%	22 31,9%	14 20,3%	4 5,8%	69 100,0%
2	4 5,7%	55 78,6%	9 12,9%	2 2,9%	70 100,0%

Fonte: SPSS.21

Tabela 2 - Grau de confiança - Polícia

	Polícia					Total
	Total confiança	Muita confiança	Pouca confiança	Nenhuma confiança	Não responde	
<i>Cluster</i> 1	1 1,4%	34 49,3%	20 29,0%	11 15,9%	3 4,3%	69 100,0%
2	4 5,7%	38 54,3%	23 32,9%	4 5,7%	1 1,4%	70 100,0%

Fonte: SPSS.21

Tabela 3 - Grau de confiança – Partidos Políticos

	Partidos Políticos				Total
	Muita confiança	Pouca confiança	Nenhuma confiança	Não responde	
<i>Cluster</i> 1	1 1,4%	24 34,8%	44 63,8%	0 0,0%	69 100,0%
2	0 0,0%	35 50,0%	34 48,6%	1 1,4%	70 100,0%

Fonte: SPSS.21

Tabela 4 - Grau de confiança – Nações Unidas

	Nações Unidas				Total
	Muita confiança	Pouca confiança	Nenhuma confiança	Não responde	
<i>Cluster</i> 1	14 20,6%	16 23,5%	21 30,9%	17 25,0%	68 100,0%
2	17 24,3%	41 58,6%	5 7,1%	7 10,0%	70 100,0%

Fonte: SPSS.21

Grupo 2 - Fatores que poderão dificultar a participação política de pessoas com 65 ou mais anos

Tabela 5 - Fatores que poderão dificultar a participação política de pessoas com 65 ou mais anos – Saúde frágil

	Saúde frágil		Total
	Sim	Não	
<i>Cluster</i> 1	42 60,9%	27 39,1%	69 100,0%
2	63 90,0%	7 10,0%	70 100,0%

Fonte: SPSS.21

Tabela 6 - Fatores que poderão dificultar a participação política de pessoas com 65 ou mais anos – Acesso à informação

	Acesso à informação		Total
	Sim	Não	
<i>Cluster</i> 1	18 26,1%	51 73,9%	69 100,0%
2	15 21,4%	55 78,6%	70 100,0%

Fonte: SPSS.21

Tabela 7 - Fatores que poderão dificultar a participação política de pessoas com 65 ou mais anos – Acesso às Instituições e aos Órgãos políticos

	Acesso às Instituições e aos órgãos políticos		Total
	Sim	Não	
<i>Cluster</i> 1	1 1,4%	68 98,6%	69 100,0%
2	16 22,9%	54 77,1%	70 100,0%

Fonte: SPSS.21

Grupo 3 - Votou nas últimas eleições?

Tabela 8 - Votou nas últimas eleições? – Parlamento Europeu

	Parlamento Europeu		Total
	Sim	Não	
<i>Cluster</i> 1	44 63,8%	25 36,2%	69 100,0%
2	62 88,6%	8 11,4%	70 100,0%

Fonte: SPSS.21

Tabela 9 - Votou nas últimas eleições? – Presidência da República

	Presidência da República		Total
	Sim	Não	
<i>Cluster</i> 1	53 76,8%	16 23,2%	69 100,0%
2	70 100,0%	0 0,0%	70 100,0%

Fonte: SPSS.21

Tabela 10 - Votou nas últimas eleições? – Legislativas

	Legislativas		Total
	Sim	Não	
<i>Cluster</i> 1	54 78,3%	15 21,7%	69 100,0%
2	70 100,0%	0 0,0%	70 100,0%

Fonte: SPSS.21

Grupo 4 - Contributo no último ano para a cidadania política e social

Tabela 11 - Contributo no último ano para a cidadania política e social – Filiou-se num partido político

	Filiou-se num partido político			Total
	Sim	Não	Não responde	
<i>Cluster</i> 1	1 1,4%	68 98,6%	0 0,0%	69 100,0%
2	10 14,3%	59 84,3%	1 1,4%	70 100,0%

Fonte: SPSS.21

Tabela 12 - Contributo no último ano para a cidadania política e social – Comprou um produto por razões políticas, éticas ou ambientais

	Comprou um produto por razões políticas, éticas ou ambientais			Total
	Sim	Não	Não responde	
<i>Cluster</i> 1	3 4,3%	64 92,8%	2 2,9%	69 100,0%
2	24 34,3%	41 58,6%	5 7,1%	70 100,0%

Fonte: SPSS.21

Tabela 13 - Contributo no último ano para a cidadania política e social – Recusou um produto por razões políticas, éticas ou ambientais

	Recusou um produto por razões políticas, éticas ou ambientais			Total
	Sim	Não	Não responde	
<i>Cluster</i> 1	9 13,0%	58 84,1%	2 2,9%	69 100,0%
2	35 50,0%	29 41,4%	6 8,6%	70 100,0%

Fonte: SPSS.21

Tabela 14 - Contributo no último ano para a cidadania política e social – Participou numa manifestação legal

	Participou numa manifestação legal			Total
	Sim	Não	Não responde	
<i>Cluster</i> 1	5 7,2%	63 91,3%	1 1,4%	69 100,0%
2	27 38,6%	43 61,4%	0 0,0%	70 100,0%

Fonte: SPSS.21

Tabela 15 - Contributo no último ano para a cidadania política e social – Fez um donativo para uma organização humanitária ou de proteção dos direitos humanos

	Fez um donativo para uma organização humanitária ou de proteção dos direitos humanos			Total
	Sim	Não	Não responde	
<i>Cluster</i> 1	27 39,1%	42 60,9%	0 0,0%	69 100,0%
2	43 61,4%	25 35,7%	2 2,9%	70 100,0%

Fonte: SPSS.21

4.3.3 Construção dos perfis

Com o objetivo da construção de perfis sobre os *clusters*, incorpora-se nestes informação adicional contida na análise de variáveis descritivas por *cluster*. Atendendo a que o conjunto global de respondentes já foi caracterizado desta forma, serão incorporadas apenas variáveis descritivas que apresentem valores diferenciadores. Assim temos:

Perfil 1

O cluster 1 é formado por 69 indivíduos. Estes indivíduos são, na sua maioria mulheres (69,6%), distribuídos de forma idêntica pelas duas ex-freguesias em estudo e o nível de escolaridade predominante é o Ensino Básico de nível 1. Têm uma média de idades de 77 anos e mediana e moda de 78 anos. Vivem em Faro, em média, há 52 anos. Cerca de 60% destes indivíduos têm pouco interesse ou nenhum interesse sobre assuntos

de política em geral. Já quando comparado o interesse que tiveram por este tema no passado com o que sentem no presente, 67% referem que é o mesmo e 23,3% que é menor. Quanto ao acompanhar notícias sobre política, 87% acompanham pela TV e cerca de 70% não o fazem por jornais ou revistas.

Em relação à **confiança nas instituições**, 42% diz ter muita confiança nos Tribunais/Justiça e cerca de 52% pouca ou nenhuma confiança. Maioritariamente, os inquiridos têm muita confiança na Polícia, nenhuma confiança nos partidos políticos e pouca ou nenhuma confiança nas Nações Unidas. É de salientar que 25% dos inquiridos não respondeu a esta questão.

No que diz respeito aos **fatores que poderão dificultar a participação política de pessoas com 65+ anos**, 61% considera que a 'saúde frágil' é um fator condicionador, mas 39% não acha que o seja. Cerca de 74% entende que não o seja por falta de acesso a informação e 98,6% não considera que o seja por falta de acesso às instituições e aos órgãos políticos.

Relativamente ao ato de **votar nas últimas eleições**, são indivíduos que apresentam níveis de abstenção não nulos em todas as eleições, nomeadamente, Parlamento Europeu (36,2%), Presidência da República (23,2%) e Legislativas (21,7%).

No que respeita aos **contributos, para a cidadania política e social, realizados no último ano**, somente 1,4% se filiaram num partido político, 4,3% compraram um produto por razões políticas, éticas ou ambientais, 13% recusaram um produto por razões políticas, éticas ou ambientais, 7,2% participaram numa manifestação legal e 39% fizeram um donativo para uma organização humanitária ou de proteção dos direitos humanos.

Em suma, são indivíduos que apresentam desinteresse por assuntos de política em geral, têm o Ensino Básico, confiam pouco nas instituições, com exceção da Polícia e são pouco ativistas ao nível da cidadania política e social.

Perfil 2

O *cluster 2* é composto por 70 indivíduos.. Estes indivíduos, apesar de serem na sua maioria mulheres (55,7%) está distribuído a nível de género de forma mais equitativa, que o perfil anterior. O nível de escolaridade predominante é o Ensino Secundário. Têm uma média de idades de aproximadamente 74 anos, mediana de 72 anos e moda de 67 anos. Vivem em Faro, em média, há 55 anos. Cerca de 77% destes indivíduos tem muito ou razoável interesse sobre assuntos de política em geral. Já quando comparado o interesse que teve por este tema no passado com o que sente no presente, 43% refere que é o mesmo e 28,6% que é maior e 28,6% que é menor. Quanto ao acompanhar notícias sobre política, 98,6% acompanha pela TV e cerca de 54,3% também o faz por jornais ou revistas.

Em relação à **confiança nas instituições**, 78,6% diz ter pouca confiança nos Tribunais/Justiça e 12,9% nenhuma. Maioritariamente têm muita ou total confiança na Polícia, mas cerca de 40% diz ter pouca ou nenhuma. Apresentam pouca ou nenhuma confiança nos partidos políticos (98,6%). Quanto às Nações Unidas, maioritariamente dizem ter pouca confiança, mas 24,3% afirma ter muita confiança nesta Instituição. A esta questão não responderam 10% dos inquiridos.

No que diz respeito aos **fatores que poderão dificultar a participação política de pessoas com 65+ anos**, 90% considera que a saúde frágil é um fator condicionador. Cerca de 79% entende que não seja por falta de acesso a informação e 77% não considera que seja por falta de acesso às Instituições e aos órgãos políticos.

Relativamente ao ato de **votar nas últimas eleições**, são indivíduos que só apresentam níveis de abstenção não nulos nas eleições para o Parlamento Europeu (11,4%). Todos os indivíduos deste *cluster* votaram nas últimas eleições para a Presidência da República e Legislativas.

Por fim, no que respeita aos **contributos, no último ano, para a cidadania política e social**, 14,3% filiou-se num partido político, 34,3% comprou um produto por razões políticas, éticas ou ambientais, 50% recusou um produto por razões políticas, éticas ou ambientais, 38,6% participou numa manifestação legal e 61,4% fez um donativo para uma organização humanitária ou de proteção dos direitos humanos.

Em suma, são indivíduos que apresentam interesse por assuntos de política em geral e são participativos em termos políticos. Têm pouca confiança nas instituições, em especial nos partidos políticos, mas confiam muito na Polícia. São cidadãos informados e participativos ao nível da cidadania política e social.

CONCLUSÕES

A presente investigação, focada no estudo do fenómeno da participação política dos idosos residentes nas zonas urbanas do Concelho de Faro, não obstante as reconhecidas limitações do estudo, designadamente no que concerne à ausência de representatividade amostral, permite a extração de conclusões interessantes que, naturalmente, deverão ser objeto de re-exame em momento posterior.

Assim, tendo em atenção os objetivos propostos neste estudo, tal como se encontram explicitados na página 4 desta dissertação, poderá afirmar-se que foram genericamente concretizados, pese embora a reduzida variabilidade dos dados amostrais.

Não obstante a existência de tais problemas, os resultados obtidos após o tratamento estatístico afiguram-se, na maioria dos casos, consistentes com a teoria e os estudos efetuados anteriormente: Verba *et al.* (1972); Jennings *et al.* (1988); Franklin (2004); Goerres (2009); Nygard *et al.* (2013), entre outros.

Assim temos que:

- Os dados apresentados e discutidos nas secções anteriores, evidenciam que a participação política dos inquiridos se concretiza sobretudo em atos eleitorais, atingindo esta prática em geral, valores próximos de 90% . Esta observação é consistente com os estudos anteriormente realizados. Por exemplo, Ellen Quintelier (2007), Achim Goerres (2009) e Nygard *et al.* (2013) defendem que os idosos são mais propensos a votar devido a uma combinação de fatores psicológicos e sociológicos no decurso do processo de envelhecimento individual.

Ainda assim, mais de três quartos dos inquiridos admitem combinar esta prática eleitoral com outras práticas de cariz não institucional, atingindo algumas delas níveis de adesão consideráveis.

Jennings *et al.* (1988) realizaram um estudo de painel de três níveis para analisar a mudança individual de participação concluindo que, à medida que se envelhece,

a participação política e cívica vai diminuindo com exceção da participação eleitoral.

- Uma outra conclusão saída deste estudo prende-se com introdução de formas de participação política que se encontravam excluídas ou quanto muito exibiam uma expressão reduzida no contexto do modelo participativo tradicional⁷².

Na verdade, é bem observável a importância que os temas ambientais, éticos e humanitários e as organizações neles inspirados possuem na mobilização política e cívica dos idosos inquiridos (consulte-se o quadro nº 14). Evidentemente, a adoção de modalidades não tradicionais pelos idosos inquiridos não exclui o exercício de outras ditas tradicionais. Na prática participativa, os indivíduos inquiridos tendem a protagonizar modelos participativos que combinam modalidades tradicionais e não tradicionais, tais como “fazer um donativo para uma organização humanitária, de proteção do ambiente, da paz ou dos direitos dos animais”, ou ainda “comprar ou recusar comprar um produto por razões políticas, éticas ou ambientais “. É sobretudo o peso acrescido atribuído a outras modalidades não tradicionais, face ao que ocorreu no passado, que constitui uma base argumentativa que permite falar de um “Modelo Misto”, de convergência entre modalidades de participação tradicional ou não tradicional ou como alguns autores preferem denominar, convencional e não convencional.

Esta observação é interessante, pois contraria alguns estereótipos de que os idosos apenas participam politicamente através da prática eleitoral.

Salienta-se ainda que este modelo de convergência já foi sustentado por Almond e Verba na sua obra “*The civic culture*” e por Barnes *et al.* (1979).

⁷²Entenda-se por participação tradicional o conjunto das formas que dominaram o modelo inaugurado com a Revolução do 25 de abril: Para além do exercício do voto, a filiação partidária e sindical, a presença em comícios e manifestações de rua, o uso de crachás/autocolantes, realização de donativos para partidos políticos. Esta definição de participação política tradicional é inspirada nas considerações formuladas por Inglehart (Abranson *et al.* 1995).

- Um outro aspeto de grande relevância no contexto da presente investigação respeita aos fatores que influenciam negativamente a propensão dos inquiridos a envolverem-se em processos de participação política.

De entre os fatores considerados, a “saúde frágil” é o nomeado por três quartos dos inquiridos. Segue-se a muita distância, a “mobilidade dificultada” que recolheu a menção de cerca de metade dos inquiridos.

Atendendo a que tais fatores são específicos da população idosa, os resultados apurados não se afiguram surpreendentes.

Os restantes fatores considerados (“Acesso à informação”, “Acesso às instituições e aos órgãos políticos” e “Isolamento”) não apresentam de acordo com as respostas obtidas, potencial inibitório relevante.

A escassez de capital funcional (saúde e mobilidade), como fator inibidor da participação política, é consistente com as observações feitas por diversos autores, tais como: Verba (1972,1995),Campbell (2003), Goerres (2009), Nygard et al. (2013), entre outros.

- Ainda que o nível de participação não eleitoral seja baixo, foi possível a deteção de algum grau de diferenciação entre os inquiridos no modo como a participação política não eleitoral é levada a cabo.

Para este efeito considerou-se a técnica multivariada OVERALS de cuja aplicação resultou a identificação de dois perfis participativos dimensionalmente equilibrados e de características bem distintas.

O Perfil Um (P1) é formado por indivíduos relativamente idosos, maioritariamente do sexo feminino e dotados de um nível de instrução muito baixo.

Não obstante evidenciarem baixíssimos níveis de adesão e de confiança nas instituições partidárias, além de pouco ou nenhum interesse pela Política em geral,

apresentam igualmente taxas de participação eleitoral muito elevadas, ou pelo menos apreciáveis.

A confirmar-se, tratar-se-ia de um traço paradoxal da postura política e cívica de muitos idosos, que justificaria, por si só, uma reflexão ampla em torno da qualidade do regime democrático atual.

Os idosos integrantes do P1 apresentam ainda taxas de adesão extremamente baixas face à grande maioria das modalidades de participação consideradas no âmbito do presente estudo.

No que concerne aos indivíduos que compõem o Perfil Dois (P2), a situação apresenta-se algo distinta em certos aspetos, embora se verifiquem também traços comuns com o P1.

Do ponto de vista sóciodemográfico, os indivíduos P2 são mais jovens e possuem um nível médio de instrução mais elevado em comparação com os indivíduos P1. Por outro lado, ainda que as mulheres permaneçam maioritárias face aos homens, há neste aspeto, um equilíbrio muito maior, permitindo concluir que as características deste perfil se identifiquem relativamente mais com um modelo masculino de participação política, conclusão que, aliás, parece ser consistente com os resultados preliminares apurados através da análise descritiva (pág. 144).

Tal como com P1, também P2 evidencia desequilíbrio entre os níveis de participação eleitoral e não eleitoral. Todavia, tal desequilíbrio afigura-se, em geral, menor do que em P1. Além disso, os níveis gerais de participação política são substancialmente mais elevados em P2 face a P1. Por exemplo, o nível de filiação partidária é 10 vezes superior, a participação de tipo coletivo (manifestações de rua) é mais de cinco vezes superior. Apenas existe um pouco mais de equilíbrio na realização de donativos, sobretudo os que se destinam a organizações de tipo ambiental ou humanitário.

As respostas fornecidas pelos inquiridos chamam a atenção para dois aspetos aparentemente contraditórios.

O primeiro aspeto refere-se ao grau de confiança nos partidos políticos e em outras instituições democráticas. Em oposição ao que poderia imaginar-se, são os indivíduos P2 que apresentam menor confiança nas instituições, em paralelo com níveis de participação política relativamente elevados. Neste caso, a ideia por vezes defendida de que o défice de confiança nas instituições democráticas como fator explicativo para a apatia dos cidadãos face à Política, não encontra suporte nos resultados obtidos. Contudo, esta situação pode ser mais de natureza paradoxal do que propriamente de natureza contraditória. Pode ser que o facto de as pessoas participarem mais as alerte e consciencialize mais os defeitos do sistema político, sendo que o défice de confiança expresse justamente essa maior consciência e conhecimento. Afigura-se pois interessante testar esta hipótese explicativa em estudos posteriores.

O segundo aspeto radica no facto dos indivíduos P2 serem mais participativos ao mesmo tempo que valorizam mais os fatores potencialmente inibidores da participação política. À semelhança do que acontece no primeiro aspeto, referido anteriormente, também aqui podem aventar-se hipóteses explicativas que solucionem o paradoxo; Uma delas é: se os mais participativos sobrevalorizam a “saúde frágil”, por exemplo, pode significar que a menor participação dos P1 não é devida a tais fragilidades, mas a outras razões; e que, por outro lado, caso tais limitações pudessem ser removidas, o nível de participação política dos P2 seria ainda maior do que é, e o “gap” seria ainda maior face aos P1.

É ainda de salientar alguns aspetos particularmente curiosos que emergiram dos dados. Assim, temos que:

- A evidência de que, apesar das avaliações negativas que a generalidade dos inquiridos demonstrou relativamente aos órgãos, instituições e agentes políticos, estas não os inibiu de participar ativamente em todos os processos eleitorais com fidelidade partidária e, por conseguinte, sem aparente estratégia utilitária. Este paradoxo pode ser indicativo de que o voto funciona mais como um dever do que como um direito. Esta hipótese carece de ser confirmada em estudos posteriores mais completos.

- A evidência que, apesar da elevada participação dos inquiridos nos atos eleitorais em geral, o nível de participação nas eleições autárquicas é inferior ao das eleições legislativas e presidenciais. Tratando-se de uma ato eleitoral de proximidade, no qual os órgãos executivos são as câmaras municipais e as juntas de freguesia e os órgãos deliberativos são a assembleia municipal e a assembleia de freguesia, decisores e executores de políticas associadas à satisfação das necessidades das comunidades locais, tais como o desenvolvimento socioeconómico, o saneamento básico, a educação, a cultura o ambiente entre outras, seria expectável que, dada a proximidade entre eleitos e eleitores, os inquiridos revelassem um nível de participação maior, ou pelo menos igual, face aos restantes atos eleitorais, excluindo as eleições europeias. Esta evidência afigura-se de bastante interesse, podendo ser testada e compreendida no âmbito de estudos posteriores com um carácter mais completo.
- Por último, dada a importância que o novo Paradigma do Envelhecimento Ativo vem merecendo na atualidade, foi curioso constatar que a grande maioria dos inquiridos, não realizou qualquer tipo de atividade remunerada ou não remunerada, nem frequentou qualquer tipo curso no último mês previamente à data de realização do Inquérito.

Deste modo, a postura dos inquiridos não parece enquadrar-se na nova filosofia subjacente ao paradigma do Envelhecimento Ativo, no que respeita à sua dimensão produtiva, tão enfatizada pela OCDE e UE, estando antes em consonância com estudos realizados anteriormente.

"verifica-se que a adoção das práticas associadas às recomendações do envelhecimento ativo por parte dos seniores portugueses é claramente minoritária (...)." (Cabral et al. 2013:281)

Seria interessante esclarecer, através da realização de estudos subsequentes, qual o grau de aderência dos mais velhos a estes novos valores defendidos pela filosofia do paradigma do Envelhecimento Ativo e de que forma se relacionará essa aderência aos novos valores do envelhecimento com a participação política dos idosos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramson, P.R. e R. Inglehart (1995) *Value Change in Global Perspective*, Chapter 2, Value Trends in Western Europe and the United States, University of Michigan Press.
- Adão, D. M. (2013) *As Herdeiras do Segredo: Personagens Femininas na ficção de Inês Pedrosa*, Leya Texto Editores Lda.
- Almond, G. A. e S. Verba (1963, ed.1989) *The Civic Culture – Political Attitudes and Democracy in Five Countries*, Princeton : Princeton University Press.
- Anderson, P. (1996) *A trama do neoliberalismo*, in Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático, RJ, Paz e Terra.
- Anstey, K. J., S. Hofer, M. Luszcz e A. Mary (2003) *Latent growth curve analysis of late-life sensory and cognitive function over 8 years: Evidence for specific and common factors underlying change*, Psychology and Aging Washington: American Psychological Association,18,(49), 714-726.
- Antunes, M. L. (1988) *A Assembleia da Republica e a consolidação da democracia em Portugal*, Análise Social, vol. XXIV (100), 1º, 77-95.
- Arato, A. e J.Cohen (1992) *Civil Society e Political Theory*, Cambridge, MA, The MIT Press.
- Argimon, I, I. Lima e L. M. Stein (2005) *Cognitive abilities in older seniors: a longitudinal study*, Scielo, 64
Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v21n1/08.pdf>
- Ariès, P. (1988) *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*, Relógio D`Água.
- Barnes, M., A. Blom, K. Cox e C. Lessof (2006) *The Social Exclusion of Older People: Evidence from the First Wave of the English Longitudinal Study of Ageing (ELSA)*, Final report.
Disponível em: http://www.ifs.org.uk/docs/odpm_social_exclusion.pdf
- Baum, M. (2007) *As Desigualdades de Género na Participação Política em Portugal: Uma Perspectiva Longitudinal*, in A.Freire, M.C. Lobo and P. Magalhães, Eleições e Cultura Política: Portugal no Contexto Europeu, Lisboa, ICS.
- Bauman, Z. (1997, ed. portuguesa 1998) *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Belchior, A.M. (2010) *Democracia e Representação Partidária – A elite parlamentar e os cidadãos*, Lisboa, UL, ICS.
- Bobbio, N., N. Matteucci e G. Pasquino (1983) *Dicionário de Política*, 11ª ed., Editora UNB.

Bobbio, N. (1989) *Estado*, in Enciclopédia Einaudi, vol. 14, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 215-275.

Borba, J. (2005) *Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro*, Opinião Pública, Campinas, Vol.XI, nº1, p.147-168.

Borba, J. (2012), *Participação Política: uma revisão dos modelos de classificação*, Revista Sociedade e Estado, Vol.27, nº2 .
disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttextepid=S0102-69922012000200004

Borba, J. (2012) *Participação Política: A Centralidade dos Reportórios*, Revista Debates, P.A. Vol.6, n.1, p.123-147.

Bourdieu, P. (1977) *Outline of a theory of practice*, Cambridge Studies in Social and Cultural Anthropology.

Bourdieu, P. (1989) *O Poder Simbólico*, Lisboa, Bertrand.

Disponível em: http://monoskop.org/images/b/b3/Bourdieu_Pierre_O_poder_simbolico_1989.pdf

Brady, H. E. (2003) *An Analytical Perspective on Participatory Inequality and Income Inequality*, A paper for the Russell sage Foundation Project on the “Social Dimensions of Inequality”, University of California, Berkeley.

Cabral, M.V. (2003) *"Globalização, poder e cidadania"*, Ideias à Esquerda, nº1.

Cabral, M.V, J. Vala e A. Freire (orgs.) (2003) *Perceções e avaliações das desigualdades e da justiça em Portugal numa perspetiva comparada*, Lisboa, ICS.

Cabral, M.V. (2006) *Despotismo de Estado e Sociedade Civil Real em Portugal: Distância ao Poder, Comunicação Política e Familismo Amoral*, ICS, UL.

Cabral, M. V., P. M. Ferreira, P. A. Silva (2013) *Processos de Envelhecimento em Portugal. Usos do tempo, redes sociais e condições de vida*, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Cancela, J. (2012) *Associativismo e participação política: o caso português (2006-2009)*, Tese de Mestrado em Ciência Política, Departamento de Estudos Políticos da FCSH-UNL.

Cantante, F. (2012) *Medidas e métodos de medição das desigualdades de rendimento*, e-Working Paper, nº134, Lisboa, CIES-IUL.

Carneiro, R., F. Chau, C. Soares, J. Fialho e M. Sacadura (2012) *O Envelhecimento da População: Dependência, Ativação e Qualidade*, CEPCEP, UCP.

Castells, M. e G. Cardoso (2005) *A Sociedade em Rede – Do Conhecimento à Ação Política*, Lisboa, INCM.

Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros (2010) Projeto *de Relatório sobre o rosto da pobreza feminina na União Europeia*, Parlamento Europeu. Disponível em: www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/.../femm/.../837399pt.pdf

Cruz, M.B. (1995) *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Lisboa, Bertrand Editora.

Debert, G.G. (1999) *Velhice e o curso de vida pós-moderno*, Revista USP, nº42, p.70-83.

Debert, G.G. (2004) *A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento*, Editora da USP.

Dias, M.S. (2006) *O Orçamento Participativo como novo experimentalismo democrático- O caso do Município de Guaraciaba/SC (Brasil)*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Dahal, R.A. (2001) *Sobre a Democracia*, Brasília, UB.

Estanque, E. (1999) *Ação coletiva, comunidade e movimentos sociais: para um estudo dos movimentos de protesto público*, Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 55, CES, UC.

Estanque, E. (2003) *O efeito classe média – desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI*, in M. Cabral, J. Vala e A. Freire (orgs.), *Perceções e avaliações das desigualdades e da Justiça em Portugal numa perspetiva comparada*, Lisboa, ICS.

EUROBAROMETER (2009) *Intergenerational solidarity - Analytical report*, nº 269, The Gallup Organization, European Commission.

Disponível em:

http://ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl_269_en.pdf

EUROBARÓMETRO (2013) *OPINIÃO PÚBLICA NA UNIÃO EUROPEIA*, Relatório Nacional, Representação da Comissão Europeia em Portugal, Eurobarómetro Standard 80/ outono 2013 – TNS Opinion e Social.

Disponível

em:

http://ec.europa.eu/portugal/pdf/comissao/destaques/eb80_apresentacao_relatorio_nacional_pt.pdf

Europa 20 (2011) “*um quadro europeu para a coesão social e territorial*”, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Luxemburgo, Serviço das Publicações da União Europeia.

Disponível em: <file:///D:/Downloads/KE3111252PTC.pdf>

Fernandes, António Teixeira (1991) *Formas e mecanismos de exclusão social*, Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3031.pdf>

Fernandes, A.T. (2014) *Para uma Democracia Pluralista e Participativa*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.

- Ferreira, S. (2008) *A questão social e as alternativas da sociedade civil no contexto das novas formas de governação*, Ciências Sociais Unisinos, Volume 44 • número 1.
- Ferreira, S. (2013) *Os Portugueses e o Estado-Providência*, in Filipe Carreira da Silva (org.), Lisboa ICS.
- Ferge, Z. (1997) *The Changed Welfare Paradigm: The Individualization of the Social*, Social, Policy e Administration, vol.31, 20-44.
- Freire, A. e P. Magalhães (2002) *A Abstenção Eleitoral em Portugal*, Coleção Breve, Ciência Política, Lisboa ICS.
- Freire, A. (2003) *Desempenho da Democracia e Reformas Políticas. O caso português em perspetiva comparada*, Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 43, 2003, pp. 133-160.
- Freire, A. (2006) *Esquerda e Direita na Política Europeia Portugal, Espanha e Grécia em Perspetiva Comparada*, Lisboa, ICS.
- Freire, A. (2007) *A Narrativa Neoliberal sobre a Globalização*, Jornal Público.
Disponível em:
<http://www.publico.pt/opiniao/jornal/a-narrativa-neoliberal-sobre-a-globalizacao-219072>
- Freire, A. (2014) *Austeridade, Democracia e Autoritarismo*, Nova Vaga.
- Fukuyama, F. (1999) *O Fim da História e o Último Homem*, Gradiva.
- Giddens, A. (2007) *O Mundo em descontrolo. O que a globalização está fazendo de nós*, Rio de Janeiro, Record.
- Gilleard, C. e P. Higgs (2013) *The fourth age and the concept of a 'social imaginary': A theoretical excursus*, Journal of Aging Studies 27, 368–376.
- Goerres, A. (2009) *The Political Participation of Older People in Europe: The Greying of Our Democracies*, Manuscript to be submitted to Palgrave Macmillan.
- Gorman, M. (2000) *Development and the rights of old people in J. Randel et al. (Eds.) The ageing and development report: poverty, independence and the world's older people*, pp.3-21, Earthscan Publications Ltd., London, UK.
- Gros, D.B. in M.N. Strey, S.T.L.Cabeda e D.R. Prehn (2004) *Género e Cultura – Questões Contemporâneas*, P.A., EDIPUCRS pgs 223-248.
- Guerra, Isabel Carvalho (2006) *Participação e Ação Coletiva. Interesses, conflitos e consensos*, Principia.
- Guerra, Isabel Carvalho (2006) *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e formas de uso*, Principia.

Guillmard, A. M. (2002) *De la Retraite Mort Sociale à la Retraite Solidaire: la Retraite une Mort Sociale (1972) revisitée trente ans après* in *Gerontologie e Société*, n.º 102. Paris: FNG, pp 53-66.

Harvey, D. (2007) *Neoliberalism as Creative Destruction*, The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science,
Disponível em: <http://ann.sagepub.com>

Heimer, F.W., J. Vala e J.M. Leite (1990) *Padrões de cultura política em Portugal: atitudes em relação à democracia*, *Análise Social*, vol. XXV (105-106) (1º,2º), 31-56.

Held, D. (1987) *Modelos de Democracia*, B.H., Paidéia.

Disponível em:

<http://www.ufvjm.edu.br/site/mpich/files/2013/05/modelos-de-democracia-pag-241-270.pdf>

Instituto sobre o Envelhecimento (2014) *Recursos sobre o Envelhecimento- Indicadores - Demografia*, Universidade de Lisboa.

Disponível em:

<http://www.ienvelhecimento.ul.pt/recursos/recursos-sobre-o-envelhecimento/indicadores/demografia#população-por-grupo-etários-evolução,-1960-2060-portugal>

Jennings, M.K., G. B. Markus (1988) *Political Involvement in the Later Years: A Longitudinal Survey*, *American Journal of Political Science*, Vol. 32, Nº2, 302-316.

José, J.S. e A. Teixeira (2014) *Envelhecimento Ativo: contributo para uma discussão crítica*, *Análise Social*, 210, XLIX (1º).

Kuschnir, K. e L.P. Carneiro (1999) *As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política*, *Revista Estudos Históricos*, Vol.13, nº 24.

Lenoir, R. (1989) *Fondements Social des Catégories Préconstruites*, in P. Chanpagne et al. (orgs.), *Initiation à la Pratique Sociologique*, Paris, Dunod.

Lynch, F. (2010) *Political Power and Baby Boomers*, in R.B. Hudson, *The New politics of Old Age Policy*, University Press, 2nd. edition, cap.5, 87-107.

Lopes, A. (2010) *Idosos e riscos de exclusão social: a dimensão monetária e não monetária*, APS, Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian.

Love, J. (2004) *Political Behavior and Values Across the Generations – A Summary of Selected Findings*, AARP Strategic Issues Research.

Magalhães, P. (org.) (2009) *A Qualidade da Democracia em Portugal: A Perspetiva dos Cidadãos*, Sedes, ICS, UL.

Disponível em: <http://static.publico.pt/docs/politica/estudodasedes.pdf>

Manin, B. (2013) *A democracia do público reconsiderado*, *Novos Estudos*, CEBRAP 115-127.

Mendes, J.M.O. e A.M.Seixas (2005) *Ação coletiva e protesto em Portugal: os movimentos sociais ao espelho dos media*, Revista Crítica de Ciências Sociais, 72, 99-127.

Mendes, F.R. (2013) *Active ageing: A right or a duty*, Health Sociology Review 22(2): 174–185.

Miles, Matthew B. e Huberman, A. Michael (1994) *Qualitative Data Analysis*, An Expanded Sourcebook (2nd ed.), Thousand Oaks: Sage.

Negrão, J.J. (1998) *Para conhecer o Neoliberalismo*, Publisher Brasil.

INE (2011) *Censos 2011 – Resultados Provisórios*, Lisboa, INE.

Inglehart, R. (1985) *Aggregate stability and individual Flux in Mass Belief Systems*, The Science Review, vol.79, 97-116.

Inglehart, R. e C.Welzel (2005) *Modernization, Cultural Change, and Democracy. The Human Development Sequence*, Cambridge University Press.

Inglehart, R. e C.Welzel (2010) *Changing Mass Priorities: The Link between Modernization and Democracy*, Perspectives on Politics.

Disponível em:

<http://indicatorsinfo.pbworks.com/f/Inglehart+Mass+Priorities+and+Democracy.pdf>

Laslett, P. (1989) *A Fresh Map of Life. The Emergence of the Third Age*, Harvard University Press.

Disponível em:

https://books.google.pt/books?id=TxqhSpbjVGgCepg=PA77elpg=PA77edq=A+Fresh+Map+of+Life.+The+Emergence+of+the+Third+Age&source=bleots=Qf_4IEkc7Zesig=M5zEIDh-Gwctqor4KqOo92GGgmEehl=pt-PTesa=Xeei=30CyVMGRBMbsUpmngMANeved=0CC4Q6AEwAg#v=onepageeq=A%20Fresh%20Map%20of%20Life.%20The%20Emergence%20of%20the%20Third%20Age&ef=false

Lima, M.L.P., S. Marques, M. Batista e O. Ribeiro (2010) *Idanismo na Europa – Uma abordagem psicossociológica com o foco no caso português*, Relatório I, European Research Group on Attitudes to Age, Lisboa, CIS – IUL.

Lynch, F. R. (2010) *Political Power and the Baby Boomers*, in Hudson, Robert B., “The New Politics of Old Age Policy”, Second Edition, USA, Baltimore, The Johns Hopkins University Press.

MacQueen, J.B. (1967) *Some Methods for classification and Analysis of Multivariate Observations*, Proceedings of the 5th Berkley Symposium on Mathematical Statistics and Probability, Vol. 1, 281-297.

Magalhães, D.N. (1989) *A Invenção Social da Velhice*, Rio de Janeiro, Editora Papagaio.

- Marques, S. (2011) *Discriminação da Terceira Idade*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Mill, J.S. (1980) *Sobre o Governo Representativo – Pensamento Político*, Editora Universidade de Brasília.
- Morais, A. M. e I.P. Neves (2007) *Fazer investigação usando uma abordagem metodológica mista*, Revista Portuguesa de Educação, 20 (2), 75-104.
- Nogueira, M.A. (2011) *Um Estado Para A Sociedade Civil*. Temas Éticos e Políticos da Gestão Democrática, Cortez Editora.
- Norris, P. (2002) *Democratic Phoenix Reinventing Political Activism*, Cambridge University Press.
- Norris, P. (2004) *Young People e Political Activism: From the Politics of Loyalties to the Politics of Choice?*, Harvard University.
- Norris, P. (2007) *New Challenges to the Study of Political Engagement*, in Russell Dalton e Hans-Dieter Klingemann (Ed.), *The Oxford Handbook of Political Behavior*, Oxford: Oxford University Press, pp. 724-743.
- Nygaard, M. e G. Jakobsson (2013) *Political participation of older adults in scandinavia – the civic voluntarism model revisited? A multi-level analysis of three types of political participation*, *Internacional Journal of Ageing and Later Life*, 8 (1): 65-96.
- OCDE (2011) *Divided We Stand: Why Inequality Keeps Rising*, Paris, OECD Publications.
- Paço, A.S. (2008) *1926-1932 – A ascensão de Salazar, Os Anos de Salazar*, vol. 1, Centro Editor PDA.
- Pasquino, G. (2010) *Curso de Ciência Política*, Principia.
- Pateman, C. (1992) *Participação e Teoria Democrática*, R.J., Paz e Terra.
Disponível em:
<http://pt.slideshare.net/klivan03/carole-pateman-participao-e-teoria-democrtica>
- Pestana, M.H. e J.N. Gageiro (2008) *Análise de Dados Para Ciências Sociais. A Complementaridade do SPSS*.
- Pereira, A. (2006) *SPSS Guia Prático de Utilização. Análise de Dados para Ciências Sociais e Psicologia*, Edições Sílabo.
- Pinto, A.C., L. Sousa e P. Magalhães (2013) *A Qualidade da Democracia em Portugal. A visão dos Cidadãos*, ICS, UL.
- Pinto, A.C., P. Magalhães, L. Sousa e E. Gorbunova (2012) *A Qualidade da Democracia em Portugal: A perspectiva dos cidadãos*, Relatório I, Barómetro da Qualidade da Democracia, ICS, UL.

Phillips, J., K. Ajrouch, S. Hillcoat-Nalletamby (2010) *Key Concepts in Social Gerontology*, SAGE Publications.

Programa de Ação (2012) *Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações*, Governo de Portugal.

Disponível em:

<http://www.igfse.pt/upload/docs/2012/Programa%20A%C3%A7aoAnoEuropeu2012.pdf>

Przeworski, A. (1993) *A falácia neoliberal*, Lua Nova: Revista de Cultura e Política, (28-29), 209-226.

Przeworsky, A. (1995) *Estado e economia no capitalismo*, Rio de Janeiro, Relumê Dumará.

Pujalon, B.T. (2000) *Le Droit de Vieilir*, Paris, Fayard.

Quintelier, E. (2007) *Differences in political participation between young and old people*, Catholic University of Leuven, Belgium.

Riegelhaupt, J.F. (1979) *Os camponeses e a política no Portugal de Salazar – o Estado Corporativo e o «apoliticismo» nas aldeias*, *Análise Social*, vol. XV (59), 3º, 505-523.

Quivy, Raymond, LucVan Campenhoudt (2008) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva.

Riggle, E.D.B. e M.M.S. Johnson (1996) *Age Difference in Political Decision Making: Strategies for Evaluating Political Candidates*, *Political Behavior*, Vol.18, nº1, Plenum Publishing Corporation.

Romão, J. E. (2000) *Dialética da diferença: O Projeto da Escola Cidadã frente ao Projeto Pedagógico Neoliberal*, in M. Mendes (2009) *Os sete pecados da governação global*, *Revista Lusófona de Educação*, 14, 61-76,

Disponível em:

<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n14/n14a05>

Rosa, M.J.V. (2012) *O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Sani, G. in N. Bobbio, N. Mattieucci e G.Pasquino (1988) *Dicionário de Política*, 11ª ed., Editora UNB, 888-890.

Santos, B.S. (2001) *Globalização Fatalidade ou Utopia?* Porto: Edições Afrontamento.

Santos, B.S. (2002) *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

- Santos, B.S. (2005) *A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna*, Revista Crítica de Ciências Sociais, 72, 7-44.
- Schlozman, K.L., S.Verba e H.E. Brady (2012) *The Unheavenly Chorus: Unequal Political Voice and the Broken Promise of American Democracy*, Princeton University Press.
- Stevens, F. C., C.D Kaplan, R.W.Ponds, J.P. Diederiks e J.Jolle (1999) *How Ageing and Social Factors Affect Memory, Age and Ageing*, London, v.28, nº4.
Disponível em: <http://arnop.unimaas.nl/show.cgi?fid=5018>
- Teorell, J., M. Torcal e J.R. Montero (2007) *Political Participation: Mapping the Terrain*, in J. W. van Deth, J. R. Montero e A. Westholm (Eds.), *Citizenship and Involvement in European Democracies: A Comparative Analysis*, pp. 334-357. London e New York: Routledge.
- Tocqueville, A. (1850, ed.2008) *Da Democracia na América*, Antropos, Relógio de Água.
- Torres, E.C. (2011) *A Televisão e o Serviço Público*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Touraine, A. (1994) *O que é a Democracia?*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Thurow, L.C. (1996) *The Birth of a Revolutionary Class*, New York Times Magazine.
- Van der Burg, E. (1988) *Nonlinear canonical correlation and some related techniques*, Leiden: DSWO Press.
- Van der Burg, E., J. De Leeuw e R. Verdegaal (1988) *Homogeneity analysis with k sets of variables: an alternating least squares method with optimal scaling features*, Psychometrika, 53, 177-197.
- Van der Burg, E., J. De Leeuw e G. Dijksterhuis (1994) *OVERALS: Nonlinear canonical correlation with k sets of variables*, *Computational Statistics e Data Analysis*, 18, 141-163. North-Holland.
- Vários (2013) *Os Portugueses em 2030 – Encontro Presente no Futuro*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Verba, Sidney e N.H. Nie (1972) *Participation in America: Political Democracy and Social Equality*, N.Y., Harper and Row.
- Verba, Sidney, K.L. Schlozman e H.E. Brady (1995) *Voice and Equality: Civic Voluntarism in America Politics*, Cambridge, Harvard University Press.
- Viegas, J.M.L., S. Santos e S. Farias (orgs) (2010) *A Qualidade da Democracia em Debate. Deliberação, representação e participação políticas em Portugal e Espanha*, Editora Mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL.

Weller, W. (2010) *A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim*, Sociedade e Estado, Vol. 25, nº2.

Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000200004

West, R.L., D.K. Bagmwell, e A. Dark-Freudeman (2005) *Memory and Goal Setting: the response of older and younger adults to positive and objective feedback*, Psychology and Aging, Washington, v.20: 195-201.

Disponível em: <http://gateway.ut.ovid.com/gw1/ovidweb.cgi>

Worsching, M. (2008) *Making a difference? Political Participation of young people in the UK*, Young People`s Magazine, nº81, University of Loughborough, UK.

Yazici, A., E. Ögus, H. Ankarali e F. Gurbuz (2010) *An application of nonlinear canonical correlation analysis on medical data*. Tubitak, 40 (3), 503-510.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Guião da Entrevista exploratória

APÊNDICE 1 - Guião da Entrevista exploratória



Guião de entrevista exploratória

Esta entrevista enquadra-se num projeto de investigação que visa a obtenção do grau de Mestre em Sociologia, tendo como objetivo investigar a participação política das pessoas com 65 anos, ou mais de idade.

O resultado desta investigação será objeto de uma avaliação, em provas públicas, por parte de um júri especializado, a ter lugar na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, no final do ano de 2013.

Procedimentos da entrevista e “direitos” do entrevistado:

- ❖ Conversa sobre a temática em apreço.
- ❖ Não existem respostas corretas ou erradas.
- ❖ Todas as perspetivas e opiniões são importantes para este projeto.
- ❖ Será utilizado um gravador se assim o permitir.
- ❖ A informação recolhida é completamente confidencial.
- ❖ Tem o direito de não responder a qualquer uma das perguntas que lhe sejam colocadas.
- ❖ Tem o direito de acabar a entrevista antes de abordarmos todos os pontos.

Parte I

Caraterização sociodemográfica

Comecemos por falar um pouco de si

- 1. Naturalidade e residência**
 - 1.1 Vive só?**
- 2. Idade e estado civil**
- 3. Nível de escolaridade**
- 8. Em relação à classe social, como se posiciona?**
- 9. Identificação ideológica (esquerda / direita)**

Parte II

Participação Política

- 1. Votar é uma forma de participação política.**
 - 1.1 Costuma votar?**
 - 1.2 Com que frequência?**
 - 1.3 Sempre na mesma área política?**
 - 1.4 Para si, o voto é um direito ou um dever?**
- 2. Quais as eleições mais importantes para si? Porquê?**
 - 2.1 E as menos importantes? Porquê?**
- 3. Do seu ponto de vista existem outras formas de participação política?**

Quais?
- 4. Diga-me, por favor, de que forma é que exerce a sua participação política.**
 - 4.1 Aponte, por favor, as razões porque opta por essas vias e não por outras.**

5. Pertence a alguma associação? Qual?

6. Quando era adolescente costumava ouvir falar de política? Onde?

7. Na sua opinião, e pensando no conjunto de todas as pessoas com 65 anos ou mais de idade, e não na sua situação em particular, quais são os fatores que facilitam e dificultam a participação política?

Não tenho mais perguntas a colocar-lhe. Gostaria de acrescentar alguma coisa relativa ao assunto que estivemos a falar?

APÊNDICE 2

Grelha de análise das entrevistas

APÊNDICE 2 – Grelha de análise das entrevistas

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

ENTREVISTAS	Caracterização sócio-ideológica						Mobilização política						
	Sexo Idade	Estado civil	Nível de Escolaridade	Classe social subjéctiva	Identificação Ideológica	Identificação Religiosa	Frequência do voto	Voto direito ou dever	A mais importante eleição	Outras formas de Part. Política que conhece	Outras formas de Part. Poli. que exerce atualmente	Pertença a alguma associação	Motivo de opção da forma de participação
1	Mulher 80	Viúva	Bacharelato	Classe média	Direita "Sou de direita convicta"	Católica praticante	Vota sempre "sempre votei...mesmo no tempo do Fascismo onde era obrigada a votar,mas agora faço com convicção."	Dever "É minha convicção de que se trata de um dever de cidadania."	Legislativas "Para mim são as eleições Legislativas que são aquelas que irão definir o destino para o meu País"	Greves;Debates públicos; Tertúlias;Manifestações	Conversas "Gosto de dar a minha opinião" "Gosto de falar sobre política"	Associações de voluntariado	Adequação com a maneira de ser e idade "Estas são as formas que considero mais dignas para mim, que estão de acordo com a minha maneira de ser e a minha idade" ver observ.
				"Acho que pertenço à classe média..."	"Sim,sou católica praticante."	"Manifestações por ex. a greve se bem como último recurso (...) também considero debates públicos (...) Tertúlias (...) "	"já fui voluntária num hospital...e agora...trabalho para a comunidade..."						
2	Mulher 72	Divorciada	Estudos sec. Inc.	Classe média	Esquerda "... de uma esquerda moderada"	Não tem "Não!"	Vota regularmente "voto normalmente em todas as eleições, só nas Autárquicas é que depende do candidato".	Ambas as coisas "Direito porque temos o direito de decidir, dever porque se não votamos outros irão decidir por nós"	Legislativas "As Legislativas são para mim as mais importantes, pois são aquelas que decidem o Governo"	Manifestações; Conversas. "Manifestações...conversas... e essas coisas assim"	Só vota. "Há para aí outras coisas mas eu não tenho vida para isso. Mas se me chateiam muito ainda lá vou." "Vou lá votar"	Não "(...) eu cá não posso. Tomara eu cuidar de mim r da minha gata"	Condições de vida desfavoráveis; a idade "Olhe, não tenho condições para mais nada" "(...) e agora já estamos velhos já não podemos fazer muito"
				"(...)Jera remediada mas hoje apesar de ser filha de empresário...hoje estou pior..."									
3	Mulher 84	Casada	Ensino primário	Classe média	Direita "dizem que sou de direita porque sou PSD, mas comunista é que não sou"	Católica "sou católica ..."	Vota sempre "Sim sempre temos votado. Depois do 25 de abril acho que não votei logo, mas agora tenho votado sempre."	Dever "graças a Deus tenho tido saúde para cumprir a minha obrigação"	Legislativas "São todas iguais, mas talvez as do Governo, sim essa é a mais importante"	Greves; Manifestações "Olhe fazer greve ..." "Manifestações" sim sim, mas não vou, já sou velha para essas andanças."	Comícios "vou à festa do PSD"	Não "(...) o resto já deixou de ser para nós(...). Não sou católica apenas"	A idade "o resto já deixou de ser para nós"
				"(...)Sou da classe média, sempre fui..."									
4	Homem 70	Solteiro	Estudos Teológicos e Lic. em História	Não se define	Não se define	Católico praticante "aos 18 anos entrei no seminário... em 1970...sacerdote..."	Vota sempre "Tento sempre"	Direito e Dever "Direito inalienável" "mas a dignidade também passa pela consciência do dever".	Sem informação	Formas associativas; Democracia participativa "... considero o aspeto associativo importante" "...também considero importante a participação ativa..."	Seminários; Jornadas. "participar ativamente não (...) participo em círculos em seminários em jornadas...nunca me liguei a um partido..."	Associação de voluntariado "Outro aspeto que considero de suma importância é o voluntariado. Promovo sempre..."	Condição social Sacerdócio "respondo à minha realidade, procuro valorizar aquilo que é a minha missão"
5	Homem 92	Casado	Ensino primário	Classe média	Direita "nem mesmo quando andava com as bordas de baixo de água fui comunista" posicionei-me sempre à direita"	Católico praticante "...não sou propriamente um religioso de grande relevo..."	Vota sempre "Costumo votar sempre. Voto sempre"	Dever "Antes de mais é um dever... o dever de exercer esse direito"	Todas são importantes "Todas elas são importantes, (...) todos eles falam muito mas não cumprem..."	Manifestações;Voluntariado Aquisição produtos nacionais "manifestações, mas nunca vou" "Associações de voluntariado" "compra de produtos nacionais"	voluntariado, Aquisição de Produtos Nac. "Fiz voluntariado no Hosp. de Faro" Dentro do possível compro sempre produtos nacionais	Associação de voluntariado. "sim associações de voluntariado."	Condição económica estável. "eu não vou a essas coisas porque felizmente tenho uma reforma que me dá para viver"
6	Homem 73	Casado	Lic. em Direito	Classe média	Esquerda "reclamo-me na área da esquerda"	Católico não praticante "Sou Cristão Católico não praticante"	Vota sempre "Sim voto, voto sempre. Nunca me absteve de votar em nenhuma das eleições"	Ambas as coisas "Um direito que temos e um dever de o exercer"	Legislativas "que atribuo maior importância são as legislativas"	Organizações Cívicas Manifestações, etc "por ex. organizações cívicas (...)" "podemos por ex. considerar a manifestação direta de posições em fim tudo o que se mostrar eficaz"	Participação cívica Manifestações "particip...em movimentos cívicos...manifestação direta de posições...manifestações..."	Associações Culturais e Cívicas "Eu sou membro quer da Teixeira Gomes"	Grau de eficácia "o que na altura me parecia considerando o fator posição por um lado, por outro o fator eficácia"

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA (cont.)

ENTREVISTAS	Mobilização política			
	socialização política na juventude	Fatores que dificultam a participação política das pessoas com 65 ou mais anos de idade	Fatores facilitadores da participação política das pessoas com 65 ou mais anos de idade	OBSERVAÇÕES PERTINENTES
1	Alguma socialização política	Saúde; falta de dinheiro; iliteracia Velhos postos à margem	Sessões de esclarecimento, convívio; facilitação da mobilidade por parte do Estado	(1) "A minha participação manifesta-se essencialmente através do voto. Sempre votei. Na minha juventude como agora sempre votei!" (2) "Nessa altura não privilegiava esses assuntos embora o meu Pai fosse um pouco mais ativo." (3) "Temos uma Sociedade que em parte é desfavorável aos mais velhos. Sinto que nesta sociedade (...) os velhos não têm lugar." "Existem muitas dificuldades para as pessoas de idade, se ficam em casa estão sós e contando apenas consigo, se vão para lares sentem-se desenraizadas e esperando apenas a sua hora." "Para que haja participação é necessário que a pessoa se sinta integrada" (4) "Na minha opinião cabe ao Estado criar condições para essas pessoas poderem exercer um direito que é consagrado na Constituição"
	(2) Vêr observações.	...um dos grandes motivos é a falta de conhecimento (3) obs.	(4) ver observações	
	Sem socialização política na juventude	Falta de hábito; Idade avançada; Pouca saúde.	Ajuda na mobilidade.	Sente que os velhos não são bem tratados.
	"Nesse tempo não se falava disso, nem pensar!!"	"(...) não há hábitos dessas coisas. As pessoas não se habituaram e agora estamos velhos, já não podemos fazer muito." "As minhas amigas já não têm saúde."	"A minhas amigas quando têm ajuda ainda vão votar."	Pois.. não tenho mais nada a dizer a não ser que deveriam tratar melhor os velhos, isso sim!"
	Sem socialização política na juventude	Falta de saúde; Falta de interesse.	Terem estudos e conhecimentos; Gosto e interesse pela Política.	Parece fazer apenas o que o marido sugere, tem pouco interesse pela política
"Não! Não se falava em nada dessas coisas!" "Falar de política só depois do 25 de Abril"	"Acho que as pessoas que não têm saúde, não podem sair para votar e se não gostarem da política nem dos políticos também lá não vão." vêr observações	"(...) talvez terem conhecimentos, terem estudos e gostarem dessas coisas".	"A política é coisa que não me interessa muito, o meu marido é que sabe dessas coisas."	
4	Sem informação	Falta de promoção por parte do Estado da saúde e condições de vida	Integração ;Envolvimento nas atividades da Igreja	"A ideia de pôr as pessoas na prateleira, a partir de determinada idade, digamos assim, é fruto da organização da Sociedade impelida pelo Estado". "As pessoas têm sempre validade". "Parece que o Estado só tem em mente políticas para a juventude, esquecendo os mais velhos, nós vemos isso, por exemplo no emprego o que é valorizado é a juventude do candidato em primeiro lugar, esquecendo todo o manancial de experiências dos mais velhos, mesmo daqueles que têm apenas quarenta anos. Quando a esperança de vida é tão elevada isto não faz qualquer sentido" "Toda esta conjuntura desmotivava, digamos dificulta os mais velhos a participar". "O contexto político e social deve promover essas pessoas (as mais velhas) como uma mais valia para a construção do futuro". "A velhice não é um estatuto, é uma riqueza".
	Sem socialização política na juventude	Falta de saúde; mobilidade dificultada	Existência de interesses a defender.	"Não participo porque não vejo necessidade em o fazer". "Não gosto de confusões"
	"Não! Não se falava em política". "nessa altura não se falava disso"	"os outros podem não ir porque já não se sentem com saúde, já não conseguem sair de casa, não têm quem os leve"	"Ter algum interesse a defender."	
	Alguma socialização política na juventude	Situação económica; idade; falta de cultura cívica	Experiência; Cultura adquirida Consciência de pertença à comunidade	(1) "o meu Pai era ferroviário e eu dava-me com os colegas dele e por vezes havia uma certa expressão de posicionamento político." "Nos meus vinte e dois anos vivi a crise académica de 62." (2) "varia com fatores económicos, antes de mais, com fatores educacionais, ... culturais, em função da idade, ... ter uma situação económica..." (3) "A experiência acumulada e a cultura adquirida constitui um guia de ação".
(1) vêr observações	(2) vêr observações	"A participação política, antes de mais, depende de uma coisa básica, que é a consciência de pertença à comunidade". (2) vêr observações		

APÊNDICE 3

Questionário

APÊNDICE 3 – Questionário (Participação política nas fases adiantadas da vida)



Inq. n.º _____

No âmbito de uma dissertação do Mestrado em Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, pretendo realizar um estudo sobre a participação política dos cidadãos com 65 anos ou mais, recenseados nas freguesias da Sé e S. Pedro da cidade de Faro. Trata-se de um estudo científico e os dados recolhidos através desta entrevista destinam-se exclusivamente ao tratamento estatístico, estando garantida a sua total confidencialidade. Agradecemos antecipadamente a sua colaboração e disponibilidade.

1. Dados Individuais e Familiares

Vive em Faro? Não (FIM) Sim. Em que freguesia? Sé S. Pedro Outra (FIM)

Há quanto tempo reside em Faro? _____

Sexo Homem Mulher

Local de nascimento _____

Idade _____

Estado Civil

- Solteiro
- Casado(a)
- Divorciado(a) / separado (a)
- Viúvo(a)

Se respondeu solteiro, divorciado, separado ou viúvo:

Vive em casal com alguém?

- Sim
- Não

Tem filhos?

- Sim Quais são as suas idades? _____
- Não

[Fazer também perguntas relativamente ao cônjuge/companheiro(a) caso se aplique]

Entrevistado	Cônjuge/Companheiro(a)
<p>Escolaridade</p> <p><input type="checkbox"/> Não sabe ler nem escrever</p> <p><input type="checkbox"/> Nenhum nível de escolaridade, mas sabe ler e escrever</p> <p><input type="checkbox"/> Ensino básico 1 (primária/4ª classe)</p> <p><input type="checkbox"/> Ensino básico 2 (preparatório/5º e 6º anos; 1º ciclo dos liceus/ensino técnico ou industrial)</p> <p><input type="checkbox"/> Ensino básico 3 (9º ano; 5º ano dos liceus; escola comercial/industrial; 2º ciclo dos liceus ou do ensino técnico)</p> <p><input type="checkbox"/> Ensino secundário (12º ano; 7º ano dos liceus; propedêutico; serviço cívico)</p> <p><input type="checkbox"/> Bacharelato (incluindo antigos cursos médios)</p> <p><input type="checkbox"/> Ensino superior (licenciatura)</p> <p><input type="checkbox"/> Mestrado</p> <p><input type="checkbox"/> Doutoramento</p> <p><input type="checkbox"/> Não responde</p>	<p>Escolaridade</p> <p><input type="checkbox"/> Não sabe ler nem escrever</p> <p><input type="checkbox"/> Nenhum nível de escolaridade, mas sabe ler e escrever</p> <p><input type="checkbox"/> Ensino básico 1 (primária/4ª classe)</p> <p><input type="checkbox"/> Ensino básico 2 (preparatório/5º e 6º anos; 1º ciclo dos liceus/ensino técnico ou industrial)</p> <p><input type="checkbox"/> Ensino básico 3 (9º ano; 5º ano dos liceus; escola comercial/industrial; 2º ciclo dos liceus ou do ensino técnico)</p> <p><input type="checkbox"/> Ensino secundário (12º ano; 7º ano dos liceus; propedêutico; serviço cívico)</p> <p><input type="checkbox"/> Bacharelato (incluindo antigos cursos médios)</p> <p><input type="checkbox"/> Ensino superior (licenciatura)</p> <p><input type="checkbox"/> Mestrado</p> <p><input type="checkbox"/> Doutoramento</p> <p><input type="checkbox"/> Não responde</p>
<p>Pense no último mês e diga-nos, por favor, quais das seguintes situações se aplicam a si:</p> <p><input type="checkbox"/> Realização de trabalho pago</p> <p><input type="checkbox"/> Trabalhador por conta de outrem</p> <p><input type="checkbox"/> Trabalhador por conta própria sem trabalhadores a cargo</p> <p><input type="checkbox"/> Trabalhador por conta própria com trabalhadores a cargo</p> <p><i>Especifique a atividade</i></p> <p>_____</p> <p><input type="checkbox"/> Não responde</p> <p><input type="checkbox"/> Realização de trabalho não pago</p> <p>Trabalhador numa</p> <p><input type="checkbox"/> organização/empresa familiar</p> <p><input type="checkbox"/> Voluntariado</p> <p><input type="checkbox"/> Outra</p> <p><input type="checkbox"/> Não responde</p> <p><input type="checkbox"/> Frequência de um curso _____</p> <p><input type="checkbox"/> Realização de trabalhos/atividades domésticas</p> <p><input type="checkbox"/> Prestação de cuidados a adultos e/ou crianças</p> <p><input type="checkbox"/> Vivem consigo</p>	<p>Pense no último mês e diga-nos, por favor, quais das seguintes situações se aplicam ao seu cônjuge/companheiro(a):</p> <p><input type="checkbox"/> Realização de trabalho pago</p> <p><input type="checkbox"/> Trabalhador por conta de outrem</p> <p><input type="checkbox"/> Trabalhador por conta própria sem trabalhadores a cargo</p> <p><input type="checkbox"/> Trabalhador por conta própria com trabalhadores a cargo</p> <p><i>Especifique a atividade</i></p> <p>_____</p> <p><input type="checkbox"/> Não responde</p> <p><input type="checkbox"/> Realização de trabalho não pago</p> <p>Trabalhador numa</p> <p><input type="checkbox"/> organização/empresa familiar</p> <p><input type="checkbox"/> Voluntariado</p> <p><input type="checkbox"/> Outra</p> <p><input type="checkbox"/> Não responde</p> <p><input type="checkbox"/> Frequência de um curso _____</p> <p><input type="checkbox"/> Realização de trabalhos/atividades domésticas</p> <p><input type="checkbox"/> Prestação de cuidados a adultos e/ou crianças</p> <p><input type="checkbox"/> Vivem consigo</p>

<input type="checkbox"/> Não vivem consigo <input type="checkbox"/> Não responde	<input type="checkbox"/> Não vivem consigo <input type="checkbox"/> Não responde
<p><u>Antes de ter realizado 65 anos</u> de idade, em quais das seguintes situações se encontrava:</p> <input type="checkbox"/> Empregado(a) ou a trabalhar <input type="checkbox"/> Desempregado(a) <input type="checkbox"/> Reforma antecipada <input type="checkbox"/> Estudante não trabalhador <input type="checkbox"/> Incapacitado permanentemente para o trabalho <input type="checkbox"/> Doméstico(a) <input type="checkbox"/> Não responde <p><i>No caso de ter respondido empregado ou a trabalhar:</i></p> <input type="checkbox"/> Trabalhador por conta de outrem <input type="checkbox"/> Trabalhador por conta própria sem trabalhadores a cargo <input type="checkbox"/> Trabalhador por conta própria com trabalhadores a cargo <input type="checkbox"/> Trabalhador de uma organização/empresa familiar sem remuneração <input type="checkbox"/> Não responde <p><i>No caso de ter respondido desempregado, estudante, incapacitado ou doméstico(a):</i></p> <input type="checkbox"/> Teve algum emprego/trabalho no passado? Se sim, qual é que foi o último? _____ <input type="checkbox"/> Não responde	<p><u>No caso do cônjuge/companheiro ter 65 ou mais anos:</u></p> <p><u>Antes de o seu cônjuge/companheiro(a) ter realizado 65 anos de idade, em quais das seguintes situações se encontrava:</u></p> <input type="checkbox"/> Empregado(a) ou a trabalhar <input type="checkbox"/> Desempregado(a) <input type="checkbox"/> Estudante não trabalhador <input type="checkbox"/> Incapacitado permanentemente para o trabalho <input type="checkbox"/> Doméstico(a) <input type="checkbox"/> Não responde <p><i>No caso de ter respondido empregado ou a trabalhar:</i></p> <input type="checkbox"/> Trabalhador por conta de outrem <input type="checkbox"/> Trabalhador por conta própria sem trabalhadores a cargo <input type="checkbox"/> Trabalhador por conta própria com trabalhadores a cargo <input type="checkbox"/> Trabalhador de uma organização/empresa familiar sem remuneração <input type="checkbox"/> Não responde <p><i>No caso de ter respondido desempregado, estudante, incapacitado ou doméstico(a):</i></p> <p>Teve algum emprego/trabalho no passado? Se sim, qual é que foi o último? _____</p> <input type="checkbox"/> Não responde
<p>Fontes de rendimento</p> <input type="checkbox"/> Pensão de velhice/reforma <input type="checkbox"/> Pensão de sobrevivência/viuvez <input type="checkbox"/> Complemento por dependência <input type="checkbox"/> Complemento solidário para idosos <input type="checkbox"/> Rendimento social de inserção <input type="checkbox"/> Outras prestações sociais/subsídios. Outras fontes de rendimento <input type="checkbox"/> Rendimentos de propriedades <input type="checkbox"/> Rendimentos de aplicações financeiras <input type="checkbox"/> Rendimentos de trabalho <input type="checkbox"/> Outros rendimentos. Quais? _____ <input type="checkbox"/> Não responde	<p>Fontes de rendimento</p> <input type="checkbox"/> Pensão de velhice/reforma <input type="checkbox"/> Pensão de sobrevivência/viuvez <input type="checkbox"/> Complemento por dependência <input type="checkbox"/> Complemento solidário para idosos <input type="checkbox"/> Rendimento social de inserção <input type="checkbox"/> Outras prestações sociais/subsídios. Outras fontes de rendimento <input type="checkbox"/> Rendimentos de propriedades <input type="checkbox"/> Rendimentos de aplicações financeiras <input type="checkbox"/> Rendimentos de trabalho <input type="checkbox"/> Outros rendimentos. Quais? _____ <input type="checkbox"/> Não responde

Tipo de habitação

Própria (de que é proprietário(a))

- Arrendada
- De familiares/emprestada
- Sem residência fixa
- Não responde

Com quem reside? _____

Não responde

Durante o dia, quantas horas permanece na sua residência?

- 0 – 4 horas
- 4 – 8 horas
- 8 – 12 horas
- 12 – 16 horas
- Não responde

Relativamente à sua condição de saúde (física e psicológica), considera-se uma pessoa:

- Muito saudável
- Razoavelmente saudável
- Pouco saudável
- Nada saudável
- Não responde

Sente que é vítima de algum tipo de discriminação?

- Sim Qual? _____
- Não
- Não responde

Identifica-se com alguma religião?

- Sim Católica Outra religião
- Não
- Não responde

2. Participação Política

Relativamente aos assuntos que têm a ver com a política em geral (medidas dos governos, medidas das autarquias, etc.), considera-se uma pessoa:

- Muito interessada
- Razoavelmente interessada
- Pouco interessada
- Nada interessada
- Não responde

Comparativamente com o passado, o seu atual interesse nos assuntos que tem a ver com a política é:

- Maior do que no passado

- Igual ao do passado
- Menor do que no passado
- Não responde

De que forma é que acompanha as notícias relacionadas com a política?

- Televisão
- Rádio
- Jornais/revistas
- Internet
 - Conversas informais
 - Outro. Qual? _____
 - Não responde

Vou nomear diversas instituições/grupos de pessoas e gostaria que me dissesse qual é que é o seu grau de confiança relativamente a cada uma delas:

Assembleia da República

- Total confiança
- Muita confiança
- Pouca confiança
- Nenhuma confiança
- Não responde

Sistema de Justiça/Tribunais

- Total confiança
- Muita confiança
- Pouca confiança
- Nenhuma confiança
- Não responde

Polícia

- Total confiança
- Muita confiança
- Pouca confiança
- Nenhuma confiança
- Não responde

Políticos

- Total confiança
- Muita confiança
- Pouca confiança
- Nenhuma confiança
- Não responde

Partidos políticos

- Total confiança
- Muita confiança
- Pouca confiança
- Nenhuma confiança
- Não responde

Parlamento Europeu

- Total confiança
- Muita confiança
- Pouca confiança

- Nenhuma confiança
- Não responde

Nações Unidas

- Total confiança
- Muita confiança
- Pouca confiança
- Nenhuma confiança
- Não responde

Hoje em dia algumas pessoas não votam por uma ou outra razão. Relativamente a cada uma das eleições que vou nomear, gostaria que me dissesse se votou ou não votou na última vez em que se realizaram:

Eleições para o Parlamento Europeu

- Votou
- Não votou
- Não responde

Eleições para a Presidência da República

- Votou
- Não votou
- Não responde

Eleições Legislativas (para eleger o Primeiro Ministro e os membros da Ass. da Rep.)

- Votou
- Não votou
- Não responde

Eleições Autárquicas (para eleger o Presidente da Câmara)

- Votou
- Não votou
- Não responde

Nós podemos contribuir, de uma forma ou de outra, para que as coisas no nosso país e nos nossos locais de residência melhorem ou para que as coisas não piorem. Durante os últimos anos, gostaria que me dissesse se fez algumas das coisas que vou nomear:

Ser membro de um partido político

- Sim
- Não
- Não responde

Assinar uma petição ou um abaixo assinado

- Sim
- Não
- Não responde

Comprar um produto por razões políticas, éticas ou ambientais

- Sim
- Não
- Não responde

Recusar comprar um produto por razões políticas, éticas ou ambientais

- Sim
- Não
- Não responde

Ser membro de um sindicato (sindicalizado)

- Sim
- Não
- Não responde

Participar numa manifestação ilegal

- Sim
- Não
- Não responde

Participar numa manifestação legal

- Sim
- Não
- Não responde

Participar em fóruns de discussão na TV ou no rádio

- Sim
- Não
- Não responde

Participar em comícios de partidos políticos

- Sim
- Não
- Não responde

Participar em referendos

- Sim
- Não
- Não responde

Participar em greves

- Sim
- Não
- Não responde

Usar/exibir um crachá ou um autocolante

- Sim
- Não
- Não responde

Contatar um político ou um representante do governo e/ou da autarquia

- Sim
- Não
- Não responde

Ser membro de grupo de proteção dos direitos humanos

- Sim
- Não
- Não responde

Ser membro de um grupo de proteção do ambiente, da paz ou dos direitos dos animais

- Sim
- Não
- Não responde

Fazer um donativo para um partido político

- Sim
- Não
- Não responde

Fazer um donativo para uma organização humanitária ou de proteção dos direitos humanos

- Sim
- Não

Não responde

Fazer um donativo para uma organização de proteção do ambiente, da paz ou dos direitos dos animais

Sim

Não

Não responde

Outra. Qual?

Não responde

Existe algum partido político com o qual se identifique mais?

Sim

Não

Não responde

Relativamente a esse partido, sente-se:

Muito identificado

Razoavelmente identificado

Pouco identificado

Não responde

Esse partido é:

De esquerda

De centro esquerda

De centro direita

De direita

Não responde

Independentemente de se sentir, ou não, identificado com um partido político, considera-se que é uma pessoa:

De esquerda

De centro esquerda

De centro direita

De direita

Não responde

Em sua opinião que fatores poderão dificultar a participação política das pessoas com 65 ou mais anos?

Saúde frágil

Mobilidade dificultada

Dificuldade no acesso à informação

Acesso difícil às instituições e aos órgãos políticos

Isolamento face à família e aos amigos

outro

(s) _____

Não responde

3. Questões Finais

Relativamente à sua vida como um todo, sente-se:

- Totalmente satisfeito(a)
- Muito satisfeito(a)
- Nem satisfeito nem insatisfeito
- Muito insatisfeito(a)
- Totalmente insatisfeito(a)
- Não responde

Considera que as necessidades das pessoas com 65 ou mais anos que vivem na sua freguesia são:

- Totalmente satisfeitas
- Razoavelmente satisfeitas
- Pouco satisfeitas
- Nada satisfeitas
- Não responde

No futuro, acha que a sua vida vai ser:

- Melhor
- Igual
- Pior
- Não responde

Obrigada pela sua colaboração!

APÊNDICE 4
Outputs do SPSS 21

APÊNDICE 4 – Outputs SPSS 21 - Questionário

Em que freguesia?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Sé	78	56,1	56,1	56,1
Valid São Pedro	61	43,9	43,9	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Residencia em Faro - escalões

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
menos de 25 anos	13	9,4	9,4	9,4
Valid entre 25 e 49 anos	41	29,5	29,5	38,8
50 ou mais anos	85	61,2	61,2	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Local de nascimento

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
?	1	,7	,7	,7
Alcantarilha	1	,7	,7	1,4
Alcotim	1	,7	,7	2,2
Algarve	1	,7	,7	2,9
Algoz	1	,7	,7	3,6
Aljezur	2	1,4	1,4	5,0
Almancil	3	2,2	2,2	7,2
Valid Almodôvar	2	1,4	1,4	8,6
Angola	3	2,2	2,2	10,8
Beja	2	1,4	1,4	12,2
Braga	1	,7	,7	12,9
Brasil	2	1,4	1,4	14,4
Cachopo	2	1,4	1,4	15,8
Castro Verde	1	,7	,7	16,5
Chamusca	1	,7	,7	17,3

Coimbra	1	,7	,7	18,0
Conceição de Faro	1	,7	,7	18,7
Estoi	4	2,9	2,9	21,6
Évora	1	,7	,7	22,3
Faro	42	30,2	30,2	52,5
Freixianda	1	,7	,7	53,2
Gáfeto	1	,7	,7	54,0
Guarda	1	,7	,7	54,7
Lagoa	1	,7	,7	55,4
Lagos	7	5,0	5,0	60,4
Leiria	1	,7	,7	61,2
Lisboa	5	3,6	3,6	64,7
Loulé	3	2,2	2,2	66,9
Luanda	1	,7	,7	67,6
Martinlongo	1	,7	,7	68,3
Mértola	2	1,4	1,4	69,8
Moncarapacho	1	,7	,7	70,5
Monchique	1	,7	,7	71,2
Montenegro	1	,7	,7	71,9
não refere	2	1,4	1,4	73,4
Óbidos	1	,7	,7	74,1
Odeceixe	1	,7	,7	74,8
Odmira	1	,7	,7	75,5
Olhão	4	2,9	2,9	78,4
Ourique	3	2,2	2,2	80,6
Palmela	1	,7	,7	81,3
Pargal	1	,7	,7	82,0
Portalegre	2	1,4	1,4	83,5
Querença	1	,7	,7	84,2
S. Bartolomeu de Messines	1	,7	,7	84,9
S. Brás de Alportel	1	,7	,7	85,6
S. Marcos da Serra	1	,7	,7	86,3
S.Brás	1	,7	,7	87,1
S.Brás de Alportel	1	,7	,7	87,8
Salir	1	,7	,7	88,5
Santana de Cambas	1	,7	,7	89,2
Silves	5	3,6	3,6	92,8
Stª Bárbara	1	,7	,7	93,5

Stª Bárbara de Nexe	1	,7	,7	94,2
Stª da Serra	1	,7	,7	95,0
Tavira	3	2,2	2,2	97,1
V.R. Stº António	1	,7	,7	97,8
Vila Nova de São Bento	1	,7	,7	98,6
Vila Real	1	,7	,7	99,3
Vila Real S. Antón.	1	,7	,7	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Concelho onde nasceu

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Faro	39	28,1	95,1	95,1
Valid Loulé	2	1,4	4,9	100,0
Total	41	29,5	100,0	
Missing System	98	70,5		
Total	139	100,0		

Escalões etários

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid de 65 a 74 anos	62	44,6	44,6	44,6
Valid de 75 a 84 anos	60	43,2	43,2	87,8
Valid 85 ou mais anos	17	12,2	12,2	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Género

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Masculino	52	37,4	37,4	37,4
Valid Feminino	87	62,6	62,6	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Idade

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
65	4	2,9	2,9	2,9
66	5	3,6	3,6	6,5
67	13	9,4	9,4	15,8
68	6	4,3	4,3	20,1
69	8	5,8	5,8	25,9
70	8	5,8	5,8	31,7
71	1	,7	,7	32,4
72	11	7,9	7,9	40,3
73	5	3,6	3,6	43,9
74	4	2,9	2,9	46,8
75	5	3,6	3,6	50,4
76	5	3,6	3,6	54,0
77	3	2,2	2,2	56,1
Valid 78	15	10,8	10,8	66,9
79	5	3,6	3,6	70,5
80	6	4,3	4,3	74,8
81	5	3,6	3,6	78,4
82	9	6,5	6,5	84,9
83	3	2,2	2,2	87,1
84	4	2,9	2,9	89,9
85	3	2,2	2,2	92,1
86	2	1,4	1,4	93,5
87	3	2,2	2,2	95,7
88	2	1,4	1,4	97,1
89	2	1,4	1,4	98,6
90	2	1,4	1,4	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Estado Civil

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Solteiro(a)	5	3,6	3,6	3,6
Casado(a)	73	52,5	52,5	56,1
Valid Divorciado(a)/Separado(a)	20	14,4	14,4	70,5
Viúvo(a)	41	29,5	29,5	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Tem filhos?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	123	88,5	88,5	88,5
Não	16	11,5	11,5	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Quantos filhos?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
1	37	26,6	30,1	30,1
2	55	39,6	44,7	74,8
3	24	17,3	19,5	94,3
Valid 4	4	2,9	3,3	97,6
6	2	1,4	1,6	99,2
7	1	,7	,8	100,0
Total	123	88,5	100,0	
Missing System	16	11,5		
Total	139	100,0		

nº filhos - rec

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1	37	26,6	30,1	30,1
Valid 2	55	39,6	44,7	74,8
Valid 3	31	22,3	25,2	100,0
Total	123	88,5	100,0	
Missing System	16	11,5		
Total	139	100,0		

Nível de escolaridade

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Não sabe ler nem escrever	1	,7	,7	,7
Valid Sem nível de escolaridade, mas sabe ler e escrever	5	3,6	3,6	4,3
Valid Ensino básico 1	41	29,5	29,7	34,1
Valid Ensino básico 2	8	5,8	5,8	39,9
Valid Ensino básico 3	30	21,6	21,7	61,6
Valid Ensino secundário	34	24,5	24,6	86,2
Valid Bacharelato	7	5,0	5,1	91,3
Valid Ensino superior	11	7,9	8,0	99,3
Valid Doutorado	1	,7	,7	100,0
Total	138	99,3	100,0	
Missing System	1	,7		
Total	139	100,0		

Atividade desenvolvida no último mês-Trabalho remunerado

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Por conta de outrem	6	4,3	4,3	4,3
Valid Por conta própria e sem trabalhadores a cargo	10	7,2	7,2	11,5
Valid Por conta própria e com trabalhadores a cargo	3	2,2	2,2	13,7
Valid Não realizou trabalho remunerado	120	86,3	86,3	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Especificação da atividade remunerada

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	125	89,9	89,9	89,9
agrícola	4	2,9	2,9	92,8
arquivista	1	,7	,7	93,5
contabilidade	1	,7	,7	94,2
doméstica	1	,7	,7	95,0
electricista	1	,7	,7	95,7
explicações	1	,7	,7	96,4
mecanógrafa	1	,7	,7	97,1
medicina	1	,7	,7	97,8
mercearia	1	,7	,7	98,6
não refere	2	1,4	1,4	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Atividade desenvolvida no último mês-Trabalho não remunerado

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Organização/Empresa familiar	8	5,8	5,8	5,8
Voluntariado	14	10,1	10,1	15,8
Valid Outra	3	2,2	2,2	18,0
Não responde	114	82,0	82,0	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Atividade desenvolvida no último mês-Curso/Formação

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	6	4,3	4,3	4,3
Não	7	5,0	5,0	9,4
Não responde	126	90,6	90,6	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Em caso de frequência de curso/formação. Qual?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	133	95,7	95,7	95,7
Valid Contabilidade	1	,7	,7	96,4
Internet	1	,7	,7	97,1
Internete	1	,7	,7	97,8
Pintura	1	,7	,7	98,6
Universidade da Terceira Idade	1	,7	,7	99,3
VATI	1	,7	,7	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Atividade desenvolvida no último mês-Tarefas/atividades domésticas

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	68	48,9	48,9	48,9
Não	4	2,9	2,9	51,8
Não responde	67	48,2	48,2	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Atividade desenvolvida no último mês- Prestação de cuidados

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Adultos e/ou crianças que vivem consigo	21	15,1	15,1	15,1
Adultos e/ou crianças que não vivem consigo	2	1,4	1,4	16,5
Não realizou prestação de cuidados	116	83,5	83,5	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Nível de escolaridade (Cônjuge)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	Sem nível de escolaridade, mas sabe ler e escrever	2	1,4	2,7	2,7
	Ensino básico 1	10	7,2	13,3	16,0
	Ensino básico 2	6	4,3	8,0	24,0
Valid	Ensino básico 3	19	13,7	25,3	49,3
	Ensino secundário	16	11,5	21,3	70,7
	Bacharelato	12	8,6	16,0	86,7
	Ensino superior	10	7,2	13,3	100,0
	Total	75	54,0	100,0	
Missing	System	64	46,0		
Total		139	100,0		

Atividade desenvolvida no último mês-Trabalho remunerado (Cônjuge)

		Frequenc y	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	Por conta de outrem	5	3,6	20,8	20,8
	Por conta própria e sem trabalhadores a cargo	4	2,9	16,7	37,5
Valid	Por conta própria e com trabalhadores a cargo	3	2,2	12,5	50,0
	Não realizou trabalho remunerado	12	8,6	50,0	100,0
	Total	24	17,3	100,0	
Missing	System	115	82,7		
Total		139	100,0		

Especificação da atividade remunerada (Cônjuge)

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	125	89,9	89,9	89,9
agrícola	1	,7	,7	90,6
Doméstica	2	1,4	1,4	92,1
Escriturária	1	,7	,7	92,8
Explicações	1	,7	,7	93,5
Valid Hotelaria	2	1,4	1,4	95,0
Jardineiro	1	,7	,7	95,7
Reformada	2	1,4	1,4	97,1
Reformado	4	2,9	2,9	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Atividade desenvolvida no último mês-Trabalho não remunerado (Cônjuge)

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Organização/Empresa familiar	1	,7	3,8	3,8
Voluntariado	11	7,9	42,3	46,2
Valid Outra	1	,7	3,8	50,0
Não realizou trabalho não remunerado	13	9,4	50,0	100,0
Total	26	18,7	100,0	
Missing System	113	81,3		
Total	139	100,0		

Atividade desenvolvida no último mês-Curso/Formação (Cônjuge)

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Não	4	2,9	28,6	28,6
Valid 3	10	7,2	71,4	100,0
Total	14	10,1	100,0	
Missing System	125	89,9		
Total	139	100,0		

Em caso de frequência de curso/formação. Qual? (Cônjuge)

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	139	100,0	100,0	100,0

Atividade desenvolvida no último mês-Tarefas/atividades domésticas (Cônjuge)

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	22	15,8	66,7	66,7
Valid Não	4	2,9	12,1	78,8
Valid 3	7	5,0	21,2	100,0
Total	33	23,7	100,0	
Missing System	106	76,3		
Total	139	100,0		

Atividade desenvolvida no último mês- Prestação de cuidados (Cônjuge)

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Adultos e/ou crianças que vivem consigo	10	7,2	40,0	40,0
Valid Adultos e/ou crianças que não vivem consigo	3	2,2	12,0	52,0
Valid Não realizou prestação de cuidados	12	8,6	48,0	100,0
Total	25	18,0	100,0	
Missing System	114	82,0		
Total	139	100,0		

Situação antes dos 65 anos

		Frequenc y	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Empregado(a) ou a trabalhar	93	66,9	67,9	67,9
	Desempregado(a)	6	4,3	4,4	72,3
	Reforma antecipada	20	14,4	14,6	86,9
	Incapacitado permanente para o trabalho	1	,7	,7	87,6
	Doméstico(a)	15	10,8	10,9	98,5
	Não responde	2	1,4	1,5	100,0
	Total	137	98,6	100,0	
Missing	System	2	1,4		
Total		139	100,0		

Situação antes dos 65 anos-empregado-Tipo de empregabilidade

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Por conta de outrem	72	51,8	53,3	53,3
	Por conta própria e sem trabalhadores a cargo	11	7,9	8,1	61,5
	Por conta própria e com trabalhadores a cargo	6	4,3	4,4	65,9
	Numa organização/empresa familiar e sem remuneração	2	1,4	1,5	67,4
	Não responde	44	31,7	32,6	100,0
	Total	135	97,1	100,0	
Missing	System	4	2,9		
Total		139	100,0		

Situação antes dos 65 anos-desempregado/estudante/incapacitado/doméstico-noutro

momento

	Frequenc y	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Já esteve empregado/trabalhou	7	5,0	70,0	70,0
Nunca esteve Valid empregado/trabalhou	1	,7	10,0	80,0
Não responde	2	1,4	20,0	100,0
Total	10	7,2	100,0	
Missing System	129	92,8		
Total	139	100,0		

Situação antes dos 65 anos (desempregado/estudante/incapacitado/doméstico)-Profissão

noutro momento

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	130	93,5	93,5	93,5
Costura	1	,7	,7	94,2
costureira	2	1,4	1,4	95,7
Empregada de limpeza	1	,7	,7	96,4
Jardineiro	1	,7	,7	97,1
Valid operária de fábrica	1	,7	,7	97,8
Pedreiro	1	,7	,7	98,6
Pintora e organizadora de excursões	1	,7	,7	99,3
Técnico de Peças e acessórios Auto	1	,7	,7	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Fontes de rendimento social

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Pensão de velhice/reforma	109	78,4	78,4	78,4
Pensão de sobrevivência/viuvez	12	8,6	8,6	87,1
Complemento solidário para idosos	1	,7	,7	87,8
Valid Rendimento social de inserção	2	1,4	1,4	89,2
Outras prestações sociais	1	,7	,7	89,9
Não responde	14	10,1	10,1	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Fontes de rendimento social-outras prestações sociais/subsídios - Quais

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	115	82,7	82,7	82,7
Valid complemento solidário para idosos	1	,7	,7	83,5
viuvez	23	16,5	16,5	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Outras fontes de rendimento

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Rendimentos de propriedades	14	10,1	10,1	10,1
Rendimentos de aplicações financeiras	7	5,0	5,0	15,1
Valid Rendimentos de trabalho	6	4,3	4,3	19,4
Outros rendimentos	1	,7	,7	20,1
Não tem outros rendimentos	111	79,9	79,9	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Outras fontes de rendimento (quais)

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	131	94,2	94,2	94,2
Aplicações financeiras	1	,7	,7	95,0
Não refere	2	1,4	1,4	96,4
Valid Rendimentos de propriedades	1	,7	,7	97,1
rendimentos de trabalho	2	1,4	1,4	98,6
Rendimentos de trabalho	2	1,4	1,4	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Situação antes dos 65 anos (Cônjuge)

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Empregado(a) ou a trabalhar	56	40,3	90,3	90,3
Reforma antecipada	1	,7	1,6	91,9
Valid Doméstico(a)	4	2,9	6,5	98,4
Não responde	1	,7	1,6	100,0
Total	62	44,6	100,0	
Missing System	77	55,4		
Total	139	100,0		

Situação antes dos 65 anos-empregado-Tipo de empregabilidade (Cônjuge)

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Por conta de outrem	41	29,5	69,5	69,5
Por conta própria e sem trabalhadores a cargo	4	2,9	6,8	76,3
Por conta própria e com trabalhadores a cargo	4	2,9	6,8	83,1
Valid Numa organização/empresa familiar e sem remuneração	2	1,4	3,4	86,4
Não responde	8	5,8	13,6	100,0
Total	59	42,4	100,0	
Missing System	80	57,6		
Total	139	100,0		

**Situação antes dos 65 anos-
desempregado/estudante/incapacitado/domés
tico-noutro momento (Cônjuge)**

	Frequency	Percent
Missing System	139	100,0

**Situação antes dos 65 anos
(desempregado/estudante/incapacitado/doméstico) -Profissão noutro
momento (Cônjuge)**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	138	99,3	99,3	99,3
Valid 2	1	,7	,7	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Fontes de rendimento social (Cônjuge)

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Pensão de velhice/reforma	61	43,9	93,8	93,8
Valid Outras prestações sociais	1	,7	1,5	95,4
Valid Não responde	3	2,2	4,6	100,0
Total	65	46,8	100,0	
Missing System	74	53,2		
Total	139	100,0		

**Fontes de rendimento social-outras prestações sociais/subsídios -
designação (Cônjuge)**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	139	100,0	100,0	100,0

Outras fontes de rendimento (Cônjuge)

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Rendimentos de propriedades	8	5,8	30,8	30,8
Rendimentos de aplicações financeiras	1	,7	3,8	34,6
Rendimentos de trabalho	2	1,4	7,7	42,3
Outros rendimentos	1	,7	3,8	46,2
Não tem outros rendimentos	13	9,4	50,0	96,2
Não responde	1	,7	3,8	100,0
Total	26	18,7	100,0	
Missing System	113	81,3		
Total	139	100,0		

Outras fontes de rendimento-(quais) (Cônjuge)

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
3	135	97,1	97,1	97,1
Valid Não refere	2	1,4	1,4	98,6
Rendimentos de trabalho	1	,7	,7	99,3
Total	139	100,0	100,0	100,0

Tipo de habitação

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Própria (de que é proprietário(a))	85	61,2	61,2	61,2
Arrendada	41	29,5	29,5	90,6
De familiares/emprestada	13	9,4	9,4	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Reside acompanhado?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	75	54,0	54,3	54,3
	Não	38	27,3	27,5	81,9
	Não Responde	25	18,0	18,1	100,0
	Total	138	99,3	100,0	
Missing	System	1	,7		
Total		139	100,0		

Reside acompanhado por quem

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid		61	43,9	43,9	43,9
	conj.	54	38,8	38,8	82,7
	conj. filha	2	1,4	1,4	84,2
	conj. filha	1	,7	,7	84,9
	conj. filho	1	,7	,7	85,6
	conj. filhos	1	,7	,7	86,3
	conj. mãe	1	,7	,7	87,1
	conj. netos	1	,7	,7	87,8
	conj. sogros	1	,7	,7	88,5
	ex. esposa	1	,7	,7	89,2
	ex. marido	1	,7	,7	89,9
	filha	4	2,9	2,9	92,8
	filha, genro e neta	1	,7	,7	93,5
	filha, genro,e netos	1	,7	,7	94,2
	filho	4	2,9	2,9	97,1
	filho nora neto	1	,7	,7	97,8
	filhos	1	,7	,7	98,6
	irmã	1	,7	,7	99,3
	neto nora	1	,7	,7	100,0
	Total	139	100,0	100,0	

Número de horas diárias de permanência no local de residência

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
[0,4[horas	3	2,2	2,2	2,2
[4,8[horas	31	22,3	22,3	24,5
[8,12[horas	45	32,4	32,4	56,8
[12,16[horas	58	41,7	41,7	98,6
16 ou mais horas	2	1,4	1,4	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Condição de saúde física e psicológica

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Muito saudável	12	8,6	8,6	8,6
Razoavelmente saudável	92	66,2	66,2	74,8
Pouco saudável	30	21,6	21,6	96,4
Nada saudável	5	3,6	3,6	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Sente-se vítima de algum tipo de discriminação?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Sim	10	7,2	7,2	7,2
Não	128	92,1	92,8	100,0
Total	138	99,3	100,0	
Missing System	1	,7		
Total	139	100,0		

O tipo de discriminação onde se sente vítima

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	131	94,2	94,2	94,2
Valid	Conjugal	1	,7	95,0
	Governo	1	,7	95,7
	Não responde	1	,7	96,4
	Pobreza	1	,7	97,1
	Política	1	,7	97,8
	Reformado	1	,7	98,6
	Velhice	2	1,4	100,0
	Total	139	100,0	100,0

Identifica-se com alguma religião?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	120	86,3	87,0
	Não	16	11,5	98,6
	Não responde	2	1,4	100,0
	Total	138	99,3	100,0
Missing	System	1	,7	
Total		139	100,0	

Qual a religião com que se identifica

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Católica	114	82,0	98,3
	Islâmica	1	,7	99,1
	Outra	1	,7	100,0
	Total	116	83,5	100,0
Missing	System	23	16,5	
Total		139	100,0	

Interesse sobre assuntos da política em geral

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Muito interessado(a)	19	13,7	13,7	13,7
Razoavelmente interessado(a)	62	44,6	44,6	58,3
Valid Pouco interessado(a)	31	22,3	22,3	80,6
Nada interessado(a)	27	19,4	19,4	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Comparação do interesse sobre os assuntos políticos (presente vs. passado)

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
No presente é maior que no passado	26	18,7	18,8	18,8
No presente é igual ao passado	76	54,7	55,1	73,9
Valid No presente é menor que no passado	36	25,9	26,1	100,0
Total	138	99,3	100,0	
Missing System	1	,7		
Total	139	100,0		

Outros meios de informação para acompanhar as notícias relacionadas com a política

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	139	100,0	100,0	100,0

Acompanha notícias relacionadas com a Política pela TV

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	129	92,8	92,8	92,8
Não	10	7,2	7,2	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Acompanha notícias relacionadas com a Política pela Rádio

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	35	25,2	25,2	25,2
Valid Não	104	74,8	74,8	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Acompanha notícias relacionadas com a Política por Jornais e Revistas

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	59	42,4	42,4	42,4
Valid Não	80	57,6	57,6	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Acompanha notícias relacionadas com a Política pela Internet

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	23	16,5	16,5	16,5
Valid Não	116	83,5	83,5	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Acompanha notícias relacionadas com a Política por conversas informais

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	41	29,5	29,5	29,5
Valid Não	98	70,5	70,5	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Acompanha notícias relacionadas com a Política por outros meios

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	2	1,4	1,4	1,4
Valid Não	137	98,6	98,6	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Que meios?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	138	99,3	99,3	99,3
melitancia partidária	1	,7	,7	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Grau de confiança- Assembleia da República

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	2	1,4	1,4	1,4
Total confiança	15	10,8	10,8	12,2
Muita confiança	70	50,4	50,4	62,6
Pouca confiança	46	33,1	33,1	95,7
Nenhuma confiança	6	4,3	4,3	100,0
Não responde	139	100,0	100,0	
Total				

Grau de confiança- Sistema de Justiça/Tribunais

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	33	23,7	23,7	23,7
Muita confiança	77	55,4	55,4	79,1
Pouca confiança	23	16,5	16,5	95,7
Nenhuma confiança	6	4,3	4,3	100,0
Não responde	139	100,0	100,0	
Total				

Grau de confiança- Polícia

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Total confiança	5	3,6	3,6	3,6
Muita confiança	72	51,8	51,8	55,4
Pouca confiança	43	30,9	30,9	86,3
Nenhuma confiança	15	10,8	10,8	97,1
Não responde	4	2,9	2,9	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Grau de confiança- Políticos

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Muita confiança	2	1,4	1,4	1,4
Pouca confiança	46	33,1	33,1	34,5
Nenhuma confiança	89	64,0	64,0	98,6
Não responde	2	1,4	1,4	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Grau de confiança- Partidos Políticos

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Muita confiança	1	,7	,7	,7
Pouca confiança	59	42,4	42,4	43,2
Nenhuma confiança	78	56,1	56,1	99,3
Não responde	1	,7	,7	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Grau de confiança- Parlamento Europeu

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Muita confiança	8	5,8	5,8	5,8
Pouca confiança	62	44,6	44,6	50,4
Valid Nenhuma confiança	47	33,8	33,8	84,2
Não responde	22	15,8	15,8	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Grau de confiança- Nações Unidas

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Muita confiança	31	22,3	22,5	22,5
Pouca confiança	57	41,0	41,3	63,8
Valid Nenhuma confiança	26	18,7	18,8	82,6
Não responde	24	17,3	17,4	100,0
Total	138	99,3	100,0	
Missing System	1	,7		
Total	139	100,0		

Votou nas últimas eleições para o Parlamento Europeu?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	106	76,3	76,3	76,3
Não	33	23,7	23,7	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Votou nas últimas eleições para a Presidência da República?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	123	88,5	88,5	88,5
Não	16	11,5	11,5	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Votou nas últimas eleições Legislativas?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	124	89,2	89,2	89,2
Valid Não	15	10,8	10,8	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Votou nas últimas eleições Autárquicas?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	120	86,3	86,3	86,3
Valid Não	18	12,9	12,9	99,3
Valid Não responde	1	,7	,7	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Contributo no último ano para a cidadania política - Filiação-se num partido político

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	11	7,9	7,9	7,9
Valid Não	127	91,4	91,4	99,3
Valid Não responde	1	,7	,7	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Contributo no último ano para a cidadania política - Assinou uma petição ou abaixo assinado

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	41	29,5	29,5	29,5
Valid Não	97	69,8	69,8	99,3
Valid Não responde	1	,7	,7	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Contributo no último ano para a cidadania política - Comprou um produto por razões políticas,éticas ou ambientais

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	27	19,4	19,4	19,4
Valid Não	105	75,5	75,5	95,0
Valid Não responde	7	5,0	5,0	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Contributo no último ano para a cidadania política - Recusou um produto por razões políticas,éticas ou ambientais

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	44	31,7	31,7	31,7
Valid Não	87	62,6	62,6	94,2
Valid Não responde	8	5,8	5,8	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Contributo no último ano para a cidadania política - Sindicalizou-se

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	16	11,5	11,5	11,5
Valid Não	122	87,8	87,8	99,3
Valid Não responde	1	,7	,7	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Contributo no último ano para a cidadania política - Participou numa manifestação ilegal

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	2	1,4	1,4	1,4
Valid Não	133	95,7	95,7	97,1
Valid Não responde	4	2,9	2,9	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Contributo no último ano para a cidadania política - Participou numa manifestação legal

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	32	23,0	23,0	23,0
Valid Não	106	76,3	76,3	99,3
Valid Não responde	1	,7	,7	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Contributo no último ano para a cidadania política - Participou em fóruns de discussão na TV ou Rádio

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	6	4,3	4,3	4,3
Valid Não	131	94,2	94,2	98,6
Valid Não responde	2	1,4	1,4	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Contributo no último ano para a cidadania política - Participou em comícios de partidos políticos

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	23	16,5	16,5	16,5
Valid Não	116	83,5	83,5	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Contributo no último ano para a cidadania política - Participou em referendos

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	40	28,8	28,8	28,8
Valid Não	98	70,5	70,5	99,3
Valid Não responde	1	,7	,7	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Contributo no último ano para a cidadania política - Participou em greves

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	12	8,6	8,6	8,6
Valid Não	125	89,9	89,9	98,6
Valid Não responde	2	1,4	1,4	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Contributo no último ano para a cidadania política - Usou/exibiu um crachá ou autocalante

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	27	19,4	19,4	19,4
Valid Não	111	79,9	79,9	99,3
Valid Não responde	1	,7	,7	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Contributo no último ano para a cidadania política - Contatou um político ou representante do Governo e/ou da autarquia

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	34	24,5	24,5	24,5
Valid Não	103	74,1	74,1	98,6
Valid Não responde	2	1,4	1,4	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Contributo no último ano para a cidadania política - Tornou-se membro de um grupo de proteção dos direitos humanos

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	13	9,4	9,4	9,4
Valid Não	121	87,1	87,1	96,4
Valid Não responde	5	3,6	3,6	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Contributo no último ano para a cidadania política - Tornou-se membro de um grupo de proteção do ambiente, da paz ou dos direitos dos animais

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	9	6,5	6,5	6,5
Valid Não	123	88,5	88,5	95,0
Valid Não responde	7	5,0	5,0	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Contributo no último ano para a cidadania política - Fez um donativo para um partido político

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	4	2,9	2,9	2,9
Valid Não	133	95,7	95,7	98,6
Valid Não responde	2	1,4	1,4	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Contributo no último ano para a cidadania política - Fez um donativo para uma organização humanitária ou de proteção dos direitos humanos

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	70	50,4	50,4	50,4
Valid Não	67	48,2	48,2	98,6
Valid Não responde	2	1,4	1,4	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Contributo no último ano para a cidadania política - Fez um donativo para uma organização de proteção do ambiente, da paz e dos direitos dos animais

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	26	18,7	18,7	18,7
Valid Não	105	75,5	75,5	94,2
Valid Não responde	8	5,8	5,8	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Outro contributo no último ano para a cidadania política

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	10	7,2	50,0	50,0
Valid Não	10	7,2	50,0	100,0
Total	20	14,4	100,0	
Missing System	119	85,6		
Total	139	100,0		

Outro contributo no último ano para a cidadania política - Qual

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Ajuda a famílias carenciadas de S. Vicente de Paulo	132	95,0	95,0	95,0
Valid Banco Alim.	1	,7	,7	95,7
Valid Banco Alim. / Cáritas	2	1,4	1,4	97,1
Valid Banco Alim. / Liga contra o Cancro	1	,7	,7	97,8
Valid Inst. Relig. / Inst. de Asst. Social	2	1,4	1,4	99,3
Total	1	,7	,7	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Identifica-se com algum partido político?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	88	63,3	63,3	63,3
	Não	49	35,3	35,3	98,6
	Não responde	2	1,4	1,4	100,0
	Total	139	100,0	100,0	

Como se sente relativamente ao partido político com que identifica

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muito identificado	5	3,6	3,6	3,6
	Razoavelmente identificado	56	40,3	40,3	43,9
	Pouco identificado	30	21,6	21,6	65,5
	Não responde	48	34,5	34,5	100,0
	Total	139	100,0	100,0	

Ideologia do partido político com que se identifica

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	De esquerda	21	15,1	15,1	15,1
	De centro esquerda	29	20,9	20,9	36,0
	De centro direita	29	20,9	20,9	56,8
	De direita	5	3,6	3,6	60,4
	Não responde	55	39,6	39,6	100,0
	Total	139	100,0	100,0	

Identificando-se ou não com um partido político, como se sente ideologicamente

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid De esquerda	23	16,5	16,5	16,5
De centro esquerda	39	28,1	28,1	44,6
De centro direita	40	28,8	28,8	73,4
De direita	8	5,8	5,8	79,1
Não responde	29	20,9	20,9	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Fatores que poderão dificultar a participação política de pessoas com 65+ anos: Saúde frágil

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	105	75,5	75,5	75,5
Não	34	24,5	24,5	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Fatores que poderão dificultar a participação política de pessoas com 65+ anos:

Mobilidade dificultada

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	70	50,4	50,4	50,4
Não	68	48,9	48,9	99,3
Não responde	1	,7	,7	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Fatores que poderão dificultar a participação política de pessoas com 65+ anos: Acesso à informação

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	33	23,7	23,7	23,7
Não	106	76,3	76,3	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Fatores que poderão dificultar a participação política de pessoas com 65+

anos: Acesso às Instituições e aos órgãos políticos

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	17	12,2	12,2	12,2
Não	122	87,8	87,8	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Fatores que poderão dificultar a participação política de pessoas com 65+

anos: Isolamento

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	29	20,9	20,9	20,9
Não	110	79,1	79,1	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Fatores que poderão dificultar a participação política de pessoas com 65+

anos: Outros motivos

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	9	6,5	6,5	6,5
Não	130	93,5	93,5	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Outros motivos. Quais

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	130	93,5	93,5	93,5
Valid Descrença	1	,7	,7	94,2
Desinteresse	2	1,4	1,4	95,7
Desinteresse e desconfiança n	1	,7	,7	96,4
Estado Psicológico	1	,7	,7	97,1
Falta de escolaridade	1	,7	,7	97,8
Formação e conheci	1	,7	,7	98,6
Pouca transparência	1	,7	,7	99,3
Sem opinião	1	,7	,7	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Como se sente relativamente à sua vida como um todo

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Totalmente satisfeito(a)	13	9,4	9,4	9,4
Muito satisfeito(a)	32	23,0	23,0	32,4
Nem satisfeito(a) nem insatisfeito(a)	73	52,5	52,5	84,9
Muito insatisfeito(a)	16	11,5	11,5	96,4
Totalmente insatisfeito(a)	5	3,6	3,6	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Como considera que são as necessidades das pessoas com 65+ anos que vivem na sua freguesia

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Razoavelmente satisfeitas	33	23,7	23,7	23,7
Pouco satisfeitas	91	65,5	65,5	89,2
Nada satisfeitas	13	9,4	9,4	98,6
Não responde	2	1,4	1,4	100,0
Total	139	100,0	100,0	

De que forma considera que o seu futuro vai ser

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Melhor	8	5,8	5,8	5,8
Igual	56	40,3	40,3	46,0
Valid Pior	72	51,8	51,8	97,8
Não responde	3	2,2	2,2	100,0
Total	139	100,0	100,0	

CONTRIBUTO PARA A CIDADANIA POLÍTICA POR ESCALÕES ETÁRIOS

Homens
Crosstabs

Notes	
Output Created	24-JUN-2015 17:59:02
Comments	
Data	D:\Users\ecastela\Desktop\AMBIENTE DE TRABALHO 10_2_15\ORIENTAÇÕES\GRACA COELHO\BASES FINAIS _17_12_14\BASE DADOS - GRACA COELHO_HOMENS_26_06_15.sav
Input	
Active Dataset	homem
Filter	<none>
Weight	<none>
Split File	<none>
N of Rows in Working Data File	52
Definition of Missing	User-defined missing values are treated as missing.
Missing Value Handling	Statistics for each table are based on all the cases with valid data in the specified range(s) for all variables in each table.
Cases Used	CROSSTABS /TABLES=@2.61ContPP @2.65ContSind @2.695ContDH @2.696ContDA @2.62ContPetic @2.693ContCrac @2.63ContComp @2.64ContRecus @2.66ContManiflleg @2.67ContManiLeg @2.68ContFor @2.694ContPolitAut @2.697ContDonPP @2.698ContDonDH @2.699ContDonDA BY @1.7.1EscEtario /FORMAT=AVALUE TABLES /CELLS=COUNT COLUMN /COUNT ROUND CELL.
Syntax	
Processor Time	00:00:00,02
Elapsed Time	00:00:00,02
Resources	
Dimensions Requested	2
Cells Available	131029

Case Processing Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Contributo no último ano para a cidadania política - Filiou-se num partido político * Escalões etários	52	100,0%	0	0,0%	52	100,0%
Contributo no último ano para a cidadania política - Sindicalizou-se * Escalões etários	52	100,0%	0	0,0%	52	100,0%
Contributo no último ano para a cidadania política - Tornou-se membro de um grupo de proteção dos direitos humanos * Escalões etários	52	100,0%	0	0,0%	52	100,0%
Contributo no último ano para a cidadania política - Tornou-se membro de um grupo de proteção do ambiente, da paz ou dos direitos dos animais * Escalões etários	52	100,0%	0	0,0%	52	100,0%
Contributo no último ano para a cidadania política - Assinou uma petição ou abaixo assinado * Escalões etários	52	100,0%	0	0,0%	52	100,0%
Contributo no último ano para a cidadania política - Usou/exibiu um crachá ou autocalante * Escalões etários	52	100,0%	0	0,0%	52	100,0%
Contributo no último ano para a cidadania política - Comprou um produto por razões políticas,éticas ou ambientais * Escalões etários	52	100,0%	0	0,0%	52	100,0%
Contributo no último ano para a cidadania política - Recusou um produto por razões políticas,éticas ou ambientais * Escalões etários	52	100,0%	0	0,0%	52	100,0%
Contributo no último ano para a cidadania política - Participou numa manifestação ilegal * Escalões etários	52	100,0%	0	0,0%	52	100,0%
Contributo no último ano para a cidadania política - Participou numa manifestação legal * Escalões etários	52	100,0%	0	0,0%	52	100,0%
Contributo no último ano para a cidadania política - Participou em fóruns de discussão na TV ou Rádio * Escalões etários	52	100,0%	0	0,0%	52	100,0%
Contributo no último ano para a cidadania política - Contatou um político ou representante do Governo e/ou da autarquia * Escalões etários	52	100,0%	0	0,0%	52	100,0%
Contributo no último ano para a cidadania política - Fez um donativo para um partido político * Escalões etários	52	100,0%	0	0,0%	52	100,0%
Contributo no último ano para a cidadania política - Fez um donativo para uma organização humanitária ou de proteção dos direitos humanos * Escalões etários	52	100,0%	0	0,0%	52	100,0%

Contributo no último ano para a cidadania política - Fez um donativo para uma organização de proteção do ambiente, da paz e dos direitos dos animais * Escalões etários	52	100,0%	0	0,0%	52	100,0%
---	----	--------	---	------	----	--------

Contributo no último ano para a cidadania política - Filiou-se num partido político * Escalões etários

Crosstabulation

			Escalões etários			Total
			de 65 a 74 anos	de 75 a 84 anos	85 ou mais anos	
Contributo no último ano para a cidadania política - Filiou-se num partido político	Sim	Count	2	2	2	6
		% within Escalões etários	7,4%	11,8%	25,0%	11,5%
	Não	Count	25	14	6	45
		% within Escalões etários	92,6%	82,4%	75,0%	86,5%
	Não responde	Count	0	1	0	1
		% within Escalões etários	0,0%	5,9%	0,0%	1,9%
Total		Count	27	17	8	52
		% within Escalões etários	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Contributo no último ano para a cidadania política - Sindicalizou-se * Escalões etários Crosstabulation

			Escalões etários			Total
			de 65 a 74 anos	de 75 a 84 anos	85 ou mais anos	
Contributo no último ano para a cidadania política - Sindicalizou-se	Sim	Count	3	5	1	9
		% within Escalões etários	11,1%	29,4%	12,5%	17,3%
	Não	Count	24	12	7	43
		% within Escalões etários	88,9%	70,6%	87,5%	82,7%
Total		Count	27	17	8	52
		% within Escalões etários	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Contributo no último ano para a cidadania política - Tornou-se membro de um grupo de proteção dos direitos humanos * Escalões etários Crosstabulation

			Escalões etários			Total
			de 65 a 74 anos	de 75 a 84 anos	85 ou mais anos	
Contributo no último ano para a cidadania política - Tornou-se membro de um grupo de proteção dos direitos humanos	Sim	Count	3	1	0	4
		% within Escalões etários	11,1%	5,9%	0,0%	7,7%
	Não	Count	24	14	8	46
		% within Escalões etários	88,9%	82,4%	100,0%	88,5%
	Não responde	Count	0	2	0	2
		% within Escalões etários	0,0%	11,8%	0,0%	3,8%
Total	Count	27	17	8	52	
	% within Escalões etários	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Contributo no último ano para a cidadania política - Tornou-se membro de um grupo de proteção do ambiente, da paz ou dos direitos dos animais * Escalões etários Crosstabulation

			Escalões etários			Total
			de 65 a 74 anos	de 75 a 84 anos	85 ou mais anos	
Contributo no último ano para a cidadania política - Tornou-se membro de um grupo de proteção do ambiente, da paz ou dos direitos dos animais	Sim	Count	1	0	0	1
		% within Escalões etários	3,7%	0,0%	0,0%	1,9%
	Não	Count	24	15	8	47
		% within Escalões etários	88,9%	88,2%	100,0%	90,4%
	Não responde	Count	2	2	0	4
		% within Escalões etários	7,4%	11,8%	0,0%	7,7%
Total	Count	27	17	8	52	
	% within Escalões etários	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Contributo no último ano para a cidadania política - Assinou uma petição ou abaixo assinado * Escalões etários Crosstabulation

			Escalões etários			Total
			de 65 a 74 anos	de 75 a 84 anos	85 ou mais anos	
Contributo no último ano para a cidadania política - Assinou uma petição ou abaixo assinado	Sim	Count	7	11	3	21
		% within Escalões etários	25,9%	64,7%	37,5%	40,4%
	Não	Count	20	5	5	30
		% within Escalões etários	74,1%	29,4%	62,5%	57,7%
	Não responde	Count	0	1	0	1
		% within Escalões etários	0,0%	5,9%	0,0%	1,9%
Total		Count	27	17	8	52
		% within Escalões etários	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Contributo no último ano para a cidadania política - Usou/exibiu um crachá ou autocalante * Escalões etários Crosstabulation

			Escalões etários			Total
			de 65 a 74 anos	de 75 a 84 anos	85 ou mais anos	
Contributo no último ano para a cidadania política - Usou/exibiu um crachá ou autocalante	Sim	Count	1	5	2	8
		% within Escalões etários	3,7%	29,4%	25,0%	15,4%
	Não	Count	26	12	6	44
		% within Escalões etários	96,3%	70,6%	75,0%	84,6%
Total		Count	27	17	8	52
		% within Escalões etários	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Contributo no último ano para a cidadania política - Comprou um produto por razões políticas,éticas ou ambientais * Escalões etários Crosstabulation

			Escalões etários			Total
			de 65 a 74 anos	de 75 a 84 anos	85 ou mais anos	
Contributo no último ano para a cidadania política - Comprou um produto por razões políticas,éticas ou ambientais	Sim	Count	2	4	3	9
		% within Escalões etários	7,4%	23,5%	37,5%	17,3%
	Não	Count	24	11	5	40
		% within Escalões etários	88,9%	64,7%	62,5%	76,9%
	Não responde	Count	1	2	0	3
		% within Escalões etários	3,7%	11,8%	0,0%	5,8%
Total	Count	27	17	8	52	
	% within Escalões etários	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Contributo no último ano para a cidadania política - Recusou um produto por razões políticas,éticas ou ambientais * Escalões etários Crosstabulation

			Escalões etários			Total
			de 65 a 74 anos	de 75 a 84 anos	85 ou mais anos	
Contributo no último ano para a cidadania política - Recusou um produto por razões políticas,éticas ou ambientais	Sim	Count	7	8	4	19
		% within Escalões etários	25,9%	47,1%	50,0%	36,5%
	Não	Count	19	6	4	29
		% within Escalões etários	70,4%	35,3%	50,0%	55,8%
	Não responde	Count	1	3	0	4
		% within Escalões etários	3,7%	17,6%	0,0%	7,7%
Total	Count	27	17	8	52	
	% within Escalões etários	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Contributo no último ano para a cidadania política - Participou numa manifestação ilegal * Escalões etários

Crosstabulation

		Escalões etários			Total
		de 65 a 74 anos	de 75 a 84 anos	85 ou mais anos	
Contributo no último ano para a cidadania política - Participou numa manifestação ilegal	Count	1	1	0	2
	Sim % within Escalões etários	3,7%	5,9%	0,0%	3,8%
	Count	26	16	8	50
	Não % within Escalões etários	96,3%	94,1%	100,0%	96,2%
Total	Count	27	17	8	52
	% within Escalões etários	100,0%	100,0%	100,0%	100,0 %

Contributo no último ano para a cidadania política - Participou numa manifestação legal * Escalões etários

Crosstabulation

		Escalões etários			Total
		de 65 a 74 anos	de 75 a 84 anos	85 ou mais anos	
Contributo no último ano para a cidadania política - Participou numa manifestação legal	Count	5	9	1	15
	Sim % within Escalões etários	18,5%	52,9%	12,5%	28,8%
	Count	22	8	7	37
	Não % within Escalões etários	81,5%	47,1%	87,5%	71,2%
Total	Count	27	17	8	52
	% within Escalões etários	100,0%	100,0%	100,0%	100,0 %

Contributo no último ano para a cidadania política - Participou em fóruns de discussão na TV ou Rádio *

Escalões etários Crosstabulation

			Escalões etários			Total
			de 65 a 74 anos	de 75 a 84 anos	85 ou mais anos	
Contributo no último ano para a cidadania política - Participou em fóruns de discussão na TV ou Rádio	Sim	Count	2	0	0	2
		% within Escalões etários	7,4%	0,0%	0,0%	3,8%
	Não	Count	25	16	8	49
		% within Escalões etários	92,6%	94,1%	100,0%	94,2%
	Não responde	Count	0	1	0	1
		% within Escalões etários	0,0%	5,9%	0,0%	1,9%
Total	Count	27	17	8	52	
	% within Escalões etários	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Contributo no último ano para a cidadania política - Contatou um político ou representante do Governo

e/ou da autarquia * Escalões etários Crosstabulation

			Escalões etários			Total
			de 65 a 74 anos	de 75 a 84 anos	85 ou mais anos	
Contributo no último ano para a cidadania política - Contatou um político ou representante do Governo e/ou da autarquia	Sim	Count	5	5	3	13
		% within Escalões etários	18,5%	29,4%	37,5%	25,0%
	Não	Count	22	12	5	39
		% within Escalões etários	81,5%	70,6%	62,5%	75,0%
Total	Count	27	17	8	52	
	% within Escalões etários	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Contributo no último ano para a cidadania política - Fez um donativo para um partido político * Escalões etários Crosstabulation

			Escalões etários			Total
			de 65 a 74 anos	de 75 a 84 anos	85 ou mais anos	
Contributo no último ano para a cidadania política - Fez um donativo para um partido político	Sim	Count	1	1	1	3
		% within Escalões etários	3,7%	5,9%	12,5%	5,8%
	Não responde	Count	25	16	7	48
		% within Escalões etários	92,6%	94,1%	87,5%	92,3%
	Não responde	Count	1	0	0	1
		% within Escalões etários	3,7%	0,0%	0,0%	1,9%
Total	Count	27	17	8	52	
	% within Escalões etários	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Contributo no último ano para a cidadania política - Fez um donativo para uma organização humanitária ou de proteção dos direitos humanos * Escalões etários Crosstabulation

			Escalões etários			Total
			de 65 a 74 anos	de 75 a 84 anos	85 ou mais anos	
Contributo no último ano para a cidadania política - Fez um donativo para uma organização humanitária ou de proteção dos direitos humanos	Sim	Count	12	9	6	27
		% within Escalões etários	44,4%	52,9%	75,0%	51,9%
	Não responde	Count	15	7	2	24
		% within Escalões etários	55,6%	41,2%	25,0%	46,2%
	Não responde	Count	0	1	0	1
		% within Escalões etários	0,0%	5,9%	0,0%	1,9%
Total	Count	27	17	8	52	
	% within Escalões etários	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Contributo no último ano para a cidadania política - Fez um donativo para uma organização de proteção do ambiente, da paz e dos direitos dos animais * Escalões etários Crosstabulation

			Escalões etários			Total
			de 65 a 74 anos	de 75 a 84 anos	85 ou mais anos	
Contributo no último ano para a cidadania política - Fez um donativo para uma organização de proteção do ambiente, da paz e dos direitos dos animais	Sim	Count	5	1	3	9
		% within Escalões etários	18,5%	5,9%	37,5%	17,3%
	Não responde	Count	19	15	5	39
		% within Escalões etários	70,4%	88,2%	62,5%	75,0%
	Total	Count	3	1	0	4
		% within Escalões etários	11,1%	5,9%	0,0%	7,7%
		Count	27	17	8	52
		% within Escalões etários	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Mulheres

Crosstabs

Notes	
Output Created	24-JUN-2015 18:03:45
Comments	
	D:\Users\lecastela\Desktop\AMBIENTE DE TRABALHO
	10_2_15\ORIENTAÇÕES\GRACA COELHO\BASES FINAIS
	_17_12_14\BASE DADOS - GRACA COELHO_MULHERES_26_06_15.sav
Input	
	Active Dataset hom
	Filter <none>
	Weight <none>
	Split File <none>
	N of Rows in Working Data File 87
	Definition of Missing User-defined missing values are treated as missing.
Missing Value Handling	Statistics for each table are based on all the cases with valid data in the specified range(s) for all variables in each table.
	CROSSTABS
	/TABLES=@2.61ContPP
	@2.65ContSind @2.695ContDH
	@2.696ContDA @2.62ContPetic
	@2.63ContComp @2.64ContRecus
	@2.66ContManifleg @2.67ContManiLeg
	@2.68ContFor @2.693ContCrac
	@2.694ContPolitAut @2.697ContDonPP
	@2.698ContDonDH @2.699ContDonDA
	BY @1.7.1EscEtario
	/FORMAT=AVALUE TABLES
	/CELLS=COUNT COLUMN
	/COUNT ROUND CELL.
	Processor Time 00:00:00,02
	Elapsed Time 00:00:00,02
Resources	
	Dimensions Requested 2
	Cells Available 131029

Case Processing Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Contributo no último ano para a cidadania política - Filiou-se num partido político * Escalões etários	87	100,0%	0	0,0%	87	100,0%
Contributo no último ano para a cidadania política - Sindicalizou-se * Escalões etários	87	100,0%	0	0,0%	87	100,0%
Contributo no último ano para a cidadania política - Tornou-se membro de um grupo de proteção dos direitos humanos * Escalões etários	87	100,0%	0	0,0%	87	100,0%
Contributo no último ano para a cidadania política - Tornou-se membro de um grupo de proteção do ambiente, da paz ou dos direitos dos animais * Escalões etários	87	100,0%	0	0,0%	87	100,0%
Contributo no último ano para a cidadania política - Assinou uma petição ou abaixo assinado * Escalões etários	87	100,0%	0	0,0%	87	100,0%
Contributo no último ano para a cidadania política - Comprou um produto por razões políticas,éticas ou ambientais * Escalões etários	87	100,0%	0	0,0%	87	100,0%
Contributo no último ano para a cidadania política - Recusou um produto por razões políticas,éticas ou ambientais * Escalões etários	87	100,0%	0	0,0%	87	100,0%
Contributo no último ano para a cidadania política - Participou numa manifestação ilegal * Escalões etários	87	100,0%	0	0,0%	87	100,0%
Contributo no último ano para a cidadania política - Participou numa manifestação legal * Escalões etários	87	100,0%	0	0,0%	87	100,0%
Contributo no último ano para a cidadania política - Participou em fóruns de discussão na TV ou Rádio * Escalões etários	87	100,0%	0	0,0%	87	100,0%
Contributo no último ano para a cidadania política - Usou/exibiu um crachá ou autocalante * Escalões etários	87	100,0%	0	0,0%	87	100,0%

Contributo no último ano para a cidadania política - Contatou um político ou representante do Governo e/ou da autarquia * Escalões etários	87	100,0%	0	0,0%	87	100,0%
Contributo no último ano para a cidadania política - Fez um donativo para um partido político * Escalões etários	87	100,0%	0	0,0%	87	100,0%
Contributo no último ano para a cidadania política - Fez um donativo para uma organização humanitária ou de proteção dos direitos humanos * Escalões etários	87	100,0%	0	0,0%	87	100,0%
Contributo no último ano para a cidadania política - Fez um donativo para uma organização de proteção do ambiente, da paz e dos direitos dos animais * Escalões etários	87	100,0%	0	0,0%	87	100,0%

Contributo no último ano para a cidadania política - Filiou-se num partido político * Escalões etários

Crosstabulation

		Escalões etários			Total
		de 65 a 74 anos	de 75 a 84 anos	85 ou mais anos	
Contributo no último ano para a cidadania política - Filiou-se num partido político	Count	2	1	2	5
	Sim % within Escalões etários	5,7%	2,3%	22,2%	5,7%
	Count	33	42	7	82
	Não % within Escalões etários	94,3%	97,7%	77,8%	94,3%
Total	Count	35	43	9	87
	% within Escalões etários	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Contributo no último ano para a cidadania política - Sindicalizou-se * Escalões etários Crosstabulation

			Escalões etários			Total
			de 65 a 74 anos	de 75 a 84 anos	85 ou mais anos	
Contributo no último ano para a cidadania política - Sindicalizou-se	Sim	Count	2	5	0	7
		% within Escalões etários	5,7%	11,6%	0,0%	8,0%
	Não	Count	33	37	9	79
		% within Escalões etários	94,3%	86,0%	100,0%	90,8%
	Não responde	Count	0	1	0	1
		% within Escalões etários	0,0%	2,3%	0,0%	1,1%
Total	Count	35	43	9	87	
	% within Escalões etários	100,0%	100,0%	100,0%	100,0 %	

**Contributo no último ano para a cidadania política - Tornou-se membro de um grupo de proteção dos
direitos humanos * Escalões etários Crosstabulation**

			Escalões etários			Total
			de 65 a 74 anos	de 75 a 84 anos	85 ou mais anos	
Contributo no último ano para a cidadania política - Tornou-se membro de um grupo de proteção dos direitos humanos	Sim	Count	4	4	1	9
		% within Escalões etários	11,4%	9,3%	11,1%	10,3%
	Não	Count	28	39	8	75
		% within Escalões etários	80,0%	90,7%	88,9%	86,2%
	Não responde	Count	3	0	0	3
		% within Escalões etários	8,6%	0,0%	0,0%	3,4%
Total	Count	35	43	9	87	
	% within Escalões etários	100,0%	100,0%	100,0%	100,0 %	

Contributo no último ano para a cidadania política - Tornou-se membro de um grupo de proteção do ambiente, da paz ou dos direitos dos animais * Escalões etários Crosstabulation

			Escalões etários			Total
			de 65 a 74 anos	de 75 a 84 anos	85 ou mais anos	
Contributo no último ano para a cidadania política - Tornou-se membro de um grupo de proteção do ambiente, da paz ou dos direitos dos animais	Sim	Count	5	2	1	8
		% within Escalões etários	14,3%	4,7%	11,1%	9,2%
	Não responde	Count	27	41	8	76
		% within Escalões etários	77,1%	95,3%	88,9%	87,4%
	Total	Count	3	0	0	3
		% within Escalões etários	8,6%	0,0%	0,0%	3,4%
		Count	35	43	9	87
		% within Escalões etários	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Contributo no último ano para a cidadania política - Assinou uma petição ou abaixo assinado * Escalões etários Crosstabulation

			Escalões etários			Total
			de 65 a 74 anos	de 75 a 84 anos	85 ou mais anos	
Contributo no último ano para a cidadania política - Assinou uma petição ou abaixo assinado	Sim	Count	10	8	2	20
		% within Escalões etários	28,6%	18,6%	22,2%	23,0%
	Não	Count	25	35	7	67
		% within Escalões etários	71,4%	81,4%	77,8%	77,0%
	Total	Count	35	43	9	87
		% within Escalões etários	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Contributo no último ano para a cidadania política - Comprou um produto por razões políticas,éticas ou ambientais * Escalões etários Crosstabulation

			Escalões etários			Total
			de 65 a 74 anos	de 75 a 84 anos	85 ou mais anos	
Contributo no último ano para a cidadania política - Comprou um produto por razões políticas,éticas ou ambientais	Sim	Count	8	8	2	18
		% within Escalões etários	22,9%	18,6%	22,2%	20,7%
	Não	Count	24	35	6	65
		% within Escalões etários	68,6%	81,4%	66,7%	74,7%
	Não responde	Count	3	0	1	4
		% within Escalões etários	8,6%	0,0%	11,1%	4,6%
	Total	Count	35	43	9	87
		% within Escalões etários	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Contributo no último ano para a cidadania política - Recusou um produto por razões políticas,éticas ou ambientais * Escalões etários Crosstabulation

			Escalões etários			Total
			de 65 a 74 anos	de 75 a 84 anos	85 ou mais anos	
Contributo no último ano para a cidadania política - Recusou um produto por razões políticas,éticas ou ambientais	Sim	Count	13	11	1	25
		% within Escalões etários	37,1%	25,6%	11,1%	28,7%
	Não	Count	19	32	7	58
		% within Escalões etários	54,3%	74,4%	77,8%	66,7%
	Não responde	Count	3	0	1	4
		% within Escalões etários	8,6%	0,0%	11,1%	4,6%
	Total	Count	35	43	9	87
		% within Escalões etários	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Contributo no último ano para a cidadania política - Participou numa manifestação ilegal * Escalões etários

Crosstabulation

			Escalões etários			Total
			de 65 a 74 anos	de 75 a 84 anos	85 ou mais anos	
Contributo no último ano para a cidadania política - Participou numa manifestação ilegal	Não	Count	32	42	9	83
		% within Escalões etários	91,4%	97,7%	100,0%	95,4%
	Não responde	Count	3	1	0	4
		% within Escalões etários	8,6%	2,3%	0,0%	4,6%
Total		Count	35	43	9	87
		% within Escalões etários	100,0%	100,0%	100,0%	100,0 %

Contributo no último ano para a cidadania política - Participou numa manifestação legal * Escalões etários

Crosstabulation

			Escalões etários			Total
			de 65 a 74 anos	de 75 a 84 anos	85 ou mais anos	
Contributo no último ano para a cidadania política - Participou numa manifestação legal	Sim	Count	7	9	1	17
		% within Escalões etários	20,0%	20,9%	11,1%	19,5%
	Não	Count	27	34	8	69
		% within Escalões etários	77,1%	79,1%	88,9%	79,3%
Não responde	Count	1	0	0	1	
	% within Escalões etários	2,9%	0,0%	0,0%	1,1%	
Total		Count	35	43	9	87
		% within Escalões etários	100,0%	100,0%	100,0%	100,0 %

Contributo no último ano para a cidadania política - Participou em fóruns de discussão na TV ou Rádio *

Escalões etários Crosstabulation

			Escalões etários			Total
			de 65 a 74 anos	de 75 a 84 anos	85 ou mais anos	
Contributo no último ano para a cidadania política - Participou em fóruns de discussão na TV ou Rádio	Sim	Count	1	3	0	4
		% within Escalões etários	2,9%	7,0%	0,0%	4,6%
	Não	Count	33	40	9	82
		% within Escalões etários	94,3%	93,0%	100,0%	94,3%
	Não responde	Count	1	0	0	1
		% within Escalões etários	2,9%	0,0%	0,0%	1,1%
Total		Count	35	43	9	87
		% within Escalões etários	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Contributo no último ano para a cidadania política - Usou/exibiu um crachá ou autocalante * Escalões

etários Crosstabulation

			Escalões etários			Total
			de 65 a 74 anos	de 75 a 84 anos	85 ou mais anos	
Contributo no último ano para a cidadania política - Usou/exibiu um crachá ou autocalante	Sim	Count	10	8	1	19
		% within Escalões etários	28,6%	18,6%	11,1%	21,8%
	Não	Count	24	35	8	67
		% within Escalões etários	68,6%	81,4%	88,9%	77,0%
	Não responde	Count	1	0	0	1
		% within Escalões etários	2,9%	0,0%	0,0%	1,1%
Total		Count	35	43	9	87
		% within Escalões etários	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Contributo no último ano para a cidadania política - Contatou um político ou representante do Governo e/ou da autarquia * Escalões etários Crosstabulation

			Escalões etários			Total
			de 65 a 74 anos	de 75 a 84 anos	85 ou mais anos	
Contributo no último ano para a cidadania política - Contatou um político ou representante do Governo e/ou da autarquia	Sim	Count	10	9	2	21
		% within Escalões etários	28,6%	20,9%	22,2%	24,1%
	Não	Count	23	34	7	64
		% within Escalões etários	65,7%	79,1%	77,8%	73,6%
	Não responde	Count	2	0	0	2
		% within Escalões etários	5,7%	0,0%	0,0%	2,3%
Total	Count	35	43	9	87	
	% within Escalões etários	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Contributo no último ano para a cidadania política - Fez um donativo para um partido político * Escalões etários Crosstabulation

			Escalões etários			Total
			de 65 a 74 anos	de 75 a 84 anos	85 ou mais anos	
Contributo no último ano para a cidadania política - Fez um donativo para um partido político	Sim	Count	0	1	0	1
		% within Escalões etários	0,0%	2,3%	0,0%	1,1%
	Não	Count	35	41	9	85
		% within Escalões etários	100,0%	95,3%	100,0%	97,7%
	Não responde	Count	0	1	0	1
		% within Escalões etários	0,0%	2,3%	0,0%	1,1%
Total	Count	35	43	9	87	
	% within Escalões etários	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Contributo no último ano para a cidadania política - Fez um donativo para uma organização humanitária ou de proteção dos direitos humanos * Escalões etários Crosstabulation

			Escalões etários			Total
			de 65 a 74 anos	de 75 a 84 anos	85 ou mais anos	
Contributo no último ano para a cidadania política - Fez um donativo para uma organização humanitária ou de proteção dos direitos humanos	Sim	Count	18	20	5	43
		% within Escalões etários	51,4%	46,5%	55,6%	49,4%
	Não responde	Count	16	23	4	43
		% within Escalões etários	45,7%	53,5%	44,4%	49,4%
	Não responde	Count	1	0	0	1
		% within Escalões etários	2,9%	0,0%	0,0%	1,1%
Total	Count	35	43	9	87	
	% within Escalões etários	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Contributo no último ano para a cidadania política - Fez um donativo para uma organização de proteção do ambiente, da paz e dos direitos dos animais * Escalões etários Crosstabulation

			Escalões etários			Total
			de 65 a 74 anos	de 75 a 84 anos	85 ou mais anos	
Contributo no último ano para a cidadania política - Fez um donativo para uma organização de proteção do ambiente, da paz e dos direitos dos animais	Sim	Count	9	6	2	17
		% within Escalões etários	25,7%	14,0%	22,2%	19,5%
	Não responde	Count	22	37	7	66
		% within Escalões etários	62,9%	86,0%	77,8%	75,9%
	Não responde	Count	4	0	0	4
		% within Escalões etários	11,4%	0,0%	0,0%	4,6%
Total	Count	35	43	9	87	
	% within Escalões etários	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

SAVE OUTFILE='F:\26_06_15\BASE DADOS - GRACA
 COELHO_MULHERES_26_06_15.sav'
 /COMPRESSED.

Set 1

Grau de confiança- Assembleia da República

	Marginal Frequency
Total confiança	2
Muita confiança	15
Pouca confiança	71
Nenhuma confiança	48
Não responde	7
Missing	0
Missing within the set	1

Grau de confiança- Sistema de Justiça/Tribunais

	Marginal Frequency
Total confiança	0
Muita confiança	35
Pouca confiança	78
Nenhuma confiança	23
Não responde	7
Missing	0
Missing within the set	1

Grau de confiança- Polícia

	Marginal Frequency
Total confiança	5
Muita confiança	74
Pouca confiança	43
Nenhuma confiança	15
Não responde	6
Missing	0
Missing within the set	1

Grau de confiança- Políticos

	Marginal Frequency
Total confiança	0
Muita confiança	2
Pouca confiança	47
Nenhuma confiança	89
Não responde	5
Missing	0
Missing within the set	1

Grau de confiança- Partidos Políticos

	Marginal Frequency
Total confiança	0
Muita confiança	1
Pouca confiança	59
Nenhuma confiança	78
Não responde	5
Missing	0
Missing within the set	1

Grau de confiança- Parlamento Europeu

	Marginal Frequency
Total confiança	0
Muita confiança	8
Pouca confiança	64
Nenhuma confiança	49
Não responde	22
Missing	0
Missing within the set	1

Grau de confiança- Nações Unidas

	Marginal Frequency
Total confiança	0
Muita confiança	31
Pouca confiança	60
Nenhuma confiança	27
Não responde	25
Missing	1
Missing within the set	1

APÊNDICE 5

Overals e Perfis

APÊNDICE 5 – Overals e Perfis

Set	Weights		Component Loadings		Multiple Fit		Sum	Single Fit		Sum	Single Loss		Sum	
	Dimension		Dimension		Dimension			Dimension			Dimension			
	1	2	1	2	1	2		1	2		1	2		
1	Grau de confiança- Assembleia da República													
	0,4	0,132	0,128	0,276	0,161	0,021	0,182	0,16	0,017	0,177	0,001	0,003	0,004	
	Grau de confiança- Sistema de Justiça/Tribunais													
	-0,194	-0,464	-0,143	-0,36	0,038	0,216	0,254	0,038	0,216	0,253	0	0,001	0,001	
	Grau de confiança- Polícia													
	-0,066	0,424	-0,007	0,413	0,016	0,187	0,203	0,004	0,18	0,184	0,012	0,007	0,019	
	Grau de confiança- Políticos													
	0,067	-0,166	-0,003	-0,089	0,015	0,029	0,043	0,004	0,028	0,032	0,01	0,001	0,011	
	Grau de confiança- Partidos Políticos													
	-0,809	0,263	-0,676	0,321	0,655	0,07	0,725	0,654	0,069	0,723	0,001	0,001	0,002	
	Grau de confiança- Parlamento Europeu													
	-0,207	-0,264	-0,015	0,015	0,044	0,07	0,114	0,043	0,07	0,113	0,001	0	0,001	
	Grau de confiança- Nações Unidas													
	0,337	0,316	0,221	0,278	0,118	0,104	0,221	0,113	0,1	0,213	0,004	0,004	0,008	
2	Fatores que poderão dificultar a participação política de pessoas com 65+ anos: Saúde frágil													
	0,143	0,58	0,236	0,438	0,02	0,336	0,356	0,02	0,336	0,356	0	0	0	
	Fatores que poderão dificultar a participação política de pessoas com 65+ anos: Mobilidade dificultada													
	0,223	0,063	0,324	0,21	0,05	0,004	0,054	0,05	0,004	0,054	0	0	0	
	Fatores que poderão dificultar a participação política de pessoas com 65+ anos: Acesso à informação													
	-0,004	0,39	-0,128	0,229	0	0,152	0,152	0	0,152	0,152	0	0	0	
	Fatores que poderão dificultar a participação política de pessoas com 65+ anos: Acesso às Instituições e a													
	0,304	0,401	0,271	0,331	0,093	0,161	0,253	0,093	0,161	0,253	0	0	0	
	Fatores que poderão dificultar a participação política de pessoas com 65+ anos: Isolamento													
	-0,193	-0,215	-0,21	-0,095	0,037	0,046	0,083	0,037	0,046	0,083	0	0	0	
	Fatores que poderão dificultar a participação política de pessoas com 65+ anos: Outros motivos													
	-0,027	0,186	-0,168	-0,092	0,001	0,035	0,035	0,001	0,035	0,035	0	0	0	
3	Votou nas últimas eleições para o Parlamento Europeu?													
	-0,799	0,35	-0,812	0,319	0,639	0,127	0,767	0,638	0,122	0,76	0,001	0,005	0,006	
	Votou nas últimas eleições para a Presidência da República?													
	0,086	0,312	0,275	0,527	0,007	0,097	0,105	0,007	0,097	0,105	0	0	0	
	Votou nas últimas eleições Legislativas?													
	0,18	0,283	0,291	0,523	0,032	0,08	0,112	0,032	0,08	0,112	0	0	0	
	Votou nas últimas eleições Autárquicas?													
	0,012	0,037	0,043	0,064	0	0,001	0,002	0	0,001	0,002	0	0	0	
4	Contributo no último ano para a cidadania política - Filiaçou-se num partido político													
	-0,892	0,14	-0,47	0,092	0,795	0,022	0,817	0,795	0,019	0,814	0	0,002	0,002	
	Contributo no último ano para a cidadania política - Assinou uma petição ou abaixo assinado													
	0,068	0,294	0,108	0,496	0,005	0,087	0,091	0,005	0,087	0,091	0	0	0	
	Contributo no último ano para a cidadania política - Comprou um produto por razões políticas,éticas ou a													
	0,464	0,013	-0,242	0,157	0,215	0,002	0,218	0,215	0	0,216	0	0,002	0,002	
	Contributo no último ano para a cidadania política - Recusou um produto por razões políticas,éticas ou a													
	-0,543	-0,034	-0,428	-0,023	0,295	0,001	0,297	0,295	0,001	0,297	0	0	0	
	Contributo no último ano para a cidadania política - Sindicalizou-se													
	0,115	0,16	0,111	0,268	0,014	0,026	0,039	0,013	0,025	0,039	0	0	0,001	
	Contributo no último ano para a cidadania política - Participou numa manifestação ilegal													
	-0,168	-0,048	-0,032	-0,125	0,028	0,003	0,031	0,028	0,002	0,031	0	0,001	0,001	
	Contributo no último ano para a cidadania política - Participou numa manifestação legal													
	0,097	0,359	0,09	0,43	0,009	0,129	0,138	0,009	0,129	0,138	0	0	0	
	Contributo no último ano para a cidadania política - Participou em fóruns de discussão na TV ou Rádio													
	0,752	0,028	-0,007	0,048	0,568	0,001	0,569	0,565	0,001	0,566	0,003	0,001	0,003	
	Contributo no último ano para a cidadania política - Participou em comícios de partidos políticos													
	-0,16	-0,063	0,054	0,275	0,026	0,004	0,03	0,026	0,004	0,03	0	0	0	
	Contributo no último ano para a cidadania política - Participou em referendos													
	0,097	0,215	0,077	0,418	0,009	0,046	0,056	0,009	0,046	0,056	0	0	0	
	Contributo no último ano para a cidadania política - Participou em greves													
	0,115	-0,19	0,102	0,201	0,013	0,037	0,05	0,013	0,036	0,049	0	0,001	0,001	
	Contributo no último ano para a cidadania política - Usou/exibiu um crachá ou autocalante													
	-0,291	-0,115	0,017	0,051	0,085	0,013	0,098	0,085	0,013	0,098	0	0	0	
	Contributo no último ano para a cidadania política - Contatou um político ou representante do Governo													
	-0,147	0,236	0,009	0,064	0,022	0,056	0,078	0,022	0,056	0,077	0,001	0	0,001	
	Contributo no último ano para a cidadania política - Tornou-se membro de um grupo de proteção dos dir													
	0,381	-0,187	-0,042	-0,122	0,146	0,036	0,181	0,146	0,035	0,18	0	0,001	0,001	
	Contributo no último ano para a cidadania política - Tornou-se membro de um grupo de proteção do am													
	-0,057	-0,096	-0,112	-0,068	0,003	0,009	0,013	0,003	0,009	0,012	0	0	0	
	Contributo no último ano para a cidadania política - Fez um donativo para um partido político													
	0,043	0,146	0,081	0,111	0,003	0,021	0,024	0,002	0,021	0,023	0,001	0	0,001	
	Contributo no último ano para a cidadania política - Fez um donativo para uma organização humanitária													
	-0,47	0,481	-0,406	0,429	0,228	0,239	0,467	0,221	0,232	0,453	0,007	0,007	0,014	
	Contributo no último ano para a cidadania política - Fez um donativo para uma organização de proteção													
	-0,242	-0,157	-0,318	0,064	0,059	0,026	0,085	0,058	0,025	0,083	0,001	0,001	0,002	

SET 1 - GRAU DE CONFIANÇA

TwoStep Cluster Number * Grau de confiança- Partidos Políticos Crosstabulation							
		Grau de confiança- Partidos Políticos				Total	
		Muita confiança	Pouca confiança	Nenhuma confiança	Não responde		
TwoStep Cluster Number	1	Count	1	24	44	0	69
	% within TwoStep Cluster Number		1,4%	34,8%	63,8%	0,0%	100,0%
2	Count	0	35	34	1	70	
	% within TwoStep Cluster Number		0,0%	50,0%	48,6%	1,4%	100,0%
Total	Count	1	59	78	1	139	
	% within TwoStep Cluster Number		,7%	42,4%	56,1%	,7%	100,0%

TwoStep Cluster Number * Grau de confiança- Sistema de Justiça/Tribunais Crosstabulation							
		Justiça/Tribunais				Total	
		Muita confiança	Pouca confiança	Nenhuma confiança	Não responde		
TwoStep Cluster Number	1	Count	29	22	14	4	69
	% within TwoStep Cluster Number		42,0%	31,9%	20,3%	5,8%	100,0%
2	Count	4	55	9	2	70	
	% within TwoStep Cluster Number		5,7%	78,6%	12,9%	2,9%	100,0%
Total	Count	33	77	23	6	139	
	% within TwoStep Cluster Number		23,7%	55,4%	16,5%	4,3%	100,0%

TwoStep Cluster Number * Grau de confiança- Nações Unidas Crosstabulation							
		Grau de confiança- Nações Unidas				Total	
		Muita confiança	Pouca confiança	Nenhuma confiança	Não responde		
TwoStep Cluster Number	1	Count	14	16	21	17	68
	% within TwoStep Cluster Number		20,6%	23,5%	30,9%	25,0%	100,0%
2	Count	17	41	5	7	70	
	% within TwoStep Cluster Number		24,3%	58,6%	7,1%	10,0%	100,0%
Total	Count	31	57	26	24	138	
	% within TwoStep Cluster Number		22,5%	41,3%	18,8%	17,4%	100,0%

TwoStep Cluster Number * Grau de confiança- Nações Unidas Crosstabulation							
		Grau de confiança- Nações Unidas				Total	
		Muita confiança	Pouca confiança	Nenhuma confiança	Não responde		
TwoStep Cluster Number	1	Count	14	16	21	17	68
	% within TwoStep Cluster Number		20,6%	23,5%	30,9%	25,0%	100,0%
2	Count	17	41	5	7	70	
	% within TwoStep Cluster Number		24,3%	58,6%	7,1%	10,0%	100,0%
Total	Count	31	57	26	24	138	
	% within TwoStep Cluster Number		22,5%	41,3%	18,8%	17,4%	100,0%

SET 2 – FATORES QUE DIFICULTAM A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

TwoStep Cluster Number * Fatores que poderão dificultar a participação política de pessoas com 65+ anos: Mobilidade dificultada Crosstabulation						
		Fatores que poderão dificultar a participação política de pessoas com 65+ anos: Mobilidade dificultada			Total	
		Sim	Não	Não responde		
TwoStep Cluster Number	1	Count	23	45	1	69
	% within TwoStep Cluster Number	33,3%	65,2%	1,4%	100,0%	
2	Count	47	23	0	70	
	% within TwoStep Cluster Number	67,1%	32,9%	0,0%	100,0%	
Total	Count	70	68	1	139	
	% within TwoStep Cluster Number	50,4%	48,9%	,7%	100,0%	

TwoStep Cluster Number * Fatores que poderão dificultar a participação política de pessoas com 65+ anos: Saúde frágil Crosstabulation						
		Fatores que poderão dificultar a participação política de pessoas com 65+ anos: Saúde frágil			Total	
		Sim	Não	Não responde		
TwoStep Cluster Number	1	Count	42	27	1	69
	% within TwoStep Cluster Number	60,9%	39,1%	1,0%	100,0%	
2	Count	63	7	0	70	
	% within TwoStep Cluster Number	90,0%	10,0%	0,0%	100,0%	
Total	Count	105	34	1	139	
	% within TwoStep Cluster Number	75,5%	24,5%	,7%	100,0%	

TwoStep Cluster Number * Fatores que poderão dificultar a participação política de pessoas com 65+ anos: Acesso à informação Crosstabulation					
			dificultar a		Total
			Sim	Não	
TwoStep Cluster Number	1	Count	18	51	69
		% within TwoStep Cluster Number	26,1%	73,9%	100,0%
	2	Count	15	55	70
		% within TwoStep Cluster Number	21,4%	78,6%	100,0%
Total		Count	33	106	139
		% within TwoStep Cluster Number	23,7%	76,3%	100,0%

TwoStep Cluster Number * Fatores que poderão dificultar a participação política de pessoas com 65+ anos: Acesso às Instituições e aos órgãos políticos Crosstabulation					
			dificultar a		Total
			Sim	Não	
TwoStep Cluster Number	1	Count	1	68	69
		% within TwoStep Cluster Number	1,4%	98,6%	100,0%
	2	Count	16	54	70
		% within TwoStep Cluster Number	22,9%	77,1%	100,0%
Total		Count	17	122	139
		% within TwoStep Cluster Number	12,2%	87,8%	100,0%

SET 3 – PARTICIPAÇÃO ELEITORAL

TwoStep Cluster Number * Votou nas últimas eleições para o Parlamento Europeu? Crosstabulation					
			eleições para o		Total
			Sim	Não	
TwoStep Cluster Number	1	Count	44	25	69
		% within TwoStep Cluster Number	63,8%	36,2%	100,0%
	2	Count	62	8	70
		% within TwoStep Cluster Number	88,6%	11,4%	100,0%
Total		Count	106	33	139
		% within TwoStep Cluster Number	76,3%	23,7%	100,0%

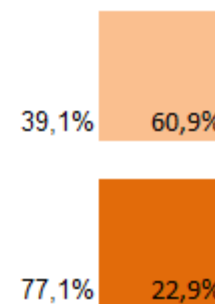
TwoStep Cluster Number * Votou nas últimas eleições para a Presidência da República? Crosstabulation					
			eleições para a		Total
			Sim	Não	
TwoStep Cluster Number	1	Count	53	16	69
		% within TwoStep Cluster Number	76,8%	23,2%	100,0%
	2	Count	70	0	70
		% within TwoStep Cluster Number	100,0%	0,0%	100,0%
Total		Count	123	16	139
		% within TwoStep Cluster Number	88,5%	11,5%	100,0%

**TwoStep Cluster Number * Votou nas últimas eleições
Legislativas? Crosstabulation**

			eleições Legislativas?		Total
			Sim	Não	
TwoStep Cluster Number	1	Count	54	15	69
		% within TwoStep Cluster Number	78,3%	21,7%	100,0%
	2	Count	70	0	70
		% within TwoStep Cluster Number	100,0%	0,0%	100,0%
Total		Count	124	15	139
		% within TwoStep Cluster Number	89,2%	10,8%	100,0%

TwoStep Cluster Number * Interesse sobre assuntos da política em geral Crosstabulation

		geral				Total	
		Muito interessado(a)	Razoavelmente interessado(a)	Pouco interessado(a)	Nada interessado(a)		
TwoStep Cluster Number	1	Count	4	23	20	22	69
	% within TwoStep Cluster Number	5,8%	33,3%	29,0%	31,9%	100,0%	
2	Count	15	39	11	5	70	
	% within TwoStep Cluster Number	21,4%	55,7%	15,7%	7,1%	100,0%	
Total	Count	19	62	31	27	139	
	% within TwoStep Cluster Number	13,7%	44,6%	22,3%	19,4%	100,0%	



SET 4 – CONTRIBUTOS PARA A CIDADANIA POLITICA E SOCIAL

TwoStep Cluster Number * Contributo no último ano para a cidadania política - Filiou-se num partido político Crosstabulation						
		cidadania política - Filiou-se			Total	
		Sim	Não	Não responde		
TwoStep Cluster Number	1	Count	1	68	0	69
		% within TwoStep Cluster Number	1,4%	98,6%	0,0%	100,0%
	2	Count	10	59	1	70
		% within TwoStep Cluster Number	14,3%	84,3%	1,4%	100,0%
Total		Count	11	127	1	139
		% within TwoStep Cluster Number	7,9%	91,4%	,7%	100,0%

TwoStep Cluster Number * Contributo no último ano para a cidadania política - Participou numa manifestação legal Crosstabulation						
		cidadania política - Participou			Total	
		Sim	Não	Não responde		
TwoStep Cluster Number	1	Count	5	63	1	69
		% within TwoStep Cluster Number	7,2%	91,3%	1,4%	100,0%
	2	Count	27	43	0	70
		% within TwoStep Cluster Number	38,6%	61,4%	0,0%	100,0%
Total		Count	32	106	1	139
		% within TwoStep Cluster Number	23,0%	76,3%	,7%	100,0%

TwoStep Cluster Number * Contributo no último ano para a cidadania política - Recusou um produto por razões políticas,éticas ou ambientais Crosstabulation

		cidadania política - Recusou um			Total	
		Sim	Não	Não responde		
TwoStep Cluster Number	1	Count	9	58	2	69
		% within TwoStep Cluster Number	13,0%	84,1%	2,9%	100,0%
	2	Count	35	29	6	70
		% within TwoStep Cluster Number	50,0%	41,4%	8,6%	100,0%
Total		Count	44	87	8	139
		% within TwoStep Cluster Number	31,7%	62,6%	5,8%	100,0%

TwoStep Cluster Number * Contributo no último ano para a cidadania política - Fez um donativo para uma organização humanitária ou de proteção dos direitos humanos Crosstabulation

		cidadania política - Fez um			Total	
		Sim	Não	Não responde		
TwoStep Cluster Number	1	Count	27	42	0	69
		% within TwoStep Cluster Number	39,1%	60,9%	0,0%	100,0%
	2	Count	43	25	2	70
		% within TwoStep Cluster Number	61,4%	35,7%	2,9%	100,0%
Total		Count	70	67	2	139
		% within TwoStep Cluster Number	50,4%	48,2%	1,4%	100,0%

TwoStep Cluster Number * Contributo no último ano para a cidadania política - Fez um donativo para uma organização de proteção do ambiente, da paz e dos direitos dos animais Crosstabulation

			cidadania política - Fez um			Total
			Sim	Não	Não responde	
TwoStep Cluster Number	1	Count	12	55	2	69
		% within TwoStep Cluster Number	17,4%	79,7%	2,9%	100,0%
	2	Count	14	50	6	70
		% within TwoStep Cluster Number	20,0%	71,4%	8,6%	100,0%
Total		Count	26	105	8	139
		% within TwoStep Cluster Number	18,7%	75,5%	5,8%	100,0%

TwoStep Cluster Number * Contributo no último ano para a cidadania política - Contatou um político ou representante do Governo e/ou da autarquia Crosstabulation

			cidadania política - Contatou um			Total
			Sim	Não	Não responde	
TwoStep Cluster Number	1	Count	14	53	2	69
		% within TwoStep Cluster Number	20,3%	76,8%	2,9%	100,0%
	2	Count	20	50	0	70
		% within TwoStep Cluster Number	28,6%	71,4%	0,0%	100,0%
Total		Count	34	103	2	139
		% within TwoStep Cluster Number	24,5%	74,1%	1,4%	100,0%

TwoStep Cluster Number * Contributo no último ano para a cidadania política - Fez um donativo para um partido político Crosstabulation						
		cidadania política - Fez um			Total	
		Sim	Não	Não responde		
TwoStep Cluster Number	1	Count	1	66	2	69
		% within TwoStep Cluster Number	1,4%	95,7%	2,9%	100,0%
	2	Count	3	67	0	70
		% within TwoStep Cluster Number	4,3%	95,7%	0,0%	100,0%
Total		Count	4	133	2	139
		% within TwoStep Cluster Number	2,9%	95,7%	1,4%	100,0%

TwoStep Cluster Number * Contributo no último ano para a cidadania política - Participou em referendos Crosstabulation

		cidadania política - Participou em			Total	
		Sim	Não	Não responde		
TwoStep Cluster Number	1	Count	7	61	1	69
		% within TwoStep Cluster Number	10,1%	88,4%	1,4%	100,0%
	2	Count	33	37	0	70
		% within TwoStep Cluster Number	47,1%	52,9%	0,0%	100,0%
Total		Count	40	98	1	139
		% within TwoStep Cluster Number	28,8%	70,5%	,7%	100,0%

DESCRITIVAS CLUSTER 1 E 2

CLUSTER 1

Em que freguesia?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulativ e Percent
Valid	Sé	37	53,6	53,6	53,6
	São Pedro	32	46,4	46,4	100,0
Total		69	100,0	100,0	

Statistics

		tempo	Idade	filhos?
N	Valid	69	69	61
	Missing	0	0	8
Mean		52,13	77,32	2,03
Median		60,00	78,00	2,00
Mode		40	78	2
Std. Deviation		24,126	6,427	1,032
Minimum		3	65	1
Maximum		87	90	7

CLUSTER 2

Em que freguesia?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulativ e Percent
Valid	Sé	41	58,6	58,6	58,6
	São Pedro	29	41,4	41,4	100,0
Total		70	100,0	100,0	

Statistics

		tempo	Idade	filhos?
N	Valid	70	70	62
	Missing	0	0	8
Mean		55,16	73,59	2,10
Median		54,50	72,00	2,00
Mode		40 ^a	67	2
Std. Deviation		17,338	6,495	1,067
Minimum		20	65	1
Maximum		90	90	6

a. Multiple modes exist. The smallest value is shown

CLUSTER 1

Quantos filhos?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1	18	26,1	29,5	29,5
2	30	43,5	49,2	78,7
3	9	13,0	14,8	93,4
4	3	4,3	4,9	98,4
7	1	1,4	1,6	100,0
Total	61	88,4	100,0	
Missing System	8	11,6		
Total	69	100,0		

CLUSTER 2

Quantos filhos?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1	19	27,1	30,6	30,6
2	25	35,7	40,3	71,0
3	15	21,4	24,2	95,2
4	1	1,4	1,6	96,8
6	2	2,9	3,2	100,0
Total	62	88,6	100,0	
Missing System	8	11,4		
Total	70	100,0		

Nível de escolaridade

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Não sabe ler nem escrever	1	1,4	1,5	1,5
Sem nível de escolaridade, mas sabe ler e escrever	3	4,3	4,4	5,9
Ensino básico 1	32	46,4	47,1	52,9
Ensino básico 2	7	10,1	10,3	63,2
Ensino básico 3	13	18,8	19,1	82,4
Ensino secundário	9	13,0	13,2	95,6
Bacharelato	1	1,4	1,5	97,1
Ensino superior	2	2,9	2,9	100,0
Total	68	98,6	100,0	
Missing System	1	1,4		
Total	69	100,0		

Nível de escolaridade

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sem nível de escolaridade, mas sabe ler e escrever	2	2,9	2,9	2,9
Ensino básico 1	9	12,9	12,9	15,7
Ensino básico 2	1	1,4	1,4	17,1
Ensino básico 3	17	24,3	24,3	41,4
Ensino secundário	25	35,7	35,7	77,1
Bacharelato	6	8,6	8,6	85,7
Ensino superior	9	12,9	12,9	98,6
Doutoramento	1	1,4	1,4	100,0
Total	70	100,0	100,0	

CLUSTER 1

Atividade desenvolvida no último mês-Trabalho remunerado					
	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulativ e Percent	
Valid	Por conta de outrem	3	4,3	4,3	4,3
	Por conta própria e sem trabalhadores a cargo	6	8,7	8,7	13,0
	Não realizou trabalho remunerado	60	87,0	87,0	100,0
	Total	69	100,0	100,0	

CLUSTER 2

Atividade desenvolvida no último mês-Trabalho remunerado

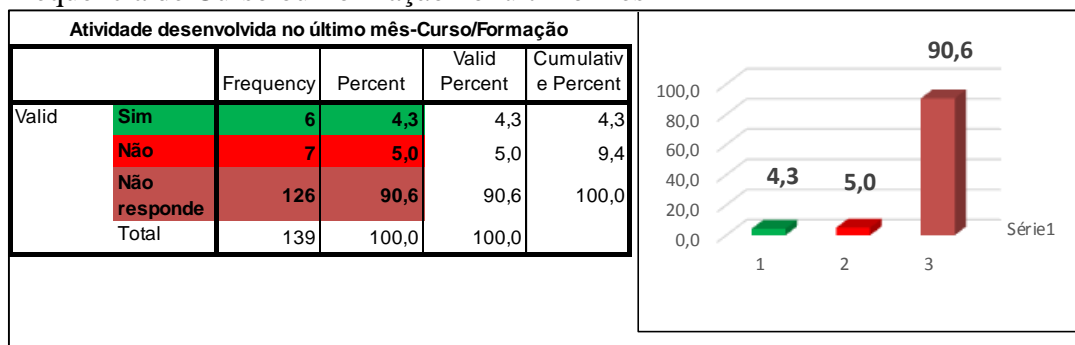
	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulativ e Percent
Valid	Por conta de outrem	3	4,3	4,3
	Por conta própria e sem trabalhadores a cargo	4	5,7	5,7
	Por conta própria e com trabalhadores a cargo	3	4,3	4,3
	Não realizou trabalho remunerado	60	85,7	85,7
	Total	70	100,0	100,0

APÊNDICE 6

Envelhecimento ativo

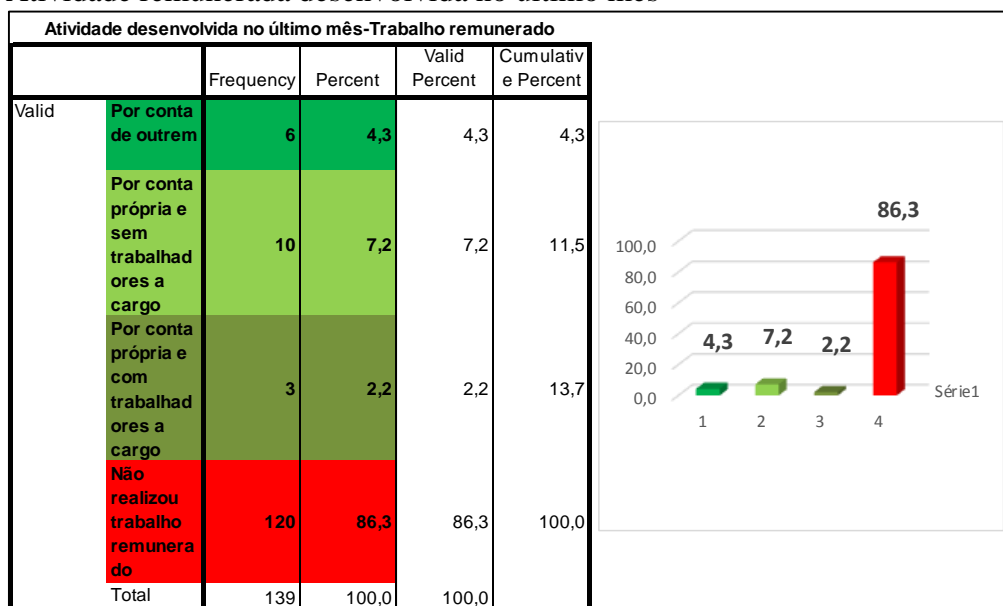
APÊNDICE 6 – Envelhecimento ativo

Frequência de Curso ou Formação no último mês



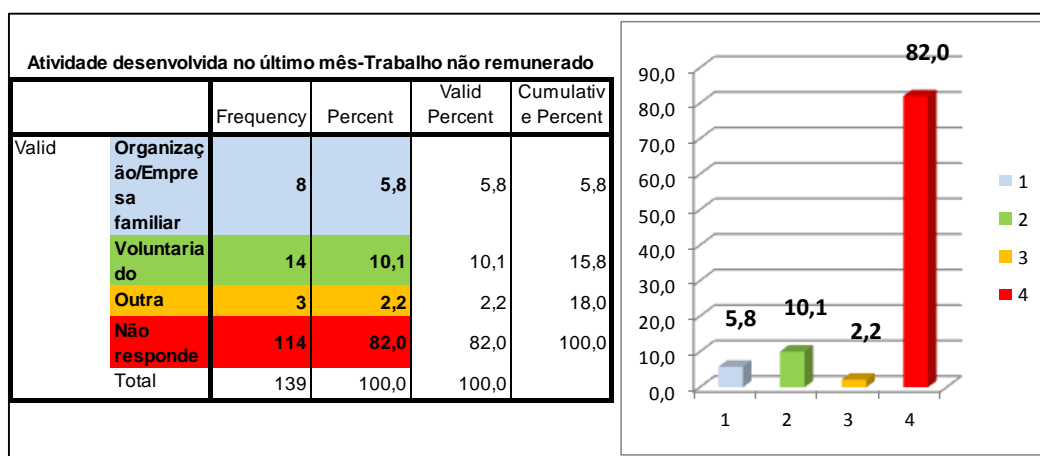
Fonte: Elaboração própria

Atividade remunerada desenvolvida no último mês



Fonte: Elaboração própria

Atividade não remunerada desenvolvida no último mês.



Fonte: Elaboração própria

ANEXOS

ANEXO 1

Legislação

ANEXO 1 - Legislação

Documento 1

1 – Direitos dos Idosos

Princípios das Nações Unidas para o Idoso

Resolução 46/91 – Aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas 16/12/1991

INDEPENDÊNCIA

1. Ter acesso à alimentação, à água, à habitação, ao vestuário, à saúde, a apoio familiar e comunitário.
2. Ter oportunidade de trabalhar ou ter acesso a outras formas de geração de rendimentos.
3. Poder determinar em que momento se deve afastar do mercado de trabalho.
4. Ter acesso à educação permanente e a programas de qualificação e requalificação profissional.
5. Poder viver em ambientes seguros adaptáveis à sua preferência pessoal, que sejam passíveis de mudanças.
6. Poder viver em sua casa pelo tempo que for viável.

PARTICIPAÇÃO

7. Permanecer integrado na sociedade, participar ativamente na formulação e implementação de políticas que afetam diretamente o seu bem-estar e transmitir aos mais jovens conhecimentos e habilidades.
8. Aproveitar as oportunidades para prestar serviços à comunidade, trabalhando como voluntário, de acordo com seus interesses e capacidades.
9. Poder formar movimentos ou associações de idosos.

ASSISTÊNCIA

10. Beneficiar da assistência e proteção da família e da comunidade, de acordo com os seus valores culturais.
11. Ter acesso à assistência médica para manter ou adquirir o bem-estar físico, mental e emocional, prevenindo a incidência de doenças.
12. Ter acesso a meios apropriados de atenção institucional que lhe proporcionem proteção, reabilitação, estimulação mental e desenvolvimento social, num ambiente humano e seguro.
13. Ter acesso a serviços sociais e jurídicos que lhe assegurem melhores níveis de autonomia, proteção e assistência
14. Desfrutar os direitos e liberdades fundamentais, quando residente em instituições que lhe proporcionem os cuidados necessários, respeitando-o na sua dignidade, crença e intimidade. Deve desfrutar ainda do direito de tomar decisões quanto à assistência prestada pela instituição e à qualidade da sua vida.

AUTO-REALIZAÇÃO

15. Aproveitar as oportunidades para o total desenvolvimento das suas potencialidades.
16. Ter acesso aos recursos educacionais, culturais, espirituais e de lazer da sociedade.

DIGNIDADE

17. Poder viver com dignidade e segurança, sem ser objeto de exploração e maus-tratos físicos e/ou mentais.
18. Ser tratado com justiça, independentemente da idade, sexo, raça, etnia, deficiências, condições económicas ou outros fatores.

Documento 2 (alguns artigos mais pertinentes para o estudo)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

TEXTO INTEGRAL APÓS IV REVISÃO CONSTITUCIONAL (LEI CONSTITUCIONAL 1/2004, DE 24/07)
e actualizado nos Artigos 295 e 296 pela Lei Constitucional 1/2005, de 12 de Agosto

Preâmbulo

A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista. Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.

A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais.

No exercício destes direitos e liberdades, os legítimos representantes do povo reúnem-se para elaborar uma Constituição que corresponde às aspirações do país.

A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.

A Assembleia Constituinte, reunida na sessão plenária de 2 de Abril de 1976, aprova e decreta a seguinte Constituição da República Portuguesa:

Princípios fundamentais

Artigo 1.º

(República Portuguesa)

Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Artigo 2.º

(Estado de direito democrático)

A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.

Artigo 3.º

(Soberania e legalidade)

1. A soberania, una e indivisível, reside no povo, que a exerce segundo as formas previstas na Constituição.

2. O Estado subordina-se à Constituição e funda-se na legalidade democrática.

3. A validade das leis e dos demais atos do Estado, das regiões autónomas, do poder local e de quaisquer outras entidades públicas depende da sua conformidade com a Constituição.

Artigo 4.º

(Cidadania portuguesa)

São cidadãos portugueses todos aqueles que como tal sejam considerados pela lei ou por convenção internacional.

Artigo 9.º

(Tarefas fundamentais do Estado)

São tarefas fundamentais do Estado:

- a) Garantir a independência nacional e criar as condições políticas, económicas, sociais e culturais que a promovam;
- b) Garantir os direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de direito democrático;
- c) Defender a democracia política, assegurar e incentivar a participação democrática dos cidadãos na resolução dos problemas nacionais;

- d) Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais;
- e) Proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correto ordenamento do território;
- f) Assegurar o ensino e a valorização permanente, defender o uso e promover a difusão internacional da língua portuguesa;
- g) Promover o desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional, tendo em conta, designadamente, o carácter ultraperiférico dos arquipélagos dos Açores e da Madeira;
- h) Promover a igualdade entre homens e mulheres.

Artigo 10.º

(Sufrágio universal e partidos políticos)

1. O povo exerce o poder político através do sufrágio universal, igual, direto, secreto e periódico, do referendo e das demais formas previstas na Constituição.
2. Os partidos políticos concorrem para a organização e para a expressão da vontade popular, no respeito pelos princípios da independência nacional, da unidade do Estado e da democracia política.

PARTE I

Direitos e deveres fundamentais

TÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 12.º

(Princípio da universalidade)

1. Todos os cidadãos gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição.
2. As pessoas coletivas gozam dos direitos e estão sujeitas aos deveres compatíveis com a sua natureza.

Artigo 13.º

(Princípio da igualdade)

1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.
 2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.
- Europeia residentes em Portugal o direito de elegerem e serem eleitos Deputados ao Parlamento

Europeu.

Artigo 17.º

(Regime dos direitos, liberdades e garantias)

O regime dos direitos, liberdades e garantias aplica-se aos enunciados no título II e aos direitos fundamentais de natureza análoga.

Artigo 18.º

(Força jurídica)

1. Os preceitos constitucionais respeitantes aos direitos, liberdades e garantias são diretamente aplicáveis e vinculam as entidades públicas e privadas.
2. A lei só pode restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição, devendo as restrições limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos.
3. As leis restritivas de direitos, liberdades e garantias têm de revestir carácter geral e abstrato e não podem ter efeito retroativo nem diminuir a extensão e o alcance do conteúdo essencial dos preceitos constitucionais.

Artigo 19.º

(Suspensão do exercício de direitos)

1. Os órgãos de soberania não podem, conjunta ou separadamente, suspender o exercício dos direitos, liberdades e garantias, salvo em caso de estado de sítio ou de estado de emergência, declarados na forma prevista na Constituição.

2. O estado de sítio ou o estado de emergência só podem ser declarados, no todo ou em parte do território nacional, nos casos de agressão efetiva ou iminente por forças estrangeiras, de grave ameaça ou perturbação da ordem constitucional democrática ou de calamidade pública.
3. O estado de emergência é declarado quando os pressupostos referidos no número anterior se revistam de menor gravidade e apenas pode determinar a suspensão de alguns dos direitos, liberdades e garantias suscetíveis de serem suspensos.
4. A opção pelo estado de sítio ou pelo estado de emergência, bem como as respetivas declaração e execução, devem respeitar o princípio da proporcionalidade e limitar-se, nomeadamente quanto às suas extensão e duração e aos meios utilizados, ao estritamente necessário ao pronto restabelecimento da normalidade constitucional.
5. A declaração do estado de sítio ou do estado de emergência é adequadamente fundamentada e contém a especificação dos direitos, liberdades e garantias cujo exercício fica suspenso, não podendo o estado declarado ter duração superior a quinze dias, ou à duração fixada por lei quando em consequência de declaração de guerra, sem prejuízo de eventuais renovações, com salvaguarda dos mesmos limites.
6. A declaração do estado de sítio ou do estado de emergência em nenhum caso pode afetar os direitos à vida, à integridade pessoal, à identidade pessoal, à capacidade civil e à cidadania, a não retroatividade da lei criminal, o direito de defesa dos arguidos e a liberdade de consciência e de religião.
7. A declaração do estado de sítio ou do estado de emergência só pode alterar a normalidade constitucional nos termos previstos na Constituição e na lei, não podendo nomeadamente afetar a aplicação das regras constitucionais relativas à competência e ao funcionamento dos órgãos de soberania e de governo próprio das regiões autónomas ou os direitos e imunidades dos respetivos titulares.
8. A declaração do estado de sítio ou do estado de emergência confere às autoridades competência para tomarem as providências necessárias e adequadas ao pronto restabelecimento da normalidade constitucional.

Artigo 20.º

(Acesso ao direito e tutela jurisdicional efetiva)

1. A todos é assegurado o acesso ao direito e aos tribunais para defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, não podendo a justiça ser denegada por insuficiência de meios económicos.
2. Todos têm direito, nos termos da lei, à informação e consulta jurídicas, ao patrocínio judiciário e a fazer-se acompanhar por advogado perante qualquer autoridade.
3. A lei define e assegura a adequada proteção do segredo de justiça.
4. Todos têm direito a que uma causa em que intervenham seja objeto de decisão em prazo razoável e mediante processo equitativo.
5. Para defesa dos direitos, liberdades e garantias pessoais, a lei assegura aos cidadãos procedimentos judiciais caracterizados pela celeridade e prioridade, de modo a obter tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses direitos.

Artigo 21.º

(Direito de resistência)

Todos têm o direito de resistir a qualquer ordem que ofenda os seus direitos, liberdades e garantias e de repelir pela força qualquer agressão, quando não seja possível recorrer à autoridade pública.

Artigo 22.º

(Responsabilidade das entidades públicas)

O Estado e as demais entidades públicas são civilmente responsáveis, em forma solidária com os titulares dos seus órgãos, funcionários ou agentes, por ações ou omissões praticadas no exercício das suas funções e por causa desse exercício, de que resulte violação dos direitos, liberdades e garantias ou prejuízo para outrem.

TÍTULO II

Direitos, liberdades e garantias

CAPÍTULO I

Direitos, liberdades e garantias pessoais

Artigo 24.º

(Direito à vida)

1. A vida humana é inviolável.
2. Em caso algum haverá pena de morte.

Artigo 25.º

(Direito à integridade pessoal)

1. A integridade moral e física das pessoas é inviolável.
2. Ninguém pode ser submetido a tortura, nem a tratos ou penas cruéis, degradantes ou desumanos.

Artigo 26.º

(Outros direitos pessoais)

1. A todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à proteção legal contra quaisquer formas de discriminação.
2. A lei estabelecerá garantias efetivas contra a obtenção e utilização abusivas, ou contrárias à dignidade humana, de informações relativas às pessoas e famílias.
3. A lei garantirá a dignidade pessoal e a identidade genética do ser humano, nomeadamente na criação, desenvolvimento e utilização das tecnologias e na experimentação científica.
4. A privação da cidadania e as restrições à capacidade civil só podem efetuar-se nos casos e termos previstos na lei, não podendo ter como fundamento motivos políticos.

Artigo 27.º

(Direito à liberdade e à segurança)

1. Todos têm direito à liberdade e à segurança.
2. Ninguém pode ser total ou parcialmente privado da liberdade, a não ser em consequência de sentença judicial condenatória pela prática de ato punido por lei com pena de prisão ou de aplicação judicial de medida de segurança.
3. Excetua-se deste princípio a privação da liberdade, pelo tempo e nas condições que a lei determinar, nos casos seguintes
 - a) Detenção em flagrante delito;
 - b) Detenção ou prisão preventiva por fortes indícios de prática de crime doloso a que corresponda pena de prisão cujo limite máximo seja superior a três anos;
 - c) Prisão, detenção ou outra medida coativa sujeita a controlo judicial, de pessoa que tenha penetrado ou permaneça irregularmente no território nacional ou contra a qual esteja em curso processo de extradição ou de expulsão;
 - d) Prisão disciplinar imposta a militares, com garantia de recurso para o tribunal competente;
 - e) Sujeição de um menor a medidas de proteção, assistência ou educação em estabelecimento adequado, decretadas pelo tribunal judicial competente;
 - f) Detenção por decisão judicial em virtude de desobediência a decisão tomada por um tribunal ou para assegurar a comparência perante autoridade judiciária competente;
 - g) Detenção de suspeitos, para efeitos de identificação, nos casos e pelo tempo estritamente necessários;
 - h) Internamento de portador de anomalia psíquica em estabelecimento terapêutico adequado, decretado ou confirmado por autoridade judicial competente.
4. Toda a pessoa privada da liberdade deve ser informada imediatamente e de forma compreensível das razões da sua prisão ou detenção e dos seus direitos.
5. A privação da liberdade contra o disposto na Constituição e na lei constitui o Estado no dever de indemnizar o lesado nos termos que a lei estabelecer.

Artigo 37.º

(Liberdade de expressão e informação)

1. Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações.
2. O exercício destes direitos não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura.

3. As infrações cometidas no exercício destes direitos ficam submetidas aos princípios gerais de direito criminal ou do ilícito de mera ordenação social, sendo a sua apreciação respetivamente da competência dos tribunais judiciais ou de entidade administrativa independente, nos termos da lei.
4. A todas as pessoas, singulares ou coletivas, é assegurado, em condições de igualdade e eficácia, o direito de resposta e de retificação, bem como o direito a indemnização pelos danos sofridos.

Artigo 38.º

(Liberdade de imprensa e meios de comunicação social)

1. É garantida a liberdade de imprensa.
2. A liberdade de imprensa implica:
 - a) A liberdade de expressão e criação dos jornalistas e colaboradores, bem como a intervenção dos primeiros na orientação editorial dos respetivos órgãos de comunicação social, salvo quando tiverem natureza doutrinária ou confessional;
 - b) O direito dos jornalistas, nos termos da lei, ao acesso às fontes de informação e à proteção da independência e do sigilo profissionais, bem como o direito de elegerem conselhos de redação;
 - c) O direito de fundação de jornais e de quaisquer outras publicações, independentemente de autorização administrativa, caução ou habilitação prévias.
3. A lei assegura, com carácter genérico, a divulgação da titularidade e dos meios de financiamento dos órgãos de comunicação social.
4. O Estado assegura a liberdade e a independência dos órgãos de comunicação social perante o poder político e o poder económico, impondo o princípio da especialidade das empresas titulares de órgãos de informação geral, tratando-as e apoiando-as de forma não discriminatória e impedindo a sua concentração, designadamente através de participações múltiplas ou cruzadas.
5. O Estado assegura a existência e o funcionamento de um serviço público de rádio e de televisão.
6. A estrutura e o funcionamento dos meios de comunicação social do sector público devem salvaguardar a sua independência perante o Governo, a Administração e os demais poderes públicos, bem como assegurar a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião.
7. As estações emissoras de radiodifusão e de radiotelevisão só podem funcionar mediante licença, a conferir por concurso público, nos termos da lei.

Artigo 40.º

(Direitos de antena, de resposta e de réplica política)

1. Os partidos políticos e as organizações sindicais, profissionais e representativas das atividades económicas, bem como outras organizações sociais de âmbito nacional, têm direito, de acordo com a sua relevância e representatividade e segundo critérios objetivos a definir por lei, a tempos de antena no serviço público de rádio e de televisão.
2. Os partidos políticos representados na Assembleia da República, e que não façam parte do Governo, têm direito, nos termos da lei, a tempos de antena no serviço público de rádio e televisão, a ratear de acordo com a sua representatividade, bem como o direito de resposta ou de réplica política às declarações políticas do Governo, de duração e relevo iguais aos dos tempos de antena e das declarações do Governo, de iguais direitos gozando, no âmbito da respetiva região, os partidos representados nas Assembleias Legislativas das regiões autónomas.
3. Nos períodos eleitorais os concorrentes têm direito a tempos de antena, regulares e equitativos, nas estações emissoras de rádio e de televisão de âmbito nacional e regional, nos termos da lei.

Artigo 41.º

(Liberdade de consciência, de religião e de culto)

1. A liberdade de consciência, de religião e de culto é inviolável.
2. Ninguém pode ser perseguido, privado de direitos ou isento de obrigações ou deveres cívicos por causa das suas convicções ou prática religiosa.
3. Ninguém pode ser perguntado por qualquer autoridade acerca das suas convicções ou prática religiosa, salvo para recolha de dados estatísticos não individualmente identificáveis, nem ser prejudicado por se recusar a responder.
4. As igrejas e outras comunidades religiosas estão separadas do Estado e são livres na sua organização

e no exercício das suas funções e do culto.

5. É garantida a liberdade de ensino de qualquer religião praticado no âmbito da respetiva confissão, bem como a utilização de meios de comunicação social próprios para o prosseguimento das suas atividades.

6. É garantido o direito à objeção de consciência, nos termos da lei.

Artigo 42.º

(Liberdade de criação cultural)

1. É livre a criação intelectual, artística e científica.
2. Esta liberdade compreende o direito à invenção, produção e divulgação da obra científica, literária ou artística, incluindo a proteção legal dos direitos de autor.

Artigo 43.º

(Liberdade de aprender e ensinar)

1. É garantida a liberdade de aprender e ensinar.
2. O Estado não pode programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas.
3. O ensino público não será confessional.
4. É garantido o direito de criação de escolas particulares e cooperativas.

Artigo 45.º

(Direito de reunião e de manifestação)

1. Os cidadãos têm o direito de se reunir, pacificamente e sem armas, mesmo em lugares abertos ao público, sem necessidade de qualquer autorização.
2. A todos os cidadãos é reconhecido o direito de manifestação

Artigo 46.º

(Liberdade de associação)

1. Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respectivos fins não sejam contrários à lei penal.
2. As associações prosseguem livremente os seus fins sem interferência das autoridades públicas e não podem ser dissolvidas pelo Estado ou suspensas as suas actividades senão nos casos previstos na lei e mediante decisão judicial.
3. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação nem coagido por qualquer meio a permanecer nela.
4. Não são consentidas associações armadas nem de tipo militar, militarizadas ou paramilitares, nem organizações racistas ou que perfilhem a ideologia fascista.

Artigo 47.º

(Liberdade de escolha de profissão e acesso à função pública)

1. Todos têm o direito de escolher livremente a profissão ou o género de trabalho, salvas as restrições legais impostas pelo interesse coletivo ou inerentes à sua própria capacidade.
2. Todos os cidadãos têm o direito de acesso à função pública, em condições de igualdade e liberdade, em regra por via de concurso.

CAPÍTULO II

Direitos, liberdades e garantias de participação política

Artigo 48.º

(Participação na vida pública)

1. Todos os cidadãos têm o direito de tomar parte na vida política e na direção dos assuntos públicos do país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos.
2. Todos os cidadãos têm o direito de ser esclarecidos objetivamente sobre atos do Estado e demais entidades públicas e de ser informados pelo Governo e outras autoridades acerca da gestão dos assuntos públicos.

Artigo 49.º

(Direito de sufrágio)

1. Têm direito de sufrágio todos os cidadãos maiores de dezoito anos, ressalvadas as incapacidades previstas na lei geral.

2. O exercício do direito de sufrágio é pessoal e constitui um dever cívico.

Artigo 50.º

(Direito de acesso a cargos públicos)

1. Todos os cidadãos têm o direito de acesso, em condições de igualdade e liberdade, aos cargos públicos.

2. Ninguém pode ser prejudicado na sua colocação, no seu emprego, na sua carreira profissional ou nos benefícios sociais a que tenha direito, em virtude do exercício de direitos políticos ou do desempenho de cargos públicos.

3. No acesso a cargos eletivos a lei só pode estabelecer as inelegibilidades necessárias para garantir a liberdade de escolha dos eleitores e a isenção e independência do exercício dos respetivos cargos.

Artigo 51.º

(Associações e partidos políticos)

1. A liberdade de associação compreende o direito de constituir ou participar em associações e partidos políticos e de através deles concorrer democraticamente para a formação da vontade popular e a organização do poder político.

2. Ninguém pode estar inscrito simultaneamente em mais de um partido político nem ser privado do exercício de qualquer direito por estar ou deixar de estar inscrito em algum partido legalmente constituído.

3. Os partidos políticos não podem, sem prejuízo da filosofia ou ideologia inspiradora do seu programa, usar denominação que contenha expressões diretamente relacionadas com quaisquer religiões ou igrejas, bem como emblemas confundíveis com símbolos nacionais ou religiosos.

4. Não podem constituir-se partidos que, pela sua designação ou pelos seus objetivos programáticos, tenham índole ou âmbito regional.

5. Os partidos políticos devem reger-se pelos princípios da transparência, da organização e da gestão democráticas e da participação de todos os seus membros.

6. A lei estabelece as regras de financiamento dos partidos políticos, nomeadamente quanto aos requisitos e limites do financiamento público, bem como às exigências de publicidade do seu património e das suas contas.

Artigo 52.º

(Direito de petição e direito de ação popular)

1. Todos os cidadãos têm o direito de apresentar, individual ou coletivamente, aos órgãos de soberania, aos órgãos de governo próprio das regiões autónomas ou a quaisquer autoridades petições, representações, reclamações ou queixas para defesa dos seus direitos, da Constituição, das leis ou do interesse geral e, bem assim, o direito de serem informados, em prazo razoável, sobre o resultado da respetiva apreciação.

2. A lei fixa as condições em que as petições apresentadas coletivamente à Assembleia da República e às Assembleias Legislativas das regiões autónomas são apreciadas em reunião plenária.

3. É conferido a todos, pessoalmente ou através de associações de defesa dos interesses em causa, o direito de ação popular nos casos e termos previstos na lei, incluindo o direito de requerer para o lesado ou lesados a correspondente indemnização, nomeadamente para:

a) Promover a prevenção, a cessação ou a perseguição judicial das infrações contra a saúde pública, os direitos dos consumidores, a qualidade de vida e a preservação do ambiente e do património cultural;

b) Assegurar a defesa dos bens do Estado, das regiões autónomas e das autarquias locais.

CAPÍTULO II

Direitos e deveres sociais

Artigo 63.º

(Segurança social e solidariedade)

1. Todos têm direito à segurança social.

2. Incumbe ao Estado organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança social unificado e descentralizado, com a participação das associações sindicais, de outras organizações representativas

dos trabalhadores e de associações representativas dos demais beneficiários.

3. O sistema de segurança social protege os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

4. Todo o tempo de trabalho contribui, nos termos da lei, para o cálculo das pensões de velhice e invalidez, independentemente do sector de atividade em que tiver sido prestado.

5. O Estado apoia e fiscaliza, nos termos da lei, a atividade e o funcionamento das instituições particulares de solidariedade social e de outras de reconhecido interesse público sem carácter lucrativo, com vista à prossecução de objetivos de solidariedade social consignados, nomeadamente, neste artigo, [na alínea b\) do n.º 2 do artigo 67.º](#), [no artigo 69.º](#), [na alínea e\) do n.º 1 do artigo 70.º](#) e [nos artigos](#)

[71.º e 72.º](#)

Artigo 64.º

(Saúde)

1. Todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover.

2. O direito à proteção da saúde é realizado:

a) Através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito;

b) Pela criação de condições económicas, sociais, culturais e ambientais que garantam, designadamente, a proteção da infância, da juventude e da velhice, e pela melhoria sistemática das condições de vida e de trabalho, bem como pela promoção da cultura física e desportiva, escolar e popular, e ainda pelo desenvolvimento da educação sanitária do povo e de práticas de vida saudável

3. Para assegurar o direito à proteção da saúde, incumbe prioritariamente ao Estado:

a) Garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação;

b) Garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o país em recursos humanos e unidades de saúde;

c) Orientar a sua ação para a socialização dos custos dos cuidados médicos e medicamentosos;

d) Disciplinar e fiscalizar as formas empresariais e privadas da medicina, articulando-as com o serviço nacional de saúde, por forma a assegurar, nas instituições de saúde públicas e privadas, adequados padrões de eficiência e de qualidade;

e) Disciplinar e controlar a produção, a distribuição, a comercialização e o uso dos produtos químicos, biológicos e farmacêuticos e outros meios de tratamento e diagnóstico;

f) Estabelecer políticas de prevenção e tratamento da toxicodependência.

4. O serviço nacional de saúde tem gestão descentralizada e participada.

Artigo 65.º

(Habitação e urbanismo)

1. Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

2. Para assegurar o direito à habitação, incumbe ao Estado:

a) Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social;

b) Promover, em colaboração com as regiões autónomas e com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais;

c) Estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral, e o acesso à habitação própria ou arrendada;

d) Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respetivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução.

3. O Estado adotará uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria.

Artigo 67.º

(Família)

1. A família, como elemento fundamental da sociedade, tem direito à proteção da sociedade e do Estado e à efetivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros.

2. Incumbe, designadamente, ao Estado para proteção da família:

- a) Promover a independência social e económica dos agregados familiares;
- b) Promover a criação e garantir o acesso a uma rede nacional de creches e de outros equipamentos sociais de apoio à família, bem como uma política de terceira idade;
- c) Cooperar com os pais na educação dos filhos;
- d) Garantir, no respeito da liberdade individual, o direito ao planeamento familiar, promovendo a informação e o acesso aos métodos e aos meios que o assegurem, e organizar as estruturas jurídicas e técnicas que permitam o exercício de uma maternidade e paternidade conscientes;
- e) Regular a procriação assistida, em termos que salvaguardem a dignidade da pessoa humana;
- f) Regular os impostos e os benefícios sociais, de harmonia com os encargos familiares;
- g) Definir, ouvidas as associações representativas das famílias, e executar uma política de família com carácter global e integrado;
- h) Promover, através da concertação das várias políticas sectoriais, a conciliação da atividade profissional com a vida familiar.

(Terceira idade)

1. As pessoas idosas têm direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou a marginalização social.

2. A política de terceira idade engloba medidas de carácter económico, social e cultural tendentes a proporcionar às pessoas idosas oportunidades de realização pessoal, através de uma participação activa na vida da comunidade.

CAPÍTULO III

Direitos e deveres culturais

Artigo 73.º

(Educação, cultura e ciência)

1. Todos têm direito à educação e à cultura.

2. O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva.

3. O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as coletividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais.

4. A criação e a investigação científicas, bem como a inovação tecnológica, são incentivadas e apoiadas pelo Estado, por forma a assegurar a respetiva liberdade e autonomia, o reforço da competitividade e a articulação entre as instituições científicas e as empresas.

PARTE III

Organização do poder político

TÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 108.º

(Titularidade e exercício do poder)

O poder político pertence ao povo e é exercido nos termos da Constituição.

Artigo 109.º

(Participação política dos cidadãos)

A participação directa e activa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, devendo a lei promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos.

Artigo 110.º

(Órgãos de soberania)

1. São órgãos de soberania o Presidente da República, a Assembleia da República, o Governo e os Tribunais.
2. A formação, a composição, a competência e o funcionamento dos órgãos de soberania são os definidos na Constituição.

Artigo 111.º

(Separação e interdependência)

1. Os órgãos de soberania devem observar a separação e a interdependência estabelecidas na Constituição.
2. Nenhum órgão de soberania, de região autónoma ou de poder local pode delegar os seus poderes noutros órgãos, a não ser nos casos e nos termos expressamente previstos na Constituição e na lei.

Artigo 112.º

(Actos normativos)

1. São actos legislativos as leis, os decretos-leis e os decretos legislativos regionais.
2. As leis e os decretos-leis têm igual valor, sem prejuízo da subordinação às correspondentes leis dos decretos-leis publicados no uso de autorização legislativa e dos que desenvolvam as bases gerais dos regimes jurídicos.
3. Têm valor reforçado, além das leis orgânicas, as leis que carecem de aprovação por maioria de dois terços, bem como aquelas que, por força da Constituição, sejam pressuposto normativo necessário de outras leis ou que por outras devam ser respeitadas.
4. Os decretos legislativos têm âmbito regional e versam sobre matérias enunciadas no estatuto político-administrativo da respectiva região autónoma que não estejam reservadas aos órgãos de soberania, sem prejuízo do disposto [nas alíneas b\) e c\) do n.º 1 do artigo 227.º](#)
5. Nenhuma lei pode criar outras categorias de actos legislativos ou conferir a actos de outra natureza o poder de, com eficácia externa, interpretar, integrar, modificar, suspender ou revogar qualquer dos seus preceitos.
6. Os regulamentos do Governo revestem a forma de decreto regulamentar quando tal seja determinado pela lei que regulamentam, bem como no caso de regulamentos independentes.
7. Os regulamentos devem indicar expressamente as leis que visam regulamentar ou que definem a competência subjectiva e objectiva para a sua emissão;
8. A transposição de actos jurídicos da União Europeia para a ordem jurídica interna assume a forma de lei, decreto-lei ou, nos termos do disposto no n.º 4, decreto legislativo regional.

Artigo 113.º

(Princípios gerais de direito eleitoral)

1. O sufrágio directo, secreto e periódico constitui a regra geral de designação dos titulares dos órgãos electivos da soberania, das regiões autónomas e do poder local.
2. O recenseamento eleitoral é officioso, obrigatório, permanente e único para todas as eleições por sufrágio directo e universal, sem prejuízo do disposto [nos n.os 4 e 5 do artigo 15.º](#) e [no n.º 2 do artigo 121.º](#)
3. As campanhas eleitorais regem-se pelos seguintes princípios:
 - a) Liberdade de propaganda;
 - b) Igualdade de oportunidades e de tratamento das diversas candidaturas;
 - c) Imparcialidade das entidades públicas perante as candidaturas;
 - d) Transparência e fiscalização das contas eleitorais.

4. Os cidadãos têm o dever de colaborar com a administração eleitoral, nas formas previstas na lei.
5. A conversão dos votos em mandatos far-se-á de harmonia com o princípio da representação proporcional.
6. No acto de dissolução de órgãos colegiais baseados no sufrágio directo tem de ser marcada a data das novas eleições, que se realizarão nos sessenta dias seguintes e pela lei eleitoral vigente ao tempo da dissolução, sob pena de inexistência jurídica daquele acto.
7. O julgamento da regularidade e da validade dos actos de processo eleitoral compete aos tribunais.

Artigo 114.º

(Partidos políticos e direito de oposição)

1. Os partidos políticos participam nos órgãos baseados no sufrágio universal e directo, de acordo com a sua representatividade eleitoral.
2. É reconhecido às minorias o direito de oposição democrática, nos termos da Constituição e da lei.
3. Os partidos políticos representados na Assembleia da República e que não façam parte do Governo gozam, designadamente, do direito de serem informados regular e directamente pelo Governo sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público, de igual direito gozando os partidos políticos representados nas Assembleias Legislativas das regiões autónomas e em quaisquer outras assembleias designadas por eleição directa relativamente aos correspondentes executivos de que não façam parte.

Artigo 115.º

(Referendo)

1. Os cidadãos eleitores recenseados no território nacional podem ser chamados a pronunciar-se directamente, a título vinculativo, através de referendo, por decisão do Presidente da República, mediante proposta da Assembleia da República ou do Governo, em matérias das respectivas competências, nos casos e nos termos previstos na Constituição e na lei.
2. O referendo pode ainda resultar da iniciativa de cidadãos dirigida à Assembleia da República, que será apresentada e apreciada nos termos e nos prazos fixados por lei.
3. O referendo só pode ter por objecto questões de relevante interesse nacional que devam ser decididas pela Assembleia da República ou pelo Governo através da aprovação de convenção internacional ou de acto legislativo.
4. São excluídas do âmbito do referendo:
 - a) As alterações à Constituição;
 - b) As questões e os actos de conteúdo orçamental, tributário ou financeiro;
 - c) As matérias previstas [no artigo 161.º da Constituição](#), sem prejuízo do disposto no número seguinte;
 - d) As matérias previstas [no artigo 164.º da Constituição](#), com excepção do disposto na alínea i).
5. O disposto no número anterior não prejudica a submissão a referendo das questões de relevante interesse nacional que devam ser objecto de convenção internacional, nos termos [da alínea i\) do artigo 161.º da Constituição](#), excepto quando relativas à paz e à rectificação de fronteiras.
6. Cada referendo recairá sobre uma só matéria, devendo as questões ser formuladas com objectividade, clareza e precisão e para respostas de sim ou não, num número máximo de perguntas a fixar por lei, a qual determinará igualmente as demais condições de formulação e efectivação de referendos.
7. São excluídas a convocação e a efectivação de referendos entre a data da convocação e a realização de eleições gerais para os órgãos de soberania, de governo próprio das regiões autónomas e do poder local, bem como de Deputados ao Parlamento Europeu.
8. O Presidente da República submete a fiscalização preventiva obrigatória da constitucionalidade e da legalidade as propostas de referendo que lhe tenham sido remetidas pela Assembleia da República ou pelo Governo.
9. São aplicáveis ao referendo, com as necessárias adaptações, as normas constantes [dos n.os 1, 2, 3, 4 e 7 do artigo 113.º](#)
10. As propostas de referendo recusadas pelo Presidente da República ou objecto de resposta negativa do eleitorado não podem ser renovadas na mesma sessão legislativa, salvo nova eleição da Assembleia da República, ou até à demissão do Governo.
11. O referendo só tem efeito vinculativo quando o número de votantes for superior a metade dos

eleitores inscritos no recenseamento.

12. Nos referendos são chamados a participar cidadãos residentes no estrangeiro, regularmente recenseados ao abrigo do disposto [no n.º 2 do artigo 121.º](#), quando recaiam sobre matéria que lhes diga também especificamente respeito.

13. Os referendos podem ter âmbito regional, nos termos previstos [no n.º 2 do artigo 232.º](#)

Artigo 116.º

(Órgãos colegiais)

1. As reuniões das assembleias que funcionem como órgãos de soberania, das regiões autónomas ou do poder local são públicas, excepto nos casos previstos na lei.
2. As deliberações dos órgãos colegiais são tomadas com a presença da maioria do número legal dos seus membros.
3. Salvo nos casos previstos na Constituição, na lei e nos respectivos regimentos, as deliberações dos órgãos colegiais são tomadas à pluralidade de votos, não contando as abstenções para o apuramento da maioria.

Artigo 117.º

(Estatuto dos titulares de cargos políticos)

1. Os titulares de cargos políticos respondem política, civil e criminalmente pelas acções e omissões que pratiquem no exercício das suas funções.
2. A lei dispõe sobre os deveres, responsabilidades e incompatibilidades dos titulares de cargos políticos, as consequências do respectivo incumprimento, bem como sobre os respectivos direitos, regalias e imunidades.
3. A lei determina os crimes de responsabilidade dos titulares de cargos políticos, bem como as sanções aplicáveis e os respectivos efeitos, que podem incluir a destituição do cargo ou a perda do mandato.

Artigo 118.º

(Princípio da renovação)

1. Ninguém pode exercer a título vitalício qualquer cargo político de âmbito nacional, regional ou local.
2. A lei pode determinar limites à renovação sucessiva de mandatos dos titulares de cargos políticos executivos.

Artigo 119.º

(Publicidade dos atos)

1. São publicados no jornal oficial, Diário da República:
 - a) As leis constitucionais;
 - b) As convenções internacionais e os respetivos avisos de ratificação, bem como os restantes avisos a elas respeitantes;
 - c) As leis, os decretos-leis e os decretos legislativos regionais;
 - d) Os decretos do Presidente da República;
 - e) As resoluções da Assembleia da República e das Assembleias Legislativas das regiões autónomas;
 - f) Os regimentos da Assembleia da República, do Conselho de Estado e das Assembleias Legislativas das regiões autónomas;
 - g) As decisões do Tribunal Constitucional, bem como as dos outros tribunais a que a lei confira força obrigatória geral;
 - h) Os decretos regulamentares e os demais decretos e regulamentos do Governo, bem como os decretos dos Representantes da República para as regiões autónomas e os decretos regulamentares regionais;
 - i) Os resultados de eleições para os órgãos de soberania, das regiões autónomas e do poder local, bem como para o Parlamento Europeu e ainda os resultados de referendos de âmbito nacional e regional.
2. A falta de publicidade dos atos previstos nas alíneas a) a h) do número anterior e de qualquer acto de conteúdo genérico dos órgãos de soberania, das regiões autónomas e do poder local implica a sua ineficácia jurídica.
3. A lei determina as formas de publicidade dos demais atos e as consequências da sua falta

ANEXO 2

Estatísticas da População - INE

ANEXO 2 – Estatísticas da População - INE

População Residente

Zona Geográfica	População residente			População presente		
	Total	H	M	Total	H	M
Algarve	451006	219931	231075	462862	226060	236802
Faro	64560	30930	33630	63467	30163	33304
Conceição	4524	2267	2257	4365	2189	2176
Estoi	3652	1800	1852	3701	1806	1895
Santa Bárbara de Nexe	4116	2034	2082	3981	1965	2016
Faro (São Pedro)	14577	6990	7587	14198	6782	7416
Faro (Sé)	29542	13796	15746	28961	13374	15587
Montenegro	8149	4043	4106	8261	4047	4214

População Residente

Zona Geográfica	População residente													População residente -Variação entre 2001 e 2011 (%)				
	Em 2001						Em 2011						Var. Total	Grupos etários				
	Total		Grupos etários				Total		Grupos etários					0-14	15-24	25-64	65 ou mais	
	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais						
Faro	58051	28069	8295	8501	32020	9235	64560	30930	9400	6400	37106	11654	11,21	13,32	-24,71	15,88	26,19	
Conceição	3751	1870	581	548	1980	642	4524	2267	699	491	2522	812	20,61	20,31	-10,40	27,37	26,48	
Estoi	3538	1801	457	406	1880	795	3652	1800	470	367	1988	827	3,22	2,84	-9,61	5,74	4,03	
Santa Bárbara de Nexe	4119	2085	550	463	2188	918	4116	2034	491	351	2140	1134	-0,07	-10,73	-24,19	-2,19	23,53	
Faro (São Pedro)	12761	6154	1748	1646	7246	2121	14577	6990	2266	1363	8441	2507	14,23	29,63	-17,19	16,49	18,20	
Faro (Sé)	28546	13479	4175	4528	15736	4107	29542	13796	4037	3084	17092	5329	3,49	-3,31	-31,89	8,62	29,75	
Montenegro	5336	2680	784	910	2990	652	8149	4043	1437	744	4923	1045	52,72	83,29	-18,24	64,65	60,28	

População residente segundo o nível de escolaridade

Zona Geográfica	População Residente		População residente segundo o nível de escolaridade														Analfabetos com 10 ou mais anos		Taxa de analfabetismo
			Nenhum nível de escolaridade		Ensino básico						Ensino secundário		Ensino pós-secundário		Ensino superior				
	1º Ciclo				2º Ciclo		3º Ciclo												
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	
Faro	64560	30930	5284	2386	15591	7367	5068	2829	9827	5151	12665	6252	618	334	14054	5860	49	16	3,90
Conceição	4524	2267	492	225	1530	799	466	269	702	363	739	347	48	24	461	196	99	40	6,77
Estoi	3652	1800	340	145	1266	641	364	222	488	260	678	319	36	18	410	158	270	91	5,25
Santa Bárbara de Nexe	4116	2034	454	188	1414	698	310	193	546	299	759	376	26	14	531	232	88	30	7,72
Faro (São Pedro)	14577	6990	1211	566	3408	1569	1162	619	2230	1190	2839	1435	137	79	3219	1338	48	13	4,18
Faro (Sé)	29542	13796	2134	965	6456	2902	2272	1243	4729	2430	5997	2905	268	142	7074	2893	123	28	2,92
Montenegro	8149	4043	653	297	1517	758	494	283	1132	609	1653	870	103	57	2359	1043	93	26	2,75

